

AGOSTO 2010

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. **Redução da Pobreza e Economia**
2. **Microfinanças**
3. **Mercado Informal**
4. **OGE investimens públicos e transparência**
5. **Governança descentralização e cidadania**
6. **Urbanismo e habitação**
7. **Terra**
8. **Serviços básicos**
9. **Genro e Violência**
10. **Ambiente**

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Joyce Jose,
Jose Tiago, Gelson Gaspar
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop – Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda – Angola

Telefone

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

NORAD, Embaixada da Noruega
e LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda)

ÍNDICE

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1	Calú puro e forasteiros: flagelados pela má gestão da coisa comunitária	1
1.2	Angola entre os maiores riscos de inseguranças alimentar	4
1.3	Inquérito do INE avalia bem-estar da população	4
1.4	Relatório sobre Angola sai em Setembro	4
1.5	Bem-estar ainda e uma miragem para muitos angolanos	5
1.6	Frei João Domingos uma ao serviço dos mais desfavorecidos	6
1.7	Fundo de pensões Futuro seguro	7
1.8	Governo vai divulgar inquérito sobre bem-estar da população	8
1.9	Inflação Acumulada atingiu 7,19 por cento em Julho	9
1.10	O IBEP e o desenvolvimento económico	10
1.11	Pobres continuam em guerra	10
1.12	Pobres Não Beneficiam do Crescimento Económico	11
1.13	Populares temem alta de preços	11
1.14	Quase 10 milhões abaixo da linha da pobreza	12
1.15	Quem vive do seu salário ficará ainda mais pobre	13
1.16	Rede de supermercado “Nosso Super” a caminho da privatização	14

2 MICROFINANÇAS

2.1	Fundo rubrica acordo com banco para linhas de crédito no Bengo	16
2.2	Malcom Harper “Ter educação é ser rico”	16
2.3	Serviços locais passam a oferecer cuidados mais abrangentes	19

3 MERCADO INFORMAL

3.1	Armazéns ilegais reabrem	20
3.2	Mercado do Benfica com mais visitantes	20
3.3	Falta de iluminação facilita assalto no mercado	20
3.4	Administração do Namibe põe ordem na venda	21
3.5	Organização quer interligação empresarial	22
3.6	Vendedores pedem ao executivo de Luanda que as deixe trabalhar	23
3.7	Mercado Pequenos com Espaços Largos Para Viaturas	23
3.8	Vendedores pedem ao executivo de Luanda que as deixe trabalhar	24
3.9	Entre o pregão e o estudo no Roque Santeiro	25
3.10	Administração do Namibe põe ordem na venda	25
3.11	Agricultores do Quipiri Sentem-se Motivados	26
3.12	Armazéns ilegais reabrem	28
3.13	Assaltos de hoje são documentários do filme de amanhã	28
3.14	Espaço no mercado do Kikolo custa 2500 dólares	29
3.15	Grande calvário social no mercado dos Congolenses	29
3.16	Mercado do Benfica com mais visitantes	30
3.17	Mercado Pequenos com Espaços Largos Para Viaturas	30
3.18	O paraíso à espera do Panguila	31
3.19	Organização quer interligação empresarial	32
3.20	“Os Kupapatas da Moda “	33
3.21	Pão comercializado em condições impróprias	33
3.22	Roque Santeiro começa a mudar	34
3.23	Roque Santeiro no Panguila só em 2011	34
3.24	Roque Santeiro vai a enterrar segunda-feira	34

3.25	Transferência do Roque Santeiro só depois das eleições de 2012	35
3.26	Velho mercado Roque Santeiro começa hoje a arrumar a trouxa	36
3.27	Vendedores pedem ao executivo de Luanda que as deixe trabalhar	36

4 OGE INVESTIMENS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1	Afinal como vão as contas públicas, senhores do executivo?	38
4.2	Verbas para os municípios	39
4.3	Orçamento do Estado revisto passa na generalidade	40
4.4	Revisão pretende adequar OGE à Constituição	41
4.5	Orçamento realça projectos e permite melhorar serviços	40
4.6	Parceiros apresentam contribuições para o Orçamento do Estado revisto	42
4.7	OGE é importante no processo de reestruturação das finanças públicas	42
4.8	Ligeiro alívios no Oge Revisto	43
4.10	Revisão do Orçamento garante a estabilidade	44
4.11	As receitas do Estado	44
4.12	Revisão do Orçamento garante a estabilidade	45
4.13	Cem mil barris de petróleo vão permitir a satisfação das necessidades do povo angolano	46
4.14	Líder do PSD aplaude inovação de Orçamento	46
4.15	Abandono dos subsídios aos combustíveis	46
4.16	As receitas do Estado	47
4.17	Crescimento do PIB desacelera em 6,7 por cento em 2010	48
4.18	Estado angolano com dívida milionária	48
4.19	Executivo conta com Orçamento revisto	49
4.20	Executivo quer mais rigor do Orçamento Geral de Estado	50
4.21	Municípios recebem verbas do estado	51
4.22	O OGE e as assimetrias	51
4.23	OGE 2010 revisto, analisado pelo Observatório Político de Angola	54
4.24	Províncias e ministérios “ricos” empobrecem no OGE revisto	57
4.25	Revisão pretende adequar OGE à Constituição	58
4.26	Sector social absorve 32,4 por cento do OGE – 2010 Revisto	58
4.27	Subsídios a preços representam 11,31 por cento do OGE	59
4.28	“Todos Devem Declarar o Que tem”	59
4.29	UNITA diz que OGE revisto mantém vícios do passado	61

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1	Verbas para os municípios	62
5.2	Pós-graduação em governação local começa em Luanda	63
5.3	Funcionários do município do Seles pedem abertura de agências bancárias	63
5.4	Calou-se a voz da verdade	63
5.5	Políticos lamentam a morte de Frei João Domingos	64
5.6	Muteka realça dialogo com poder tradicional	65
5.7	As “atípicas” da A Capital	65
5.8	Dande fica no Bengo e Quissama em Luanda	65
5.9	A ambição de um Povo Determinado	66
5.10	Dande fica no Bengo e Quissama em Luanda	67
5.11	Administradores têm planos para desenvolver os municípios	69
5.12	Associação de defesa dos Direitos Humanos ignorados	69
5.13	Autarquias locais	70
5.14	Calou-se a voz da justiça	71
5.15	Continua a luta sobre a secessão na Lunda Norte	71
5.16	Ministro Bornito de Sousa nomeia novos responsáveis	71
5.17	Morreu Frei João Domingos um construtor da paz	73

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1	Flagelados pela má gestão da coisa comunitária	75
6.2	Bengo passa a dispor de casas de função	75
6.3	Famílias de baixa renda com habitação gratuita	76
6.4	Um milhão de casas condigna	77
6.5	Breve Solução lança condomínio Nosso Lar	77
6.6	A Capital em chama	78
6.7	Governo do Kwanza-Norte avalia o plano habitacional	78
6.8	Projecto habitacional tem dezenas de lotes	77
6.9	Fórum aborda importância do planeamento territorial	79
6.10	Kwanza-Sul discute desenvolvimento urbano	78
6.11	Casa para Antigos Combatentes	80
6.12	Gestão territorial deve chegar às comunidades mais distantes	81
6.13	Planos e cidades sustentáveis	81
6.14	Organização Mundial das Alfandegas promove seminário de aperfeiçoamento	82
6.15	Antigos Combatentes com Novas Casas em Novembro	82
6.16	Bengo passa a dispor de casas de função	83
6.17	Boas perspectivas no imobiliário	83
6.18	Brev Soluções lança condomínio Nosso Lar	84
6.19	Calú puro e forasteiros: flagelados pela má gestão da coisa comunitária	85
6.20	Casa para Antigos Combatentes	88
6.21	Casas económicas vão custar 60 mil kwanzas	88
6.22	Executivo pretende disponibilizar casas condignas a toda a população	89
6.23	Famílias de baixa renda com habitação gratuita	89
6.24	Gestão territorial deve chegar às comunidades mais distantes	90
6.25	Governo “queimado” pelo fogo habitacional	91
6.26	Kwanza-Sul discute desenvolvimento urbano	91
6.27	Mais de 70 % da população do país vive em habitações	92
6.28	MAPESS esclarece processo de distribuição de casas	92
6.29	Ministro Muandumba anuncia revisão das modalidades de pagamento das casas	93
6.30	Organização Mundial das Alfandegas promove seminário de aperfeiçoamento	94

7 TERRA

7.1	Um inferno na terra chamado coelho	95
7.2	Preocupações apresentadas ao ministro Pedro Kanga	95
7.3	Alguns grupos estão a passar da consciência ingénuo para a consciência crítica	96
7.4	Conferência reprova brutalmente nos desalojamentos	96
7.5	Conferência “Não partam a minha casa” Benguela, 29 de Julho de 2010	97
7.6	Altos & Baixos	98
7.7	Construção arbitrária perturba plano urbanístico	98
7.8	Omunga diz-se vítima de ameaças	100
7.9	Reservas fundiárias no Sumbe está à espera de redes técnica	100
7.10	Penúria e sujidade dominam o Zango	101
7.11	Governadora distribui títulos de lotes	101
7.12	Famílias transferidas para zonas mais seguras	102
7.13	Construções anárquicas invadem aeroporto	102
7.14	Demolições voltam a agir Matala e Quipungo	103
7.15	Desalojados na Matala tratados com dignidade	104
7.16	Famílias transferidas para zonas mais seguras	105
7.17	Febre dos condomínios acaba com zona agrícola	105
7.18	“Não partam a minha casa” Estratégia e Plano de Acção	106
7.20	O Governo e os Tiros nos Próprios Pés	107

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1	Novas casas e mais água no Chitato	108
8.2	Epal cria centros de distribuição	108
8.3	A máfia da água em Luanda	108
8.4	“Grandes Lagos” no Cazenga	109
8.5	Valas de drenagem transformadas em lixeiras	110
8.6	Reforçado o abastecimento de água para a população da Vila do Ucuá	110
8.7	Projecto “Água para todos” chega as aldeias de Kalandula	110
8.8	Fome e seca arrasam povoações no Bengo	110
8.9	A máfia da água em Luanda	111
8.10	Reforçado o abastecimento de água para a população da Vila do Ucuá	112
8.11	Água potável só depois de um cortejo de mortos	112
8.12	Cólera ainda faz vítima no município do Samba	113
8.13	Empreiteira abandona obras para captar água no Xandel	114
8.14	Falta água potável nos bairros da cidade	114
8.15	Fome e seca arrasam povoações no Bengo	116
8.16	“Grandes Lagos” no Cazenga	117

9 GENRO e VIOLENCIA

9.1	CEFOJOR promove seminário sobre violência na sociedade	118
9.2	Aumento de roubo em estabelecimentos comerciais	118
9.3	Jovens da província de Malange envolvidos em casos de violação	118
9.4	Há um crescimento em flechas de suicídios nos pais	118

10 AMBIENTE

9.1	Exploração de inertes preocupa ambientalistas	121
9.2	Queimadas anárquicas preocupam autoridades	121
9.3	Moradores da Zonas Propensas a Inundações Preocupadas	121
9.4	Proliferação de focas agrava crise nas pescas	122

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Calú puro e forasteiros: flagelados pela má gestão da coisa comunitária

Semanario Angolense

De 31 de Julho à 07 de Agosto de 2010

Aprendemos desde muito novos que existem diversos tipos de águas, desde as salobras às inquinadas, passando pela potável. O do Tanque da minha vizinha cheira bastante lixívia. Preço: 70 Kz a banheira de 40 litros e 50 Kz o bidon amarelo de 25 litros. O que é melhor para a saúde de todos consumidores habituais. Entre nós, percorrendo Luanda de lês a lês, ou seja de A à Z, a água potável é para uma minoria privilegiada (?) O “Programa água para todos” é ainda uma miragem ou pura demagogia”. Mais de 80% dos angolanos não tem acesso ao precioso líquido, em bom estado para consumo humano – diz o UNICEF, credenciada agência da ONU vocacionada à assistência social e humanitária às Crianças, as mais atingidas pela sede e a desnutrição. Os kaluandas devem estar na frente da estatística, sendo 1/3 da população total do país. As cisternas continuam a abastecer a periferia como o Capalanca em Viana, com todos os riscos atinentes para a saúde das populações.

B – Bebedeiras industriais: é que muitos dos jovens hoje consome, sem olhar para o futuro. As maratonas alcoólicas sucedem-se em catadupa, fazendo parte hoje do costume. É só verem a exibirem com garrafas de cerveja e beberem desalmadamente. As famosas “reves” e contribuições são um dos pontos principais da sua promoção, a par da irresponsável publicidade na Tv, na contra mão da anunciada proibição da sua simples compra por menores, que nada resolve à partida. Não se mandam crianças às compras diz-se em surdina, no baralho de cartas do jogo da batota que estão os com ela, que uns poucos têm tudo e os outros, a maioria silenciosa não têm nada. É “runhar”, como diriam “nuestros hermanos”, em tempo de crise no Grupo Tático no Moxico.

Capital – A cidade parece ter mudado para melhor, mas só aparentemente. Também é o título de um semanário que se reporta à cidade. Haja em vista saudar a sua quinada editorial a favor dos mais despossuídos do subúrbio.

D – O delito é o que mais abunda e cada vez mais refinado e dos diversos feitios. Os delinquentes também. Crescem como cogumelos no tempo da chuva. Produtos do sub-emprego e desemprego que grassa na cidade

capital, para aonde acorrem cada vez mais os jovens migrantes, vindos de Benguela, do resto do litoral, do centro e mesmo do interior profundo, em busca da sonhada metrópole e do fascínio da capital; Desemprego São esses Jovens que engrossam a lista numerosa do “s desempregados, apara além dos desmobilizados de guerra que carecem de reintegração social na esfera produtiva do país. Os programas gizados, a propósito, parece não terem vingado, apesar da abundante sustentação teórica, como a que era estampada na falecida revista “Magazine do Desmobilizado, que um cidadão menos visado tratou de enterrar com missa do 7º dia e respectivo kombari-tokué à mistura.

E – Espaços verdes precisam-se! Os jovens casais (e mesmo velhos) têm cada vez mais dificuldades em encontrar espaços verdes para namorarem, trocaram carícias e beijinhos, ao sabor do chilreio dos pássaros, como os pardais, rabos de junco, celeste, catetes e viuvinhas que fizeram a nossa meninice; pássaros fugidos da cidade à medida que avança a urbanização sobre o areal. O verde vai sendo substituído cada vez mais pela virulência da uma autêntica selva de cimento armado e poeira irritante, à boa moda de uma pretensa megalópole qualquer; e em matéria de emprego estamos conversados. Tudo é quase ruim na função pública. O dinheiro do salário não chega para até ao meio do mês, quanto mais até ao fim do mês. As perspectivas são mais animadoras para quem conseguiu um bom emprego, ou melhor, uma boa formação e um melhor emprego, de preferência no Estado dentro do Estado, a Sonangol e suas subsidiárias ou demais concessionárias, sem prejuízo das empresas estratégicas, cuja autonomia financeira é publicamente reconhecida.

F – Figueira Na rua mais famosa quem vai para o ASA Branca existe a paragem obrigatória da Figueira (antonómia de uma árvore ressequida que deverá servir apenas para a lenha e a consequente produção de carvão), onde a minha amiga Aida grelha uns pinchos saborosos e vende uma “bitolas” e gasosas, para Jovens frequentadores degustarem e potenciar o seu orçamento doméstico, em tempos de aperto da crise financeira internacional mundial, que nos chegou pela porta adentro, sem poupar ricos e pobres. Até empresários de pacotilha de trazer por casa, já se estão a queixar hoje por hoje. Pelo que consta que um general queria asfaltar a rua, para dar melhor acesso à então clínica São Lucas e foi, pura e simplesmente, impedido pela administração local dizem os moradores da área. A ser verídica a alegação, é motivo para se dizer que o “dimixi” local não faz, nem deixa fazer.

G – A guerra terminada há anos, à boca grande, não atingiu directamente a capital. Verdade verdadeira e

indesmentível é que as suas incidências continuam a corroer os cidadãos. Quer queiramos quer não. Quem a fugiu já quer voltar. A hemorragia populacional fala por si: 5 milhões de almas, numa cidade concebida para acolher no seu seio, um décimo dessa quantia 500 mil habitantes. Mas, alguns dias foram vividos de autêntica guerra e guerrilha urbana, tanto em 1975 como em 1992, embora que de forma esporádica, donde sobressai a famosa guerra pós-eleitoral de dois dias. Falando na mal (dita) cuja, quando é que os carcamanos e seus herdeiros se vão retratar no Palácio de Pretória, optando pelas devidas indemnizações a Angola, pelos inúmeros estragos humanos, materiais e financeiros provocados pelos bombardeamentos dos jactos Miragens franceses e Camberras ingleses. Mas isso é outra estória da história da bestialidade de Vosrter, Botha ma e c^a da fantochada dos a Shitoles e Muzerewas de f então. Essa bufunfa dava muito bem para lançar as 9 bases de uma nova capital, ou procurar transformar a martirizada Ondjiva numa cidade comercial e/ou industrial, à semelhança das cidades suas vizinhas mais ao Sul.

H – habitação é maka que os kaluandas “estão com eles” faz tempo. Os 4 milhões de fogos parece não terem vingado dois anos depois, já deveriam estar construídas 2 milhões de casas. O Programa Habitacional destinado a primeira moradia para os jovens idem. Os 17 mil dólares como entrada é só para alguns gatos pingados. Dir-se-ia os filhos de papá. Os enteados têm que esperar para ver. Poucos, pouquíssimos mesmo, terão acesso ao crédito habitacional, gizado pelo Ministério da Juventude e Desportos, num país onde o salário míngua cada vez mais e os preços são aos olhos da cara. Luanda não é por acaso que é das cidades mais caras do mundo, senão mesmo a mais cara.

I – Impulsos: é uma derivação dos impulsos dos telemóveis, que os jovens e adolescentes, nomeadamente na periferia, aplicam aos pacotes “The best”, wishiki vagabundo, em plástico, que consomem desalmadamente até ficarem irreconhecíveis logo pela manhã. Ai de ti se cruzar com eles nos autocarros que vão até á Viana ou vice-versa.

J – Juventude de futuro ameaçado e adiado, numa cidade sombria marcada pelos 4 vícios, como o alcoolismo, a droga, a prostituição e o crime cometido de forma recorrente, incluindo os perigosos assaltos à mão armada à calada da noite ou plena luz do dia, como acontece já em Luanda faz tempo. Ante o olhar impávido e sereno, muitas vezes, de quem deveria se ocupar de manter ordem e a tranquilidade pública em “tour horiwn”, correndo atrás das inofensivas zungueiras.

K – Kilamba Kiaxi tem sérias makas de criminalidade. O lixo abunda como noutros municípios e se confundem com as lagoas, preferencialmente na estação das chuvas. Daí à cólera e outras maleitas vai um salto de cobra, para não variar. Para apanhar o candongueiro azulinho é um Deus nos acuda. A corrida até aos congoleses é 200 kwanzas. De manhã é um ver se avias. Tem que se lutar para apanhá-lo. Linhas curtas: Avó Kumbi Escola Angola e Cuba: 100 Kz; dai até aos Congolese, o habitual utente paga mais 100 kzs. Ele tem que pagar mais 200 kzs até à zona baixa da cidade, sendo que até ao Zé Pirão paga mais cem kzs. Totalizando 800 kzs diários. Multiplicados por 22 dias úteis o cidadão paga cerca de 200 dólares mês só em transporte, com o salário mínimo situado na fasquia dos 100 dólares. Onde é que sai o diferencial? Dando assim largas ao cabritismo, ou seja, cada um come onde trabalha, mesmo com o risco de subtrair indevidamente ao patronato, que finge que paga, enquanto outrem finge que trabalha ou dá mesmo duro, como ocorre em muitos casos.

Lixo – O lixo amontoa-se cada vez mais. As escavadoras não perdoam. Escavam cada vez mais nas antigas lixeiras, que se transformam em buracos e armadilhas para os moradores do subúrbio, com as cheias de água no tempo chuvoso, mais na periferia que no centro da cidade.

Macrocefalia as capitais como a nossa agigantadas pela macrocefalia e a burocracia, como diria o poeta. Esta, a macrocefalia, se faz sentir no centro, na Mutamba e cercanias até ao Baleizão. Neste perímetro surgiram as torres mais altas de todos os tempos, a contrastar com a Cidade Velha que está a ser vítima do camartelo impiedoso, esquecendo-se do património cultural (material e imaterial, se essas paredes de pedra falassem!). No centro se afunila o engarrafamento que domina hoje a cidade. As torres que deveriam ser construídas dispersas pelo resto da cidade estão concentradas no mesmo sítio quase. Cerca de meia dúzia de torres novas surgiram no epicentro da cidade, agravando a macrocefalia, na gestão da coisa pública.

N – Nova Luanda precisa-se. Eu preferia que fosse para lá da ponte do Kwanza, naquele descampado todo de quem vai a caminho de Porto Amboim. O aeroporto para a nova cidade capital poderia ser no Ebo. A ideia de uma nova cidade capital não é inédita, reconvertendo-se o quartel em tempo de paz. Mandada para as urtigas o projecto da antiga Nova Lisboa, já é tempo de descongestionar Luanda, a boa moda dos Nigerianos que trocaram Lagos por Abuja, ou os sul-africanos que descentralizaram de tal maneira os três poderes, que a capital política é Pretória, a económica é Joanesburgo, depois o Parlamento e o Judiciário estão em outras cidades, em

Durban, onde se encontra um dos maiores portos da região, por exemplo, e porta de entrada marítima principal para o país de Mandela.

O – Ontem: tive um sonho: Mais ordem reclama-se para a nossa cidade capital. Nada de peões fora das passeiras, nem motos rápidas em cima dos passeios, que no outro dia ia sendo atropelado à saída do “AGORA”. Por um triz! Mas não foi desta vez que os meus inimigos e adversários tiveram esta sorte desdita, de festejarem a minha partida para o além. Oh, meu falecido amigo Sílvio Peixoto, continua a escrever “Crónicas do além”? Os meus inimigos ainda vão ter que me aturar pelos menos mais 20 cacimbos, senão m e s m o 40... kiah. kiah.kiah.-ria-se o meu caçula, o Pedrada, no outro dia, quando lhe mandei a piada via telefónica.

Press Nos refeitórios de alguns órgãos de comunicação a qualidade da refeição deixa muito a desejar. Talvez seja pelo preço barato: uma sopa de gimboa e feijão mais um segundo prato, mal-encarado e pior tragado fica por 150 kzs.

Q – Q.B.-Quanto baste: os problemas sucedem-se na nossa capital que não se esgotam numa pretensiosa crónica, tendo como fio condutor as 23 letras do abecedário: desde à água, saúde, criminalidade, prostituição, alcoolismo, desemprego, falta de habitação, para “quem quer casar e quer casa”, falta de patrulhamento em muitas zonas, onde abundam os bandidos e gatunos de colarinho branco ou não, além das makas com a luz eléctrica, falta de água potável, além das lixeiras selvagens espalhadas por tudo quanto é canto no subúrbio. Lixo ao lado de barracas de comes e bebes, incluindo centros de saúde, como ocorre no mercado ASA Branca, por detrás da maternidade.

R – Robaldina a caminho da Estalagem existe um bairro novo, surgido com as migrações do interior para Luanda. Antigas hortas, como indiciam as mangueiras abundantes na zona. Não jorra água nas torneiras. Só ar. As cisternas são que comandam a vida das populações locais, quanto ao consumo do precioso líquido, para não variar, como noutros bairros da sub urbe. Os PTs é que abastecem de corrente eléctrica, quando não são os geradores domésticos, bastante procurados pelos marginais que abundam na área que não poupam sequer os chineses que vão explorando o pequeno comércio de boutiques na zona. A minha “inimiga íntima”, moradora na zona, queixa-se sempre dos transtornos provocados pelas oscilações de correntes ou mesmo os constantes cortes, que não justifica o que pagam, pelo que já pensa em se mudar para um outro bairro, nem que seja em longínquo do centro da cidade. Mas, pelo menos, desde que a energia não falhe. Cobram mensalmente 1500 kzs pela energia a conta gotas. Com esse estádio precário da electricidade, as donas de casa queixam-se dos frescos

(caixas de peixe, carne, frango e coxas) que muitas vezes têm que deitar para o lixo, ou cobrara aos retalhos na praça, ficando por isso, mais caro.

S – são saudades pelos melhores dias sonhados e pelos piores dias passados para a capital, onde os marginais vão ditando das suas. Nalguns bairros suburbanos torna-se perigoso circular a partir das 19 horas. Os bandidos ditam as regras do jogo. Uma autêntica ordem marginal à Ordem social, dando indícios da ausência do Estado e do desgoverno em que se caiu na periferia e não só.

T – Trumuno em campo pelado. Oh, tempo volta para trás! Estou, igualmente, com saudades dos campos para o trumuno de futebol, como os que existiam no 1º de Maio, onde construíram o IMEL, No Asa Branca, na Casa Verde do MC, da Escola Grande, na Casa Malange, todos largos do bairro MC.

Quase que já não se vê espaços para a prática de futebol, para potenciar a juventude para grandes voos a par do desporto escolar, nomeadamente nos ginásios das antigas escolas secundárias e liceais, como o Salvador Correia, Emídio Navarro, João Crisóstomo e Escola Comercial Vicente Ferreira, que catapultou o nosso basquetebol para a equipa imbatível do topo em África, que é hoje.

A toponímia colonial é propositada, porque tal estrutura herdada e mantida permitiu tal proeza, a par do investimento colossal no desporto no pós-independência, dando alegrias e mais alegrias às nossas então entristeci das gentes, atingidas por uma guerra prolongada, cujos custos humanos, materiais e financeiros, ainda estão por ser definitivamente calculados, como já ficou visto.

V – vêm aí as chuvas... “depois não digam que não vos avisámos” (*)

Z – zenga é”o diminutivo do dito município mais populoso da cidade capital, o Cazenga. Hoje por hoje, há quem diga que é o município mais populoso é satélite. Mas, verdade verdadeira, não se vê o impacto dos 5 milhões de dólares atribuídos pelo MAT, àquela localidade que pastorejou muitos quadros para este país, incluindo governantes e até diplomatas, sem falar de escritores, economistas, bancários, professores, juristas, jornalistas, engenheiros e médicos, muitos dos quais figuras públicas deste país. Mas nem tudo são rosas, sobram espinhos como bêbados inveterados, drogados, gatunos e bandidos. Não é por acaso que durante muito tempo andou na boca do mundo com a maior taxa de criminalidade da cidade. Actualmente, a residência parece ter mudado para melhor. Bom proveito cazengulstas e amigos do Cazenga, que aí frequentam habitualmente, para

rever amigos e antigas Kilamba, negras bonitas de carapinha dura, como cantava o poeta das “Esperanças idosas”...

Da administração do Cazenga espera-se mais actos do que palavras, para reabilitar, por exemplo, as estradas, como aquela que vai da sede municipal até à Fiaco, justamente nas barbas de quem deveria fazer melhor e onde se passeia Com o seu “burra” jeep do último grito, sem ver os buracos ou finge não ver?! Ámen!

* Autêntico lugar comum, feito verso conseguido e um dos momentos não menos felizes do poeta cabo-verdiano Ovídeo Martins, celebrado autor do “... Flagelados do vento Leste”, réplica ao romance do mesmo nome, do seu patrícia Manuel Lopés.

1.2 Angola entre os maiores riscos de inseguranças alimentar

*Novo Jornal,
De 20 de Agosto de 2010*

Angola e o sétimo país com maior risco de insegurança alimentar em todo o mundo, segundo estudo realizado em 163 país que é encabeçado pelo Afeganistão, seguido de nove países africanos.

O índice do risco de insegurança alimentar de 2010 foi calculado pela empresa britânica Maplecroft, especialista em análise de risco, com base em 12 critérios definidos em colaboração com o Programa Alimentar Mundial (PAM), das Nações Unidas. Entre estes critérios figuram o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, o risco de acontecimentos climáticos extremos, os conflitos ou ainda a qualidade das infra-estruturas.

Dez países foram classificados como de risco “extremo”, sendo o Afeganistão o primeiro da lista, seguido por República Democrática do Congo, Burundi, Eritreia, Sudão, Etiópia, Angola, Libéria, Chade e Zimbabwe. Entre os países onde o risco de insegurança alimentar é “forte” estão Bangladesh (23.0), Paquistão (30.0), Índia (31.0) e Filipinas (52.0). A China surge na posição 96, com um risco considerado “médio”.

Dos 50 países com maior risco de insegurança alimentar, 36 estão localizados na África subsariana.

Do outro lado da tabela, está a Finlândia, que é o país mais seguro, à frente de Suécia, Dinamarca e Noruega.

A Maplecroft salvaguarda, no entanto, que “os recentes acontecimentos climáticos extremos no Paquistão e na Rússia [que está no lugar 115] devem provocar uma situação mais precária em matéria de segurança alimentar nestes países no próximo ano”.

Em 2009, o índice da Maplecroft colocava Angola no topo da lista dos países com maior risco, seguida por Haiti, Moçambique, Burundi, Congo, Eritreia, Iémen, Zimbabwe e Ruanda. O Afeganistão não estava classificado, porque a empresa britânica não dispunha de dados suficientes.

1.3 Inquérito do INE avalia bem-estar da população

*Jornal de Angola
De 21 de Agosto de 2010*

Os principais resultados sobre Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP), realizado pela primeira vez no país pelo Instituto Nacional de Estatística, no período de 2008 a 2009, estão já disponíveis ao público.

O inquérito produziu resultados sobre 83 indicadores básicos relacionados com os temas da demografia, educação, saúde, atitudes da população em relação a doenças como o VIH/Sida e o comportamento sexual de adultos, trabalho, renda e acesso a bens públicos.

As estatísticas do IBEP dão conta que 37 por cento da população vive abaixo da linha nacional de pobreza, 40,2 por cento tem acesso à electricidade, 42 por cento dos agregados familiares têm acesso à água apropriada para beber, 5 pessoas é o tamanho médio dos agregados familiares chefiados por mulheres e 18 anos é a idade média de nascimento do primeiro filho dos angolanos. Além desses dados, o IBEP apurou que 17,7 por cento das mulheres entre os 12 e 49 anos, casadas ou em união de facto, utiliza métodos contraceptivos e 77,2 por cento das crianças de 6 a 11 anos de idade frequentam o ensino primário.

1.4 Relatório sobre Angola sai em Setembro

*Jornal de Angola
De 22 de Agosto de 2010*

O terceiro relatório de Angola sobre os progressos no quadro dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio está já na sua fase de conclusão e pode ser apresentado na reunião plenária de Alto Nível das Nações Unidas, em Setembro.

O documento constitui a súmula do exercício quinquenal, no que se refere às políticas e estratégias das autoridades nacionais, viradas para o cumprimento dos princípios adoptados na Cimeira do Milénio, organizada pelas Nações Unidas em Setembro de 2000.

Angola figura entre os 191 Estados que adoptaram a Declaração do Milénio como compromisso solene e global para promover a paz e desenvolvimento.

Foram estabelecidos um conjunto de alvos, a atingir até 2015, como a redução da pobreza para metade, o dever de fornecimento de alimentos às famílias, proporcionar escolaridade às crianças, travar a disseminação HIV/SIDA, entre outros.

Na Declaração inicial, constam oito Objectivos, 18 Metas e 48 Indicadores, que constituem parâme-

tros comparativos do alcance do desenvolvimento, concomitantemente, do reduzir da pobreza. Em termos de globalização, o país abraçou iniciativas regionais, particularmente sob os auspícios da União Africana (UA), como a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e o Mecanismo Africano de Revisão de Pares (APRM), dois processos que completam a Declaração do Milénio, visando uma melhor governação, satisfação dos direitos humanos e responsabilização de todos os actores estatais e não-metais.

O primeiro relatório de Angola foi apresentado em 2003, tendo proporcionado uma informação estatística de base para o rastreio de indicadores e alvos.

Em 2005; o seu segundo documento versou os progressos na execução dos princípios para alcance dos Objectivos do Milénio, e já mais abrangente, além de avaliar os progressos registados, traçou desafios e políticas a adoptar e as prioridades para a assistência ao desenvolvimento.

O compromisso do país foi assumido ainda em condições de guerra, com todos os constrangimentos decorrentes, só ultrapassados em 2002, com a instauração da paz, a 4 de Abril. A Reunião Plenária de Alto Nível da Assembleia-Geral das Nações Unidas vai congrega dirigentes mundiais na avaliação dos avanços, identificar os atrasos e assumir o compromisso de lançar um plano de acção concreto para realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Augura-se, igualmente, que responsáveis da sociedade civil, de fundações e empresariais anunciem novas iniciativas concretas, destinadas a acelerar o progresso mundial, durante os vários eventos paralelos, além das declarações dos líderes e dos documentos a adoptar pelas distintas mesas redondas, sobre temas cruciais.

No sector da Saúde, o país está a reduzir os índices de mortalidade materna e infantil, uma estratégia que está em linha com as metas de Desenvolvimento do Milénio, em que se propõe a redução em dois terços da mortalidade infantil e em três quartos a mortalidade materna até 2015. A taxa de mortalidade materna em Angola estava estimada em 1.400 por 100 mil nascidos vivos. As estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam, actualmente, um decréscimo da taxa para cerca de 600 por 100 mil nascidos vivos. Tem havido também um incremento das acções programadas para o combate e controlo do VIH-Sida, com grande envolvimento das autoridades e programas provinciais.

o Novo Banco.

Jacinto Ferreira realçou que, para minimizar os custos operacionais concessão dos créditos e mitigar os riscos de falta de pagamento, se estabeleceram parcerias institucionais com as Administrações Municipais, na identificação dos potenciais beneficiários.

O director da Incubadora de Empresas assegurou que a execução do processo de recolha e de análise proporciona

aos empreendedores a condição de cliente do banco, o que permite que se possa habilitar ao micro financiamento num valor de 500 dólares em moeda Nacional, acrescentando que a taxa de juro é de 1,67 por cento ao mês num período de 12 meses com três meses de carência.

1.5 Bem-estar ainda e uma miragem para muitos angolanos

A Capital

21 de Agosto de 2010

A sociedade angolana continua marcada por índices elevados de pobreza, tal como se pode aferir do estudo, que, por outro lado, situa em cerca de 91 por cento, a taxa da população da área urbana a viver em condições não adequadas, para além de que cerca de 79 desta morar em habitações erguidas com materiais não apropriados. Mais por dentro do capítulo habitação, o estudo permite concluir que grande parte das famílias do meio urbano habita em ambiente afogado. É que cerca de 43 por cento desse segmento da população dorme em casas sobrelotadas, de acordo com o inquérito, que apresenta também indicadores referentes à proporção da população com o acesso à electricidade, à água e saneamento básico apropriado, onde a área rural aparece como a mais penalizada.

Dizem os números que, na zona rural, apenas 8,6 por cento da população angolana tem acesso à energia eléctrica, ao passo que nas cidades este bem chega a 66,3 por cento do universo dos cidadãos.

Igual preocupação colocasse na água apropriada para beber. A julgar pelos dados referentes a esta variável, o que se pode depreender é que 58 por cento da população, à escala nacional, bebe água imprópria para este fim, uma vez ser apenas 42 com acesso à água potável. Mas, uma vez mais, a maioria dela, ou seja, cerca 58 por cento vive na área urbana do país, onde, também, chegasse a ignorar a necessidade de um tratamento apropriado à água usada para saciar a sede.

É que, segundo o estudo, apenas 33 por cento da população angolana tem esta preocupação, mas, desta, somente 9,7 por cento se reporta a pessoas que, vivendo no “campo”, tratam da água antes de beber.

Duma forma geral, o país continua, ainda, marcado por índices de pobreza, de algum modo, preocupantes, com 36,6 por cento da sua população a viver abaixo da linha nacional de pobreza, sendo que 58,3% referente à população rural e 18,7% da área urbana.

Ainda assim, a ministra do Planeamento salientou ter havido avanços nos esforços tendentes em combater a pobreza, e aplaudiu o trabalho que resultou na publicação do IBEP, cujos resultados, segundo a governante,

satisfazem as autoridades do país, que vêm, desta forma, as suas políticas nesse sentido a produzirem os efeitos desejados.

“Os resultados, ora alcançados, demonstram claramente a eficácia das políticas públicas orientadas para o combate à pobreza, se compararmos com os resultados do Inquérito sobre Despesas e Receitas (IDR), realizado em 2001, um ano antes do alcance da paz”, sublinhou, Ana Dias Lourenço, na cerimónia da apresentação do inquérito.

Para já, ela olha para o inquérito em questão, como um instrumento que permitirá actualizar a composição da cesta básica alimentar dos angolanos, definir a linha de pobreza nacional e avaliar a sua extensão a nível do país.

O Executivo angolano serviu-se do presente estudo, para aferir o impacto do crescimento económico nacional sobre a vida dos cidadãos, nos seus vários domínios. Crescimento tarda a reduzir em bem-estar

A economia angolana continua a ser apresentada como uma das que mais crescem, embora por força da crise internacional verificou um certo abrandamento, no seu ritmo de expansão.

O contraste, porém, está no facto dos ganhos económicos ainda não terem o impacto sobre a vida das populações, muitas das quais a viverem, como revelou o inquérito sobre bem-estar, abaixo da linha de pobreza.

Recentemente, a Secretaria de Estado para o Desenvolvimento Rural revelou que cerca de 60 por cento da população angolana continua a viver em situação de subdesenvolvimento, com a grande maioria das famílias a sujeitar-se com um rendimento inferior a 1 dólar por dia.

Organizações como a Liga Angolana de Apoio ao Meio Rural (LAAMR) olham para tais indicadores com alguma preocupação, por contrastar com aquilo que são as taxas de crescimento económico registadas por Angola, nos últimos anos.

É que até necessidades básicas como acesso à água potável, educação e saúde, habitação, assim como o saneamento básico são ainda direitos que estão longe do alcance da população, sobretudo daquela que habita as zonas rurais. Uma situação que, aliás, coloca Angola entre os piores países no Índice de Desenvolvimento Humano.

Até há pouco tempo, as estatísticas atribuíram à Angola um nível de expansão de algum modo robusto, chegado a crescer a taxas de dois dígitos. Mas, o brilho do crescimento continua, como antes, a ser anulado pelo facto do bom desempenho da economia do país, não ter grande reflexo na melhoria da condição de vida da grande maioria das famílias angolanas.

1.6 Frei João Domingos uma ao serviço dos mais desfavorecidos

Semanário Angolense

14 de Agosto de 2010

A Igreja Católica ‘ está de luto. Faleceu o Frei João Domingos, na última segunda-feira, em Lisboa, depois de não resistir a um acidente cardiovascular, quando era esperado que se recuperasse de uma intervenção cirúrgica aos intestinos a que se havia submetido num hospital da capital portuguesa.

Apesar de ter nascido em Portugal, ele havia feito de Angola a sua pátria, tendo-se destacado como um defensor acérrimo dos mais desprotegidos. Missionário de quatro costados, será lembrado pelo seu modo muito peculiar de estar, sempre na busca de um mundo melhor para todos.

Pelo prestígio e importância que granjeou na sociedade angolana, o *Semanário Angolense* dedica a ele várias páginas desta sua edição, juntando-se assim às centenas de manifestações de pesar vindas dos mais variados quadrantes pela sua sentida morte.

As cerimónias fúnebres foram realizadas em Portugal.

Biografia possível

Segundo dados recolhidos na Internet, Frei João Domingos, baptizado com o nome de Domingos Fernandes, nasceu numa aldeia chamada Torre, do concelho e paróquia do Sabugal, distrito da Guarda, a 9 de Agosto de 1933. O nome foi-lhe dado por ter nascido perto do dia de S. Domingos. Integrante de uma família da classe média, agricultores e pastores) cresceu com os valores do catolicismo, a ida à missa, à catequese e à oração do terço às noites na igreja, que faziam parte do seu quotidiano.

Com os pais, cuja convivência era pacífica e fiel, aprendeu a verdade e honestidade, a franqueza e confiança.

O início do seu caminho pela vida religiosa começou a desenhar-se em 1946, após o exame da 4ª classe, com a vinda de uns padres dominicanos, Ordem dos Pregadores que realizaram exames de admissão ao seminário, tinham um Seminário Menor perto de Fátima, onde ministravam o curso liceal. Fez o exame e foi aprovado. Recebeu o nome de João, na tomada de hábito em 1951, a 7 de Setembro, nome religioso que o ligava à Ordem dos Pregadores ou Dominicanos. A partir daí foi sempre chamado por Frei João Domingos.

Em Julho de 1955, o Superior, um padre dominicano canadiano, chamou-o e perguntou-lhe se estava disposto a ir para o Canadá estudar teologia durante 4 anos, fez então os votos solenes (perpétuos) e partiu.

Durante este período, para além do estudo, ajudou muitos emigrantes portugueses no Canadá, a maior parte deles vindos dos Açores, que tinham dificuldade com a língua. Ajudou-os na Emigração, no Ministério

do Trabalho, com o preenchimento de papéis e mudança de contratos de trabalho.

Na América Trabalhou, posteriormente, na América, 3 meses por ano, durante 23 anos, num Centro de Atendimentos Aconselhamento, aprendendo muito com as pessoas e, sobretudo, com os psicólogos e psiquiatras com quem trabalhava, para ajudar as pessoas a resolverem os seus problemas.

Em França, esteve no ano de 1968, ano do ressurgimento da juventude na Europa. Esteve em Paris e noutras cidades, mas foi em Estrasburgo que passou um ano escolar inteiro, onde vivia com os dominicanos e estudava na Faculdade de Teologia. Celebrava, também, missa numa Escola de Reeducação de Jovens e numa igreja onde se reuniam os emigrantes portugueses.

Em Portugal, trabalhou 8 anos no Seminário dos Dominicanos em Aldeia Nova, 7 dos quais como Director. Passados, esses 8 anos, foi Superior do Convento dos Dominicanos em Fátima, onde ajudou a criar um Centro do Estudos, aberto a seminaristas e jovens, rapazes e raparigas, novidade que, na altura, nem toda a gente aceitou bem. O Centro conta hoje com mais de 4.000 estudantes.

Em 1975 foi passar um ano de estudos ao Canadá. Regressou em 1976 e foi viver em Lisboa na Casa dos Dominicanos em Benfica. Foi nomeado Director do ISTA (Instituto de Teologia S. Tomás de Aquino) e começou a dar aulas de teologia na Universidade Católica de Lisboa. Nesse tempo, desempenhou, simultaneamente, outras funções, como: pregação e animação das Pequenas Comunidades Religiosas de Padres e Irmãos operários, inseridas nos Bairros de Lisboa e Porto e nas aldeias do Interior.

A saga angolana Mil, novecentos e 81 é o ano em que iniciou o caminho no país em que permaneceu até pouco antes da sua morte. O projecto dos Dominicanos, ao irem para Angola, era trabalharem como missionários na pastoral, mas também na educação e na promoção e desenvolvimento do Povo. A nível pastoral, ajudaram a organizar as Comunidades Cristãs e dão cursos de formação. Criaram um jornal mensal que se publicou regularmente, apesar da guerra, desde Dezembro de 1983 e que ajuda o acompanhamento da vida da Paróquia.

Em Agosto de 1988, para responder ao pedido dos Bispos da Igreja Católica, assumiu a reitoria do ICRA em Luanda. Assim, em Setembro desse ano assumiu o ICRA e a paróquia do Carmo, juntamente com outros dominicanos. Foi Pároco 4 anos. A partir de 1992, deixou de ser o pároco, mas continuou sempre a trabalhar como colaborador, apenas ausente desde Setembro de 1992 a Agosto de 1993, ano sabático, em que esteve em Jerusalém, em estudos bíblicos.

O ICRA (Instituto de Ciências Religiosas de Angola) foi criado pelos Bispos de Angola a 8 de Dezembro de 1984. Os objectivos do ICRA são a formação de quadros

angolanos com uma filosofia de altruísmo e honestidade. Em Luanda, foi professor em várias outras instituições ligadas à Igreja Católica, com destaque para o Instituto João Paulo II, onde chegou reitor.

Antes disso, ainda em Portugal, exercera vários cargos notáveis funções sobretudo no domínio da formação de quadros.

Era bastante conhecido pelo país inteiro, graças às suas homilias dominicais televisionadas, nas quais fazia o que ele mais gostava: dissertar em defesa dos pobres e contras as injustiças sociais, não se coibindo de apontar o dedo quando fosse necessário.

Na sua terra natal chegou a ser agraciado em 1998 com a comenda Ordem de Mérito do Estado Português.

1.7 Fundo de pensões Futuro seguro

*Semanário Factual
de 07 a 14 de Agosto de 2010*

Todo o trabalhador, quer do Estado como do privado, tem consciência que, depois de uma vida de labuta ininterrupta, chega o momento de “arrumar as botas”, ou seja, ir para a reforma.

Neste caso, deve ser preocupação dos trabalhadores a sua inscrição nas várias seguradoras existentes em Angola, de modo a poderem receber o seu fundo de pensão, pelo a cúmulo de anos de labor, pois, nessa altura, a falta de um valor pecuniário para sobreviver pode tornar-se um calvário, dado que poucas são as chances de uma vida tranquila na velhice se o antigo funcionário depender de terceiros para viver.

Claro que, em certas famílias, os anciãos gozam do respeito e consideração e são mesmo proibido e de se preocuparem com o dia-a-dia, porque eles muito deram em prol dos seus ente queridos que devem ser igualmente bem tratados no fim da vida.

Nestes casos, e embora tenham a pensão garantida, os velhos estão seguros com o apoio advindo das suas famílias, mas, no caso contrário, em que as família são pobres e desprovidas de recursos, aí será a pensão de velhice que pode garantir o sustento de quem não tem emprego mas vive em comunhão.

Porém, é necessário verificar se durante o seu tempo de actividade a empresa ou entidade em que laboraram inscreveu o nome dos funcionários para uma reforma futura, ou se têm os contratos válidos.

Porque é do conhecimento geral que, por desinteresse, incúria, desleixo e má-fé, muitos empregadores descontam o subsídio de segurança social mas não o depositam na conta do visado, através do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), a entidade que tem a missão de registo dos beneficiários.

Evidentemente que essa questão foi várias vezes levada

à tona, dado que, chegada a reforma, o beneficiário dirige-se ao INSS para saber da sua situação e descobre que, afinal, pese os anos de trabalho, o seu nome não consta dos registos. E o resultado é traumas, corridas de um lado para o outro, queixas e até ameaças aos empregadores que não velaram pela situação.

E até que tudo seja esclarecido, muito tempo já passou e os beneficiários da pensão de reforma perdem o interesse, à espera que o tempo resolva.

Por isso é que muitos anciãos acabam por deixar o mundo dos vivos sem poderem usufruir do que lhes é de direito, porque houve inépcia e incompetência dos gestores.

Daí a necessidade de todo o trabalhador se enquadrar e manifestar interesse em ver regularizado o seu subsídio de segurança social, contactando mesmo os recursos humanos da empresa em causa para esclarecimentos a propósito.

Não é por acaso que, por ocasião do dia dos seguros e fundos de pensões em Angola, assinalado a 05 de Agosto, o chefe do departamento de fundos autónomos do Instituto de Supervisão de Seguros, Jesus Teixeira, ter referido que é fundamental as empresas do mercado angolano criarem fundos de pensões, para atraírem quadros mais capazes para as suas hastes.

Tanto que Jesus Teixeira insistiu que, no futuro, um trabalhador dificilmente optará por uma empresa se não estiver protegido por um fundo de pensões, para que receba uma pensão a título de pré-reforma, reforma antecipada, reforma por velhice, por invalidez ou de sobrevivência.

E neste momento, em que por todo o país se vê a criação de empresas de diversas áreas, é essencial que os potenciais empregados indaguem do seu contrato de trabalho e, conseqüentemente, do subsídio de segurança social, pois se este não constar do recibo do salário será pouco crível que terão reforma no futuro, ou melhor, a garantia da sua pensão.

Porém, um papel determinante cabe à inspecção do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS), para inquirir se as várias entidades empregadoras têm os seus trabalhadores devidamente inscritos, e, caso tal não aconteça, devem ser processadas, porque está em jogo a vida de milhares de trabalhadores que vêem assim usurpado um direito fundamental, a pensão de reforma.

1.8 Governo vai divulgar inquérito sobre bem-estar da população

O Independente

14 Agosto de 2010

O Governo vai tornar público, nos próximos dias, um inquérito sobre o bem-estar da população para aferir o impacto do crescimento da económica nacional na vida dos cidadãos.

A informação foi avançada pelo ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel Júnior, quando respondia às questões colocadas pelos deputados durante a terceira sessão extraordinária da Assembleia Nacional que aprovou o OGE para 2010 revisto.

O governante garantiu que este inquérito, levado a cabo pelo Ministério do Planeamento, vai medir, de maneira objectiva, quantitativa e fundamentada os efeitos do crescimento da economia na vida da população, nos vários domínios.

“Brevemente, uma questão de dias ou semanas, serão tomados públicos os resultados”, sublinhou o ministro, garantindo ser um trabalho técnico e científico. Recordou que, tirando o ano de 2009, afectado pela crise financeira mundial, a economia do país cresceu, até 2008, em 17porcento, uma cifra considerada assinalável.

Noutro plano das suas explicações, Manuel Júnior disse que apesar do crescimento que o sector não petrolífero tem registado desde 2006, em termos de receitas o OGE continua a ser dominado pelas provenientes do petróleo.

Para que as receitas do sector não petrolífero possam equiparar-se às do petrolífero, argumentou, é preciso que a riqueza produzida pelas empresas desta área seja suficiente. Deste modo, para se alcançar esta meta, Manuel Júnior deu a conhecer que está em curso a reforma fiscal que vai permitir o aumento das receitas tributárias no sector não petrolífero.

“Com a reforma fiscal haverá um aumento da base tributária e um melhoramento na gestão da administração de captação de impostos por parte do Estado”, esclareceu. Quanto às empresas públicas, anunciou que o Executivo está a fazer um diagnóstico profundo para reconfigurar o universo das mesmas, findo o qual, algumas continuarão a ter o mesmo estatuto (empresas públicas) e outras não e que até a primeira quinzena do mês de Setembro serão conhecidos os resultados deste diagnóstico.

Neste sentido, o ministro deu a conhecer que está já terminada a revisão profunda da Lei das Empresas Públicas no sentido de conformá-la aos avanços verificados nos conhecimentos da gestão empresarial, bem como à evolução da económica angolana. Paralelamente, referiu, está também em curso a elaboração do Estatuto do Gestor Público, para conformar os seus direitos e obrigações. Para o enriquecimento destes diplomas deverá realizar-se, proximamente, o seminário nacional para a recepção de mais contribuições.

Sistemas de segurança modernos vão ser instalados ao longo da fronteira angolana com a República Democrática do Congo (RDC), no âmbito do combate à imigração ilegal, informou quarta-feira, no Soyo (Zaire), o 2º Comandante Nacional da Polícia de Guarda Fronteira, Subcomissário João Batista Ginga de Almeida.

De acordo com o oficial, que prestou estas declarações à imprensa, no aeroporto local, momentos depois de visitar as fronteiras marítimas, fluviais e terrestres desta região, os sistemas serão instalados com a cooperação de especialistas do governo russo, como resultado de um acordo de cooperação. “A situação da fronteira com a RDC é que mais preocupa o governo de Angola e estou seguro que com a implementação do sistema, os casos de imigração ilegal poderão diminuir significativamente”, frisou.

João Baptista de Almeida informou que a visita conjunta às fronteiras visou a realização de um estudo e a identificação dos locais, onde se pretende colocados os meios de segurança, entre os quais, sistemas de vídeo vigilância, sensores electrónicos e outros aparelhos.

A fronteira de Angola com a RDC tem uma extensão que abrange as províncias de Cabinda, Zaire, Uuíje, Malanje, Luanda Norte, Lunda Sul e Moxico.

Segundo o subcomissário, a medida que abrange igualmente a formação dos efectivos nesta especialidade, é uma das formas operativas para atenuar o fenómeno da imigração ilegal no país mais intenso na linha divisória com a República Democrática do Congo, bem como desencorajar os seus autores.

1.9 Inflação Acumulada atingiu 7,19 por cento em Julho

Semanário Factual

De 21 a 28 de Agosto de 2010

A inflação acumulada nos primeiros sete meses de 2010 cifrou-se já em 7,19 por cento contra 7,47 por cento em 2009 e 6,72 por cento em 2008, uma tendência que tende a convergir com a expectativa de que a inflação no final do presente ano se fixe em 13 por cento.

Segundo fontes, a estabilidade do dólar no segundo trimestre e o descongestionamento das mercadorias no Porto de Luanda contribuíram, de algum modo, para a relativa desaceleração dos preços, se tiver em conta a tendência dos preços no ano passado.

Para alguns especialistas, a tendência altista dos preços é o reflexo do aumento substancial da taxa de câmbios, que passou de cerca de 80 Kwanzas para 100 Kwanzas por dólar. Contudo, as estimativas apontam para um forte abrandamento da inflação em 2011 e cuja expectativa é de que a taxa de inflação anual poderá fixar-se abaixo dos 10 por cento.

Actualmente, a inflação homóloga situa-se em 13,70 por cento, o que representa uma queda de 0,27 pontos percentuais com relação ao mesmo período do ano passado.

No mês de Julho deste ano a variação dos preços foi de 1,14 por cento, devido ao aumento dos preços das bebidas alcoólicas e do tabaco, que registou um agravamento dos preços na ordem dos 1,94 por cento, com destaque para o acréscimo de 2,42 por cento do preço do vinho tinto não nacional.

O preço da cerveja nacional subiu 2,17 por cento, o vinho caseiro (VINUL) 2,13 por cento, o Whisky 1,65 por cento, os cigarros YES 1,27 por cento e AC 1,18 por cento. Salienta-se que as bebidas alcoólicas representam um peso significativo sobre o consumo e o rendimento das famílias, já que muitos agregados sobrevivem da sua venda.

A classe hotéis, cafés e restaurantes registou um aumento de preços na ordem de 1,68 por cento, enquanto o vestuário e o calçado cresceram 1,43 por cento, sendo que os preços dos alimentos se agravaram em 1,18 por cento. Entre os produtos que mais subiram de preços destaque para a água em tambor que cresceu 3,86 por cento, a fuba de bombo 2,95 por cento, o táxi 1,20 por cento. O preço da cebola subiu 5,41 por cento, a sardinha fresca registou um acréscimo de 2,9 por cento, a massa alimentar 1,63 por cento, a fuba de milho 1,56 por cento e o carapau seco 1,53 por cento.

De um modo geral, os alimentos e bebidas não alcoólicas foram os que mais contribuíram para o aumento do nível geral de preços, contribuindo em mais de 57 por cento para o aumento do IPC.

O preço dos alimentos continua a liderar a lista dos produtos que mais subiram ao longo dos primeiros sete meses do ano em curso, reflectindo-se, assim, negativamente sobre o poder de compra dos salários cuja maior fatia se destina às despesas com alimentação. O peixe figura entre os produtos que mais tem vindo a aumentar de preço ao longo dos sete meses de 2010.

Para compensar a perda de poder de compra dos salários da Função Pública, o Executivo realizou já um reajuste dos salários na ordem de 5,4 por cento no primeiro semestre do presente ano e anunciou um novo reajuste também na ordem dos 5, 4 por cento para o segundo semestre.

A alta da inflação continua a alimentar a alta da taxa de juros cobrada pelos bancos comerciais sobre o crédito o que afecta negativamente a procura por este “pacote” visando investimentos.

O Banco Nacional de Angola cortou as reservas obrigatórias tanto em moeda nacional como em dólares para impulsionar a queda das taxas de juros do crédito que se mantiveram no primeiro semestre acima dos 20 por cento, situação que restringe o crédito e condiciona a expansão deste e consequentemente dos investimentos.

I.10 O IBEP e o desenvolvimento económico

A Capital

21 de Agosto de 2010

O inquérito é sobre o bem-estar mas servia-lhe, com perfeição, uma denominação inversa. O ministério do Planeamento apresentou, pela primeira vez, o seu Inquérito Integrado sobre o Bem-estar da População (IBEP), reflectindo o resultado de constatações feitas, por técnicos do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), em auscultação a populares nas 18 províncias do país. A conclusão, claro, era a esperada: a esmagadora maioria dos angolanos continua a viver mal, longe das metas internacionalmente aceitáveis de desenvolvimento humano.

Os números apresentados, que são, também, retratados noutras páginas desta edição, vão de encontro às previsões mais pessimistas quanto ao impacto, junto da população, do constantemente alardeado crescimento económico. Colocam, ainda, em cheque os esforços que se diz empreender em tomo da redução da pobreza no país já que, com a realização deste inquérito, está claro que ela (a pobreza) é afinal uma condição quase generalizada entre os angolanos.

É, no fundo, a confirmação daquilo que os angolanos mais atentos já sabiam e que precisava, apenas, de uma confirmação estatística. Têm razão, pois, aqueles que defendem, há bastante tempo, a necessidade das autoridades reverem a sua política, a sua estratégia de redução da pobreza sob pena de um processo, que até é ambicioso, redundar em fracasso.

Um inquérito mais abrangente, à dimensão de um censo populacional, por exemplo, revelaria uma situação mais crítica ainda. A pobreza, a miséria, ora comprovadas pelos dados do IBEP, estão aí, ao virar da esquina, em cada bairro degradado, em cada andrajoso que nos estende a mão nas principais avenidas do país. São factos que, caros senhores, não podem ser publicamente apresentados com eufemismos, com as habituais máscaras que procuram, a todo o custo, ocultar a realidade nua e crua.

E reduzir a pobreza não equivale a distribuir dinheiro pelas pessoas ou, como alguém já defendeu, a enfeitar os telhados de casas degradadas com antenas parabólicas e os quintais de casas de chapa com uma velha e, em quinta mão, viatura Toyota corrolla. São necessários esforços conjugados que possam garantir, aos mais desfavorecidos, desde a educação de qualidade, habitação condigna, segurança, cuidados de saúde aceitáveis e ao saneamento básico propriamente dito. Sem isso, meus senhores, jamais se poderá falar em desenvolvimento, tão pouco de bem-estar.

I.11 Pobres continuam em guerra

Folha 8

De 31 de Julho de 2010

No município de Viana, mais propriamente na Comuna do Mirú nas proximidades da conhecida “Praça Nova”, a insegurança e os assaltos a mão armada nos últimos tempos tomam proporções bastante alarmantes. Os desgraçados residentes desde a muito que reclamam por intervenção da polícia, mas nada até aqui foi feito. Nem carros de patrulha, supostos a intervir como persuasão. Existem assaltantes invadem impunemente os casebres munidos de armas, matam ou ameaçam e levam consigo os míseros kwanzas que são conseguidos com sacrifício imundo até pela dita promiscuidade e imoralidade, única formula encontrada para sobreviverem. Os poucos recursos são conseguidos em desespero, através de vendas a retalhados (litros de gasolina, óleo de motor, produtos comestíveis), debaixo das árvores ao longo das estradas ou expostos em pleno Sol ardente, sujeitos a serem atropelados ou a apanharem doenças mortíferas. Foi o que aconteceu na madrugada de 02 de Julho. A última foi a família do cidadão Kito, militar das FAA, destacado em Caxito como enfermeiro. Aproveitando-se da sua ausência, três elementos dos quais um armado de AKM, pela madrugada, invadiu seu domicílio, espancaram sua esposa de seu nome Laurinda, ameaçaram as três crianças que se encontravam a dormir num dos quartos e levaram consigo uma pasta que continha documentos diversos e a quantia de 180 mil kwanzas. Só não aconteceu o pior porque um dos Vizinhos corajoso e na sequência dos gritos da senhora saiu em socorro. Na fuga os assaltantes deixaram, caído no quintal, um carregador da arma que um, deles empunhava. De acordo com Kito com quem conversamos, os 180 mil kwanzas, eram poupanças de quase um ano e se destinavam a pagar pedreiros e compra de material à utilizar no muro de vedação da sua casa, culpa também dos pedreiros que se atrasaram com o início das obras. Por mais incrível que pareça, as vítimas preferenciais dos assaltantes são outros pobres, muitos nem sequer sabem se depois de mortos terão direito ao caixão, essas zonas a falta de iluminação pública, serve de estímulo aos assaltantes, enquanto os ricos têm dinheiro suficiente para se barricarem e de quê se inventarem toda uma gama de sistemas de segurança, são eles os que mais presença das forças da ordem têm”, comentou um dos moradores, Kito declarou que iria depor queixa contra X à polícia, contudo estava pessimista quanto aos resultados.

I.12 Pobres Não Beneficiam do Crescimento Económico

Angolense

De 31 de Julho à 7 de Agosto 2010

Desde 1975 até a hoje o país conhece apenas dois inquéritos sobre a população, um datado de 1991 e outro de 2002, O último o relatório do Centro de Estudo e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola aponta para uma ligeira perda de bem-estar da população em 2009, tais como o aumento da pobreza e a queda do Produto Interno Bruto (PIB) por habitante.

De acordo com o documento, a perda do poder de compra cifrou em 1, 15%, o salário médio correspondeu a 112,2 dólares contra 119, 1 dólares em 2008.

O estudo refere também que apesar do crescimento económico que o país assiste, este pode não ter beneficiado a pobreza. A quantidade de serviços de saúde, educação, água, electricidade e habitação oferecida à população permanece muito deficitária.

A região de Luanda é caracterizada por grandes contrastes em matéria de repartição do rendimento, segundo o relatório que estamos a fazer referência. Os sinais exteriores de riqueza são mostrados através da aquisição de apartamentos e moradias de 2 a 10 milhões de dólares, da circulação de carros de topo de gama, de acesso a certas pessoas a restaurantes de luxo, enquanto que os SII1aIS exteriores de pobreza são a proliferação dos musseques, os vendedores ambulantes, vulgo zungueiros, o desemprego, a falta de água e electricidade.

Estima-se que cerca de 60% dos 6 milhões de habitantes de Luanda vivem com menos de dois dólares por dia, segundo o estudo da The África Report.

Entretanto, não obstante a esta realidade espelhada, quer dizer o crescimento económico do país contrasta com a qualidade de vida da maioria dos cidadãos.

Os autores do estudo da Universidade Católica alertam também para possíveis riscos políticos e económicos que devem ser tido em consideração e defendem que o maior risco a longo prazo está associado a fraqueza da democracia interna e os receios quanto a instabilidade política. Referem ainda que entre 37 países africanos, o risco político de longo prazo de Angola é dos maiores, apenas superado pela República Democrática do Congo e Zimbabué.

Descentralização pode reduzir a pobreza

O programa de luta contra pobreza (LUPP) confirma ter havido um agravamento da pobreza em Angola, sobretudo nas zonas peri-urbanas, nos últimos anos.

De acordo com o seu coordenador, Willy Piassa, que reagiu ao relatório, os indicadores da pobreza são visíveis nas ruas e bairros e um deles é o desemprego. “Hoje é cada vez mais notórios, nos bairros, jovens em

idade economicamente activa sentados sobre os muros sem fazerem nada”, apontou.

Para ele, se as Nações Unidas consideram pobres aqueles que vivem com menos de um dólar por dia, na nossa realidade devido a carência de vida, até aquele que vive com 2 dólares/ dia é pobre.

Segundo Willy Piassa, os esforços do Governo existem, mas estes não têm sido acompanhados de uma estratégia que se ajuste a nossa realidade e citou como exemplo o caso do Hospital Geral de Luanda, que, como explicou, tentou resolver um problema que afligia as populações das periferias, mas fechou as portas em menos de quatro anos, sem que, no entanto, o Governo se pronunciasse como acontece” em países normais”.

O Coordenador de Programa de Luta contra Pobreza Urbana entende que o governo deve deixar de ser paternalista e tentar promover uma governação participativa.

“Se olharmos um pouco para o que são as formas de manifestação de pobreza veremos que, por mais que o Governo angolano decida, de hoje até 2015, a locar um bilhão de dólares por ano, tenho muitas dúvidas que Angola atingirá as metas do milénio, tendo em conta a forma como os projectos são implementados. Há falta de clareza, o material que usam é duvidoso, os números dos orçamentos das obras são falsos”, -deplorou.

Questionado sobre como o LUPP pensa que a pobreza em Angola deve ser combatida, Willy Piassa disse que primeiro é necessário que o governo não recue na pretensão que tinha de descentralizar a governação, “que dê poder aos municípios e as comunas para estas resolver as reais necessidades das populações” – sugeriu.

O LUPP trabalha essencialmente na província de Luanda mas os seus modelos de combate a pobreza são replicados noutras províncias, através de outras organizações não governamentais.

I.13 Populares temem alta de preços

A Capital

De 14 de Agosto de 2010

TAXISTA há mais de um ano, Kiala Manuel já faz as contas. Quando a medida do Governo, que reduz os subsídios aos preços dos combustíveis, entrar em vigor, passará a gastar mais do que agora para atestar o reservatório da sua viatura. Diferença, segundo diz, até não é muita, tendo em conta a redução, anunciada para este ano, de oito por cento dos subsídios, implicando, entretanto, uma subida de preços na mesma proporção. Com o aumento em perspectiva, gastará mais 120 kwanzas

para atestar o carro toda a vez que recorrer às bombas. Isso vai, segundo disse, legitimar aquilo que, em muitas zonas de Luanda, já se pratica, cobrar uma tarifa de 100 kwanzas para o transporte em táxi.

Oficialmente, a tarifa está tabelada em 50 kwanzas, mas muitos taxistas não concordam e, com base nas condições do mercado, cobram, à revelia, 100 kwanzas. Daí não haver, para Kiala, qualquer lógica em fazer subir o preço do combustível. “Digo isso não só como taxista, mas também como um cidadão”.

Para ele, “uma vez que os recursos são explorados no nosso país e distribuídos além das nossas fronteiras”, faz todo o sentido o Governo continuar a subsidiar o preço dos combustíveis.

A subida, ora anunciada, para ele, “vai embarçar mais ainda a vida da população, porque é meio chato, quando o país é produtor de um determinado produto e você tem de pagar caro para obtê-lo”, sublinhou.

O que prevê, mesmo, esse taxista, é um aumento do preço dos combustíveis. “É essa tendência”, previu. “Já há áreas em que o preço do táxi é 150 ou 200 kwanzas”.

“Por isso, acho absurda a subida do preço dos combustíveis, porque se o angolano consegue descobrir um poço de petróleo, então, não temos que pagar caro para ter esse produto, uma vez que as famílias angolanas não estão capacitadas, financeiramente, para ultrapassarem essa situação. Portanto, a minha opinião é que o preço deveria baixar e não subir”

Jorge Pascoal, tal outro taxista de profissão, conta já cinco anos de experiência. Para ele, a subida do preço do combustível “será um transtorno para nós os taxistas e, principalmente, para a população, porque, nesse caso, a probabilidade do preço do táxi subir é grande”. “Se já está difícil para as pessoas poderem andar de táxi, com uns a cobrarem 100 Kwanzas, com o preço actual do combustível, se vier mesmo a subir, então, o preço do táxi também pode subir mais”, calculou.

Jorge é, também, da opinião de que o preço do combustível, ao invés de subir, “deve baixar”

Cláudia Raimundo, funcionária pública, prevê, em função disso, um aumento do custo de vida, “visto que as pessoas já fazem um esforço enorme ao pagarem o táxi, todos os dias ao preço de 100 kwanzas, mesmo as linhas curtas”.

“Com a subida do combustível, a tarifa de táxi vai subir mais e, então, passaremos a pagar 200 kwanzas, mesmo com o nosso salário que já não é lá grande coisa. Só para dar um exemplo, eu ganho 30 mil kwanzas e gasto diariamente 200 kwanzas, com quanto é que vou sobrar para sustentar a minha família?”, indagou-se. “Por isso, sou de opinião que o preço do combustível não deveria subir, mas sim descer”.

Manuela André, estudante, disse que esta medida vai complicar a vida não só dos automobilistas, como

também dos utentes dos transportes públicos, bem como a população, em geral. “Afim, quem sofre é a própria população e não quem determina”.

“Se assim não fosse, já teriam aumentado o número de autocarros em serviço de transporte públicos, para ajudar a população e isso não temos. Existem bairros ou zonas em que não se faz sentir a presença de autocarros e, por esta razão, as pessoas são obrigadas a pagar a corrida a 100-kz”.

Manuela, afirma mesmo que, com a subida do táxi, “vamos acabar por pagar 200 kz do São Paulo à Mutamba, porque actualmente já pagamos 100 kz”. Ela defende, por isso, “que o Governo deveria analisar devidamente esta situação; analisar como vivem as famílias angolanas; e não fazer subir o preço do combustível assim, à toa, porque isso vai trazer não só consequência nos preços dos táxis, como também na alimentação, vestuário e noutras coisas mais”.

1.14 Quase 10 milhões abaixo da linha da pobreza

A Capital

De 14 de Agosto de 2010

Na sua análise do OGE de 2010 o OPSA passa a pente fino as opções orçamentais estratégicas do Executivo, avisando que a “redução da importância dos investimentos em infra-estrutura poderá causar atrasos no processo de estruturação do país, diminuir o potencial de crescimento económico e a taxa de emprego estrutural”.

Semelhante situação segundo a análise do OPSA – foi provocada pelo facto de em 2009 face ao imperativo de realizar cortes nas despesas públicas, o Governo ter optado pela diminuição relativa das despesas em formação bruta de capital fixo para garantir os salários na função pública.

Esta opção resultou, com a revisão da OGE, na diminuição da fatia das despesas em formação bruta de capital fixo que caiu de 35,5% para 31,4% das despesas totais do OGE, enquanto os gastos com o pessoal (incluindo despesas para a segurança Social) aumentaram de 14,5% para 26,7% no total das despesas.

MUITOS POBRES

O aumento da pobreza entre a população é outro indicador preocupante. Citando análises do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica o OPSA sinaliza que o cenário mais optimista de evolução da pobreza em Angola situa-a acima dos 55%, colocando mais de 9,7 milhões de angolanos abaixo da linha da pobreza.

A política fiscal e a política de transferências principais instrumentos do OGE na redistribuição da riqueza

também sido marcadas por opções lesivas do nível social dos trabalhadores e da população em geral. Citando o relatório do CEIC da Universidade católica, o OPSA refere que “desde 2002 verificou-se um aumento de 6,2% da fiscalidade petrolífera, o que pode ter contribuído para a deterioração do poder de compra da classe média, de forma directa, e da classe mais pobre, por via dos impostos sobre as importações”.

Um outro factor apontado é a contínua debilidade da política de redistribuição do rendimento com base nas despesas, ilustrada com a abrangência muito limitada de pessoas idosas pelas pensões, que é inferior a 2,6%.

De resto, a factura dos subsídios ao preço dos combustíveis, que até muito recentemente andava na orla de mil milhões de dólares, continua bastante elevada. Como se sabe, este subsídio intrinsecamente ligado ao consumo, traduz-se num benefício das famílias que possuem mais meios como automóveis, por exemplo.

Má execução e fraco controlo são outras marcas registadas. “Em Angola, a capacidade de execução das despesas têm-se mostrado reduzida tanto em resultado dos constrangimentos na disponibilização de algumas verbas como da baixa capacidade de execução de muitas das unidades orçamentadas” – escreve-se no relatório do OPSA sobre a análise do OGE 2010.

OPACIDADE

Numa época em que o Executivo faz gala de perseguir a tão propalada política de tolerância zero, a análise do OPSA assinala que “a falta de transparência na execução do orçamento é favorecida pela existência de fundos sem um fim claro e também pela fraca clarificação do órgão que o gere”.

E o OPSA põe o dedo na ferida ao afirmar na sua análise que, por exemplo, “para o exercício económico de 2010 o OGE prevê uma Reserva orçamental de 26, 4 mil milhões de kwanzas (cerca de 342 milhões de dólares). Na opinião de muitos, esta avultada reserva terá sido constituída para cobrir despesas com um eventual processo eleitoral”.

“Encargos Centrais do Estado” – tal é a estranha e abstracta denominação de um fantasma gordo que aparece nos itens do orçamento geral do Estado que surge no Resumo das Despesas de Órgão por Programa, representando nada mais nada menos que 33,9% das despesas.

Segundo o OPSA, os restantes 72,1 % são afectos aos órgãos “conhecidos” do Estado, incluindo a Secretaria-geral da Presidência da República que levará a cabo dois programas, sendo um deles, a Expo 2010 em Shangai-China.

A panóplia de instituições a realizar actividades

relacionadas com a reconstrução nacional levanta “problemas de coordenação que favorecem a má gestão dos recursos públicos e a consequente falta de transparência”, sendo o caso “mais flagrante o do gabinete de Reconstrução Nacional que leva a cabo programas que, por princípio, deveriam ser da responsabilidade dos sectores de Energia, Águas, Construção, Habitação e Transportes”.

O OPSA toma nota com muita curiosidade do facto de “mesmo com as baixas taxas de execução orçamental, não haver registo de despesas cabimentadas e não pagas até ao encerramento do exercício financeiro”. Uma situação que na liquidação de contas do OGE tem sido “resolvida” com o expediente com a inscrição destas despesas na proposta orçamental do ano seguinte sob a rubrica Restos a Pagar.

Apesar da contínua não elaboração da Conta Geral do Estado, o OPSA regozija-se com os passos dados pelo Executivo nesta direcção no quadro geral das alterações relativas a execução do OGE.

Ao nível da execução orçamental, no âmbito das responsabilidades da Assembleia Nacional, o relatório do OPSA destaca como factores inibidores do seu cabal desempenho nesta matéria, a sua pouca autonomia relativamente a Presidência, ao Executivo e ao MPLA, partido no poder, fraca capacidade institucional, fraca autonomia financeira entre outros.

1.15 Quem vive do seu salário ficará ainda mais pobre

A Capital

De 14 de Agosto de 2010

A CAPITAL – *O Governo prevê, para este ano, um aumento de oito por cento no preço dos combustíveis, de uma maneira geral. Estamos, portanto, perante uma redução dos subsídios que eram feitos até aqui. Qual a sua opinião a respeito?*

JUSTINO PINTO DE ANDRADE (JPA) – Os preços dos combustíveis estão no nível actual há muitos anos. Recordo que, em 2004, tais preços tiveram uma subida média de 70%, e feita de uma só vez. Na altura, o Governo alegou que a subida se devia à necessidade de se ir eliminando os encargos com as subvenções do Estado. Falou-se num encargo com as subvenções do Estado, a diversos bens e serviços, na ordem dos 1 mil milhões de USD, a maior parte por causa dos combustíveis. Disse-se, também, que a percentagem das subvenções no PIE era de 4,4%. Tal como sucede agora, simultaneamente com a subida dos preços dos combustíveis, deu-se um aumento dos salários da Função Pública, mas com os salários a subirem muito menos que os preços dos combustíveis.

A CAPITAL – *Segundo o ministro das Finanças, esse aumento vai atingir, no próximo ano, a cifra de 20 por cento. Como entender essa política governamental, portanto, esse aumento, digamos, abrupto do valor de tais bens de alto consumo nacional?*

JPA – O que o Ministro das Finanças disse é que, no próximo ano, subiriam novamente os combustíveis numa cifra de 20%. Ele não disse que os preços dos bens de consumo nacional iriam subir 20%. É evidente que uma subida dos preços dos combustíveis terá impactos sobre os preços de muitos bens e serviços, sobretudo os de produção nacional. Mas, não é verdade, que eles subam na mesma proporção, já porque os combustíveis são apenas uma componente, mesmo que importante, na produção desses bens e serviços.

A CAPITAL – *Como acha que esses aumentos se vão reflectir no bolso do cidadão comum?*

JPA – Em princípio, todos os aumentos de preços têm reflexos no poder de compra dos cidadãos. E os reflexos são sempre negativos, se não forem acompanhados por uma subida, pelo menos equivalente, no nível dos seus rendimentos. Haverá, seguramente, um maior empobrecimento relativo, para aqueles que só têm os seus salários, como fonte de rendimento.

A CAPITAL – *Será possível a adopção de medidas de contenção, digamos, desses efeitos negativos? O que dizer, por exemplo, de um aumento do salário mínimo nacional, para ajudar as pessoas a enfrentarem o novo cenário?*

JPA – A subida dos preços dos combustíveis afectará, sobretudo, os segmentos mais débeis da nossa população, mas terá, igualmente, implicações sobre algumas áreas da actividade económica, muito em especial a produção e a transportação. Mas a área produtiva, bem como os transportes, terão formas de contornar este obstáculo, transferindo para o consumidor o ónus dessa medida. Contudo, os que vivem do seu salário não poderão transferir esse ónus sobre ninguém. Logo, a atenção dos poderes públicos deve recair sobre esses, aliviando-lhes a dor. Uma das formas de alívio mais comum é o aumento dos seus salários, numa percentagem superior à dos segmentos de rendimento mais alto. Porém, pelo que sei, todos irão ter a mesma percentagem de aumento salarial, 5,4%.

A CAPITAL – *Regra geral, quando sobem os preços dos combustíveis, sobem os preços de outros bens e serviços. Estaremos perante uma excepção à regra?*

JPA – De modo algum. Mas é bom dizer que os preços dos bens e serviços não têm que variar todos na mesma proporção. A percentagem da variação deverá ter alguma proporcionalidade, com a da percentagem de incorporação dos combustíveis nesses bens e serviços.

Claro, haverá também uma influência indirecta, que vem dos reflexos de outras incorporações.

A CAPITAL – *Tempos atrás, o Chefe de Estado questionou a política de preços do país, dizendo que, em Angola, o preço de tudo subia e que o poder de compra era, em função disso, muito baixo. Como fica essa reclamação, perante o cenário em perspectiva?*

JPA – Basta olharmos para o caso de que estamos a falar: os combustíveis sobem 8%, a inflação prevista é de 13%, os salários dos funcionários subirão apenas 5,4%. Haverá uma clara perda de poder de compra. Quem vive do seu salário, ficará ainda mais pobre.

A CAPITAL – *Acha que isso deverá, de certo modo, influir na taxa de inflação?*

JPA – Os combustíveis são transversais a toda a economia, logo, condicionam directamente a taxa de inflação.

1.16 Rede de supermercado “Nosso Super” a caminho da privatização

Angolense

De 7 à 14 de 2010

Numa ronda efectuada pela Angolense, esta semana, nos supermercados da rede “Nosso Super”, foi notório o semblante triste dos trabalhadores que aguardam pela publicação, a qualquer momento, de uma lista em que poderiam constar os seus como despedidos. Ao mesmo tempo, notamos que muitas prateleiras estavam vazias, o que anuncia o fim de um projecto que se previa concluir em 2012. São homens e mulheres que durante três anos apostaram num projecto e que agora não sabem o que o futuro lhes reserva.

Segundo alguns trabalhadores com quem conversamos, que pediram anonimato com receio de retaliações por parte da direcção, nos últimos meses, tem sido norma despedirem-se trabalhadores nas varias lojas espalhadas por Luanda e só no mês passado foram despedidos cerca de 20 funcionários em cada uma das lojas do programa Presild em Luanda.

De acordo com as fontes, esta situação que agora se agrava começou no princípio deste ano e para o dia 05 do corrente mês estava previsto o despedimento de mais um grosso de funcionários. No entanto, devido ao facto de a informação ter vazado para a imprensa, esta terça-feira, alguns gerentes reuniram-se com os trabalhadores para os acalmar e informaram que está anulada a ideia de férias colectivas e que não haverá despedimento. Para muitos funcionários que participaram numa reunião que aconte-

cia quando a reportagem do Angolense estava nesta loja, disseram que a informação que lhes foi passada foi apenas “conversa apenas para boi dormir”, já que é ponto assente que o projecto “Nosso Super” foi mesmo idealizado para mais tarde ou mais cedo ser privatizado.

Outra situação que se vive nas lojas nosso super é que elas carecem de produtos há cerca de três meses, o que tem originado muita insatisfação entre aos clientes.

Segundo ainda os funcionários que pediram com quem conversamos, apesar de aqueles que estão a ser demitidos serem indemnizados, o valor pago não obedeceu ao que está estipulado na Lei Geral de Trabalho, pelo que pedem a intervenção do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS). “Há indemnização não é justa, fomos obrigados a assinar o papel sem que fizessem as devidas contas do tempo do trabalho e o que cada um merece”, contou um ex-funcionários. Preocupa-os ainda o facto de estarem no meio do ano e não saberem o que fazer. “Perder o emprego nesta altura é muito complicado e triste para pessoas que têm família para sustentar”, lamentou um trabalhador, que acrescentou que “no Nosso Super trabalhavam muitas mulheres grávidas mas nem estas foram ser poupadas”.

Alguns gerentes contactados por nós não aceitaram falar sobre o assunto mas houve um que apenas disse que “onde há fumo há fogo” como que a confirmar que as coisas vão muito mal. Esta terça feira contactamos também o Ministério do Comércio, já que o actual Vice-Ministro foi quem coordenou o Presild, mas fomos informados que agora o projecto é dirigido pelo antigo governador da Lunda Norte, Gomes Maiato. O Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais a População (Presild), é uma estrutura criada pelo Governo angolano, através do despacho presidencial de 31 de Outubro de 2007, publicado na 1ª série do Diário da República, com o objectivo garantir o abastecimento regular de produtos à população a preços justos e com níveis de qualidade adequados. Para este projecto o governo angolano investiu, em 2007, pelo menos 600 milhões de dólares e até a sua conclusão, prevista para 2012, prevê-se gastar um bilhão e 500 mil dólares. O projecto “Nosso Super” contempla a construção de 31 supermercados, 29 dos quais já prontos e distribuído pelas 18 províncias de Angola.

Segundo a imprensa portuguesa, um grupo empresarial português aliado a interesses de angolanos está interessado na compra da rede de mercados “Nosso Super”, daí a intenção da actual gestão querer dar férias colectivas aos funcionários, para mais tarde

reabrir, com um número de funcionários reduzidos e indicados pelos actuais gerentes. No entanto, a informação oficial do portal de empresas do Governo de Angola, é de que o Executivo Angolano pretende privatizar a rede de supermercados “Nosso Super” apenas em 2012, quando estiver concluída a rede de 31 estabelecimentos, sendo que já existem 29, conforme referimos acima.

2 MICROFINANÇAS

2.1 Fundo rubrica acordo com banco para linhas de crédito no Bengo

Jornal de Angola

De 14 de Agosto de 2010

O Fundo do Projecto Coca-Cola (FPCC) firmou em Luanda, um protocolo de acordo inerente ao paradigma da linha de crédito “Bengo Investe I”, com o Banco Millennium Angola, após ter lançado no mês passado, duas linhas de crédito para financiamento de projectos na província do Bengo.

Foram signatários do acordo, o presidente do Conselho de Administração do Fundo do Projecto Coca-Cola, Benjamim Dombolo e o administrador do banco Millennium Angola, António Raposo Magalhães, numa cerimonia que contou também com a presença de representantes da USAID e outras organizações.

Denominadas “Bengo Investe I” e “Bengo Investe 11”, as linhas de crédito lançadas têm um período de vigência de 12 meses e estão abertas à subscrição da banca interessada desde o passado dia 26 de Julho.

Estas linhas visam apoiar o desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais, fomentar a criação de indústrias, agro-industriais, agricultura, comércio e serviços, bem como a criação de mecanismos de fomento de novos empregos.

A linha de crédito “Bengo Investe I”, está no valor global equivalente a 20 milhões de dólares, extensíveis e o “Bengo Investe 11”, no valor global equivalente a três milhões de dólares, extensíveis.

Para já, no que respeita ao Millennium Angola, António Raposo Magalhães garantiu que as linhas de crédito entram em operacionalidade em Setembro deste ano, mas referiu que antes disso, vai ser necessário desenvolver uma divulgação mais acutilante dos produtos, já que se pretende chegar mais rápido aos clientes. “Depois da assinatura, o próximo passo consiste em colocar equipas do banco no terreno, de modo a chegar-se rapidamente ao contacto com os clientes”, sublinhou o gestor do Millennium.

A secretária executiva do FPCC, Manuela Venâncio, por sua vez, disse que o momento é para os bancos começarem a formalizar os processos de desembolsos, numa altura em que espera que estes apresentem alguns projectos, que eventualmente tenham em carteira.

Pormenorizadamente, a responsável disse que, no caso da Bengo Investe 11, no qual o valor limite do crédito é de ISO mil dólares por projecto, o FPCC assegura uma bonificação de 10 por cento das taxas. “Tudo isso, para que o acesso ao crédito seja mais facilitado, sendo que o FPCC se assume como garante e como a entidade que vai bonificar as taxas”, realçou.

Relativamente as características de cada um dos produtos financeiros, a linha de Crédito “Bengo Investe I”, está voltada para financiar exclusivamente operações destinadas ao investimento novo em activos fixos corpóreos ou incorpóreos, ou ao reforço do fundo de maneo ou dos capitais permanentes.

Esta linha destina-se a financiar investidores em nome individual ou colectivo até ao montante de um milhão de dólares. O crédito deve preferencialmente ser concedido em Kwanza.

As operações de crédito a celebrar no âmbito da presente linha, referiu a responsável, beneficiam de uma garantia prestada pelo FPCC, através de um penhor de depósito a prazo constituído no Banco, destinada a garantir até 50 por cento do capital em dívida em cada momento do tempo.

O risco do crédito associado à restante parcela de capital em dívida, não coberta pela garantia do FPCC, é assumida na totalidade pelo banco.

A taxa de juro, em Kwanza, resultante da análise ao pedido de crédito é aplicada uma bonificação de cinco por cento a ser paga pelo FPCC ao banco.

Caso o empréstimo seja excepcionalmente concedido em dólar, a bonificação aplicável é de três por cento, aplicável à taxa de juro em dólar.

Deste modo, o promotor tem como encargo a taxa de juro determinada pela análise de risco de crédito deduzida da bonificação concedida pelo FPCC.

Já a linha de crédito “Bengo Investe 11”, que se destina ao financiamento de projectos económicos que dinamizem o sector agrícola e contribuam para o desenvolvimento sustentado da actividade económica, caracteriza-se pela sua vocação em financiar investidores em nome individual ou colectivo até ao montante em Kwanza equivalente ao montante de ISO mil dólares. O crédito é concedido em moeda nacional.

Recorde-se que o acto solene de divulgação e lançamento das linhas foi celebrado com a assinatura dos respectivos protocolos de cada uma das linhas, entre o Banco Internacional de Credito (BIC) e o Fundo do Projecto Coca-Cola, instituição de carácter público, tutelada pelos Ministérios das Finanças e da Indústria.

2.2 Malcom Harper “Ter educação é ser rico”

Semanário Económico

De 19 de Agosto de 2010

Malcom Harper, que possui um histórico em cátedra de Economia e Marketing na Universidade Inglesa de Oxford e em universidades no Kénia, Índia e Estados Unidos, recomenda que o país se vire para a educação “a maior de todas as riquezas”. Em entrevista ao *Semanário Económico*, o especialista apresenta a sua visão sobre o

modelo de desenvolvimento de um país saído de uma guerra, mas que já mostra assinaláveis êxitos e avança sugestões para o relacionamento de Angola com os países amigos.

Como foi isso de vir até Angola para falar de micro finanças?
Estive no Banco Sol – que em Angola é um dos bancos comerciais com mais experiência – conferenciei com determinadas entidades. Em Inglaterra, por exemplo, há uma má informação sobre Angola e o seu desenvolvimento. A imprensa julga que a Nigéria está melhor do que Angola. No entanto, depois de vir a Angola, percebi que o que é publicado na imprensa do meu país não corresponde à realidade.

*O que acha que estará por detrás dessa informação?
Má fé ou desinteresse por Angola?*

Acho que não é má-fé. Eles não pensam muito sobre Angola. Partem do princípio de que Angola é apenas de expressão oficial portuguesa e, por causa disso, existe pouca informação, como há em relação aos países de língua oficial inglesa (Uganda, Nigéria e Gana).

E o micro-crédito pode ser usado como meio para tirar as pessoas da pobreza?

O micro-crédito pode dar uma pequena ajuda, mas não é tão significativo no que toca às causas e origens dos problemas.

Há coisa mais importante para si...

Digo sempre que o mais importante passa por um bom investimento na educação e na saúde – com escolas e água potável para todos – e numa boa política de emprego.

?! Quase que perco os nervos ao ver estes jovens a zungar pelas ruas em condições extremas. As lojas e os supermercados estão cheios de produtos provenientes da África do Sul, Brasil e de outros países. Porquê? Angola tem muitas terras aráveis e outrora foi conhecida por ter uma agricultura de espelho. Não é como a Arábia Saudita, onde só há petróleo e deserto.

E porque tem reservas Angola devia dar a volta ao nível de importação?

Não é fácil. O Governo teria de aumentar os impostos sobre a importação para depois instalar um programa de investimento e incentivos à agricultura, agropecuária e indústria de transformação. Não é possível que numa extensão de terra que vai de Luanda ao Cabo Ledo só se vejam duas plantações: uma nas palmeirinhas e outras duas pequenas plantações de mandiocas do tamanho de uma sala de jantar. Está tudo vazio. Angola tem água em abundância e o país é rico.

Como vê a importação de mão-de-obra estrangeira?

Esta solução é naturalmente delicada porque a formação de quadros deve ser um programa duradouro e as economias das nações em desenvolvimento exigem, na maior parte dos casos, soluções imediatas. Mas a solução eficaz e duradoura é mesmo o investimento na formação de quadros angolanos, em especial nas áreas técnicas. Escolas para todos, em todas as áreas do país. A diversificação da economia tem uma importância capital. Petróleo e diamantes não existem para sempre.

Opções?

Deve optar-se por uma estratégia de diversificação da economia. A agricultura, a agro-pecuária e a indústria são sectores económicos que geram muitos postos de trabalho. Os jovens e outras gerações precisam de trabalho e ocupação qualificada e em massa. Uma combinação de aumento de impostos sobre a importação, investimentos e incentivos nas áreas da agricultura, agropecuária e indústria, bem como a liberalização do mercado possibilitariam que, em 20 anos, os impostos sobre as importações voltassem a um nível favorável.

Mas isso exige muita coragem política.

A reestruturação de uma nação não é fácil, sobretudo num país que vem de uma longa guerra. Mas fico triste ao ver estes jovens a vender nas ruas, numa altura em que se encontram no auge das suas vidas e com um potencial de inteligência admirável. Sem inteligência, eles não teriam sucesso de vendas nas ruas.

O que acha que se deveria fazer?

Em primeiro lugar, não se deve proibir a prática destas actividades. Em segundo lugar, deve ser criado um programa de reintegração social em combinação com escolas técnicas, com incentivos. Esta camada social tem de dar o seu contributo qualificado à sociedade.

Vejo muitos angolanos que fazem os trabalhos mais baixos da sociedade e do outro lado vejo jovens, que talvez sejam brasileiros ou portugueses, eles devem ser muito inteligentes, eu não sei.

Este quadro indigna-o?

A minha pergunta é: será que Angola precisa deles? Com as receitas do petróleo e diamantes, Angola pode comprar batatas da África do Sul e até o capital humano do Brasil ou Portugal. Angola também tem este capital humano e em quantidade.

E não o choca particularmente o facto de Angola ter apartamentos à venda no valor de 10 milhões de dólares. Só posso dizer que é inacreditável. É uma loucura.

O grande choque financeiro mundial começou no sector imobiliário, na América. Angola está a apostar muito no ramo imobiliário. Que repercussões isto pode trazer?

Pode acontecer o mesmo. E a próxima bola de sabão a rebentar é o sector das microfinanças. Para viver nestas

casas e apartamentos, as pessoas precisam de trabalho e bons vencimentos. Os imóveis até podem ser construídos com a mais alta qualidade possível, mas se as pessoas não tiverem dinheiro ou uma forma qualificada de o ganhar não poderão entrar nestas casas. Para os fundos de imobiliários e para os seus managers é muito simples: eles aperceberam-se de que, na América e na Europa, estas práticas já não funcionam e estão à procura de novos lugares. Ontem América, hoje Índia ou Angola.

Na sua opinião como dar a volta a este estados de coisas?

O Governo angolano deveria proteger o mercado imobiliário. Numa fase de desenvolvimento, a primeira necessidade é zelar por uma boa estabilidade dos mercados nacionais, a favor de um desenvolvimento da indústria e de outras tecnologias inovadoras. Depois desta etapa, podem abrir-se as portas devagarinho. Outros países africanos, como o Gana ou o Mali, não têm petróleo. Estes países precisam de andar à procura de dinheiro nos mercados ou fundos internacionais. Angola parte de uma outra base.

Que informação tem sobre as relações entre Angola e a China?

Acho que a cooperação não é assim tão má. É melhor do que nada. Melhor seria os angolanos desenvolverem o seu próprio país sem intervenção de outras nações como a China. Mas isto é como no sector das microfinanças: é melhor do que nada.

Como seria possível desenvolver o país sem intervenção de outras nações como a China?

Se o desenvolvimento de Angola pode funcionar sem a intervenção inglesa ou portuguesa, por que razão não funcionaria sem intervenção chinesa? Angola é uma nação rica. Intercâmbio e compra de know-how com uma base de formação e dentro de um tempo determinado seria mais rentável. O que têm os chineses que os angolanos não têm? Angola compraria os técnicos ou peritos por um ou dois anos e mandá-los-ia para casa. Mas depois da guerra Angola não tinha dinheiro. Naturalmente isto é uma questão de amizade, mas negócio é negócio. Angola não necessita de capital estrangeiro. O país tem petróleo, diamantes, ferro, café e gado. Angola não precisa de dinheiro da China ou da Inglaterra. Esta nação é rica.

A que dinheiro o professor se refere?

O dinheiro do petróleo, dos diamantes e de outras receitas. Veja que 17% do petróleo consumido pelos americanos vem de Angola. São biliões de dólares. É muito dinheiro.

Em Angola paga-se muito em dólares. O que se deve fazer para se ter uma moeda nacional mais forte?

Pagar em dólares não é problema. O dólar é internacional e os chineses precisam de dólares. A China tem as

maiores reservas em dólares, mas estes não estão americanizados. Os pagamentos em dólares não enfraquecem a moeda nacional.

Angola tem organizado uma série de fóruns económicos para obter investimento estrangeiro. A que sectores acha que o país deveria dar prioridade?

Primeiro, à agricultura. Segundo, à formação de quadros e à saúde e, por fim, à criação de uma indústria de transformação.

Por exemplo, uma fábrica de aço. Por que não? Angola tem muito ferro. E o país tem a grande vantagem de não serem necessários milhares de dólares para a pesquisa destes recursos minerais, pois os estudos já estão feitos desde a era colonial. Angola não precisa de descobrir o ouro, pois já sabe onde ele está.

E sobre os bancos. Angola tem 20 bancos comerciais. É muito ou pouco?

Talvez demasiado.

Porquê demasiado?

Num país em desenvolvimento, com pouca gente com salários regulares, mais de 20 bancos é demasiado. O Governo tem de conseguir que os objectivos traçados sejam atingidos. Fiz experiências na Índia e no Quênia, em que as boas intenções acabaram em nada. Há 20 anos, na Índia, o governo organizou uma iniciativa de micro-financiamento de milhões e milhões de dólares. Apesar de ser uma boa ideia, como o sistema era corrupto, o dinheiro não ia para os pobres. O sistema caiu e foi um grande prejuízo para o Estado.

Yunus defende que o micro-crédito representa o fim da pobreza. Qual é o seu pensamento?

O micro-credito não é mau, mas não é tão importante como a formação ou o acesso à água potável. O micro-crédito é um serviço, ele ajuda-te, mas não te faz rico.

Então não gera desenvolvimento?

Para fazer uma mesa, é preciso um martelo, um serrate, fita métrica, pregos, madeira, etc. Em suma, a verdade é que o micro crédito não é assim tão importante como a escola, a saúde ou boa governação.

Sem produtos angolanos

Depois de várias passagens por África, Malcon Harper escolheu viajar para Angola. Foi no princípio do mês o que já lhe permitiu duvidar da imprensa inglesa: “a imprensa julga que a Nigéria está melhor do que Angola. No entanto, depois de vir a Angola, percebi que o que é publicado não corresponde à realidade”

O professor inglês esteve também no Quênia e na Índia. Deste último país, recorda decisões precipitadas do governo que descarrilaram, como o “micro-financiamento de milhões e milhões de dólares, feito há 20 anos”.

Tão logo o SEMANÁRIO ECONÓMICO soube que Malcom Harper, professor de microfinanças estava em Luanda, convidou-o para uma entrevista. O professor que veio a Luanda para fazer um estudo sobre micro-crédito, tendo visitado várias instituições financeiras como, por exemplo, Banco Sol, onde foi o protagonista de uma palestra, fez uma conferência de micro-finanças para equipa de jornalistas do Semanário Económico, no restaurante Cajueiro, no Bela Shopping. Durante o almoço, Malcom Harper soltou-se mais. Com a ironia característica inglesa saltou de assunto em assunto. Conta que consome em Angola apenas produtos importados: “Até agora só os ovos é que são nacionais”. E quando o empregado de mesa se aproximou da mesa, com uma garrafa de água, olhou intrigado para o rótulo. Mas logo a seguir voltou a rir-se: “Uf, é uma água angolana”.

Malcom conta, na hora das despedidas, que divide o seu tempo entre a Grã-Bretanha e Índia, onde é presidente de uma instituição de micro-crédito, mas Angola reconhece, agrada-lhe.

Diz, porém, que prepara uma outra viagem ao Bangladesh. E ainda este ano pretende visitar outros países da Ásia. Antes do último aperto de mão, sorri com satisfação e confessa que o Quixiquila é uma brilhante ideia.

A ementa:

Feijoada.

Cuca

Água.

Ananás.

Café.

Gostos gastronómicos

Um restaurante. Gostei do restaurante no Cabo Ledo, na via de Luanda, a Barra do Kwanza, o resort, onde se come boa lagosta e gambas.

Um vinho? Gosto do vinho sul-africanos. Na verdade, a minha mulher tem mais conhecimento sobre vinhos. Ela decide e compra o vinho, eu só bebo. Em Inglaterra, preferimos a cerveja.

Uma bebida a refeição? Durante o almoço só bebo água, mas à noite, depois do jantar, bebo um copo de vinho de vez em quando. Uma sobremesa: Mousse de chocolate.

2.3 Serviços locais passam a oferecer cuidados mais abrangentes

Jornal de Angola

De 21 de Agosto de 2010

O ministro da Saúde, José Van-Dúnem, afirmou quinta-feira, que a revitalização do Sistema Municipal de Saúde permite a expansão da cobertura e a sustentabilidade dos serviços a nível municipal em todo território nacional.

O titular da pasta da Saúde, que discursava no Fórum sobre o Sistema Municipal de Saúde, que ontem encerrou os seus trabalhos, sublinhou que, com revitalização, os serviços municipais passam a oferecer cuidados mais abrangentes, de melhor qualidade, integrados e adequados ao ciclo de vida. No quadro da prevenção e promoção da saúde no seio das comunidades, considerou que o sistema de saúde tem estado a dar prioridade à saúde materno-infantil. Esta intervenção, disse, é feita a nível das unidades primárias, como postos de saúde, centros de saúde e hospitais municipais.

O ministro reconheceu o avanço significativo do sector da saúde com o processo de normalização política, administrativa, económica e social, lançado pelo Executivo. Fez mesmo questão de realçar que, com este avanço, se nota a melhoria de alguns indicadores de impacto, como a taxa de mortalidade materna, que passou, a nível nacional, de 1.400 mortes em cada cem mil nascidos vivos para cerca de 600. Uma redução que é extensiva à mortalidade infantil, que passou de 150 mortes em cada mil nascidos vivos, para 116, e nos menores de cinco anos de 250 para 194.

Apesar dos fortes indicadores, José Van-Dúnem considera que ainda há enormes desafios pela frente, principalmente nas áreas rurais, onde os níveis satisfatórios de saúde são mais baixos do que nas áreas urbanas, de forma significativa.

“Ainda existem enormes carências em termos de recursos humanos qualificados. Muitas unidades precisam de reabilitação, ampliação de novos equipamentos e de um abastecimento regular de medicamentos, de vacinas e de outros produtos essenciais”, acentuou o ministro da Saúde.

Reconheceu que há um aumento de doenças crónicas não transmissíveis e degenerativas, que têm contribuído para o aumento do fardo das doenças incapacitantes.

O fórum, que terminou ontem, reuniu, além de directores provinciais da Saúde, os vice-governadores e administradores municipais e comunais. A governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, considerou importante o reforço do Sistema Municipal de Saúde, porque “podemos ver diminuída a mortalidade materno-infantil e a melhoria da qualidade de vida da população”. A directora nacional de Saúde Pública, Adelaide de Carvalho, afirmou que o objectivo foi o de discutir e obter consenso com os governos provinciais, administrações locais, profissionais de saúde e outros actores sobre as estratégias para o reforço do sistema municipal de saúde e a sua operacionalidade.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Armazéns ilegais reabrem

Angolense

De 31 de Julho à 07 de Agosto de 2010

Segundo Tani Narciso, como também é conhecido, actualmente é difícil identificar os comerciantes grossistas dos retalhistas, tendo avançado, visto que nos últimos tempos no Cazenga assiste-se uma proliferação de armazéns e pequenas lojas talvez devido ao anúncio da transferência dos feirantes do mercado Roque Santeiro para o Panguila. Muito deles, segundo a fonte, não possuem licença para o exercício da actividade que exercem. Os números são assustadores e só para se ter uma ideia, o administrador revelou que em apenas um mês, na comuna do Tala-hady, surgiram 20 novos armazéns ilegais.

Outra razão apontada pelo administrador do Cazenga são os focos de lixo que aumentaram de forma escandalosa, por isso, disse, a administração sentiu-se na necessidade de reorganizar toda a actividade comercial naquele que é tão-somente o município mais populoso de Luanda.

O administrador ressaltou que a maioria dos armazéns são ilegais e, portanto, os que se encontram nesta condição só voltariam a abrir às portas depois de cumprir com todos os requisitos exigidos por lei, inclusive o contrato com os bombeiros, para prevenção das lojas em casos de incêndios.

Neste momento, adiantou a fonte que vimos citando, foi criada uma comissão de inspecção que está a trabalhar no sentido de ajudar na organização e legalização dos armazéns, e numa reunião realizada com todos os comerciantes, recentemente, estes mostraram-se estarem de acordo com as orientações baixadas pela administração.

Entretanto, as declarações do administrador municipal do Cazenga contrastam com a realidade no terreno. Numa ronda efectuada pelo Angolense, esta quarta-feira, 28, naquele município, constatou-se que todos os armazéns já reabriram às suas portas ao público sem que houvesse a tal inspecção rigorosa de que o administrador se referiu.

De acordo com António Tito, um dos vendedores dos armazéns Hakimi, no Hoji-Ya-Henda, todos os armazéns reabriram esta quarta-feira (dois dias depois das declarações do administrador). “Abrimos hoje e por isso é que não há muitos clientes, as pessoas ainda não sabem que já abrimos” – contou.

Questionado se houve um pré-condição por parte da fiscalização, para a reabertura disse não saber de nada. “Talvez o meu patrão saiba responder, mas não fizemos nada apenas recebemos autorização para abrir”, salientou. Outro balconista que falou a nossa reportagem é Paulo Alberto, do armazém Organizações Nguégi, afirmou que

não trataram nenhum documento se não os já existentes. “Nos deram a ordem de abrir e hoje abrimos normalmente, sem nenhum outro documento”.

Esta constatação vem mostrar que até os armazéns que o administrador municipal considerou de ilegais voltaram a funcionar na ilegalidade, já que é impossível que todos tenham regularizado a situação em que se encontram num só dia (terça-feira) se termos em conta que o anúncio do encerramento foi feito nesta segunda-feira e a reabertura aconteceu na quarta-feira, da mesma semana.

Para tentarmos saber o porquê que a administração municipal recuou na sua decisão, tentamos contactar o administrador do Cazenga, mas sem sucesso.

3.2 Mercado do Benfica com mais visitantes

Jornal de Angola

De 5 de Agosto de 2010

O administrador do mercado do artesanato, na comuna do Benfica, afirmou, na terça-feira, à Angop, que o número de visitantes aumentou consideravelmente devido à melhoria das condições de higiene e segurança no local. João Isabel afirmou que, antes da melhoria, o mercado recebia 150 visitantes por dia, “mas hoje com as obras de benfeitorias o número duplicou”.

O aumento é visível, quer no número de visitantes nacionais, quer estrangeiros. Lembrou que durante a Cimeira da CPLP, realizada em Luanda, o mercado registou presença diária de delegados lusófonos e de chineses, sobretudo. “O aumento de visitantes, em especial estrangeiros, é um passo significativo, particularmente no reconhecimento das artes angolanas e dos seus fazedores”, adiantou o responsável.

As peças mais procuradas pelos turistas, referiu, são o Pensador, mapas de África, de Angola, a Palanca Negra Gigante e as máscaras e quadros com pinturas que descrevem a vida das mulheres angolanas.

“A cultura angolana pode começar a ter outra abrangência, devido a esta procura dos turistas estrangeiros, que ao adquirirem tais produtos, transportam também um pouco da história, tradição e do modo de vida dos angolanos aos seus países”, rematou.

3.3 Falta de iluminação facilita assalto no mercado

Semanário Factual,

De 07 a 14 de Agosto de 2010

A ausência de iluminação no mercado dos Congolenses está a atrair grupos de marginais que se dedicam ao roubo dos haveres das vendedoras que os guardam após a sua actividade no local.

A informação foi prestada pelo chefe de segurança do mercado, que recusou fornecer o nome.

Segundo a fonte, no passado Domingo (01 de Agosto) a equipa que fazia a guarnição do mercado entrou em confronto com um grupo de prevaricadores que tentaram assaltar os produtos que se encontravam debaixo das bancadas. O chefe de segurança do mercado fez saber que houve alguns disparos e que o seu pessoal escapou ileso. A fonte informou que a falta de iluminação está na base das tentativas de assalto que o mercado tem sofrido, porque o equipamento de instalação eléctrica montado é pouco durável.

3.4 Administração do Namibe põe ordem na venda

Jornal de Angola

De 10 de Agosto de 2010

Vendedores dos mercados informais na periferia da cidade do Namibe abandonam os locais mais seguros construídos pelo Governo Provincial e vendem os produtos nas ruas em condições impróprias de higiene o que constitui um atentado à saúde pública, anunciou o administrador municipal, Armando Valente.

Em declarações à imprensa, no quadro das festividades do 1610 aniversário da fundação da cidade, Armando Valente disse que para pôr cobro à situação, a administração do município proibiu as vendas nas ruas e em locais inadequados para encorajar os vendedores ambulantes a ocuparem os mercados que oferecem mais segurança e tranquilidade.

O administrador municipal disse que os três mercados construídos pelo Governo Provincial têm excelentes condições e há muito espaço disponível. O mercado 5 de Abril, o principal da cidade, tem 1.700 lugares vagos e todas as condições para os vendedores.

O mercado do Valódia tem capacidade para dois mil vendedores e tem neste momento 150 lugares. O caso que mais preocupa o administrador Armando Valente é o “excelente mercado” do Saco Mar e que está completamente vazio, era uma irresponsabilidade da minha parte ou de qualquer outro gestor público construir mais praças na cidade do Namibe, como algumas pessoas reclamam, sem ter esgotado a capacidade instalada dos mercados que há muito estão a funcionar,” disse Armando Valente.

Muita gente na cidade do Namibe tem o seu ganha-pão na venda ambulante, mas “as vendas de rua não podem servir de desculpa para tantas pessoas, sobretudo jovens saudáveis, abandonarem os centros de produção. Só há mercado se houver produtos”, disse o administrador do Namibe que considera importante acabar de vez com a venda nas ruas, também porque faltam braços que produzam.

Armando Valente recusa aquilo que está a acontecer na cidade: “centenas de pessoas estão a transformar cada esquina do Namibe num mercado e a administração não pode admitir essa situação, até porque queremos saber quantos vendedores existem e aonde estão para lhes darmos as melhores condições e defendermos os consumidores”

O administrador municipal disse que há muitas pressões para fazer mais um mercado na cidade mas empregar dinheiro público noutra mercado enquanto os actuais não forem completamente ocupados é desperdício e nós temos instruções muito claras para acabarmos com o desperdício”.

Para Armando Valente a solução para o problema da venda ambulante está na eficácia de políticas locais e do Executivo: “temos de criar emprego, temos de ter boas estradas, é preciso levar água e luz a todas as comunidades, temos de reforçar o sector da educação e sobretudo o ensino técnico profissional. Só assim conseguimos acabar com as vendas de rua e vamos de encontro às expectativas, às ansiedades e às preocupações das populações. Mas o ganha-pão tem que estar regado e normalizado”.

Armando Valente sublinhou que as pessoas encontram um modo de vida através da venda informal e isso permite-lhes combater a pobreza. Mas também lhes dá dignidade porque prestam serviços úteis à comunidade: “nós reconhecemos tudo isso e estamos sensibilizados para o problema mas é preciso que os serviços fornecidos também tenham alguma qualidade e sobretudo higiene.

Mercado do peixe

O Governo Provincial construiu um mercado para venda de peixe, que inclui balneários públicos para quem anda na zunga pelas ruas da cidade. Hoje, o mercado do peixe, adjacente ao porto, está numa situação lastimável, praticamente inoperante. Os balneários públicos estão cheios de lixo.

Quando ainda funcionava o mercado do peixe, a maior parte das vendedoras abandonava as instalações e vendia o peixe nas ruas, quase sempre à porta de estabelecimentos comerciais, alegando que os clientes nunca iam ao mercado.

As vendas de peixe nas ruas são feitas sem qualquer higiene e ninguém tem, garantia de que aquele peixe, horas seguidas ao sol, esteja em condições de ser consumido. Nuvens de moscas sobrevoavam as bacias e poisam no pescado. Mesmo assim há clientes que compram. E como sempre aparecem clientes que não têm qualquer preocupação com a higiene e a qualidade, as vendedoras insistem em andar pela rua, ao so I, a vender o peixe.

O administrador do Namibe diz que faz falta informação aos consumidores. As pessoas precisam de saber que correm riscos muito grandes quando consomem produtos estragados: “o bom cliente não é aquele que chega

e compra logo, mesmo sem saber se o produto é fresco e está acomodado com higiene. Temos de informar as pessoas para serem mais exigentes. Se os consumidores forem informados, a venda de rua começa a diminuir”. Armando Valente disse que as desculpas levantadas em relação à insuficiência de espaço nos mercados servem apenas para justificar a renitência de muita gente de má fé que não quer acatar as medidas tomadas pela administração, porque as pessoas querem é vender em sítios descontrolados: “dizem que os produtos antes de serem consumidos são lavados ou cozidos e por isso não há problema para a saúde. Mas eu quero saber se os produtos de consumo humano estragados ficam bons só porque são lavados ou cozinhados”

O administrador do Namibe assegura que nos mercados informais, sem controlo ou fiscalização, “há uma grande desordem e tudo é vendido incluindo droga e outros produtos que põem em causa a boa convivência da juventude”.

Aulas de alfabetização A Administração Municipal, disse Armando Valente, tem a obrigação de proteger toda a gente, consumidores e vendedores: “na confusão dos mercados informais há muitos perigos e o menor não é de certeza a presença de meliantes que assaltam clientes e vendedores”.

Armando Valente lembrou que “o grande benefício dos mercados oficiais é que os vendedores deixam os seus produtos guardados em segurança, em boas condições e a administração do mercado é fiel depositária. Vendem em condições higiénicas e sanitárias.

Todos os mercados estão apetrechados com salas de alfabetização

e todos os vendedores têm a possibilidade de superar o seu nível de escolaridade.

Armando Valente afirma que muitos vendedores dos mercados são hoje empresários, por acatarem os conselhos da administração. E os restantes “não estão condenados a ser sempre vendedores do mercado, podem evoluir”, disse o administrador municipal.

Armando Valente informa que depois de ser preenchida a capacidade instalada dos três mercados da cidade, os vendedores que ficarem de fora também vão ter um lugar que o Governo Provincial já mandou terraplenar e compactar: “inclusive está indicado um responsável para esse mercado. Não temos qualquer intenção de acabar com a forma de ganhar o pão dos que vivem da venda ambulante”.

O administrador disse que “não nos opomos aos zungueiros, desde que não criem praças nas esquinas e tenham a capacidade e energia para girar pela cidade.

O que não queremos é amontoados de tomate e de outros produtos no chão, nas ruas e ruelas, numa esquina ou em qualquer ponto da cidade quer da periferia. Temos de pôr ordem nessas actividades”. Salomé Jaime 26 anos, tem dois filhos. Vende peixe na rua há mais de cinco

anos. Diz que quando fica dentro dos mercados os clientes não aparecem e compram aos vendedores de rua: “assim o nosso negócio fica sem saída e o peixe apodrece.” Adelina Conceição prefere comprar o peixe dentro do mercado “onde há conservação e o tratamento aos produtos corresponde às medidas da segurança alimentar, evitando que poeiras, moscas e bactérias penetrem no peixe”.

3.5 Organização quer interligação empresarial

Jornal de Angola

De 15 de Agosto de 2010

A Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, (FDC), uma organização moçambicana liderada por Graça Machel, quer ver as mulheres empresárias da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) interligadas nas suas actividades.

A declaração foi feita na sexta-feira pela representante da FDC, Muchimba Sikumba Dils, num seminário sobre “Fortalecimento das Net Work das empresárias com as estruturas de apoio”, organizado pela Federação de Mulheres Empreendedoras de Angola (FMEA).

Muchimba Sikumba transmitiu a experiência da FDC, que procura alargar o seu programa a outras mulheres da SADC. Para o efeito, está a estabelecer contactos com as empresárias de Angola, depois de o ter feito com as da Zâmbia, onde já realizou um encontro similar, e que abrangerá a Tanzânia, Uganda e Quênia.

No fim dos contactos, Muchimba Sikumba sublinhou que a organização vai realizar, em Outubro, uma reunião continental de mulheres empresárias, onde esperam ver reconhecido o esforço da mulher africana.

Nos contactos que estão a fazer com as organizações empresariais locais, a FDC procura saber que actividades realizam e como estão interligadas. Relativamente às empresárias informais, quer perceber que problemas enfrentam, que apoios recebem dos bancos ou de outras instituições, e se a FMEA tem programas de educação empresarial destinados às vendedoras do mercado informal. “São questões que pretendemos levar para serem discutidas em conjunto no encontro de Outubro”, referiu.

A representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Jita Welch, disse que existem vários programas de apoio às empresárias angolanas, um dos quais é a incubadora de empresas, e que, dentro da cadeia de valores, o PNUD já tem contactos avançados com o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) para a concessão de créditos.

“A FMEA está a entrar numa maior cadeia de produção e exportação, de tal forma que temos conversado com

o BDA, para interagir com outras federações e instituições para que elas possam maximizar os seus negócios”, disse. Jita Welch aconselhou as mulheres empreendedoras de Angola a não ficarem pelo mercado informal e considerou que as empresárias do mercado formal devem levar informação sobre programas de apoio às mulheres de pequenos negócios, para saberem como sair da situação em que se encontram, e não ficarem apenas reduzidas a uma economia de sobrevivência, optando por terem mais oportunidades e responsabilidade. AFDC realiza acções com as comunidades pobres, ajuda a apetrechar as ONG, trabalha na advocacia e no reconhecimento do papel da mulher e dos problemas que vive, bem como no programa de luta contra o VIH/Sida e junto das mulheres que realizam actividades comerciais transfronteiriças.

3.6 Vendedores pedem ao executivo de Luanda que as deixe trabalhar

Semanário Angolense
De 21 de Agosto de 2010

O mercado do Panguila está a 22 quilómetros do centro da cidade de Luanda. A estrada que dá acesso ao mesmo está em construção faz tempo, sendo um grande obstáculo para as vendedoras na época chuvosa, dificultando ao máximo a circulação. Por esta razão, um número considerável de vendedores prefere um segundo lugar alternativo do que ir ao Panguila

Algumas vendedoras, por falta de espaço suficiente no novo mercado, optaram pela praça de Viana, no Km 30, mas que também enfrenta um segundo problema, o administrador da praça, por motivos desconhecidos, suspendeu a entrega de lugares para as senhoras. Em consequência da medida, muitas vendedoras recorreram a um quintalão onde poderão pagar 10.000 Kwanzas mensais para cada bancada. “Fui ao quintalão do “Papa Silas” porque não iria parar de vender agora, não teria como sustentar a minha família, sou mãe e tenho de fazer alguma coisa pelos meus filhos, a administração suspendeu a entrega de lugares, foi a única alternativa que encontrei”, disse.

As vendedoras alegam que o prazo dado pelo Governo para deixarem o espaço é muito curto. “Nós queríamos mais tempo para vendermos tudo que temos no Roque e depois sairíamos, mas obrigam-nos a sair”, disse uma vendedora do Roque Santeira quando procurava lugar no mercado Km-30, em Viana.

Maria Dias, de 38 anos, disse que a transferência do mercado será o princípio da sua falência. “O Panguila é muito longe e eu duvido que o número de clientes que tive no Roque será o mesmo no Panguila”.

Uma das vendedoras, disse, igualmente, acreditar em dias melhores pois acha que no Km-30 tenha mais clientes que no Roque.

Refira-se que a procura por lugares é grande. As vendedoras passam horas na administração, à espera de um lugar e para a inscrição o necessitado paga qualquer coisa como 500 Kwanzas.

No entanto, contrariamente o que foi noticiado na imprensa, o mercado do Roque Santeiro não foi transferido e tudo indica que a mesma só acontece em Janeiro próximo.

Cogita-se ainda que o recuo do executivo de Luanda tem a ver com o receio de nas próximas eleições o MPLA perder os cerca de seis mil eleitores do mercado Roque Santeiro

3.7 Mercado Pequenos com Espaços Largos Para Viaturas

Semanário Factual
De 21 a 28 de Agosto de 2010

O comércio em Luanda ganhou depois de 2002 um novo fôlego, em função da paz, o que levou milhares de pessoas a enveredarem para essa actividade, mais lucrativa do que sentar num escritório à espera de um salário mensal.

Até porque o emprego se torna difícil, principalmente devido ao baixo nível académico de muita gente.

Face a esse quadro e porque se tornava necessário, as autoridades decidiram revitalizar alguns mercados da capital, dotando-os de infra-estruturas sanitárias, de boas bancadas para venda de produtos, com água canalizada e energia eléctrica.

No entanto, não foi levado em conta o número excedentário de vendedores e o resultado foi que apenas alguns sortudos conseguiram lugar nos mercados para venda, dado que esses locais se tornaram exíguos para o número de vendedores que cresceu, uma vez que foram proibidos a venda no exterior.

Está-se a falar do mercados do São Paulo e dos Congolezes e dos Kwanzas, que foram reabilitados pelo governo e que viram reduzido o seu interior, ou seja, menos espaços para milhares de vendedores e de clientes que os utilizam.

Esse fenómeno levou os vendedores desafortunados a engrossarem outros mercados da capital, como o do Roque Santeiro, dos Cajueiros, da Chapada e do Kikolo, onde as condições de salubridade, de higiene e de saneamento básico são precárias, para além de não possuírem locais de estacionamento adequado.

Em contrapartida, nos mercados reabilitados e com largos espaços para estacionamento poucas são as viaturas que os utilizam, vendo-se uma aqui, outra ali, algumas permanecendo dias e dias por avaria ou abandono propositado, em razão da incapacidade em repará-las, por falta de verbas.

Daqui se infere que o mais sensato seria que os mer-

cados que beneficiaram de obras pudessem aumentados de tamanho, de a modo a permitir a inclusão de mais vendedores, dada à necessidade de maior arrecadação de receitas por parte das administrações municipais.

Numa altura em que tudo é vendável em Luanda e quando parado nada se ganha, seria benéfico que os mercados que não fizeram parte do “pacote” de reabilitação fossem tidos em conta, para albergarem melhor os milhares de vendedores e clientes que os frequentam. E certo que cada dia que passa mais gente prefere vender qualquer coisa que dê lucro imediato, em vez de ficar um mês à espera do salário, às vezes irrisório e, por esse motivo, a criação de melhores condições nos diversos mercados seria uma “lufada de ar” para todos quantos anseiam aí trabalhar.

Claro que tal empreendimento seria oneroso, mas se pretender que a venda de produtos aconteça em condições saudáveis, então a solução passa mesmo por reabilitar todos os mercados de Luanda, à excepção do Roque Santeiro, que, como se sabe, tem os seus dias contados. Mas, mesmo que os milhares de vendedores do Roque Santeiro deixem o seu local de trabalho, estarão confrontados com o mercado do Panguila que, embora possua melhores condições para venda, e igualmente exíguo face a demanda.

Por isso é que, para qualquer projecto, é sempre bom considerar o “per capita”, quer dizer, o número de pessoas beneficiárias, o que não tem acontecido porque a palavra censo ainda não faz parte do dicionário angolano. Portanto, não há dados sobre o número da gente interessada em trabalhar nos mercados da capital. Deste modo, é crível que o desemprego vai aumentar, porque milhares de vendedores ficarão à margem do projecto do Panguila, o que de certeza fará subir a cifra de ambulantes pululando por Luanda, na expectativa de obter algum dinheiro para sobrevivência.

Enquanto isso, os espaços para estacionamento de viaturas têm pouca utilidade, pelo que, por vezes, também se tornam pequenos mercados criados à revelia das autoridades administrativas, sendo uma “pedra no sapato” de quem quer vender oficialmente dentro do lugar determinado no seu interior.

Assim, só mesmo a força de vontade pode fazer com que os mercados de Luanda ganhem nova nuance, para que deixe de haver a venda ambulante, a chamada zunga, que tem “enxameado” as várias artérias que acabam sempre cheias de lixo por falta de interesse na sua recolha a tempo e a hora...

3.8 Vendedores pedem ao executivo de Luanda que as deixe trabalhar

Semanário Angolense

De 21 de Agosto de 2010

O mercado do Panguila está a 22 quilómetros do centro da cidade de Luanda. A estrada que dá acesso ao mesmo está em construção faz tempo, sendo um grande obstáculo para as vendedoras na época chuvosa, dificultando ao máximo a circulação. Por esta razão, um número considerável de vendedores prefere um segundo lugar alternativo do que ir ao Panguila

Algumas vendedoras, por falta de espaço suficiente no novo mercado, optaram pela praça de Viana, no Km 30, mas que também enfrenta um segundo problema, o administrador da praça, por motivos desconhecidos, suspendeu a entrega de lugares para as senhoras. Em consequência da medida, muitas vendedoras recorreram a um quintalão onde poderão pagar 10.000 Kwanzas mensais para cada bancada. “Fui ao quintalão do “Papa Silas” porque não iria parar de vender agora, não teria como sustentar a minha família, sou mãe e tenho de fazer alguma coisa pelos meus filhos, a administração suspendeu a entrega de lugares, foi a única alternativa que encontrei”, disse.

As vendedoras alegam que o prazo dado pelo Governo para deixarem o espaço é muito curto. “Nós queríamos mais tempo para vendermos tudo que temos no Roque e depois sairíamos, mas obrigam-nos a sair”, disse uma vendedora do Roque Santeiro quando procurava lugar no mercado Km-30, em Viana.

Maria Dias, de 38 anos, disse que a transferência do mercado será o princípio da sua falência. “O Panguila é muito longe e eu duvido que o número de clientes que tive no Roque será o mesmo no Panguila”.

Uma das vendedoras, disse, igualmente, acreditar em dias melhores pois acha que no Km-30 tenha mais clientes que no Roque.

Refira-se que a procura por lugares é grande. As vendedoras passam horas na administração, à espera de um lugar e para a inscrição o necessitado paga qualquer coisa como 500 Kwanzas.

No entanto, contrariamente o que foi noticiado na imprensa, o mercado do Roque Santeiro não foi transferido e tudo indica que a mesma só acontece em Janeiro próximo.

Cogita-se ainda que o recuo do executivo de Luanda tem a ver com o receio de nas próximas eleições o MPLA perder os cerca de seis mil eleitores do mercado Roque Santeiro.

3.9 Entre o pregão e o estudo no Roque Santeiro

O País

De 27 de Agosto de 2010

A venda não é actividade exclusiva no mercado do Roque Santeiro. Para muitas vendedoras daquele mercado, apostadas em deixar de fazer parte dos números de iletrados em Angola, a opção certa foi partilhar as vendas com a alfabetização desenvolvida por alfabetizadores da Paróquia do São José do Operário.

Lançado há sensivelmente três anos, o projecto, incentivado e apoiado pela Governadora da Provincial de Luanda, Francisca do Espírito Santo, que, de igual modo, sensibilizou a administração do mercado a encontrar um espaço.

Mais de uma centena de vendedoras adoptou a estratégia de logo às primeiras horas se dedicarem a venda, para posteriormente, no período que vai das 11 às 13 horas, frequentarem as aulas de alfabetização de acomodação dos alunos e professores, tem merecido uma grande adesão das vendedoras, que se manifestam entusiastas de poderem aprender a ler e escrever.

O projecto no mercado Roque Santeiro encontra-se em curso. Nos primeiros tempos era desenvolvido numa sala na administração do mercado. Porém, havia a incompatibilidade com o barulho que lá se fazia ouvir, factor que determinou a transferência para o centro Roque 1, situado nas imediações daquele mercado.

Mais de uma centena de vendedoras adoptou a estratégia de, logo às primeiras horas, se dedicarem à venda para, posteriormente, no período que vai das 11 às 13 horas, frequentarem as aulas de alfabetização, explica o alfabetizador Pedro António “Alemão”.

Entretanto, muitos vendedores do mercado mostram-se apreensivos com a notícia da eminente transferência dos vendedores do mercado Roque Santeiro para o mercado do Panguila. Dizem que a transferência colocará em risco a continuidade do projecto, como nos confessou a vendedora Maria Teresa.

3.10 Administração do Namibe põe ordem na venda

Jornal de Angola

De 10 de Agosto de 2010

Vendedores dos mercados informais na periferia da cidade do Namibe abandonam os locais mais seguros construídos pelo Governo Provincial e vendem os produtos nas ruas em condições impróprias de higiene o que constitui um atentado à saúde pública, anunciou o administrador municipal, Armando Valente.

Em declarações à imprensa, no quadro das festividades do 1610 aniversário da fundação da cidade, Armando Valente

disse que para pôr cobro à situação, a administração do município proibiu as vendas nas ruas e em locais inadequados para encorajar os vendedores ambulantes a ocuparem os mercados que oferecem mais segurança e tranquilidade.

O administrador municipal disse que os três mercados construídos pelo Governo Provincial têm excelentes condições e há muito espaço disponível. O mercado 5 de Abril, o principal da cidade, tem 1.700 lugares vagos e todas as condições para os vendedores.

O mercado do Valódia tem capacidade para dois mil vendedores e tem neste momento 150 lugares. O caso que mais preocupa o administrador Armando Valente é o “excelente mercado” do Saco Mar e que está completamente vazio, era uma irresponsabilidade da minha parte ou de qualquer outro gestor público construir mais praças na cidade do Namibe, como algumas pessoas reclamam, sem ter esgotado a capacidade instalada dos mercados que há muito estão a funcionar,” disse Armando Valente.

Muita gente na cidade do Namibe tem o seu ganha-pão na venda ambulante, mas “as vendas de rua não podem servir de desculpa para tantas pessoas, sobretudo jovens saudáveis, abandonarem os centros de produção. Só há mercado se houver produtos”, disse o administrador do Namibe que considera importante acabar de vez com a venda nas ruas, também porque faltam braços que produzam.

Armando Valente recusa aquilo que está a acontecer na cidade: “centenas de pessoas estão a transformar cada esquina do Namibe num mercado e a administração não pode admitir essa situação, até porque queremos saber quantos vendedores existem e aonde estão para lhes darmos as melhores condições e defendermos os consumidores”

O administrador municipal disse que há muitas pressões para fazer mais um mercado na cidade mas empregar dinheiro público noutra mercado enquanto os actuais não forem completamente ocupados é desperdício e nós temos instruções muito claras para acabarmos com o desperdício”.

Para Armando Valente a solução para o problema da venda ambulante está na eficácia de políticas locais e do Executivo: “temos de criar emprego, temos de ter boas estradas, é preciso levar água e luz a todas as comunidades, temos de reforçar o sector da educação e sobretudo o ensino técnico profissional. Só assim conseguimos acabar com as vendas de rua e vamos de encontro às expectativas, às ansiedades e às preocupações das populações. Mas o ganha-pão tem que estar regrado e normalizado”.

Armando Valente sublinhou que as pessoas encontram um modo de vida através da venda informal e isso permite-lhes combater a pobreza. Mas também lhes dá dignidade porque prestam serviços úteis à comunidade:

“nós reconhecemos tudo isso e estamos sensibilizados para o problema mas é preciso que os serviços fornecidos também tenham alguma qualidade e sobretudo higiene.

Mercado do peixe

O Governo Provincial construiu um mercado para venda de peixe, que inclui balneários públicos para quem anda na zunga pelas ruas da cidade. Hoje, o mercado do peixe, adjacente ao porto, está numa situação lastimável, praticamente inoperante. Os balneários públicos estão cheios de lixo.

Quando ainda funcionava o mercado do peixe, a maior parte das vendedoras abandonava as instalações e vendia o peixe nas ruas, quase sempre à porta de estabelecimentos comerciais, alegando que os clientes nunca iam ao mercado.

As vendas de peixe nas ruas são feitas sem qualquer higiene e ninguém tem, garantia de que aquele peixe, horas seguidas ao sol, esteja em condições de ser consumido. Nuvens de moscas sobrevoavam as bacias e poisam no pescado. Mesmo assim há clientes que compram. E como sempre aparecem clientes que não têm qualquer preocupação com a higiene e a qualidade, as vendedoras insistem em andar pela rua, ao so I, a vender o peixe.

O administrador do Namibe diz que faz falta informação aos consumidores. As pessoas precisam de saber que correm riscos muito grandes quando consomem produtos estragados: “o bom cliente não é aquele que chega e compra logo, mesmo sem saber se o produto é fresco e está acomodado com higiene. Temos de informar as pessoas para serem mais exigentes. Se os consumidores forem informados, a venda de rua começa a diminuir”.

Armando Valente disse que as desculpas levantadas em relação à insuficiência de espaço nos mercados servem apenas para justificar a renitência de muita gente de má fé que não quer acatar as medidas tomadas pela administração, porque as pessoas querem é vender em sítios descontrolados: “dizem que os produtos antes de serem consumidos são lavados ou cozidos e por isso não há problema para a saúde. Mas eu quero saber se os produtos de consumo humano estragados ficam bons só porque são lavados ou cozinhados”

O administrador do Namibe assegura que nos mercados informais, sem controlo ou fiscalização, “há uma grande desordem e tudo é vendido incluindo droga e outros produtos que põem em causa a boa convivência da juventude”.

Aulas de alfabetização A Administração Municipal, disse Armando Valente, tem a obrigação de proteger toda a gente, consumidores e vendedores: “na confusão dos mercados informais há muitos perigos e o menor não é de certeza a presença de meliantes que assaltam clientes e vendedores”.

Armando Valente lembrou que “o grande benefício dos mercados oficiais é que os vendedores deixam os seus produtos guardados em segurança, em boas condições e

a administração do mercado é fiel depositária. Vendem em condições higiénicas e sanitárias.

Todos os mercados estão apetrechados com salas de alfabetização e todos os vendedores têm a possibilidade de superar o seu nível de escolaridade.

Armando Valente afirma que muitos vendedores dos mercados são hoje empresários, por acatarem os conselhos da administração. E os restantes “não estão condenados a ser sempre vendedores do mercado, podem evoluir”, disse o administrador municipal.

Armando Valente informa que depois de ser preenchida a capacidade instalada dos três mercados da cidade, os vendedores que ficarem de fora também vão ter um lugar que o Governo Provincial já mandou terraplenar e compactar: “inclusive está indicado um responsável para esse mercado. Não temos qualquer intenção de acabar com a forma de ganhar o pão dos que vivem da venda ambulante”.

O administrador disse que “não nos opomos aos zungueiros, desde que não criem praças nas esquinas e tenham a capacidade e energia para girar pela cidade.

O que não queremos é amontoados de tomate e de outros produtos no chão, nas ruas e ruelas, numa esquina ou em qualquer ponto da cidade quer da periferia. Temos de pôr ordem nessas actividades”. Salomé Jaime 26 anos, tem dois filhos. Vende peixe na rua há mais de cinco anos. Diz que quando fica dentro dos mercados os clientes não aparecem e compram aos vendedores de rua: “assim o nosso negócio fica sem saída e o peixe apodrece.” Adelinada Conceição prefere comprar o peixe dentro do mercado “onde há conservação e o tratamento aos produtos corresponde às medidas da segurança alimentar, evitando que poeiras, moscas e bactérias penetrem no peixe”.

3.11 Agricultores do Quipiri Sentem-se Motivados

Semanário Factual

De 21 a 28 de Agosto de 2010

Os moradores da comuna do Quipiri, na cidade de Caxito (Bengo) sentem-se motivados com a transferência do mercado Roque Santeiro para o Panguila, rdada à proximidade que têm para evacuar os seus produtos agrícolas em grande quantidade e pelo elevado número de transporte. que actualmente se desloca àquela localidade.

A área, que possui mais de dois mil habitantes, cuja actividade principal é a agricultura, vê agraciada a oportunidade em incrementar a sua produção de horticultura, fruticultura e outros cultivos do campo.

Os camponeses do Quipiri pedem, no entanto, o apoio do sector agrícola do município do Dande, de modo a influenciar os empresários nacionais e estrangeiros a

fim de investirem na sua localidade para a prosperidade local.

Manuel Inácio, um dos responsáveis na coordenação da comuna afirmou observar uma melhoria significativa de 45 por cento em relação ao primeiro trimestre nas colheitas que registaram uma baixa enorme por falta de transporte.

“A produtividade encontra-se a crescer e os camponeses esperam maiores vendas nos próximos meses, com a transferência do mercado Roque Santeiro para o município de Cacucaco”, adiantou, ansioso.

Manuel Inácio afirmou presenciar neste momento uma fase evolutiva nas relações económicas de Quiquiri, tendência que será incrementada, na sua visão, aquando da transferência do mercado Roque Santeiro para o município de Cacucaco.

Ela explicou que o sector da agricultura tem dado muita ajuda, uma vez ser a única fonte de subsistência para aquela população da província do Bengo.

A moradora Susana Timóteo afirmou estar feliz pelo número de caixas recolhidas durante a semana que vai entre 8 a 10 caixas de tomate, batata, cebola, feijão, pimenta, ginguba, milho, banana, manga, abacate e outros produtos.

Diogo Missengue, camponês, explicou ao Factual que os transportes públicos que por aí circulavam chegavam todos carregados de mercadoria a partir da sede do Dande, em Caxito, e a sua localidade, por se encontrar num perímetro de passagem, ficava a mercê de ver as mercadorias dos camponeses a se deteriorarem.

“De princípio, transportávamos a nossa mercadoria sobre as cabeças de crianças e adultos, agora as coisas estão mais facilitadas devido ao número excessivo de transportes privados, nomeadamente táxis.

Vendedores fazem exigências

A construção de uma ponte aérea na via que liga o desvio da Nova Cimangola ao Panguila, o aumento dos transportes públicos, o policiamento acirrado nas paragens públicas, a reabilitação das vias terciárias de acesso ao município de Cacucaco e a reactualização dos sinais do trânsito ao longo da estrada, são algumas das exigências dos vendedores do mercado do Roque Santeiro para a sua transferência.

De acordo com declarações colhidas pelo Factual junto de académicos, de vendedores e de munícipes de Cacucaco e do Sambizanga, as exigências enquadraram-se nas necessidades, no respeito e nos direitos cívicos das inúmeras famílias que sobrevivem daquele mercado, para sua retirada de modo incontestável e organizado.

Lídia Cardoso, de 54 anos de idade, afirmou que vende no mercado do Roque Santeiro há 20 anos, acrescentando que a insuficiência de transporte público constitui a grande preocupação para si, dada à distância de 22 quilómetros necessários para percorrer até às novas instalações do mercado do Panguila.

“Não me sinto fisicamente em condições para suportar a distância, pois, nem acredito no aumento dos transportes para a circulação de pessoas e bens. A procura de transporte vai incentivar a especulação e as oportunidades de negócio estarão ainda mais distantes do nosso circuito económico”, insistiu Lídia Cardoso.

Julieta de Oliveira fez saber que vende há 10 anos e considerou que haverá o aumento vertiginoso do número de acidentes naquele troço com a transferência dos vendedores.

Para tal, ela suplica, em nome de todas as colegas, a construção de uma ponte aérea para facilitar os transeuntes com destino ao mercado, dado o excesso de velocidade dos automobilistas nas estradas de Cacucaco.

Para José Quintas, de 40 anos, que espera o desalfandegamento de dois contentores de mercadorias no Porto de Luanda, a sua preocupação é o policiamento durante a transferência das mercadorias ao longo da via Sambizanga-Cacucaco para não comprometer a integridade física dos vendedores.

“Não tenho dúvidas que um dia este mercado deixe de ser o local de sobrevivência para muitas famílias angolanas. Mas, antes de morrermos, gostaria que nos dessem polícias para nos assegurarem”, rogou.

O Factual abordou o arquitecto Gregório Venâncio que evocou a necessidade urgente de se reabilitarem as estradas terciárias que dão acesso ao mercado do Panguila, facilitando o afluxo de pessoas e bens.

Gregório Venâncio afirmou que o processo de transferência do mercado acontece numa altura em que a capital regista inúmeras obras inacabadas e abandonadas por razões desconhecidas, como é o caso da rua Ngola Kiluange e a estrada direita da refinaria de Luanda.

“O nosso governo viciou-se em criar problemas sem antes concluir as obras anteriores, e caso não se reverta a situação iremos constatar atrasos no horário da Função Pública e, por último, um decair da Função Pública”, sublinhou.

O sociólogo José Diogo considerou por sua vez que a transferência do mercado Roque Santeiro criará novos centros habitacionais desordenados no município de Cacucaco, dada à insuportável situação de transporte que se vaticina para os próximos dias naquele troço.

Para a psicóloga Olivia Ferreira, qualquer mudança traz consigo consequências que podem ser avaliadas negativamente ou na positiva, independentemente das reacções que causar. “Mas, para essa situação, verificar-se-á um declínio na auto-estima de cada vendedor que perder o lugar para o novo mercado.

O Factual foi até à administração municipal de Cacucaco para possíveis esclarecimentos, mas todo o esforço acabou em “águas de bacalhau”.

3.12 Armazéns ilegais reabrem

Angolense

De 31 de Julho à 07 de Agosto de 2010

Segundo Tani Narciso, como também é conhecido, actualmente é difícil identificar os comerciantes grossistas dos retalhistas, tendo avançado, nos últimos tempos no Cazenga assiste-se uma proliferação de armazéns e pequenas lojas talvez devido ao anúncio da transferência dos feirantes do mercado Roque Santeiro para o Panguila. Muito deles, segundo a fonte, não possuem licença para o exercício da actividade que exercem. Os números são assustadores e só para se ter uma ideia, o administrador revelou que em apenas um mês, na comuna do Tala-hady, surgiram 20 novos armazéns ilegais.

Outra razão apontada pelo administrador do Cazenga são os focos de lixo que aumentaram de forma escandalosa, por isso, disse, a administração sentiu-se na necessidade de reorganizar toda a actividade comercial naquele que é tão-somente o município mais populoso de Luanda.

O administrador ressaltou que a maioria dos armazéns são ilegais e, portanto, os que se encontram nesta condição só voltariam a abrir às portas depois de cumprir com todos os requisitos exigidos por lei, inclusive o contrato com os bombeiros, para prevenção das lojas em casos de incêndios.

Neste momento, adiantou a fonte que vimos citando, foi criada uma comissão de inspecção que está a trabalhar no sentido de ajudar na organização e legalização dos armazéns, e numa reunião realizada com todos os comerciantes, recentemente, estes mostraram-se estarem de acordo com as orientações baixadas pela administração.

Entretanto, as declarações do administrador municipal do Cazenga contrastam com a realidade no terreno. Numa ronda efectuada pelo Angolense, esta quarta-feira, 28, naquele município, constatou-se que todos os armazéns já reabriram às suas portas ao público sem que houvesse a tal inspecção rigorosa de que o administrador se referiu.

De acordo com António Tito, um dos vendedores dos armazéns Hakimi, no Hoji-Ya-Henda, todos os armazéns reabriram esta quarta-feira (dois dias depois das declarações do administrador). “Abrimos hoje e por isso é que não há muitos clientes, as pessoas ainda não sabem que já abrimos” – contou.

Questionado se houve um pré-condição por parte da fiscalização, para a reabertura disse não saber de nada. “Talvez o meu patrão saiba responder, mas não fizemos nada apenas recebemos autorização para abrir”, salientou.

Outro balconista que falou a nossa reportagem é Paulo Alberto, do armazém Organizações Nguégi, afirmou que não trataram nenhum documento se não os já exis-

tentes. “Nos deram a ordem de abrir e hoje abrimos normalmente, sem nenhum outro documento”.

Esta constatação vem mostrar que até os armazéns que o administrador municipal considerou de ilegais voltaram a funcionar na ilegalidade, já que é impossível que todos tenham regularizado a situação em que se encontram num só dia (terça-feira) se termos em conta que o anúncio do encerramento foi feito nesta segunda-feira e a reabertura aconteceu na quarta-feira, da mesma semana. Para tentarmos saber o porquê que a administração municipal recuou na sua decisão, tentamos contactar o administrador do Cazenga, mas sem sucesso.

3.13 Assaltos de hoje são documentários do filme de amanhã

Folha 8

De 28 de Agosto de 2010

O Executivo quer tirar o mercado Roque Santeiro do lugar a fim de reclassificar o Sambizanga. Quer levá-lo para o Panguila. Só que a atitude, por mais nobre que seja, não está a ser ponderada em todas as suas vertentes. Antes de mais nada, nesse caso o governo de Luanda e de Angola, isto sem falar dos polícias em busca das suas gasosas, diariamente recebem uma taxa oficial dos vendedores e os montantes, que deveriam entrar nos cofres do Estado, são elevados. Essas taxas deveriam servir para melhorias do mercado, mas as receitas arrecadadas nunca foram aplicadas. E, se agora for processada uma transferência do Roque, devem-se tomar, naturalmente, providências para devolver o dinheiro ou mostrar onde e como se o aplicou, sob pena de se confundir o valor das taxas recebidas durante dezenas de anos como um roubo instituído. Estamos aqui a referir-nos a muitos milhões, melhor biliões, que devem ser restituídos.

A esta aresta administrativa acresce o facto de o Roque ter mais de 3 mil vendedores, é o maior mercado e a “bolsa de valores” de Luanda e de Angola. E o Sambizanga é um dos bairros mais populosos, com cerca de 2,5 milhões de habitantes e dos mais violentos onde é grande o índice de criminalidade, principalmente pelo desemprego e falta de infraestruturas sociais. Como atrás dissemos, ficarão devolutas, mais de 2500 RESIDÊNCIAS/PROCESSO” e sem serventia nos próximos tempos, com a agravante de virem a ser prejudicados ainda mais os seus titulares, se compulsivamente, tiverem de ser, eles também, transferidos, para um “ZANGO QUALQUER DA DESGRAÇA AUTÓCTONE”. A renda que alimenta muitos sonhos dos indignos do Sambila, nada significa para os novos-ricos, mas é de uma valia incomensurável para as gentes pobres, que não podem contar com um governo, cujo rosto apenas promete na época eleitoral.

Com a extinção do Roque, o desemprego, a fome e a miséria vão aumentar. Mas a delinquência também vai aumentar e isso é intolerável, porque havia e há soluções que não foram levadas em conta e que ainda podem ser invocadas por quem de direito.

Efectivamente é mentira que o Roque não poderia permanecer aí, tu1 requalificação. Pode. E a forma é de transformação do horizontal em vertical, onde os milhares de vendedores, seriam distribuídos pelos vários andares, mantendo a imponência popular, tu1 imponência da nova arquitectura e sonho governista. Mas não, tudo fica atado a uma ficção gerada por pura ganância Poderia, sim, senhor, e para dar um simples rtu1S prestigioso exemplo, basta dizer que diante da Praça Vermelha de Moscovo, tu1 Rússia, temos o maior mercado popular do mundo, o chamado GUM. O que quer dizer que o Roque podia e pode ficar no meio de uma requalificação urbana. Uma construção moderna, com, por exemplo, uns 8 ou 1 U andares para albergar aquela gente e com melhores condições de salubridade. Ou só merece um Shopping quem tem dinheiro e vive nas zonas urbanas e os pobres sem nome de família estão condenados a mercados sem o mínimo de condições. Recordemos que o GUM tem seis naves com cerca de 6 km cada e não deslustra a Praça Vermelha, pelo contrário, quer dizer que não estamos a ver por que razão não foi possível criar ali no terreno, a evacuar, um Roque novo. Era possível E possível Mas ninguém pensa e pensou nisso para não diminuir os faraónicos lucros em perspectiva.

3.14 Espaço no mercado do Kikolo custa 2500 dólares

*Agora
De 28 de Agosto*

Nos últimos dias encontrar um lugar para comercialização de produtos tem sido um “bicho-de-sete-cabeças”, principalmente com o recente anúncio do governo de Luanda, sobre a transferência dos vendedores do Roque para o Panguila, onde foi construído um novo estabelecimento.

Fonte da administração do mercado do Kicolo disse que o custo de um espaço naquele local varia entre 300 e 2.500 dólares. Assim, um metro quadrado custa 300 dólares, 1.500 para o lugar de um contentor e 2.500 para uma viatura Hiace, respectivamente.

“Recebemos ordens expressas da administração de Cacuaco para a cobrança pelas parcelas”, frisou a fonte, acrescentando que diariamente acorrem ao local, inúmeras pessoas em busca de um lugar.

Maria Zua, vendedora de cosméticos no Roque Santeiro há mais de 10 anos, teve de pagar o equivalente a 300 dólares por um metro quadrado.

Por sua vez, António Kidissala, 42 anos, pagou 2.500 dólares para efectuar as vendas no seu Hiace.

“Nós que vendemos nas viaturas a pagar mais caro”, desabafou uma vendedora que apenas se identificou como esposa de um dos funcionários do mercado.

A tabela de preço foi estipulada pela administração municipal, segundo as fontes.

Já no pavilhão do Panga Panga os vendedores estão desapontados com as alegas das cobranças anárquicas feitas por pessoas afectas à sua administração. A ficha do terreno custa 200kwanzas (kz), igual quantia vai para os fiscais do mercado e mais 50kz pagos aos chamados “cahenxes li, tidos como polícias civis.

Paulo Cassinda, 32 anos, camionista que transporta produtos agrícolas do Kwanza-Sul para Luanda, disse que os fiscais cobram elevadas taxas aos clientes que são maioritariamente camponeses, chegando a regressar, praticamente, sem nada no bolso.

Pousar uma mercadoria por menos de cinco minutos, mesmo que não seja para comercializar, as pessoas são obrigadas a pagar 50 kz.

Casos do género aconteceram durante a nossa reportagem, tendo um suposto fiscal cobrado o valor numa velha que aparentava ter 60 anos.

Com a transferência do Roque para o Panguila, Cacuaco é agora o município com mais mercados em Luanda.

De acordo com o administrador do mercado do Kicolo, Zeferino Gonçalves, já não tem nenhum espaço disponível para novos vendedores.

Não foi possível ouvir o responsável do pavilhão da Panga Panga, pois encontrava-se ocupado, devido à fiscalização dos mais de uma centena de espaços já distribuídos e que devem ser vistoriados devido à existência de funcionários considerados corruptos que recebem “gasosas”, para além do valor legalmente estipulado. O município tem 11 mercados, dos quais três formais.

3.15 Grande calvário social no mercado dos Congolenses

*Folha 8
de 07 de Agosto de 2010*

Zungueiras e zungueiros dizem ser um autêntico terror. Não há paz, para além de verem seus Gá) poucos artigos sistematicamente confiscados pelos policiaes. Estes não hesitam em correr e espancar com os porretes até mulheres que tenham bebés as costas ou estejam grávidas. Não há dia específico na semana, nem hora exacta, na verdade eles aparecem sem dar sinal, e aí começa o corre-corre. “Eles bicam as coisas que não têm muita importância para eles, confiscam o que lhes interessa e batem-nos se resistirmos”, lamentou Catarina Sousa vendedora de peixe.

A falta de alternativa por parte das vendedoras, as obriga

a efectuar as vendas em locais inapropriados. Este cenário data desde há mais de uma década e os homens das leis não encontram uma solução. Actualmente em Luanda, muitos lares têm as mulheres como salvação final.

Espaço exíguo

Muitos vendedores alegam a pouca aderência dos clientes e a falta de espaço no interior do mercado como factor para efectuar as vendas no exterior e ao longo das estradas, contra todos os riscos. A praça do “Cafunfo” como também é chamada pelos usuários, comporta algumas centenas de mulheres que se desdobram ao longo das estradas, e dos zungueiros que se espalham entre as viaturas na estrada fugindo das quotas. O contrato de direito de venda, gira em volta dos 100.00 dólares norte-americanos se for bancadas, e 200.00 dólares mensal se for Butique, para além dos 50 kzs/ dia. Tudo isso encoraja as famosas gasosas que variam dos 100 aos 500 kzs, ao de lá da perda dos negócios, independentemente da importância e o valor da mercadoria, e ainda o grau de intimidade entre os políciais (regulares ao local) e as vendedoras, levando até a desconfiança por outras, de casos de prostituição.

Polícia molesta

Para muitas mulheres que fazem as vendas no mercado, deixar de vender no mesmo, é um grande desejo porque, outras ainda gostariam de ter um local sem que sejam molestadas pelos políciais: “já estou farta das porradas”, “estou farta de vender correndo”, desabafou Milonga, completamente fora de si.

Solução para os dois lados?

A polícia da ordem pública deve velar pelos vendedores e encontrar uma maneira que seja benéfica para os dois lados. Antes de enveredarem pela repressão, a administração local deve criar as condições para que toda acção de violência se justifique. Embora nada hoje valha o que seja contra essas criaturas que lutam pela sobrevivência de famílias inteiras, inclusive de seus maridos, kunangas e não só.

Mercados precisam-se

A construção de mais mercados” na capital seria o ideal para minimizar esta situação. Resultando na maior qualidade na prestação de serviço e dos produtos e maior segurança as quitadeiras. Dói ver a maneira como os vendedores são tratados. De acordo com opiniões recolhidas, a falta de humanismo, a insensibilidade por parte dos políciais, toca igualmente os compradores ou transeuntes que se solidarizam com os vendedores, não só por facilitarem suas compras, mas porque conhecem a realidade da vida. Há mães que ainda trazem em seus braços bebês recém nascidos. Nesta condição não o fazem por prazer, são forçadas pela circunstância cujo

responsável é de todas as formas o Governo.

Quanto aos políciais, isto não os diz nada: “Estamos a cumprir com as ordens superiores”, dizia um dos oficiais ali em serviço.

3.16 Mercado do Benfica com mais visitantes

Jornal de Angola

De 5 de Agosto de 2010

O administrador do mercado do artesanato, na comuna do Benfica, afirmou, na terça-feira, à Angop, que o número de visitantes aumentou consideravelmente devido à melhoria das condições de higiene e segurança no local.

João Isabel afirmou que, antes da melhoria, o mercado recebia 150 visitantes por dia, “mas hoje com as obras de benfeitorias o número duplicou”.

O aumento é visível, quer no número de visitantes nacionais, quer estrangeiros. Lembrou que durante a Cimeira da CPLP, realizada em Luanda, o mercado registou presença diária de delegados lusófonos e de chineses, sobretudo. “O aumento de visitantes, em especial estrangeiros, é um passo significativo, particularmente no reconhecimento das artes angolanas e dos seus fazedores”, adiantou o responsável.

As peças mais procuradas pelos turistas, referiu, são o Pensador, mapas de África, de Angola, a Palanca Negra Gigante e as máscaras e quadros com pinturas que descrevem a vida das mulheres angolanas.

“A cultura angolana pode começar a ter outra abrangência, devido a esta procura dos turistas estrangeiros, que ao adquirirem tais produtos, transportam também um pouco da história, tradição e do modo de vida dos angolanos aos seus países”, rematou.

3.17 Mercado Pequenos com Espaços Largos Para Viaturas

Semanário Factual

De 21 a 28 de Agosto de 2010

O comércio em Luanda ganhou depois de 2002 um novo fôlego, em função da paz, o que levou milhares de pessoas a enveredarem para essa actividade, mais lucrativa do que sentar num escritório à espera de um salário mensal.

Até porque o emprego se torna difícil, principalmente devido ao baixo nível académico de muita gente.

Face a esse quadro e porque se tornava necessário, as autoridades decidiram revitalizar alguns mercados da capital, dotando-os de infra-estruturas sanitárias, de boas bancadas para venda de produtos, com água canalizada e energia eléctrica.

No entanto, não foi levado em conta o número excedentário de vendedores e o resultado foi que apenas alguns sortudos conseguiram lugar nos mercados para venda, dado que esses locais se tornaram exíguos para o número de vendedores que cresceu, uma vez que foram proibidos a venda no exterior.

Está-se a falar do mercados do São Paulo e dos Congolese e dos Kwanzas, que foram reabilitados pelo governo e que viram reduzido o seu interior, ou seja, menos espaços para milhares de vendedores e de clientes que os utilizam.

Esse fenómeno levou os vendedores desafortunados a engrossarem outros mercados da capital, como o do Roque Santeiro, dos Cajueiros, da Chapada e do Kikolo, onde as condições de salubridade, de higiene e de saneamento básico são precárias, para além de não possuírem locais de estacionamento adequado.

Em contrapartida, nos mercados reabilitados e com largos espaços para estacionamento poucas são as viaturas que os utilizam, vendo-se uma aqui, outra ali, algumas permanecendo dias e dias por avaria ou abandono propositado, em razão da incapacidade em repará-las, por falta de verbas.

Daqui se infere que o mais sensato seria que os mercados que beneficiaram de obras pudessem aumentados de tamanho, de a modo a permitir a inclusão de mais vendedores, dada à necessidade de maior arrecadação de receitas por parte das administrações municipais.

Numa altura em que tudo é vendável em Luanda e quando parado nada se ganha, seria benéfico que os mercados que não fizeram parte do “pacote” de reabilitação fossem tidos em conta, para albergarem melhor os milhares de vendedores e clientes que os frequentam. É certo que cada dia que passa mais gente prefere vender qualquer coisa que dê lucro imediato, em vez de ficar um mês à espera do salário, às vezes irrisório e, por esse motivo, a criação de melhores condições nos diversos mercados seria uma “lufada de ar” para todos quantos anseiam aí trabalhar.

Claro que tal empreendimento seria oneroso, mas se pretender que a venda de produtos aconteça em condições saudáveis, então a solução passa mesmo por reabilitar todos os mercados de Luanda, à excepção do Roque Santeiro, que, como se sabe, tem os seus dias contados. Mas, mesmo que os milhares de vendedores do Roque Santeiro deixem o seu local de trabalho, estarão confrontados com o mercado do Panguila que, embora possua melhores condições para venda, e igualmente exíguo face a demanda.

Por isso é que, para qualquer projecto, é sempre bom considerar o “per capita”, quer dizer, o número de pessoas beneficiárias, o que não tem acontecido porque a palavra censo ainda não faz parte do dicionário angolano. Portanto, não há dados sobre o número da gente interessada em trabalhar nos mercados da capital.

Deste modo, é crível que o desemprego vai aumentar, porque milhares de vendedores ficarão à margem do projecto do Panguila, o que de certeza fará subir a cifra de ambulantes pululando por Luanda, na expectativa de obter algum dinheiro para sobrevivência.

Enquanto isso, os espaços para estacionamento de viaturas têm pouca utilidade, pelo que, por vezes, também se tornam pequenos mercados criados à revelia das autoridades administrativas, sendo uma “pedra no sapato” de quem quer vender oficialmente dentro do lugar determinado no seu interior.

Assim, só mesmo a força de vontade pode fazer com que os mercados de Luanda ganhem nova nuance, para que deixe de haver a venda ambulante, a chamada zunga, que tem “enxameado” as várias artérias que acabam sempre cheias de lixo por falta de interesse na sua recolha a tempo e a hora...

3.18 O paraíso à espera do Panguila

Jornal de Angola

De 16 de Agosto de 2010

No Panguila há 5.376 bancadas, 200 armazéns, 36 frigoríficos, 144 lojas, 48 restaurantes, 15 balneários, 13 bebedores, três bancos comerciais, dois parques de estacionamento, um posto médico, um posto da Polícia Nacional, uma central eléctrica, uma área administrativa e um parque infantil. Para os vendedores é um verdadeiro paraíso e no mundo há poucos mercados deste nível.

Por isso, o Roque Santeiro vai mesmo desaparecer do espaço da antiga lixeira de Luanda. Vão acabar os candongueiros e os compradores apressados com medo de serem assaltados a qualquer momento.

Os vendedores esperam a qualquer momento a notícia oficial da sua retirada do Sambizanga para o novo mercado do Panguila onde foram criadas excelentes condições para clientes e comerciantes. O novo espaço chega para todos e mais alguns que apareçam.

O novo mercado está equipado com armazéns, instalações frigoríficas, saneamento básico, bancadas servidas com água potável. Vendedores e clientes têm tudo a ganhar com a transferência.

Os vendedores mais relutantes juram que não vão deixar o Roque Santeiro. Conceição Domingos, de 57 anos disse à nossa reportagem que vende naquele local há mais de dez anos. Vende peixe sem as menores condições de higiene, entre nuvens de moscas e a algazarra de quem quer atrair os clientes. Basta ver as condições de venda para perceber porque razão e preciso acabar de vez com o Roque Santeiro. “Estamos muito tristes, porque no Panguila não há espaço suficiente e vamos perder clientes devido à distância. As autoridades têm de nos deixar aqui, porque a mudança tem influência na nossa

vida. Os nossos filhos dependem do que vendemos. Esta é a nossa lavra”, disse Conceição Domingos. As outras peixeiras aplaudem e as moscas que estavam pousadas no peixe levantam voo assustadas.

Transformação familiar

Graça António, 36 anos, 15 deles no Roque Santeiro, garante que a transferência dos vendedores para o mercado do Panguila vai provocar uma grande transformação na vida das famílias: “eu vivo aqui próximo do mercado. Tenho três filhos que estão em idade escolar e todos os dias têm de apanhar táxi. Muitas vezes são obrigados a esperar pelos primeiros clientes para poderem ter dinheiro para o transporte. Quando formos para o Panguila ou para o quilómetro 30, como vai ser mais complicado”

Graça António disse que este é o maior problema dos vendedores do Roque Santeiro: “não trabalhamos para nós mas sim para os nos Sos filhos, que precisam de ser aquilo que nós não conseguimos ser por falta de condições”.

O lamento também vem de muitos jovens que vendem durante o dia e à noite têm aulas. Paulo Destino é um deles. Está no primeiro ano do ensino superior e chega ao mercado logo pelas seis da manhã para vender sapatos. As 15 horas começam a arrumar a mercadoria, porque às 17 horas tem de ir para a Faculdade: “vivo aqui no Sambizanga e estudo no Futungo, este lugar é o meu sustento. Vou ter muitas dificuldades se me mandarem para o Panguila. A maioria dos jovens que trabalha no mercado está mesmo frustrada”.

Tristeza dos mais velhos

“O Roque tomou-se numa forma de viver. Aqui tiramos o pão para o sustento das nossas famílias. E o lugar onde convivemos, porque daqui saíram casamentos e grandes amizades”, disse Daniel Paulino, alfaiate de profissão. Daniel Paulino trabalha no Roque Santeiro desde a sua fundação, em 1986, e diz que nunca pensou que o mercado fosse desaparecer da cidade. Para ele não interessa que o espaço de mercado apenas tenha o nome e as condições de higiene não existam e nunca existiram. Com tristeza, o alfaiate lamentou o facto de já não ter forças para andar grandes distâncias: “estou a caminho da velhice e não tenho forças para ir mais longe. Se essa é a decisão do nosso Governo, vamos acatar, mas entristece-me, porque o mercado do Panguila é pequeno e muitos vão ficar sem lugar.”

O sapateiro Artur Mateus, de 45 anos, quer manter o mercado a todo o custo. Nem quer ouvir falar na falta de higiene e de condições mínimas para o seu funcionamento: “o pobre, quando lamenta muito é pecado, mas gostava de saber como vão fazer aquelas pessoas que todos os dias acorrem ao mercado para comprar peixe a 200 kwanzas para o jantar, quando formos transferidos para o Panguila”. O peixe deve ser comprado nas

peixarias e em espaços comerciais com instalações de frio para a sua conservação, bancadas sempre limpas, água corrente e esgotos. Os produtos alimentares nunca devem ser vendidos nas lixeiras e muito menos no meio do lixo. Mas o sapateiro Mateus só pensa no “seu” Roque Santeiro e diz que as pessoas já estão habituadas a comprar nas condições que o mercado oferece.

Sem data marcada

Há sete anos no mercado, Nazaré Fernandes é uma das muitas mulheres que fazem parte da comissão de vendedores e participa dos encontros com as autoridades para a transferência. Revelou que ainda não existe uma data oficial para o encerramento do Roque Santeiro. E isso leva-a a pensar que ainda é possível manter o mercado aberto. Ela diz que “este não é simplesmente um lugar onde vimos buscar dinheiro. E o nosso emprego, estamos aqui há mais de dez anos.”

Tentámos ouvir o administrador do Roque Santeiro mas não tivemos êxito. Segundo os seus subordinados, “ninguém da administração está autorizado a falar. Os senhores jornalistas devem aguardar a conferência de imprensa do Governo Provincial”.

O administrador do Sambizanga, José Tavares não quis entrar em pormenores mas revelou que “este é um assunto que está a ser coordenado pelo vice-governador da província de Luanda para a esfera económica. Nós não estamos dentro do assunto”.

Novo mercado

Situado na comuna do Panguila, novo mercado tem condições para a prática do comércio com altos padrões de higiene e segurança. O único problema que pode afectar clientes e vendedores, é o atraso na conclusão da estrada que liga. _ Luanda ao Caxito.

A via rápida Luanda Panguila está a ser concluída mas enquanto decorrem as obras, principalmente aos domingos, tem causado alguns transtornos aos condutores.

O automobilista Pedro Pacavira disse ao Jornal de Angola que as empresas encarregadas das obras devem acelerar os trabalhos.

3.19 Organização quer interligação empresarial

Jornal de Angola

De 15 de Agosto de 2010

A Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, (FDC), uma organização moçambicana liderada por Graça Machel, quer ver as mulheres empresárias da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) interligadas nas suas actividades.

A declaração foi feita na sexta-feira pela representante da FDC, Muchimba Sikumba Dils, num seminário sobre

“Fortalecimento das Net Work das empresárias com as estruturas de apoio”, organizado pela Federação de Mulheres Empreendedoras de Angola (FMEA).

Muchimba Sikumba transmitiu a experiência da FDC, que procura alargar o seu programa a outras mulheres da SADC. Para o efeito, está a estabelecer contactos com as empresárias de Angola, depois de o ter feito com as da Zâmbia, onde já realizou um encontro similar, e que abrangerá a Tanzânia, Uganda e Quênia.

No fim dos contactos, Muchimba Sikumba sublinhou que a organização vai realizar, em Outubro, uma reunião continental de mulheres empresárias, onde esperam ver reconhecido o esforço da mulher africana.

Nos contactos que estão a fazer com as organizações empresariais locais, a FDC procura saber que actividades realizam e como estão interligadas. Relativamente às empresárias informais, quer perceber que problemas enfrentam, que apoios recebem dos bancos ou de outras instituições, e se a FMEA tem programas de educação empresarial destinados às vendedoras do mercado informal. “São questões que pretendemos levar para serem discutidas em conjunto no encontro de Outubro”, referiu.

A representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Jita Welch, disse que existem vários programas de apoio às empresárias angolanas, um dos quais é a incubadora de empresas, e que, dentro da cadeia de valores, o PNUD já tem contactos avançados com o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) para a concessão de créditos.

“A FMEA está a entrar numa maior cadeia de produção e exportação, de tal forma que temos conversado com o BDA, para interagir com outras federações e instituições para que elas possam maximizar os seus negócios”, disse. Jita Welch aconselhou as mulheres empreendedoras de Angola a não ficarem pelo mercado informal e considerou que as empresárias do mercado formal devem levar informação sobre programas de apoio às mulheres de pequenos negócios, para saberem como sair da situação em que se encontram, e não ficarem apenas reduzidas a uma economia de sobrevivência, optando por terem mais oportunidades e responsabilidade.

AFDC realiza acções com as comunidades pobres, ajuda a apetrechar as ONG, trabalha na advocacia e no reconhecimento do papel da mulher e dos problemas que vive, bem como no programa de luta contra o VIH/Sida e junto das mulheres que realizam actividades comerciais transfronteiriças.

3.20 “Os Kupapatas da Moda “

Semanário Agora

21 de Agosto de 2010

OS moto-taxistas, vulgarmente chamados “kupapatas” estão a crescer cada vez mais em Luanda e em outras cidades do país. Na capital, o município do Cacuaco é onde mais se verifica esta actividade exercida, sobretudo, por antigos militares desmobilizados e jovens desempregados. Uns afirmam que o ofício teve origem na Huíla, outros, porém, apontam o Huambo como precursor desta forma de ganhar a vida. O melhor é que esta profissão deve ser exercida com disciplina, evitando-se os sistemáticos atropelos às regras de trânsito conforme já noticiado por este semanário na sua edição 688.

3.21 Pão comercializado em condições impróprias

Folha 8

De 31 de Julho de 2010

Mundialmente conhecido como “precioso alimento”, o pão tem sido higienicamente maltratado e desrespeitado, ao ponto de ser vendido no chão, à beira da estrada, debaixo do sol, na lama, numa só palavra, na rua. Em vez de alimento com riqueza nutritiva serve de veio de transmissão de doenças contagiosas, perigando, por esta via, a vida humana.

Numa altura em que muito se fala da prevenção epidemiológica, face às doenças respiratórias em voga, espanta saber que, a par dos cuidados invocados pela Saúde, tendo em vista o combate às epidemias mais vistosas do momento, não se põe cobro à vista grossa que se está a fazer à maneira pouco ou nada ortodoxa de lidar com o pão.

Em contrapartida, espanta constatar que os agentes de Saúde têm consciência dos perigos que as populações comem por tal situação. Técnicos de saúde ouvidos pelo F8 admitem que as consequências do “deixa andar” que se registam na vencia do pão iria chegar tarde ou cedo. Elisabeth Bernardino, enfermeira numa das clínicas da periferia de Luanda, disse a maneira pouco higiénica como é vendida o pão só não ter causado mais estragos por ser um alimento “sagrado”.

A enfermeira defendeu não estar apenas na venda inapropriada do mesmo, mas também nas padarias.

3.22 Roque Santeiro começa a mudar

Jornal de Angola

De 31 de Agosto de 2010

A transferência dos vendedores do Roque Santeiro, o maior mercado a céu aberto de Angola, para o Panguila, começa hoje. O processo vai decorrer de forma faseada e termina no dia 5 de Setembro, altura em que o governo provincial de Luanda declara encerrado o Roque Santeiro, criado em 1986, com o nome de uma novela brasileira exibida na altura pela Televisão Pública de Angola (TPA).

3.23 Roque Santeiro no Panguila só em 2011

Semanário Agora

21 de Agosto de 2010

Os vendedores estão seguros de que a Transferência será feita apenas em Janeiro do próximo ano.

Espera-se a qualquer momento pelo comunicado oficial do governo provincial sobre a mudança dos vendedores para o novo mercado do Panguila onde já existem condições criadas para os clientes e comerciantes. O novo espaço parece chegar para todos, mas a verdade é que o município de Cacuaco vai herdar as vicissitudes do antigo.

O novo mercado está equipado com armazéns, câmaras frigoríficas, saneamento básico e bancadas. A tristeza é dos luandenses que terão de percorrer maiores distâncias para as compras de fim-de-semana.

Pedro Sebastião, de 62 anos, vendedor de cigarros há mais de 12, disse que é tão difícil integrasse e que as anteriores condições de higiene não são salutares. “Essa transferência vai influenciar na vida de todos e os filhos dependem do que vendemos. Esta é o nosso refúgio diário”, frisou o vendedor.

Para o jovem Ernesto Pedro, morador no Panguila, a única preocupação prende-se com o facto da delinquência nos bairros crescer assustadoramente e à falta de iluminação nas principais vias de acesso ao mercado.

“Se de um lado estamos a albergar o mercado, do outro terá de ser reforçada a segurança policial e a tarifa dos candongueiros também vai aumentar”, defendeu, sublinhando que os delinquentes mais perigosos do Sambizanga estão a criar muitos grupos no seu bairro.

Por seu turno, Domingos da Conceição disse que não está no local por acaso, mas por opção.

“Sonhava um dia ser escritor, mas com o acidente que tive há pouco menos de 12 anos, perdi os membros superiores e não tenho mais alternativas para sobreviver”, para ele este é um momento difícil da sua vida, pois não conseguirá percorrer grandes distâncias e sente-se discriminado pela sociedade.

Marta Ferreira, residente na Petrangol e compradora assídua do mercado, contou ao AGORA que os meliantes da sua zona estão atentos com o que se está a passar, pois muitos já decidiram arrendar novas casas no Quifangondo e no Kicolo para facilitar as suas operações.

No Panguila existem 5.376 bancadas, 200 armazéns, 36 frigoríficos, 144 lojas, 48 restaurantes, 15 balneários, 13 bebedores, três bancos comerciais, dois parques de estacionamento, um posto médico, um posto da Polícia, uma central eléctrica, uma área administrativa e um parque infantil. Se para uns é um verdadeiro paraíso, para outros nem por isso. Os “candongueiros” e os compradores apressados estão com medo de se deslocarem nas próximas semanas para o novo gigante do Panguila. As novas infra-estruturas têm condições para a prática do comércio com altos padrões de higiene e segurança, localizando-se a pouco menos de 22 quilómetros do centro da cidade e comporta uma área de 26 hectares.

O único problema que pode afectar clientes e vendedores é o atraso na conclusão da estrada Luanda-Caxito.

A via rápida Luanda/Panguila está a ser concluída mas enquanto decorrem as obras, principalmente aos domingos, tem causado transtornos aos condutores.

3.24 Roque Santeiro vai a enterrar segunda-feira

Angolense

De 14 à 21 de Agosto de 2010

O espaço que hoje é o mercado Roque Santeiro foi entregue a um milionário egípcio de nome Ahmed Bahgat Abdei Fattah, proprietário do grupo Bahgat. O negócio foi feito para a construção de um projecto habitacional no âmbito da requalificação do município do Sambizanga.

O projecto, segundo soube o Angolense, prevê a construção de uma cidade, em quatro anos, com casas sociais de baixa, média e alta renda.

Para o lançamento do referido projecto denominado “Cidade Sambizanga”, o milionário Ahmed Bahgat esteve em Luanda no princípio de Agosto do ano passado e disse que para além da construção de habitações sociais, também vai construir – ir indústrias e um projecto de telecomunicações.

Traçado que está o objectivo, os vendedores têm como destino o Panguila, mas só alguns, pois, o “novo roque” como também é chamado, é muito inferior em relação ao que actual, o que fez com que muitos ficassem excluídos na hora do registo para atribuição de bancadas no municipal do Panguila. De resto, esta é a principal razão do descontentamento de grande parte dos vendedores, que não param de criar tumultos desde o anúncio oficial da transferência feito ao princípio desta

semana, segundo constatou o Angolense no terreno. Outra inquietação prende-se com o factor distância, quem sai do centro da cidade para o “novo roque” tem de percorrer 18 quilómetros e o engarrafamento já começa, sobretudo, nas zonas da Cimangola e Vidrul.

A administração do mercado Roque Santeiro, contactada pela nossa reportagem para responder as inquietações da maioria dos vendedores e de como foi o processo, disse não poder falar a imprensa mas prometeu que o Governo Provincial de Luanda, através de uma comissão vai conceder uma conferência de imprensa em breve para os devidos esclarecimentos.

Milhares de desempregados

Uma das consequências directas da transferência será sem dúvidas o desempregado de muitos cidadãos que encontram no mesmo o seu ganha-pão.

Muitos vendedores e proprietários de armazéns não foram credenciados e não tiveram nenhuma comunicação, senão os panfletos que foram distribuídos esta semana. Nesta situação está o armazém Yakaki – comercial, que, segundo o seu gerente, Afonso Cavinda, desconhece oficialmente o encerramento do mercado, mas já não restam dúvidas que esta semana é a última para o exercício da actividade venda naquele local. “Até domingo temos que fechar as portas” – contou. Mas adiante referiu que o seu estabelecimento emprega seis trabalhadores, por isso, entende que “no processo de transferência o Governo deveria pensar no emprego destas pessoas”.

Celestina Teixeira, balconista de uma loja adjacente ao mercado Roque Santeiro, já sabe o que o futuro lhe reserva. “Vou ficar desempregada, não concordo com a forma como o processo foi conduzido, porque acho que antes da transferência deviam ter sido criadas condições para todos. É uma falta de respeito, as pessoas vão ficar desempregadas e a delinquência vai aumentar” alertou.

Já Quinha, vendedora do Roque há 20 anos, desconhece ter havido um registo dos feirantes, entretanto, acrescentou que, apesar de ser uma situação constrangedora, tem que aceitar. “O Governo é que manda, por isso, estou a me preparar para começar uma nova vida no quilómetro 3D, com as duas meninas com quem trabalho”, disse.

Quem também tem emprego garantido é a jovem Laura. A sua tia, com quem vende panos, teve a sorte de construir um armazém em Cacuaco. Agora, é ali onde vão dedicar as suas vidas.

Já Márcia Panzo não tem a mesma sorte que Laura. Ela depende do seu patrão que ainda não sabe o que vai fazer, pois, ao contrário do estabelecimento comercial AIMAN, a Socogit comando-geral, que foi comunicado e registado, o patrão de Márcia está a ouvir tudo por alto, por isso, admite que a vida vai ser muito complicada, “vou ficar em casa até conseguir outro emprego”. Histórias como essas se repetiram, deixando claro que, apesar do lado positivo que esta mudança vai trazer, o

novo rosto que se vai dar ao espaço, ficam sacrificadas muitas famílias.

No mercado do Panguila, onde a nossa reportagem se deslocou recentemente, tudo está a ser tratado ao pormenor. As bancadas estão completamente numeradas, algumas pessoas já estão a vender lá, o grosso só começa a povoar aquele mercado a partir de segunda-feira, 16. Instalado há 18 quilómetros de Luanda, no município de Cacuaco, num terreno com cerca de 25 hectares junto à estrada nacional 100, que liga Luanda a província do Bengo, o mercado municipal do Panguila tem a capacidade para acolher mais de cinco mil vendedores. Conta com cinco mil e 376 bancadas, 200 armazéns, 36 câmaras frigoríficas, 144 lojas, tanques de água com capacidade para 200 mil litros e uma zona administrativa. Dispõe ainda de restaurantes, algumas dependências bancárias para facilitar as transacções financeiras e um parque de estacionamento com capacidade para cerca de 400 viaturas.

Segundo soube o Angolense, o sistema de energia será garantido por quatro postos de transformação e igual número de geradores. As obras, a cargo de uma empresa chinesa, custaram aos cofres do Estado mais de um bilião de kwanzas.

3.25 Transferência do Roque Santeiro só depois das eleições de 2012

*Semanário Angolense,
de 14 a 21 de Agosto de 2010*

Os vendedores do Roque Santeiro, para Panguila, no município do Cacuaco, só serão transferidos depois das eleições de 2012 anunciadas pelo Presidente José Eduardo dos Santos.

Uma fonte do Governo central, que confidenciou a informação ao Factual, revelou ser necessário “salvaguardar algumas condições essenciais para o funcionamento normal de um mercado com a dimensão do Roque Santeiro”.

“Milhares de angolanos têm o Roque Santeiro como o seu ganha-pão. Aqui rolam milhões de dólares diariamente. A transferência desse mercado requer uma análise substancial”, explicou a fonte, receosa.

“O novo mercado possui melhores condições para a prática do comércio, higiene, segurança e bancos comerciais para permitir aos feirantes o depósito dos valores monetários diários e evitarem riscos de assaltos, mas há outros fenómenos que o governo está a estudar para transferir o mercado só depois de 2012”, acrescentou a fonte

A fonte indicou que centenas de líderes políticos da oposição frequentam o mercado, contrariando as iniciativas do governo sobre o bom funcionamento dos vendedores de Roque Santeiro.

“Queremos que as pessoas vendam em boas condições e organizadas, mas a oposição continua a intoxicar os vendedores com falsas informações”, referiu a fonte.

Criada em 2007 numa área de 250 mil metros quadrados, o complexo comercial do Panguila conta com cinco mil e 376 bancadas, 200 armazéns, 36 câmaras frigoríficas, 144 lojas, 112 bancos de repouso, 13 chafarizes e dependências dos bancos BIC e BPC, para facilitar as transacções financeiras dos comerciantes, e um posto médico.

O recinto reserva uma área para o estacionamento de mais de 400 viaturas, área administrativa, posto policial e uma zona verde. Dos vendedores a serem transferidos para o Panguila destacam-se os do Roque Santeiro.

O mercado do Roque Santeiro – nome de uma famosa novela brasileira, é conhecido por ser o maior mercado de África a céu aberto, por movimentar milhares de dólares diários e por ser palco de venda de todos os produtos comercializáveis.

O mercado do Roque Santeiro ganhou espaço durante a década de 80 do século XX, numa altura em que o país se encontrava fustigado pela guerra e os víveres (alimentos) escasseavam. Primeiramente designado como mercado da Boa Vista, aquela área comercial era talvez o único local onde era possível encontrar de tudo um pouco, incluindo venda de sexo, infantil ou adulto, e através de meandros ocultos, o tráfico de armas.

3.26 Velho mercado Roque Santeiro começa hoje a arrumar a trouxa

Jornal de Angola

De 31 de Agosto de 2010

A transferência dos vendedores do Roque Santeiro, o maior mercado a céu aberto de Angola, para o Panguila começa hoje.

O processo de transferência, feito de forma faseada, termina no dia 5, altura em que o governo provincial de Luanda declara encerrado o Roque Santeiro, criado em 1986, com o nome de uma novela brasileira exibida, na altura, pela Televisão Pública de Angola (IPA).

Costa Gabriel, da comissão técnica do governo provincial de Luanda, disse, ontem, em conferência de imprensa, que estão criadas as condições técnicas e materiais para “a transferência plena e harmoniosa de todos os vendedores, não havendo necessidade de sobressaltos nem de inquietações”.

O governo provincial de Luanda considera, em comunicado, haver infra-estruturas suficientes para acolher 8.327 vendedores identificados e previamente registados.

Vendedores estão avisados

O administrador do Roque Santeiro, Vitorino Kitokolo, afirmou, ao *Jornal de Angola*, que os vendedores estão, desde 2008, avisados da transferência e que não há falta

de espaço para a instalação dos vendedores no Panguila, pois foram registados 5.336 comerciantes. “Há uma comissão criada pelo governo Provincial para garantir que ninguém fica de fora deste processo”, referiu. Para hoje, está prevista a transferência dos vendedores de alimentos, bebidas e tecidos, para quinta-feira, os de produtos típicos e de calçado e para o dia seguinte, os de mobílias e do sector de “produtos diversos”.

O sábado está reservado aos comerciantes de produtos do campo e perecíveis. “Será uma transferência faseada, gradual e por sector, sem qualquer constrangimentos”, garantiu Kitokolo.

Ana Ferraz, uma antiga vendedora do Roque Santeiro, aplaudiu a transferência do mercado para o Panguila: “E uma grande vantagem porque não estamos expostos ao sol, temos água canalizada, luz e quarto de banho”. Antónia N ginga, outra vendedora do antigo mercado, corroborou a opinião da colega, salientando, entre as condições criadas no Panguila, as câmaras de frio para a conservação dos produtos perecíveis, de bancos comerciais e de um corpo de segurança.

“Já não vamos precisar de andar com dinheiro nas pastas porque temos três bancos disponíveis”, regozijou-se a vendedora.

3.27 Vendedores pedem ao executivo de Luanda que as deixe trabalhar

Semanário Angolense,

de 21 de Agosto de 2010

O mercado do Panguila está a 22 quilómetros do centro da cidade de Luanda. A estrada que dá acesso ao mesmo está em construção faz tempo, sendo um grande obstáculo para as vendedoras na época chuvosa, dificultando ao máximo a circulação. Por esta razão, um número considerável de vendedores prefere um segundo lugar alternativo do que ir ao Panguila

Algumas vendedoras, por falta de espaço suficiente no novo mercado, optaram pela praça de Viana, no Km 30, mas que também enfrenta um segundo problema, o administrador da praça, por motivos desconhecidos, suspendeu a entrega de lugares para as senhoras. Em consequência da medida, muitas vendedoras recorreram a um quintalão onde poderão pagar 10.000 Kwanzas mensais para cada bancada. “Fui ao quintalão do “Papa Silas” porque não iria parar de vender agora, não teria como sustentar a minha família, sou mãe e tenho de fazer alguma coisa pelos meus filhos, a administração suspendeu a entrega de lugares, foi a única alternativa que encontrei”, disse.

As vendedoras alegam que o prazo dado pelo Governo para deixarem o espaço é muito curto. “Nós queríamos mais tempo para vendermos tudo que temos no Roque e depois sairmos, mas obrigam-nos a sair”, disse uma vendedora do Roque Santeira quando procurava lugar no mercado

Km-30, em Viana.

Maria Dias, de 38 anos, disse que a transferência do mercado será o princípio da sua falência. “O Panguila é muito longe e eu duvido que o número de clientes que tive no Roque será o mesmo no Panguila”.

Uma das vendedoras, disse, igualmente, acreditar em dias melhores pois acha que no Km-30 tenha mais clientes que no Roque.

Refira-se que a procura por lugares é grande. As vendedoras passam horas na administração, à espera de um lugar e para a inscrição o necessitado paga qualquer coisa como 500 Kwanzas.

No entanto, contrariamente o que foi noticiado na imprensa, o mercado do Roque Santeiro não foi transferido e tudo indica que a mesma só acontece em Janeiro próximo.

Cogita-se ainda que o recuo do executivo de Luanda tem a ver com o receio de nas próximas eleições o MPLA perder os cerca de seis mil eleitores do mercado Roque Santeiro.

4 OGE INVESTIMENS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Afinal como vão as contas públicas, senhores do executivo?

A Capital

De 31 de Julho /07 de Agosto de 2010

Em primeiro lugar pelo volume da dívida – 9 mil milhões de dólares reconhecido terça-feira pelo ministério das Finanças – depois do presidente ter admitido que ela estaria na orla dos 6,8 mil milhões de dólares norte-americanos (apesar de depois se ter alegado que este número se referia apenas às dívidas confirmadas, o montante é muito elevado, qualquer coisa como 10% do PIE).

De qualquer modo, a assumpção do pagamento foi por si só motivo de alguma surpresa, falta saber como ela se vai concretizar, mesmo depois das especificações feitas pelas autoridades quanto ao escalonamento e ao montante, tanto para as grandes, como para as pequenas e médias empresas.

O problema não parece residir apenas na exequibilidade e na modalidade do pagamento às construtoras, tanto lusas como brasileiras. Alias, ele próprio muito dependente da factura das receitas de exportações do petróleo. Além dos naturais problemas de transparência que a discrepância dos números trouxe à tona, este episódio suscitou dúvidas sobre as anteriores intenções das autoridades angolanas relativas à uma operação de colocação de título da dívida no mercado internacional, que poderia rondar os 4 mil milhões de dólares, no sentido de aliviar o fardo da dívida externa.

“Esqueçam-se do eurobond, estes números são chocantes”, comentava Coura Fali, um analista financeiro baseado em Joanesburgo, citado pela Reiteres na passada semana, levantando a seguir os problemas de credibilidade, quanto ao volume da dívida a outros credores, as receitas mensais, enfim, questões gerais de credibilidade ou garantias. Tudo isto, apesar do governo angolano ser considerado um bom pagador.

Mas, muitos agentes económicos e analistas salientaram a “abertura do discurso presidencial e do Executivo” em termos dos números revelados, admitindo o pagamento total às pequenas e médias empresas e, 40 por cento, às grandes empresas, sendo o restante reescalonado em dois ou três anos. Alias, as grandes construtoras, como anunciou o grupo Mota, não parecem muitos preocupados com a matéria, tendo em conta a extensão dos seus interesses em Angola.

O comunicado do ministério das Finanças divulgado no dia 19, deu alguns sinais de que no seio do executivo,

há pelo menos consciência de que, se o Governo quer manter alguma credibilidade e levar avante os seus programas deve, como se escreve no comunicado, “impor maior rigor e transparência na execução orçamental”.

Porque tanto no país, como no estrangeiro, continuam a existir muitas dúvidas sobre a efectividade da política de tolerância zero e acreditamos mesmo que “os erros e vícios do passado”, afinal ainda estão bem presentes actualmente.

Esses mesmo que o comunicado cita, tais como a “a não apresentação ou apresentação irregular das necessidades de recursos financeiros por parte das unidades orçamentais; a contracção de dívidas à margem das regras estabelecidas; a remissão das facturas ao ministério das Finanças para pagamento; e até a emissão de ordens de saque em nome próprio”.

O Ministério das Finanças admitiu mesmo no seu comunicado que “um dos vícios persistentes entre os gestores orçamentais é continuar a endividar-se com o argumento de que o seu orçamento lhes permitia realizar certas despesas, responsabilizando o ministério das Finanças por não disponibilização dos fundos previstos no OGE”.

E o MINFIN continua: “outro vício do passado são as irregularidades contratuais, como a celebração de contratos sem orçamentação prévia, a existência de contratos não aprovados pela entidade competente ou de contratos não visados pelo tribunal de Contas, a contratação em moeda estrangeira com residentes cambiais ou o estabelecimento de down payments superiores aos 15% regulamentados”.

Esta “meã culpa” do ministério das Finanças, admitindo o que meio mundo já sabia, faz levantar muitas interrogações sobre o funcionamento das instituições governamentais e, pior que isso, sobre a quase ausência de fiscalização de importantes actos governamentais, que vai a par de uma grande impunidade, com excepções feitas para a arraia-miúda.

As autoridades angolanas estão certamente atentas às especulações ora suscitadas, mesmo porque a notação favorável de ‘B+’ concedida pelas agências de rating S&P, Moodys and Fitch em Maio último, colocaram o país noutra patamar de responsabilidades, face aos credores internacionais, em matéria de gestão da coisa pública nas diversas componentes.

Ainda não sabemos com exactidão absoluta, onde nos situamos em matéria de dívida externa em 2009: se nos cerca de 15 mil milhões USO estimados pelo FMI, na sua avaliação de Maio último ou se nos \$18 mil milhões USO, calculados pelas agências de rating recentemente, algo que parece muito mais próximo da realidade, a julgar pelo valor dos atrasados.

4.2 Verbas para os municípios

Jornal de Angola

De 3 de Agosto de 2010

As administrações municipais vão passar a receber verbas anuais inscritas no Orçamento Geral do Estado (OGE), no quadro da aplicação do Programa de Desenvolvimento Integrado e de Combate à Pobreza.

Com essas verbas, as administrações municipais passam a ter maior margem de manobra, em termos financeiros, para irem resolvendo aqueles problemas que, pela sua dimensão, podem ser superados localmente, sem a intervenção de órgãos centrais do Estado. As administrações municipais conhecem profundamente os problemas das populações, pelo que estão em condições de conceber as melhores soluções para os ultrapassar. Os municípios e comunas representam um “poder de proximidade” que se caracteriza por uma forte ligação entre os munícipes e a administração. Ninguém melhor do que os administradores, que vivem nas comunidades e sofrem os mesmos problemas, para compreender as necessidades e anseios das populações.

Dispondo as administrações municipais de verbas do OGE, estas podem, com maior celeridade, resolver os principais problemas das comunidades, sendo necessário que os fundos sejam geridos com elevado sentido de responsabilidade, para os programas serem realmente executados e beneficiarem todas as pessoas. A atribuição de verbas do OGE exige um esforço organizativo e de controlo financeiro que muitas administrações municipais ainda não têm. Por isso, é necessário dotá-las de quadros técnicos que garantam uma boa gestão dos dinheiros públicos, mas também “técnicos de serviço social que sejam capazes de definir as prioridades e detectar as principais carências.

Bornito de Sousa, ministro da Administração do Território, disse, a propósito das verbas que vão ser destinadas aos municípios, que “a ideia é criar um mecanismo sustentado e cíclico de estabelecimento do OGE de recursos para as administrações municipais, sem prejuízo da recolha de recursos próprios a nível local, de acordo com as condições de cada uma das províncias ou municípios”.

Os recursos financeiros do Orçamento Geral do Estado mais os que podem ser arrecadados pelos municípios, nos termos da Lei das Finanças Locais, vão criar um quadro propício a estimular o desenvolvimento das diferentes regiões do país, esperando-se que daqui a alguns anos muitos problemas com que hoje nos confrontamos estejam definitivamente superados. Este movimento deve ter como objectivo principal corrigir as assimetrias entre o litoral e o interior e sobretudo fazer uma discriminação positiva às comunidades mais vulneráveis aos problemas próprios da interioridade. A

desertificação humana justifica essas medidas discriminatórias em benefício de quem vive no mais completo isolamento.

É importante prestar especial atenção à formação dos técnicos das administrações municipais para que possam gerir com rigor e competência as verbas que vão estar sob sua responsabilidade.

Entre as competências de que devem estar dotados os gestores das administrações, avulta o necessário conhecimento do quadro jurídico-legal relativo à execução das verbas que lhes vão ser atribuídas pelo aGE e de outras que possam arrecadar, nos termos da Lei das Finanças Locais. Estas fontes de receitas, através de derramas, taxas ou mesmo impostos municipais só existem onde houver uma sólida organização do Estado e estiverem repostos e em pleno funcionamento os circuitos de produção e distribuição. Sabemos por experiência que em muitos municípios, alguns muito populosos, é impossível obter receitas simplesmente porque as populações estão limitadas à economia de subsistência.

As autoridades competentes podem também pensar em criar assessorias técnicas para ajudar as administrações municipais na gestão dos recursos financeiros, onde for necessário, para a execução dos diferentes programas orientados para o combate à pobreza e à promoção do desenvolvimento. Esta é uma forma de dotar os municípios do interior de técnicos especializados que de outra forma dificilmente vão conseguir recrutar. O problema mais complicado de resolver é esse mesmo, encontrar recursos humanos qualificados que sejam capazes de garantir o sucesso da descentralização e do reforço do “poder de proximidade”

Os poucos quadros técnicos que estão ao serviço da administração pública estão concentrados nos grandes centros urbanos onde fazem tanta falta como nos pequenos municípios. Mas partindo do princípio que alguns estejam disponíveis para reforçar os quadros técnicos das administrações municipais e comunais, é preciso antes garantir que todos têm condições mínimas nas cidades, vilas e comunas, sendo o aspecto mais importante a resolver, o da habitação.

É preciso assegurar uma boa gestão dos fundos destinados aos municípios, para que haja resultados efectivos e que se traduzam na melhoria da vida das nossas populações em qualquer parte do território nacional.

4.3 Orçamento do Estado revisto passa na generalidade

Jornal de Angola

De 4 de Agosto de 2010

A Assembleia Nacional votou, ontem, favoravelmente o projecto de lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2010 revisto, durante a 2ª sessão extraordinária, realizada na sala principal do Palácio dos Congressos.

A votação foi feita no final da apresentação e discussão de vários diplomas submetidos pelo Executivo, entre os quais a proposta de revisão do OGE de 2010, que passou com 160 votos a favor, nenhum contra e 19 abstenções, todas das bancadas da oposição.

O OGE revisto comporta receitas estimadas 4.053.729.901.471 de kwanzas de despesas fixadas em igual montante.

Com a aprovação na generalidade, os deputados vão iniciar as discussões na especialidade, para as quais vão ser convidados os ministros para prestarem esclarecimentos. A votação na especialidade está prevista para o dia 12 de Agosto.

A sessão plenária começou com um minuto de silêncio em homenagem ao deputado da bancada do MPLA Paulo Teixeira Jorge, que faleceu recentemente, por doença.

Ao apresentar a proposta do OGE revisto, o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, disse que as principais alterações do quadro macroeconómico que motivaram a revisão são a alteração do volume de produção de petróleo bruto de 1,9 milhões de barris por dia para 1,96 milhões barris por dia.”

Estão igualmente na base da revisão, a alteração do preço médio fiscal de exportação do petróleo bruto angolano de 58 dólares barril para 65,32 dólares barril, a redução da projecção da taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIE) de 9,7 por cento para 6,7 por cento, mantendo-se inalterada a meta de inflação em 13 por cento.

A proposta prevê um défice fiscal de 113,3 mil milhões de kwanzas, equivalente a 2,7 por cento do PIE, que vai ser coberto com desembolso de financiamentos internos na ordem dos 262,2 mil milhões de kwanzas, e externos, na ordem 527,5 mil milhões de kwanzas, venda de activos de cerca de 2,9 mil milhões de kwanzas, Reservas do Tesouro, de aproximadamente 372 mil milhões de kwanzas.

O ministro das Finanças disse que o défice previsto no OGE revisto representa um desagravamento ligeiro em relação ao OGE inicial, de 0,2 por cento.

Em relação às operações financeiras passivas brutas que o OGE considera, o ministro referiu a amortização da dívida interna, no valor de 892,2 mil milhões de kwanzas, dos quais, cerca de 434 mil milhões constituem atrasados internos, amortização da dívida externa, 95 mil milhões de kwanzas, concessão de empréstimos,

34,4 mil milhões de kwanzas, outras aplicações financeiras, 179,9 mil milhões de kwanzas, dos quais cerca de 93 mil milhões constituem recursos que vão ser transformados em Fundo de Reserva Petrolífera para as infra-estruturas básicas.

Em termos de receitas fiscais, houve um aumento de 788,7 mil milhões de kwanzas, que corresponde a 34,5 por cento, influenciado pelo aumento das receitas petrolíferas em 58,73 por cento, indicando o decréscimo das receitas não petrolíferas em 15,04 por cento.

o ministro das Finanças explicou que o aumento das receitas petrolíferas é justificado por um preço mais elevado e pela contabilização da receita da Concessionária em 100 por cento, ao contrário do registo anterior de apenas 90 por cento pela retenção do restante pela Sonangol para a cobertura dos custos de fiscalização do sector.

A redução das receitas não petrolíferas, afirmou Carlos Alberto Lopes, é consequência da redução das receitas aduaneiras e do imposto de consumo, como resultado do decréscimo das importações.

As despesas fiscais registaram também um aumento de 789,1 mil milhões de kwanzas (31,8%), como resultado do aumento, tanto das despesas correntes (38,2%), como das despesas de capital (16,9%), sublinhou o ministro das Finanças.

No que diz respeito à distribuição das despesas pelas várias funções do Estado, o sector social beneficia da maior afectação de recursos, com 32,4 por cento, mais 1,9 em relação ao OGE inicial, a sector Económico também registou um aumento passando de 16,7 para 19,1 por cento.

As despesas com a Administração estão fixadas em 19,1 por cento, mais 4,6 que no OGE inicial. O sector da Defesa, Segurança e Ordem Pública registou uma diminuição, passando de 19,6 para 15,7 por cento no OGE revisto, acontecendo o mesmo com os Encargos Financeiros, que registaram uma redução de 5 por cento, passando de 18,7 para 13,8 por cento.

Na fase de discussão, o deputado Sapalo António, do PRS, questionou o facto de a revisão estar a ser feita poucos meses antes do fim do ano. João Baptista Ngandagina, do mesmo partido, referiu-se à ausência, na proposta de revisão, do Programa Económico e Social do Executivo.

Silvestre Samy, da UNITA, apontou o facto de, em termos geográficos, a maior parte dos recursos estarem afectadas aos órgãos centrais e à capital do país.

Respondendo às inquietações, o ministro das Finanças esclareceu que o OGE revisto continua a ter a vigência de um ano. Quanto à distribuição geográfica, disse que existem projectos de Investimento Público cujas despesas estão afectadas aos órgãos centrais, mas cuja execução é feita ao nível das províncias.

Como exemplo referiu o projecto de construção de uma auto-estrada Bengo Mbanza Congo, no valor de

500 milhões de dólares, que não está orçamentada na província do Zaire, mas no Ministério do Urbanismo e Construção.

As despesas para o projecto de reabilitação das infra-estruturas básicas das cidades de Mbanza Congo, Soyo e Nzeto não aparecem no orçamento daquela província, por serem projectos de subordinação central.

4.4 Revisão pretende adequar OGE à Constituição

Jornal de Angola

De 4 de Agosto de 2010

O Presidente da República referiu, numa mensagem aos deputados, que a revisão do Orçamento Geral do Estado para 2010 pretende adequar os documentos programáticos do poder Executivo aos princípios que decorrem da Constituição da República, à evolução recente da economia nacional e internacional e a tornar mais eficaz a gestão do erário nos vários níveis da administração do Estado.

Na mensagem, lida por Carlos Feijó, ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, José Eduardo dos Santos referiu que na definição das opções estratégicas de política económica e social são mantidas as prioridades definidas no programa eleitoral do MPLA, que o Governo procurou cumprir, na essência, em 2009.

De entre essas opções estratégicas ganha maior realce, além do equilíbrio fiscal e da estabilidade monetária e cambial, a promoção da melhoria das condições de vida da população, com base no combate à pobreza e à estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional, através de acções específicas integradas nos programas municipais e provinciais. Nas acções do Poder Executivo, são observadas as seguintes linhas de força: Desenvolvimento rural, como meio de reforço do processo de repartição mais equilibrada do rendimento nacional, desenvolvimento territorial harmonioso, passando pela melhoria da gestão das administrações locais, retoma do crescimento da economia nacional este ano, o que exige o reforço dos investimentos públicos, dos incentivos aos investimentos privados, da melhoria da oferta dos serviços de saúde e educação, do aperfeiçoamento dos circuitos de produção e comercialização, da extensão do sistema financeiro.

O Chefe do Executivo sublinhou, na mensagem, o facto de a Constituição da República elevar o OGE à condição de instrumento único e consolidado de gestão do Estado, que passa a circunscrever a actividade do Governo.

O Presidente da República referiu que apesar de se tratar da revisão do Orçamento Geral do Estado em execução, esta é a primeira vez, após a aprovação da Constituição, que se remete à Assembleia Nacional o OGE.

4.5 Orçamento realça projectos e permite melhorar serviços

Jornal de Angola

De 5 de Agosto de 2010

O Governo do Huambo executou no 20 trimestre deste ano 20,81 por cento do orçamento previsto no seu programa de investimentos públicos, tendo no mesmo período desenvolvido 13 projectos diversos, soube a Angop.

Dos três mil e 449 milhões, 882 mil e 474 kwanzas cêntimos que estavam programados inicialmente, foram executados, entre os meses de Abril, Maio e Junho, apenas 717 milhões 920 mil e 543 kwanzas, correspondendo a 20,81 por cento.

Este valor (20,81 por cento), de acordo com o comunicado de imprensa do governo da província, foi aplicado para a implementação de projectos de desenvolvimento do ensino primário e secundário, desenvolvimento habitacional, promoção de actividades desportivas e melhoria e aumento dos serviços hospitalares.

Além de ter sido também empregue em projectos de ordenamento do território e urbanismo, fornecimento de água, saneamento básico, valorização do património cultural, reabilitação de infra-estruturas administrativas, electrificação, reabilitação e construção de infra-estruturas económicas básicas.

Empresários convidados a investirem no Lunge

O administrador adjunto da comuna de Lunge, Fernando Sassoma, apelou, na terça-feira, aos empresários nacionais e estrangeiros a investirem nos sectores do comércio e turismo na região.

Em declarações à Angop, Fernando Sassoma admitiu que os quatro estabelecimentos comerciais em funcionamento na vila de Lunge não são suficientes para atender a crescente demanda dos consumidores que, em muitos casos, vêm-se obrigados a deslocar-se à sede do município do Bailundo (a 33 quilómetros) para adquirirem produtos básicos.

Relativamente ao sector do turismo, afirmou ser necessário que os empresários apostem na construção de restaurantes, bares e hospedarias para atrair mais investimentos, uma vez que a comuna dispõe de paisagens naturais atraentes e outras áreas que precisam de ser exploradas. A comuna de Lunge, a 108 quilómetros a Nordeste da cidade do Huambo, possui mais de 48 habitantes, distribuídos em 20 ombalas e 166 aldeias.

4.6 Parceiros apresentam contribuições para o Orçamento do Estado revisto

Jornal de Angola

De 5 de Agosto de 2010

A Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional auscultou ontem as opiniões e preocupações dos parceiros sociais do Executivo para enriquecer o OGE para 2011. O revisto, que hoje começa a ser discutido na especialidade.

Após a sua aprovação, na terça-feira, na generalidade, a Comissão de Economia e Finanças solicitou a contribuição dos parceiros sociais do Governo para o aperfeiçoamento e maior abrangência sectorial deste documento programático.

Durante a reunião, orientada pelo presidente do órgão, o deputado do MPLA Diógenes de Oliveira, os representantes de mais de 30 organizações socioprofissionais apresentaram as suas sugestões em relação ao OGE.

Em declarações à imprensa, Diógenes de Oliveira elogiou a forma como os participantes apresentaram as suas contribuições, garantindo que vão ser tidas em consideração durante os debates na especialidade do OGE revisto e na discussão do orçamento do próximo ano.

Em seu entender, para se analisar profundamente o orçamento é sempre necessário que se tenha a opinião daqueles que trabalham nos diversos sectores, sobretudo no social e económico, justificando, deste modo, a discussão na especialidade do orçamento.

Garantiu aos participantes que a tendência do orçamento é beneficiar cada vez mais o sector social, não se devendo esquecer do facto do país ter saído, recentemente, de uma guerra e ter sido afectado também pela crise financeira mundial.

O presidente da Associação dos Industriais de Angola (AIA) realçou a iniciativa da Comissão de Economia e Finanças em reunir com os parceiros sociais do Governo para discutir o OGE. José Severino reconheceu o facto deste diploma prever o aumento do salário da função pública na ordem dos 5,4 por cento, assim como a correcção nos preços dos combustíveis, pois, em seu entender, era insustentável continuar com os preços actuais, obrigando ao Estado um subsídio elevado destes produtos. Na sua óptica, o OGE revisto e os próximos devem dedicar particular atenção ao fomento da actividade agrícola e das pescas, para diversificar a produção nacional.

O representante da Associação dos Deficientes Militares defendeu a execução célere dos programas que visam a melhoria da situação social da classe.

João Tambi, membro da comissão executiva da UNTA, considerou que o aumento do preço dos combustíveis não deve reduzir o poder de compra do trabalhador.

O representante da Associação dos Insuficiente Renais de

Angola, Gabriel Chimuco, alertou para a necessidade da expansão dos serviços de hemodiálise às restantes províncias, evitando que os pacientes sejam todos assistidos em Luanda, tendo em conta as dificuldades de alojamento. Depois do encontro com os parceiros sociais, hoje iniciam os encontros com os ministros dos diferentes sectores. O período está reservado para o debate com os ministros do sector social e o da tarde com os da área economia.

4.7 OGE é importante no processo de reestruturação das finanças públicas

Independente

De 7 de Agosto de 2010

O ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel Júnior, disse em Luanda, que no processo de reestruturação das finanças públicas do país, o Orçamento Geral do Estado (OGE) constitui um instrumento fundamental de gestão. Ao falar no encerramento da reunião entre membros do Governo ligados ao sector da economia real e os deputados da 5ª Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, a propósito do projecto de revisão do OGE/2010 em análise no parlamento, o ministro disse que a apreciação do documento é importante, porque ser o primeiro depois da entrada em vigor da Constituição da República.

O ministro espera que o orçamento assegure a transparência, o princípio da responsabilidade e equilíbrio fiscal, a boa governação, a devida utilização do erário público e o princípio da universalidade do OGE, pressupondo que todas as despesas devem estar inseridas no Orçamento Geral do Estado.

Segundo o ministro, um outro princípio é o do realismo das despesas e da eficácia das mesmas. “Todos estes princípios são importantes para pôr em prática esse processo de reestruturação das finanças públicas”, disse. Para o ministro, este processo de reestruturação das finanças não deve ser apenas da responsabilidade do Executivo ou do Legislativo, ilhas deve ser também de toda sociedade.

“Pretendemos um orçamento que seja realista, equilibrado e que reflecta as receitas e despesas do país e consiga pôr a economia a funcionar, de modo a que os problemas do país, que são vários, sejam resolvidos para a melhoria da qualidade de vida das famílias angolanas”, salientou, acrescentando que se deve ter muita atenção ao défice primário não petrolífero.

De acordo com o ministro, quanto menor for esse défice, melhor será a economia nacional, porque estará perante um orçamento que fica muito pouco dependente do petróleo – produto que tem um preço bastante volátil. A votação na especialidade do OGE revisto vai acontecer no dia 12 deste mês, durante a terceira sessão extraordinária

da Assembleia Nacional. o Orçamento Geral do Estado para 2010 revisto comporta receitas estimadas em quatro triliões, cinquenta e três biliões, setecentos e vinte e nove milhões, novecentos e um mil, quatrocentos e setenta e um kwanzas (4.053.729.901.471,00) e despesas fixadas em igual valor.

Negage com condições para construção do futuro pólo industrial a secretário de Estado da Indústria, Kiala Gabriel, considerou que o município de Negage, província do Uíje, possui condições para averiguação do futuro pólo industrial da região. Segundo Kiala Gabriel, que falava durante um encontro que manteve com empresários locais, no âmbito da visita de três dias que efectuou à província, a existência no município de infra-estruturas, como estradas, energia eléctrica e outros factores de produção justificam a implantação do pólo industrial.

“Negage é hoje um espaço com condições criadas e geograficamente é um município estratégico para a instalação do pólo industrial”, disse, reconhecendo que a construção de um pólo envolve a mobilização de muitos recursos financeiros.

Durante a sua estada na província, o secretário de Estado da Indústria manteve encontros com empresários locais e procedeu ao lançamento da pedra para a construção de unidades fabris de colchões de espuma, material de espuma para uso industrial, plástico para uso doméstico e industrial, assim como de tubos para construção civil.

Segundo o administrador do complexo fabril, Jorge Pimentel, o projecto está avaliado em 10 milhões e 300 mil dólares americanos.

A primeira fase do projecto termina em Novembro deste ano e em 2014 a conclusão global das unidades de produção.

O projecto vai proporcionar 80 postos de trabalho. Além destas unidades fabris, estão em construção numa edificação do futuro pólo industrial da região. Segundo Kiala Gabriel, que falava durante um encontro que manteve com empresários locais, no âmbito da visita de três dias que efectuou à província, a existência no município de infra-estruturas, como estradas, energia eléctrica e outros factores de produção justificam a implantação do pólo industrial.

“Negage é hoje um espaço com condições criadas e geograficamente é um município estratégico para a instalação do pólo industrial”, disse, reconhecendo que a construção de um pólo envolve a mobilização de muitos recursos financeiros.

Durante a sua estada na província, o secretário de Estado da Indústria manteve encontros com empresários locais e procedeu ao lançamento da pedra para a construção de unidades fabris de colchões de espuma, material de espuma para uso industrial, plástico para uso doméstico e industrial, assim como de tubos para construção civil.

Segundo o administrador do complexo fabril, Jorge Pimentel, o projecto está avaliado em 10 milhões e 300 mil dólares americanos.

A primeira fase do projecto termina em Novembro deste ano e em 2014 a conclusão global das unidades de produção.

O projecto vai proporcionar 80 postos de trabalho. Além destas unidades fabris, estão em construção no município do Negage, fábricas de tijolo, tinta e verniz.

4.8 Ligeiro alívios no Oge Revisto

Agora

7 de Agosto de 2010

A sessão da Assembleia Nacional (An) a ter lugar no próximo dia 12, será dominada pela aprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto para o presente ano, depois de na última terça-feira, 3, o diploma ter sido remetido para discussão nas comissões de especialidade, devendo os deputados contar com a colaboração de membros do Executivo para os respectivos esclarecimentos.

Apesar do diploma estar a ser revisto numa altura em que faltam poucos meses para o final do ano, o mesmo é válido para 12 meses, estando na base da revisão as alterações macroeconómicas, nomeadamente a variação do volume de produção do petróleo bruto, de 1,9 milhões de barris por dia, para 1,96 milhões, bem como a alteração do preço médio fiscal de exportação do petróleo bruto angolano de 58 dólares por barril para 65,32 dólares.

Inscree-se, igualmente, nas razões para mexidas no OGE a redução da projecção da taxa de crescimento real do Produto Bruto Interno (PIB) de 9,7% para 6,7%, mantendo-se inalterada a meta de inflação em 13%.

De acordo com o ministro das Finanças, Carlos Alberto, que apresentou o documento aos parlamentares, o défice previsto no OGE revisto representa um desagravamento ligeiro, 0,2%, em relação ao inicial.

A proposta, prevê um défice fiscal de 113,3 mil milhões de kwanzas, equivalente a 2,7% do PIB a ser coberto com desembolsos de financiamentos internos de 262 mil milhões de kwanzas, e externos, na ordem de 527,5 mil milhões de kwanzas, venda de activos de cerca de 2,9 mil milhões de kwanzas e Reservas do Tesouro, em aproximadamente 372 mil milhões.

Durante a sessão parlamentar os deputados aprovaram 11 diplomas, tendo em conta a necessidade de adequá-los à Constituição aprovada no princípio do ano.

Entre as leis aprovadas constam a da Contratação Pública, Sobre o Regime de Delimitação e Coordenação da Actuação da Administração Central e Local do Estado, a Convenção de Auxílio Jurídico em matéria penal entre os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

4.9 Cem mil barris de petróleo vão permitir a satisfação das necessidades do povo angolano

O Independente

De 14 de Agosto de 2010

O Secretário para as Relações Exteriores e Comunidades da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Laiz Eduardo, defendeu que os cem mil barris de petróleo/dia destinados à área social aprovado recentemente pelo Executivo Angolano vão permitir uma maior satisfação das necessidades do povo no que toca à educação, saúde e construção. Em declarações à Angop, a propósito da aprovação dos cem mil barris de petróleo por dia para questões sociais, o político referiu que a medida vai ajudar a resolver as preocupações da população no que concerne principalmente à saúde e educação. Segundo Laiz Eduardo, esta quantia vai permitir um grande avanço nas inúmeras preocupações que a população enfrenta no que toca a construção de escolas, centros de saúde, habitação, entre outras necessidades. Esta iniciativa revela a preocupação do Executivo angolano em satisfazer cada vez mais as necessidades que o povo almeja no concernente a uma vida condigna a altura das potencialidades que o país possui. No dia 30 do Julho do ano em curso o Conselho de Ministros estipulou uma importante inovação da proposta de OGE revisto, referente à criação de um fundo em que serão destinados 100 mil barris de petróleo / dia, para o financiamento da construção de infra-estruturas básicas, com especial realce para as destinadas ao fornecimento e distribuição de energia eléctrica e ao abastecimento de água potável às populações.

4.10 Revisão do Orçamento garante a estabilidade

Jornal de Angola

De 14 de Agosto de 2010

O deputado do MPLA Loló Quitumba afirmou que com a aprovação, na quinta-feira, do Orçamento Geral do Estado (OGE), o Executivo prevê realizar a estabilização macroeconómica e alcançar um elevado nível de emprego, uma razoável estabilidade dos preços, o equilíbrio da balança de pagamentos e uma taxa aceitável de crescimento económico.

O deputado, que intervinha na sessão parlamentar para aprovação do OGE na especialidade, disse que a função estabilizadora a desempenhar por este orçamento é essencial, porque “o pleno emprego e a estabilidade de preços não são resultados automáticos do funcionamento do mercado”. Pelo contrário, disse, “exigem uma orientação firme por parte das políticas públicas”.

Segundo Loló Quitumba, a contenção da inflação em níveis baixos e limites aceitáveis tem constituído o objectivo central dos programas do Governo, tendo frisado que o sector social continua a beneficiar da maior afectação dos recursos, que agora ascende a 32,4 por cento da estrutura funcional das despesas. Considerou que a política de combate à pobreza envolve três aspectos cruciais, nomeadamente, a promoção do emprego e a valorização dos salários e das pensões. “Estas são as únicas vias não inflacionistas para financiar o crescimento da procura interna como uma das -condições para um crescimento interno e regular”, disse.

O deputado destacou ainda a importância da política orçamental para o funcionamento das economias. “Em qualquer país, uma boa política orçamental é mais do que qualquer caminho para a criação das condições consideradas propícias à estabilidade económica”, considerou.

Em situação de pós-conflito, sublinhou, a expectativa dos cidadãos cresce constantemente, aguardando um aumento considerável do grau de satisfação das suas necessidades básicas e, também, que se constituam as condições essenciais para a redução significativa da pobreza. Loló Quitumba disse ser isso que o Executivo se propõe continuar a realizar com o OGE revisto

4.11 As receitas do Estado

Jornal de Angola

De 19 de Agosto de 2010

O Executivo realiza despesas e arrecada receitas no quadro da sua grande responsabilidade de satisfazer as necessidades de toda a comunidade. Essas despesas e receitas estão inscritas no Orçamento Geral do Estado. Nos últimos anos as receitas fiscais fora da actividade petrolífera têm aumentado mas ainda são insuficientes para garantirem a execução das grandes obras públicas no âmbito da reconstrução nacional.

Um Estado não pode exclusivamente realizar despesas. Tem de se preocupar com a arrecadação de receitas, sob pena de não poder manter os défices orçamentais em níveis suportáveis. Embora as receitas fiscais (impostos, taxas e outras contribuições) não sejam a única forma de financiamento das despesas, é um imperativo que na execução do Orçamento Geral do Estado seja sempre tomada em linha de conta a necessidade dos contribuintes (pessoas colectivas ou singulares) cumprirem as suas obrigações fiscais. Além de ser uma obrigação legal e também um imperativo patriótico.

Para que a execução orçamental tenha sucesso é preciso reduzir ao mínimo a fuga ao fisco. Porque se houver um elevado índice de fuga aos impostos,

o Estado pode ter necessidade de financiar o défice orçamental por via de empréstimos, que pode contrair internamente ou no exterior.

Os empréstimos não são em si mesmos prejudiciais ao crescimento e ao desenvolvimento do país. O Estado por vezes contrai dívida interna ou externa (normalmente de médio e longo prazo) para promover crescimento e desenvolvimento económico e social.

O importante nesses casos é que os recursos financeiros resultantes dessas dívidas, de médio e longo prazo, resultem de facto na criação de riqueza e de condições infra-estruturas para que delas possam beneficiar as actuais e futuras gerações.

Temos bons exemplos no país de grandes obras, nomeadamente estradas, pontes e hospitais, que têm sido financiadas com empréstimos de longo prazo contraídos no exterior e que se têm repercutido positivamente na vida das populações.

Foi anunciado recentemente que a província da Huíla vai aumentar as repartições fiscais como forma de arrecadar mais receitas para o Estado. Trata-se de uma boa medida, até porque a Huíla é hoje uma região em franco progresso e onde estão a ser desenvolvidos muitos projectos produtivos.

Um aumento da arrecadação de receitas fiscais em todo o país é também uma forma do Estado fazer face às despesas, sem ter necessidade de recorrer permanentemente ao endividamento.

E importante que os serviços fiscais estejam próximos dos cidadãos, para facilitar o pagamento das suas contribuições, saindo toda a sociedade a ganhar.

Os impostos e outras contribuições fiscais têm também uma função redistributiva, em que avulta a transferência de recursos financeiros para aqueles sectores da sociedade que mais deles necessitam, promovendo-se aumento progressivo da qualidade de vida das populações.

A Administração Fiscal deve encontrar sempre as melhores soluções para que os contribuintes paguem regularmente os seus impostos e contribuições, o mais próximo possível das áreas em que realizam actividades susceptíveis de tributação.

As receitas fiscais são indispensáveis para executar despesas de vária ordem que ajudam à solução dos problemas do P9vO. Não devemos apenas viver das receitas resultantes da tributação da actividade petrolífera ou diamantífera.

A nossa economia está a diversificar-se, pelo que tem aumentado a actividade produtiva em muitas partes do território nacional. A Administração, Fiscal deve estar atenta a essas transformações e agir no sentido de expandir as estruturas de arrecadação de receitas do Estado.

Na Huíla, vão ser criados bairros fiscais na Matala, Cuvango e Quipungo, que se encontravam inoperantes em virtude da longa guerra que assolou o nosso país.

Sousa Dala, delegado provincial das Finanças da Huíla, disse que o surgimento de novas instituições fiscais visa poupar esforços aos contribuintes e criar condições para que tenham atendimento preferencial e confortável.

É de facto boa ideia tomar célere e eficiente o atendimento aos contribuintes, e oxalá se restaurem outros bairros fiscais espalhados pelo país, sobretudo onde mais se justificam.

O país está a crescer e as instituições encarregadas da arrecadação de receitas do Estado – uma importante actividade para o nosso progresso – devem acompanhar esse crescimento, para que o Estado tenha cada vez mais recursos financeiros e assim pode realizar as inúmeras despesas inscritas no Orçamento Geral do Estado.

4.12 Revisão do Orçamento garante a estabilidade

Jornal de Angola

De 14 de Agosto de 2010

O deputado do MPLA Loló Quitumba afirmou que com a aprovação, na quinta-feira, do Orçamento Geral do Estado (OGE), o Executivo prevê realizar a estabilização macroeconómica e alcançar um elevado nível de emprego, uma razoável estabilidade dos preços, o equilíbrio da balança de pagamentos e uma taxa aceitável de crescimento económico.

O deputado, que intervinha na sessão parlamentar para aprovação do OGE na especialidade, disse que a função estabilizadora a desempenhar por este orçamento é essencial, porque “o pleno emprego e a estabilidade de preços não são resultados automáticos do funcionamento do mercado”. Pelo contrário, disse, “exigem uma orientação firme por parte das políticas públicas”.

Segundo Loló Quitumba, a contenção da inflação em níveis baixos e limites aceitáveis tem constituído o objectivo central dos programas do Governo, tendo frisado que o sector social continua a beneficiar da maior afectação dos recursos, que agora ascende a 32,4 por cento da estrutura funcional das despesas. Considerou que a política de combate à pobreza envolve três aspectos cruciais, nomeadamente, a promoção do emprego e a valorização dos salários e das pensões. “Estas são as únicas vias não inflacionistas para financiar o crescimento da procura interna como uma das -condições para um crescimento interno e regular”, disse.

O deputado destacou ainda a importância da política orçamental para o funcionamento das economias. “Em qualquer país, uma boa política orçamental é mais do que qualquer caminho para a criação das condições consideradas propícias à estabilidade económica”, considerou.

Em situação de pós-conflito, sublinhou, a expectativa dos cidadãos cresce constantemente, aguardando um

aumento considerável do grau de satisfação das suas necessidades básicas e, também, que se constituam as condições essenciais para a redução significativa da pobreza. Loló Quitumba disse ser isso que o Executivo se propõe continuar a realizar com o GE revisto.

4.13 Cem mil barris de petróleo vão permitir a satisfação das necessidades do povo angolano

O Independente

14 de Agosto de 2010

O Secretário para as Relações Exteriores e Comunidades da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Laiz Eduardo, defendeu que os cem mil barris de petróleo/dia destinados à área social aprovado recentemente pelo Executivo Angolano vão permitir uma maior satisfação das necessidades do povo no que toca à educação, saúde e construção. Em declarações à Angop, a propósito da aprovação dos cem mil barris de petróleo por dia para questões sociais, o político referiu que a medida vai ajudar a resolver as preocupações da população no que concerne principalmente à saúde e educação. Segundo Laiz Eduardo, esta quantia vai permitir um grande avanço nas inúmeras preocupações que a população enfrenta no que toca a construção de escolas, centros de saúde, habitação, entre outras necessidades. Esta iniciativa revela a preocupação do Executivo angolano em satisfazer cada vez mais as necessidades que o povo almeja no concernente a uma vida condigna a altura das potencialidades que o país possui. No dia 30 do Julho do ano em curso o Conselho de Ministros estipulou uma importante inovação da proposta de OGE revisto, referente à criação de um fundo em que serão destinados 100 mil barris de petróleo / dia, para o financiamento da construção de infra-estruturas básicas, com especial realce para as destinadas ao fornecimento e distribuição de energia eléctrica e ao abastecimento de água potável às populações.

4.14 Líder do PSD aplaude inovação de Orçamento

Jornal de Angola

De 16 de Agosto de 2010

O presidente do Partido Social-democrata (PSD), Santos Paulo Luengulukanda, disse no sábado, em Luanda, que a consignação de 100 mil barris/dia para a área social é uma iniciativa pertinente pois vai permitir “resolver os problemas que assolam a população angolana”.

O político comentou à Angop que, em paz desde 2002, o país intensificou a sua posição internacional e avança a passos largos na busca da conquista da hegemonia africana.

Do seu ponto de vista, Angola passou, desde então, a figurar entre os países com maior crescimento económico do mundo (16,7 por cento do PIB em 2007), impulsionado principalmente pela próspera produção de petróleo. Em 2006, o país foi convidado a ocupar um assento na “poderosa OPEP”.

Uma das inovações do Orçamento Geral Revisto para o ano em curso é a criação de um fundo em que serão destinados 100 mil barris de petróleo/dia para o financiamento da construção de infra-estruturas básicas, com especial realce para as destinadas ao fornecimento e distribuição de energia eléctrica e ao abastecimento de água potável às populações.

4.15 Abandono dos subsídios aos combustíveis

Semanário Angolense

31 de Julho de 2010

Em ano de mediatização da questão da dívida pública interna, o aparecimento de um orçamento a preconizar uma redução dos desembolsos previstos para os Encargos Financeiros do Estado não aparenta qualquer coerência, mas é apenas isso.

As notícias disponíveis dizem que, as previsões orçamentais propostas pelo Governo ao parlamento apontam para uma redução de cinco por cento dos desembolsos destinados aos Encargos Financeiros do Estado, onde se enquadra a dívida.

Acontece, porém, que desde o início do ano, o Governo está a ser constrangido a pagar dívidas contraídas sobre fornecedores nos anos de 2008 e 2009, as quais estão reclamadas em algo como nove mil milhões de dólares e arrolados nuns 6.8 mil milhões de dólares.

O Governo comprometeu-se em ressarcir tais fornecedores com base num programa que prevê desembolsos contínuos entre o passado mês de Junho e o primeiro trimestre de 2011.

Entre o início dos pagamentos e finais de Julho o Governo havia empatado uns mil milhões de dólares na cobertura dos atrasados da dívida para com tais fornecedores, entre os que se contam empresas de construção contratadas para obras que depois se viram inviabilizadas e ficaram paralisadas.

Numa primeira leitura destes factos, os observadores não convergem sobre o que está a acontecer.

Um analista contactado para comentar estimou que a redução dos desembolsos orçamentais para os Encargos Financeiros do Estado poderia estar efectivamente relacionada com a evolução do pagamento da dívida interna.

A fonte considerou que o agregado da dívida haverá de perder peso à medida que esta for sendo coberta, o que estaria reflectido na queda do financiamento orçamental aos Encargos Financeiros do Estado.

Um outro observador estimou que uma dívida externa geralmente contratada contra fornecimentos petrolíferos e com engajamentos maioritários de longo prazo em resultado de uma nova estrutura dos empréstimos tomados lá fora poderia, efectivamente, aligeirar o volume das remessas do Governo sobre o estrangeiro, o que explicaria a redução orçamental.

Mas um terceiro atribuiu tal redução à decisão do Governo de cortar os subsídios aos combustíveis. Citando a intervenção do ministro das Finanças no parlamento, na terça-feira, 03, a fonte declarou que o Governo planeia reduzir os subsídios aos combustíveis em algo como 20 por cento, com o que cairá uma fatia importante do volume das transferências para as famílias e as empresas.

Os subsídios aos combustíveis constituem um gasto orçamental anual de três mil milhões de dólares, sendo que a parte do subsídio da qual o Governo prescinde agora com a sua decisão, deverá dar lugar a um aumento da participação do consumidor no pagamento da factura de carburantes como a gasolina o gasóleo.

Em duas palavras, concluiu a fonte, estamos diante de iminência de subidas dos preços dos combustíveis e de um desengajamento do Governo em matéria de subsídios a esses dois bens.

O desenvolvimento que se seguirem podem ser penalizantes, uma vez que o preço dos combustíveis num país como Angola, que tem um baixo índice de electrificação, haverá de incidir sobre os preços de todos os inputs de produção, gerando uma elevação do nível dos preços.

4.16 As receitas do Estado

Jornal de Angola
19 de Agosto de 2010

O Executivo realiza despesas e arrecada receitas no quadro da sua grande responsabilidade de satisfazer as necessidades de toda a comunidade. Essas despesas e receitas estão inscritas no Orçamento Geral do Estado. Nos últimos anos as receitas fiscais fora da actividade petrolífera têm aumentado mas ainda são insuficientes para garantirem a execução das grandes obras públicas no âmbito da reconstrução nacional.

Um Estado não pode exclusivamente realizar despesas. Tem de se preocupar com a arrecadação de receitas, sob pena de não poder manter os défices orçamentais em níveis suportáveis. Embora as receitas fiscais (impostos, taxas e outras contribuições) não sejam a única forma de financiamento das despesas, é um imperativo que na execução do Orçamento Geral do Estado seja sempre tomada em linha de conta a necessidade dos contribuintes (pessoas colectivas ou singulares) cumprirem as suas obrigações fiscais. Além de ser uma obrigação legal e também um imperativo patriótico.

Para que a execução orçamental tenha sucesso é preciso reduzir ao mínimo a fuga ao fisco. Porque se houver um elevado índice de fuga aos impostos, o Estado pode ter necessidade de financiar o défice orçamental por via de empréstimos, que pode contrair internamente ou no exterior.

Os empréstimos não são em si mesmos prejudiciais ao crescimento e ao desenvolvimento do país. O Estado por vezes contrai dívida interna ou externa (normalmente de médio e longo prazo) para promover crescimento e desenvolvimento económico e social.

O importante nesses casos é que os recursos financeiros resultantes dessas dívidas, de médio e longo prazo, resultem de facto na criação de riqueza e de condições infra-estruturas para que delas possam beneficiar as actuais e futuras gerações.

Temos bons exemplos no país de grandes obras, nomeadamente estradas, pontes e hospitais, que têm sido financiadas com empréstimos de longo prazo contraídos no exterior e que se têm repercutido positivamente na vida das populações.

Foi anunciado recentemente que a província da Huíla vai aumentar as repartições fiscais como forma de arrecadar mais receitas para o Estado. Trata-se de uma boa medida, até porque a Huíla é hoje uma região em franco progresso e onde estão a ser desenvolvidos muitos projectos produtivos.

Um aumento da arrecadação de receitas fiscais em todo o país é também uma forma do Estado fazer face às despesas, sem ter necessidade de recorrer permanentemente ao endividamento.

É importante que os serviços fiscais estejam próximos dos cidadãos, para facilitar o pagamento das suas contribuições, saindo toda a sociedade a ganhar.

Os impostos e outras contribuições fiscais têm também uma função redistributiva, em que avulta a transferência de recursos financeiros para aqueles sectores da sociedade que mais deles necessitam, promovendo-se aumento progressivo da qualidade de vida das populações.

A Administração Fiscal deve encontrar sempre as melhores soluções para que os contribuintes paguem regularmente os seus impostos e contribuições, o mais próximo possível das áreas em que realizam actividades susceptíveis de tributação.

As receitas fiscais são indispensáveis para executar despesas de vária ordem que ajudam à solução dos problemas do P9vO. Não devemos apenas viver das receitas resultantes da tributação da actividade petrolífera ou diamantífera.

A nossa economia está a diversificar-se, pelo que tem aumentado a actividade produtiva em muitas partes do território nacional. A Administração, Fiscal deve estar atenta a essas transformações e agir no sentido de expandir as estruturas de arrecadação de receitas do Estado. Na Huíla, vão ser criados bairros fiscais na Matala,

Cuvango e Quipungo, que se encontravam inoperantes em virtude da longa guerra que assolou o nosso país. Sousa Dala, delegado provincial das Finanças da Huíla, disse que o surgimento de novas instituições fiscais visa poupar esforços aos contribuintes e criar condições para que tenham atendimento preferencial e confortável.

É de facto boa ideia tomar célere e eficiente o atendimento aos contribuintes, e oxalá se restaurem outros bairros fiscais espalhados pelo país, sobretudo onde mais se justificam.

O país está a crescer e as instituições encarregadas da arrecadação de receitas do Estado – uma importante actividade para o nosso progresso – devem acompanhar esse crescimento, para que o Estado tenha cada vez mais recursos financeiros e assim pode realizar as inúmeras despesas inscritas no Orçamento Geral do Estado.

4.17 Crescimento do PIB desacelera em 6,7 por cento em 2010

Semanário Factual

De 07 a 14 de Agosto de 2010

A leve desaceleração da expectativa de crescimento do PIB reflecte a retoma da economia que em 2009 somente cresceu 2,4 por cento como resultado do impacto negativo da crise financeira que afectou a economia global.

Segundo o OGE/2010 revisto, “para este ano as estimativas indicam um crescimento real do PIB de 6,7 por cento, com a contribuição positiva de ambos os sectores: petrolífero (5,4 por cento) e não petrolífero (7,5 por cento). Desses factos resultará um aumento da participação do sector petrolífero no PIB de 40,9 por cento para 44,5 por cento, enquanto o sector não petrolífero viu a sua contribuição diminuir de 59,1 por cento em 2009 para 55,5 por cento, indicando a recuperação do mercado petrolífero”.

Os serviços mercantis aparecem como o principal impulsionador do crescimento do sector não petrolífero, com uma expectativa de participação do PIB de 20,2 por cento, contra 11,5 por cento da 1 agricultura, enquanto a construção vem a seguir com 7,4 por cento e a indústria transformadora com 07 por cento.

Salienta-se que em 2009 o PIE real aumentou em 2,4 por cento, o que representou um abrandamento em relação a 2008, ano em que o crescimento foi de 13,8 por cento. A produção petrolífera total anual de 2010 está estimada em 695,7 milhões de barris, o que corresponde a uma produção média diária de 1,906 milhões de barris / dia.

Apesar das alterações das expectativas de crescimento, o Executivo manteve inalterada a taxa de inflação estimada em 13 por cento para 2010, uma estimativa mais optimista em comparação a 2009, ano em que a taxa de inflação se fixou em 13,99 por cento.

No entanto, a inflação acumulada nos primeiros seis meses de 2010 situou-se em torno dos 5,98 por cento, uma taxa que reflecte alguma convergência com a taxa estimada, mas que pode ser fortemente afectada pela inflação do último trimestre do ano em curso, já que os meses de Novembro e Dezembro representam o pico da inflação.

“A desaceleração do ritmo de crescimento dos agregados monetários, observada desde o início do ano de 2010, a estabilização da taxa de câmbios, bem como a manutenção das reservas internacionais em patamares razoáveis, determinaram a flexibilização da política monetária no ano em curso. Nesta perspectiva, a partir do dia 14 de Junho de 2010 o coeficiente de reserva obrigatórias aplicáveis à base de incidência em moeda nacional foi reduzido de 30 por cento para 25 por cento”, destaca o OGE. Destaca-se que em 2009 a execução da política monetária continuou assente no princípio de esterilização da liquidez na economia, tendo em conta a necessidade de manutenção da estabilidade macroeconómica do país.

Os instrumentos de esterilização utilizados foram as operações com títulos e a venda de divisas no mercado cambial, bem como as reservas obrigatórias e as operações de redes conto.

Estima-se que em 2010 os meios de pagamentos (Jv13) cresçam em torno de 23,9 por cento e que em 2011 o crescimento atinja 20,3 por cento e que a inflação se fixe em 09 por cento.

A revisão em baixa da expectativa de crescimento, de 9,7 por cento no OGE inicial para 6,7 por cento no OGE/2010 revisto mostra-se mais conservadora do que as previsões avançadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que esperava por um aumento do PIE na ordem dos 7,10 por cento, enquanto o Centro de Estudos da Universidade Católica de Angola (CEIC/UCAN) perspectivava um crescimento de 8,80 por cento para o ano em curso.

No entanto, os indicadores avançados pela maioria das instituições apresentam-se optimistas para a economia angolana.

4.18 Estado angolano com dívida milionária

Angolense

De 31 de Julho à 07 de Agosto de 2010

Em Maio último o ministro da Economia angolano, Manuel Nunes Júnior, garantiu que o governo angolano tinha condições criadas para, no início de Junho, proceder ao pagamento da dívida às empresas, nacionais e estrangeiras, sobre quem o Estado tem pagamentos em atraso desde 2009.

Estas declarações de Manuel Nunes Júnior surgiram depois de o ministro das Finanças português ter infor-

mado, em Luanda, que uma linha de crédito de 500 milhões de euros, já aprovada em 2009, iria ser activada para regularizar as dívidas às empresas portuguesas a actuar em Angola, com destaque para as construtoras.

A totalidade da dívida angolana ao sector da construção ascende a mais de 2,5 mil milhões de dólares (1,88 mil milhões de euros), sendo as portuguesas e brasileiras aquelas que somam a principal fatia. Os atrasos nos pagamentos estão já a afectar algumas empresas com significativos volumes de negócios em Angola na área da construção civil.

Uma vez que para muitas destas empresas as promessas não passaram disso mesmo, o assunto voltou a ser tratado, desta feita em hasta pública, quando o Presidente da República de Angola, ao lado do presidente português, respondia a uma questão a si colocada, em conferência de imprensa, no dia 22 do corrente, relacionada com a dívida de Angola para com empresa lusas. Sem avançar data, José Eduardo dos Santos disse que há um programa do governo onde consta o pagamento da dívida contraída pelo Estado angolano às empresas portuguesas que trabalham nos mais variados sectores, com destaque para o da construção civil. Dos Santos esclareceu que o pagamento será feito de forma escalonada, sendo que as com menor volume de despesas, aquelas que vão receber primeiro, enquanto as outras terão de esperar mais. Entretanto, o estadista angolano não fez qualquer referência, na ocasião, sobre o pagamento da dívida que o Estado contraiu com empresas angolanas, disse apenas que a dívida global de Angola a empresas ronda os 6,8 mil milhares de dólares e que as empresas portuguesas deverão ser credoras de cerca de 30% desse valor, ou seja, mais de 2.000 milhares de dólares.

Sobre as declarações do Presidente da República, algumas críticas surgiram de vários círculos da sociedade angolana, porque entendem que o pagamento está apenas a ser direccionado às empresas portuguesas quando são igualmente elevados os montantes em dívida à empresas do sector de construção angolanas. São os exemplos da Empresa Nacional de Pontes, que anda em volta de greves e da Fábrica de Tubos de Angola (FATA), apenas para citar estas.

4.19 Executivo conta com Orçamento revisto

O Independente

14 de Agosto de 2010

O Executivo angolano conta com um Orçamento Geral do Estado para 2010 revisto, comportando receitas e despesas estimadas em quatro triliões, cinquenta e três biliões, setecentos e vinte e nove milhões, novecentos e um mil, quatrocentos e setenta kwanzas, aprovado, na especialidade, pela Assembleia Nacional, com emendas e recomendações.

Em sessão extraordinária, sob orientação do seu líder, António Paulo Kassoma, o plenário aprovou o documento programático com 164 votos a favor, onze contra e cinco abstenções. O OGE revisto apresenta um montante superior ao inicial em cerca de um biliões 147,5 mil milhões de kwanzas, correspondendo a um aumento de 37,1 por cento. Do volume global das receitas, três triliões de kwanzas são fiscais, das quais 77 por cento é petrolífero e apenas três porcentos do sector não petrolífero.

A amortização de empréstimos concedidos, a venda de activos e os financiamentos contribuem com receitas de cerca de 1.2 triliões de kwanzas. Quanto às despesas públicas, 2.4 triliões de kwanzas serão correntes e 1.8 triliões de kwanzas de capital.

As correntes estão associadas ao funcionamento normal do Estado e ao fornecimento de bens e serviços públicos, como a defesa nacional e a prestação de cuidados da saúde e ensino. O sector social continua a beneficiar de maior afectação orçamental, cujas despesas fixam-se agora em 32,4 por cento dos gastos globais, contando com mais 1,9 resultante da revisão, enquanto a área económica sai reforçada com mais 2.4 por cento, em relação ao orçamento inicial.

A constituição de novos serviços no aparelho governativo, a meio do ano orçamental, motivou o aumento em 4.6 por cento das despesas com a administração, comparativamente ao orçamento inicial. Na proposta orçamental são consignadas receitas no montante de cerca de 93 biliões de kwanzas, constituídas pela receita patrimonial dos rendimentos das concessões de petróleo, que serão exclusivamente alocadas ao pagamento de despesas com os projectos de infra-estruturas ligadas à expansão da distribuição de energia água em todo o país.

A despesa com o sector de Defesa, Segurança e Ordem Interna, bem como os encargos financeiros sofreram uma redução de 3.9 por cento e cinco porcentos, respectivamente.

No relatório parecer conjunto, as comissões de Economia e Finanças e para os Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional consideram que o OGE revisto apresenta indicadores que confirmam o processo de consolidação das contas públicas e a continuidade da política económica e social do Executivo. Contudo, refere, apesar de o saldo corrente ser superavitário no montante de 679 biliões de kwanzas, o que representa 9,4 por cento do PIB, observa-se um saldo global na base de compromisso deficitário, correspondendo a 2.7 por cento do PIB, ou seja, há uma necessidade de fundos de cerca de 194 biliões de kwanzas. Deste modo, existe uma forte componente de despesas de investimento público que não pode ser completamente financiado pelas receitas fiscais, conduzindo ao recurso o financiamento.

Com efeito, o montante da dívida pública que se prevê

contrair no exercício fiscal de 2010 corresponde a cerca de 785 biliões de kwanzas, correspondendo a cerca de 40 por cento do PIB, facto que apesar de estar longe de constituir uma ameaça à formulação e condução da política económica e social, requer a tomada de medidas que visem assegurar um endividamento sustentável, alinhado com as melhores práticas de gestão do crédito público.

O saldo do sector não petrolífero, a principal âncora para a consolidação fiscal e orçamental, degradou-se significativamente, passando de um défice de 23.4 por cento do PIB, no orçamento inicial, para um défice de 32.9 do PIB, no orçamento revisto. Para os valores de saldo corrente e global das contas públicas contribuiu o volume de receitas e despesas públicas, que regista um aumento de cerca de 1.1 triliões de kwanzas, em relação ao orçamento inicial.

O preço médio de referência do barril de crude é fixado no valor de 65.32 dólares norte-americanos, bem como é estimado um nível de produção de 691 milhões de barris para o ano de 2010. Esta revisão visa adequar os documentos programáticos do Executivo à evolução da economia nacional e internacional, bem como melhorar e tornar mais eficiente o processo de gestão do erário público nos vários domínios da administração do Estado.

4.20 Executivo quer mais rigor do Orçamento Geral de Estado

Angolense

De 31 de Julho à 07 de Agosto de 2010

Em jeito de resposta as críticas de vários actores da sociedade que apontam o Estado angolano como sendo o “culpado” da crise em que muitas empresas nacionais estão mergulhadas, o ministério das finanças publicou uma nota que dá conta de que o executivo angolano está a pagar os atrasados de 2008/2009, e determina maior rigor na execução do Orçamento Geral do Estado (OGE).

De acordo com o documento a que o Angolense teve acesso, até ao fim mês de Junho deste ano o executivo tinha processado o pagamento de USD1.000.000,00 (mil milhões de dólares) da dívida contraída com as empresas locais nos anos de 2008 e 2009, na sequência da crise financeira e económica mundial. Essa dívida, de acordo com o ministério das finanças, está estimada em 9 mil milhões de dólares. A ideia, segundo consta na nota, é liquidar completamente esses atrasados.

O documento refere ainda que as autoridades angolanas estão decididas a impor maior rigor e transparência na execução orçamental. Entre as acções de reorganização e melhoria da gestão financeira pública já adoptadas, destacam-se as Regras de Execução do Orçamento Geral do Estado de 2010, aprovado por decreto presidencial ao

24 de Março, conjugado com o Decreto Presidencial nº 31/10, sobre o regime dos Investimentos Públicos, entre as quais se incluem disposições decorrentes das recomendações emitidas pela Ernest & Young, a multinacional de consultoria contratada para apoiar o executivo angolano na reorganização das finanças públicas.

De acordo com o documento que estamos a referir, o objectivo é pôr termo a uma série de práticas dos gestores orçamentais que se confundem com os erros e vícios do passado que o Presidente da República quer que sejam abandonados.

Entre os erros e vícios que o novo executivo quer combater, salientam-se a não apresentação ou a apreensão irregular das necessidades de recursos financeiros por parte das unidades orçamentais, a contracção de dívidas à margem das regras estabelecidas, a remissão de facturas ao ministério das Finanças para pagamento e até a emissão de ordens de saque em nome próprio.

De notar que o Orçamento Geral do Estado (OGE), segundo reza na nota do ministério das finanças, é uma previsão, pelo que as despesas nele incluídas podem ser iguais, superiores ou inferiores às receitas arrecadadas efectivamente. Por isso, a execução do OGE deve ser feita com base na Programação Financeira do Tesouro, que é trimestral, e nos Planos de Caixa, que são mensais. As unidades orçamentais devem, portanto, remeter ao ministério das Finanças, trimestralmente, as suas Necessidades de Recursos Financeiros, as quais devem estar de acordo com a Programação Financeira do Tesouro.

Outro vício do passado, identificado pelo executivo de José Eduardo do Santos, são as irregularidades contratuais, como a celebração de contratos sem orçamentação prévia, a existência de contratos não aprovados pela entidade competente ou de contratos não visados pelo Tribunal de Contas.

Consta também na nota do ministério das finanças que afim de não estrangular a economia; o executivo resolveu começar a pagar a dívida contraída em 2008 e 2009 desde que, no mínimo, exista um contrato reconhecido. Mas, alerta que este ano, as autoridades vão impor o máximo rigor na execução do OGE.

Um Seminário de Alta Direcção, dirigido aos ministros, secretários gerais e directores dos gabinetes de Estudos e Planeamento de todos os departamentos ministeriais, assim como gestores de outras instituições definidas como unidades orçamentais, está a ser preparado para sensibilizá-los e capacitá-los a adoptar as práticas de gestão orçamental universalmente correctas e aceites.

4.21 Municípios recebem verbas do estado

Jornal de Angola
De 31 Julho de 2010

Num encontro com administradores municipais da província do Uíge, realizado na quinta-feira, à margem do lançamento oficial, ontem, da campanha de actualização do registo eleitoral, o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, anunciou que, no quadro do Programa de Desenvolvimento Integrado e Combate à Pobreza, as administrações municipais serão contempladas com verbas anuais, por via do Orçamento Geral do Estado (OGE).

“A ideia é criar um mecanismo sustentado e cíclico de estabelecimento, no OGE, de recursos para as administrações municipais; sem prejuízo da recolha de recursos próprios a nível local, de acordo com as condições de cada uma das províncias ou municípios. Refiro-me a isso no quadro da Lei sobre as Finanças Locais”, explicou.

O ministro defendeu que a tarefa primordial do seu pelouro é trabalhar junto dos governos provinciais, administrações municipais e comunais, numa perspectiva transversal, “no sentido de que o bom desempenho dessas instâncias possa reflectir-se na melhoria da qualidade de vida das populações”.

Com efeito, estão previstos encontros com os quadros dos governos provinciais, administradores municipais e seus adjuntos, para transmitir conhecimento sobre os instrumentos de governação.

4.22 O OGE e as assimetrias

Angonse
De 14 à 21 de Agosto de 2010

Neste capítulo analisa-se a relação entre a estrutura do OGE e a evolução das assimetrias. Analisam-se em seguida três tipos de assimetrias: as assimetrias regionais, as assimetrias sectoriais e as assimetrias entre grupos sociais.

No primeiro caso será analisada a distribuição da população e da produção pelo país. No segundo, a importância do investimento no capital humano, onde o principal indicador será a importância das despesas sociais no OGE. Do ponto de vista produtivo analisa-se a importância do sector agrícola em comparação com o petrolífero. Por último, na análise das assimetrias de rendimento estudaremos as políticas de redistribuição de rendimento subjacentes ao OGE.

Indicadores de assimetrias regionais

As assimetrias regionais agudas têm consequências económicas sérias na medida em que causam dificuldades na planificação económica, criam ciclos migratórios, congestionam os centros mais populosos tornando-os

inapropriados para a saúde física e psíquica dos seus habitantes.

Nesta secção vamos analisar as assimetrias regiões através de dois critérios: a distribuição populacional e a distribuição da actividade económica, onde os indicadores serão, respectivamente, o número de eleitores registados nas duas eleições realizadas no país e o número de empresas registadas no REMPE de 2002.

Os dados sobre os eleitores registados nas eleições de 2008 mostram que cerca de um terço da população angolana reside na mais pequena das províncias do país, Luanda, que possui 2.418 Km². As cinco províncias mais populosas albergam 63% da população.

Para a dimensionar a produção, uma boa aproximação da distribuição provincial da produção não petrolífera pode ser dada pelo Recenseamento de Empresas e Estabelecimentos elaborado e anualmente actualizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas. A primeira edição deste estudo mostrou que, em 2002, 55% das empresas activas localizavam-se na província de Luanda. Se juntarmos a esta as províncias de Benguela, Cabinda, Huíla e Kwanza-Sul concentramos 78% das empresas do país.

O REMPE mostra ainda que a concentração em termos de emprego é maior. Enquanto a província de Luanda concentra 73% dos empregados das unidades empresariais estudadas, as cinco províncias referidas atrás empregam 89,6%. A elevada concentração do emprego em Luanda deve-se ao facto de aí estarem 54,6% das empresas do sector “Comércio, Reparação de Veículos” que, por sua vez, empregou 29% da mão-de-obra.

Fundamentos das assimetrias regionais

Ao procurarmos perceber porque a actividade comercial e, por consequência, o emprego, está concentrado em Luanda, encontramos a dimensão do mercado (a população) como séria candidata. No entanto, uma análise mais profunda procurará saber o que está na origem da elevadíssima concentração populacional em Luanda.

Esta secção procura fazer uma exploração das potenciais causas da elevada concentração populacional em Luanda a fim de permitir a compreensão da raiz das assimetrias. A análise dos dados relativos ao registo eleitoral de 2007 mostra que a concentração populacional em Luanda era significativamente menor.

A análise da história recente de Angola mostra-nos que a guerra urbana que ocorreu depois de 1992 está na base de extensos movimentos migratórios e de alterações significativas na distribuição populacional pelas diversas províncias, com particular relevância para o aumento da percentagem da população a residir em Luanda.

O gráfico abaixo mostra que, a par de Luanda, as três províncias que registaram aumento no peso da sua população (Cabinda, Lunda-Norte e Zaire) caracterizam-se por possuir uma Intensa actividade

de extracção de minerais (petróleo e diamantes) e por manterem uma intensa actividade comercial com a República Democrática do Congo.

Assim, podemos considerar a dotação de recursos naturais como um primeiro candidato para explicar as assimetrias populacionais. Porém, dado que a estabilidade política militar é um facto, fica por explicar o agravamento na assimetria populacional verificado dos últimos anos.

As teorias de migração, demonstram que, dentre os factores determinares na decisão de migrar, os, motivos económicos têm grande relevância. Entre os motivos económicos, a probabilidade de conseguir emprego está entre os que têm maior peso na decisão de migrar.

Por sua vez, este está positivamente correlacionado com a dinâmica da actividade económica. Assim sendo, só uma maior dinâmica na actividade económica justifica a crescente concentração da população em Luanda. Para compreender a raiz da assimetria populacional em Angola é necessário entender o que mantém alta a dinâmica económica de Luanda.

Verificamos que, do total da despesa afecta aos governos provinciais, o Governo de Luanda recebeu, em média, 22% das despesas. Quando juntamos a esta, as províncias de Benguela, Huambo, Uíge e Cabinda, vemos que no conjunto estes governos provinciais receberam 57% das despesas públicas. Estes dados mostram que os governos das províncias que concentram uma maior população e actividade económica, receberam uma maior dotação orçamental facto que pode indiciar que o OGE tem sido um acelerador das assimetrias.

Porém, é bem verdade que antes do OGE ser um instrumento causador ou de combate às assimetrias, a estrutura deste é também uma consequência das próprias assimetrias. A distribuição de partida da população e da actividade económica condiciona a própria distribuição do OGE. As províncias com mais população, obviamente, receberão uma maior dotação do orçamento.

A análise do gráfico abaixo leva a concluir que os governos das províncias que concentram uma maior população não são, necessariamente os que recebem uma maior dotação orçamental. Em particular, a província de Luanda apresenta uma quotiente de localização inferior a um tanto em 2009 como na proposta orçamental de 2010.

Realce-se também o facto do Governo provincial de Cabinda ter recebido a maior dotação por pessoa tanto no orçamento de 2009 Revisto quanto na proposta orçamental para 2010. A análise feita ignora no entanto o facto de que as despesas com o Governo Central, que representaram nas últimas quatro propostas do OGE, 87% das despesas totais, podem não se distribuídas de forma uniforme (em termos per capita) por todas as províncias do país e podem por isso ter um impacto sobre as assimetrias. Com base numa distribuição da despesa

do governo central estimada a partir do Orçamento dos Órgãos Centrais de 2009 (Revisto), afectou-se, para efeitos de análise, a despesa do Governo Central às 18 províncias do país para explorar a relação entre o OGE e as assimetrias. Constatamos assim que o coeficiente de localização do orçamento afecto à província de Luanda foi igual a 22 nas duas últimas propostas de orçamento, ou seja, em termos per capita, o orçamento dos órgãos do Estado localizados em Luanda foi 22 vezes superior à média do país.

Podemos com isto concluir que o Orçamento Geral do Estado de Angola tem sido o principal motor das assimetrias regionais verificadas em Angola tanto a nível da produção como a nível da distribuição populacional. A elevada concentração da população em Luanda e o aumento no peso da população de Cabinda entre as duas eleições é estimulada pela elevadíssima parcela do orçamento que é, sistematicamente, dirigido a estas províncias.

Indicadores de assimetrias sectoriais.

O problema das assimetrias sectoriais pode ser visto em duas perspectivas:

Da produção: onde o caso mais relevante é o pouco peso no PIE dos sectores com mais potencial para criar emprego;

Da despesa: onde o caso mais relevante é o reduzido peso das despesas nos sectores sociais quando comparados com a experiência de desenvolvimento de outros países.

Segundo dados do Plano Nacional 2010, o sector petrolífero foi responsável por 54,1 % do PIE de Angola entre 2000 e 2008, seguido dos sectores da Banca, Seguros e Telecomunicações que representaram, conjuntamente, 15,2% do PIE, a sector da Agricultura e Pescas representou 8,3% do PIE no mesmo período. De acordo com dados do Ministério dos Petróleos e da FAA, em 2004, o sector agrícola empregou 71 % da força de trabalho o que resultou numa produção per capita de 88 dólares. a sector petrolífero empregou apenas 0,39% da força de trabalho, pelo que fez uma produção per capita de 516 mil dólares durante o ano.

Devido insuficiência das políticas e mecanismos de redistribuição, esta diferença significativa no nível de produção reproduziu-se nos rendimentos e constitui hoje um dos principais problemas económicos do país.

A percentagem do OGE destinada a educação mantém-se em torno dos 8% das despesas totais. Enquanto isso, as despesas com a saúde registaram uma redução de 3,3 pontos percentuais desde o primeiro orçamento de 2009 até a actual proposta orçamental para 2010. Por outro lado, e apesar da estabilidade militar do país, a despesa com a Defesa aumentou de 7,15% para 11,28% da despesa total.

Raízes das assimetrias sectoriais

A concentração da produção de um país em poucos sectores coloca problemas ao nível do processo de crescimento. Visto que este passa a ser condicionado pelo ciclo de negócios daqueles sectores (motores) da economia. Ficam também vulneráveis a eventuais choques.

No caso concreto de Angola, a gritante assimetria existente entre o sector petrolífero e o não petrolífero leva a um sério problema económico e social, o desemprego. Segundo a opinião de vários especialistas, o aumento da taxa de emprego em Angola bem como a melhoria na distribuição do rendimento está dependente do aumento da dinâmica do sector não petrolífero. Nos últimos anos, em resultado de uma boa condição financeira, foram feitos significativos investimentos no sector não petrolífero angolano, em particular, na melhoria da infra-estrutura.

O pouco investimento verificado em capital humano deveu-se à falta de uma estratégia nesse domínio. Daí a necessidade de se responder de forma acelerada ao crescimento do capital fixo. Como resultado, verifica-se a banalização da formação diante da necessidade de responder à demanda de quadros. O papel dos sectores sociais e do sector primário no crescimento económico. O capital humano é um recurso determinante para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Vários modelos de crescimento e desenvolvimento económico mostram que, no longo prazo, o crescimento do capital humano é mais importante do que a acumulação de capital físico.

Os Modelos mais modernos de crescimento económico demonstram que as potencialidades de crescimento podem ser ilimitadas quando o mesmo se baseia nas ideias, pois estas podem ser combinadas de infinitas formas.

O conceito de capital humano diz respeito a pessoas suficientemente nutridas e profissionalmente qualificadas. Isto é, vai muito além da mera qualificação académica ou profissional. A melhoria nos índices de desenvolvimento humano não se coaduna com as reduções que se vêm verificando no peso da saúde no OGE. Por outro lado, é fundamental melhorar a qualidade dos indicadores sociais. Por exemplo, a avaliação dos serviços de educação e de saúde não deve ser feita apenas com base no número de matriculados ou de pacientes atendidos, mas também na qualidade dos serviços que são oferecidos pelas instituições.

Indicadores de assimetrias de rendimento

Começamos por referir que o rendimento per capita de Angola, em 2008, foi de 93 mil kwanzas mas que o real significado deste número está estreitamente relacionado com o grau de distribuição do rendimento:

Raízes das assimetrias no rendimento

O conceito de assimetria de rendimento pressupõe a existência de um estado ótimo de distribuição do

rendimento? Na prática, existe este estado? A resposta a esta questão envolve considerações filosóficas e juízos de valor (A. Rocha, Finanças Públicas).

Para a presente análise consideremos como distribuição ótima do rendimento aquela que objectiva o alcance de determinados níveis de equidade impondo, ao mesmo tempo, limites à pobreza.

As assimetrias de rendimento surgem, normalmente, de uma combinação de dotação assimétrica de factores e uma política ineficiente de redistribuição de rendimentos (alguns males sociais tais como a corrupção, o tráfico de influências ou a falta de transparência podem contribuir para o agravamento das assimetrias).

Em Angola, as assimetrias de rendimento são alimentadas, sobretudo, pelos desequilíbrios sectoriais. Por um lado temos o sector petrolífero, intensivo em capital, responsável por 40% do PIE e que emprega apenas 0,39% da força de trabalho. Do outro lado, temos o sector agrícola que, empregando 71% da força de trabalho é responsável por apenas 11,7% do PIE. O OGE pode ser usado como instrumento no combate às assimetrias de rendimento. Por um lado, a estrutura fiscal pode alterar a distribuição primária do rendimento através do imposto de rendimento progressivo (cujas receitas podem depois ser usadas em programas sociais) ou de uma maior taxação dos bens consumidos pelas famílias de mais elevado rendimento. Por outro lado, a estrutura das despesas pode afectar a reafecção dos bens e serviços de utilidade pública.

Alguns dos instrumentos de redistribuição de rendimento plasmados no Orçamento são os subsídios e transferências. Lamentavelmente, estes instrumentos têm sido ineficazes no seu objectivo na medida em que a sua principal rubrica, os Subsídios a Preços, constitui em grande medida uma forma de distribuição de riqueza para as famílias relativamente mais ricas.

A principal forma de subsídios aos preços no país consiste nos subsídios a sete dos derivados de petróleo. Dado que estes derivados são maioritariamente consumidos por famílias que possuem as tecnologias que os consomem (o carro, no caso da gasolina e do gásóleo), os subsídios acabam por beneficiar estas famílias. As famílias mais pobres, ao fazerem menor uso de meios mecânicos beneficiam menos desses subsídios. Este problema ganha maior relevância quando analisamos o comportamento desta categoria de subsídios nos últimos exercícios económicos.

Adicionalmente, no caso do sector eléctrico das águas, o sistema de subsídios contribui para a ineficiência operacional na medida em que priva as empresas operadoras de cobrir os custos totais e de realizar uma margem de lucro que permita a sua expansão e garantir serviços com um mínimo de qualidade.

A Crise Económico-Financeira e o seu Impacto no OGE.

Uma das vias através da qual a crise afectou o OGE foi o aumento das despesas com a amortização da dívida interna titulada que ascendeu aos 812,0 mil milhões de kwanzas quando tinha sido fixada, no orçamento inicial, em 33,7 mil milhões de kwanzas. Projecta-se que as amortizações da dívida interna representem 22% das despesas orçamentais de 2009. Programa-se para 2010 despesas com amortizações da dívida interna correspondente a 10,6% da despesa total. Este aumento significativo no resgate da dívida interna resultou da queda da confiança dos investidores relativamente a condição financeira do Estado.

Outros factores, de certa forma ligados à baixa produtividade do factor trabalho, são o deficiente acompanhamento da evolução dos principais mercados internacionais e a reduzida capacidade analítica e previsionial das instituições do Estado de pendor económico. Dois exemplos ilustram esta situação. Em Fevereiro de 2008, era já recomendável a revisão do OGE para aquele ano, visto que este assentava em pressupostos relativos ao comportamento da economia mundial que se encontravam desajustados, deste Outubro de 2007, com o lançamento do World Economic and Financial Surveys 2007 do FMI que continha informações como:

1. A continuidade do ciclo de crescimento da economia mundial, com uma taxa de crescimento real estimada em cerca de 5,2 por cento, em 2008, não obstante a alta do preço de petróleo bruto e a crise no mercado imobiliário dos E.V.A. que ameaçou propagar-se pela economia Mundial;
2. O nível de inflação mundial controlada, prevendo-se um nível anual de 2,1 %, nas economias avançadas, e 5,0%, nas economias emergentes e em desenvolvimento;
3. O aumento dos preços do petróleo bruto no mercado internacional, em razão da limitada capacidade de produção face à demanda global que se mantém forte;
4. O forte crescimento do comércio mundial ao nível de cerca de 7,4 por cento;
5. A tendência para aumento ligeiro das taxas de juro para o Euro e o Yen, com as taxas de juro de curto prazo a atingirem, respectivamente, os níveis de 3,7 e 1,2 %;

Na altura da elaboração do Orçamento Geral do Estado para 2009 o comportamento da economia mundial apresentava sinais claros de abrandamento da procura que, com elevado grau de certeza,

afectaria a procura e o preço do petróleo. As análises de várias instituições internacionais revelavam este facto e as consequências para os países exportadores desta matéria-prima. Contrariamente a estas previsões, o Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado apontava uma taxa de crescimento de 11,8% para 2009.

O impacto da crise sobre o a Desconcentração e Descentralização Administrativa

O processo de desconcentração financeira iniciou em 2007 com a selecção de 68 municípios que passaram a ser unidades orçamentais. Nestes previa-se a implementação de programas nas áreas da saúde, educação, saneamento básico e energia e águas. Segundo o Balanço de Execução 2008, esses programas deveriam ser, por princípio, complementares aos programas provinciais e sectoriais. Segundo o mesmo relatório, em 2008, através do Fundo de Gestão Municipal, cada um dos 68 municípios teve acesso a 375 milhões de kwanzas. No total dos municípios foram identificados 1.320 projectos, dos quais, 875 tiveram início, 364 tiveram conclusão no mesmo ano e 26 paralisaram por motivos não reportados. A crise económica e financeira que chegou a Angola na segunda metade de 2008 afectou negativamente o processo de descentralização financeira iniciada no mesmo ano. O OGE inicial para 2009 previa um orçamento para os governos municipais suficiente para afectar 5 milhões de dólares a 163 municípios (99% dos 164 municípios do país). Devido ao efeito da crise, este orçamento foi reduzido a meio do ano, reduzindo-se assim para 64 o número de municípios elegíveis. Devido à melhoria das condições financeiras do país, consequência directa do aumento do preço do petróleo nos mercados internacionais que se reflecte no Fundo de Gestão Municipal, está programado para 2010 um valor suficiente para orçar 106 municípios com 5 milhões de dólares para cada.

4.23 OGE 2010 revisto, analisado pelo Observatório Político de Angola

Angolense

De 7 à 14 de Agosto de 2010

Em duas dimensões, cujos extractos publicamos nesta edição e outras linhas na próxima edição, o Observatório Político Social de Angola faz a sua análise ao Orçamento Geral do Estado. Por isso, publicamos o documento no calor da aprovação do Orçamento pela Assembleia Nacional, na terça-feira, 03, sem o parecer favorável da oposição.

O processo de elaboração do orçamento que compreende as actividades entre a elaboração e a aprovação do Orçamento (capítulo 1). A coerência interna da política orçamental

seguida pelo Governo de Angola nos últimos anos, e a coerência entre as políticas sociais e económicas publicamente expressas e as reveladas no orçamento são matéria importante nesta análise (capítulo 5).

A execução e controlo do orçamento (capítulo 3). Ligado à execução do orçamento, serão analisados os efeitos sobre as assimetrias regionais, sectoriais e de rendimento (efeitos estruturais), bem como a vulnerabilidade do orçamento a crises externas (capítulos 4 e 5).

1. O Processo de Elaboração do OGE

O objectivo desta secção é apresentar e discutir as fases iniciais do ciclo orçamental previstas na Lei-quadro do OGE (LQOGE).

Esta lei serve de base à aprovação anual do OGE e autoriza a cobrança dos impostos, e a contracção de empréstimos para cobrir as despesas planificadas.

O processo de elaboração do OGE tem início no mês de Julho de cada ano e segue o processo apresentado na caixa abaixo. Tem sido recorrente ao longo dos anos, e Agosto de 2010. Porque o OPSA não teve acesso atempado à versão revista algumas das considerações devem ser encaradas na óptica da versão aprovada em Dezembro de 2009.

A participação da sociedade civil no processo de elaboração do OGE

As organizações da sociedade civil (OSC) pouco têm participado na preparação do OGE. Perde-se assim a oportunidade de aproximar a política orçamental às reais necessidades das populações dado as OSC (em especial organizações comunitárias) estão mais próximas das populações, conhecem bem as suas necessidades e meios de satisfazê-las.

Uma das razões desta ausência prende-se com o facto dos primeiros dados sobre o OGE serem tornados públicos somente aquando da entrega do orçamento à AN. Esses dados são também agregados de uma forma que não facilita a análise pelas diversas instituições interessadas, incluindo as universidades.

Segundo o relatório da CEAST (2006) sobre o OGE, a par do OPSA, só a Associação Industrial de Angola tem tido uma participação activa no debate do OGE.

O acompanhamento pela imprensa também tem sido débil. Uma análise presente no relatório do Christian Michelsen Institute (CMI) sobre o processo de orçamentação e transparência em Angola, com dados referentes a 2002-2006, mostra que o acompanhamento pela imprensa tem registado melhorias (ver gráfico).

Reflectirá o OGE as necessidades dos angolanos?

Quais são as necessidades da população angolana? Não existem estudos de campo sobre a hierarquia de necessidades dos angolanos. Todas as intervenções sobre as necessidades imediatas e medias dos angolanos baseiam-se na experiência de indivíduos e/ou grupos de indivíduos.

Não é errado aceitar que, na maior parte dos casos, estas opiniões estão muito perto da realidade, no entanto, deve também ser aceite que a experiência individual é significativamente limitada pela quantidade de informação possível de aceder a partir de um dado lugar ou contexto social. Aceitar esta realidade é determinante para não deixarmos grupos com necessidades particulares de fora das análises das necessidades.

A busca de um critério objectivo de identificação das necessidades económicas dos angolanos levou-nos a questionar sobre as formas disponíveis de expressar estas necessidades.

Em sociedades democráticas as necessidades e prioridades da sociedade são expressas nos actos eleitorais, através da escolha de um entre varios programas eleitorais. Embora faltem estudos entre nós sobre o que motiva os eleitores, parece que o voto em símbolos e numa base identificaria parece ser o mais importante.

O crescimento económico é considerado como dependente da quantidade de capital físico e humano acumulado. Daí a recomendação em que se maximizem as despesas com o desenvolvimento daquele capital minimizando-se as despesas correntes.

Como a manutenção do emprego na função pública depende das despesas correntes, isto pode gerar resistência a maximizar despesas de capital e minimizar das despesas correntes. Em 2009, perante a necessidade de cortar as despesas públicas, o Governo optou pela diminuição relativa das despesas em formação bruta de capital fixo a fim de garantir a manutenção dos salários da função pública. Como consequência desta opção, com a revisão do OGE, o peso das despesas em formação bruta de capital fixo caiu de 35,5% para 31,4% das despesas totais do OGE enquanto os gastos com o pessoal (que inclui as também em 2009, o não cumprimento dos prazos legislação. O orçamento para 2010 foi aprovado em Dezembro de 2009. A sua revisão tem lugar em despesas e as contribuições para a Segurança Social) aumentou de 14,5% para 26,7% do total das despesas.

Visto que a revisão do OGE resultou na imposição de limites nas disponibilidades das finanças públicas, é possível compreender a preferência pela manutenção dos gastos com o pessoal.

Esta situação torna-se um problema quando vemos que o orçamento para 2010, claramente mais dotado que o de 2009, diminui o peso das despesas em FBCF para 23,8% das despesas totais contra um aumento dos gastos com pessoal que passa a representar 27,7% dos gastos.

Esta redução da importância dos investimentos em infra-estrutura poderá causar atrasos no processo de estruturação do país, diminuir o potencial de crescimento económico e a taxa de emprego estrutural.

Segundo análises do Centro de Estudos e Investigação Científica, da Universidade Católica de Angola, o cenário

mais optimista sobre o comportamento da pobreza mostra que a taxa de pobreza de Angola está acima dos 55%. Ou seja, mais de 9,7 milhões de angolanas vivem abaixo da linha de pobreza. O índice de Gini calculado em 2005 para Angola foi dos mais altos do mundo atingindo 0,62. Neste contexto, as políticas de redistribuição do rendimento são de grande relevância.

Entre os principais instrumentos do OGE que permitem redistribuir a riqueza destacam-se a política fiscal e a política de transferências.

Segundo o relatório citado, desde 2002 verificou-se um aumento de 6,2 vezes da fiscalidade não-petrolífera o que pode ter contribuído para a deterioração do poder de compra da classe média, de forma directa, e da classe mais pobre, por via dos impostos sobre as importações. A política de redistribuição do rendimento com base nas despesas continua débil. A quantidade de velhos abrangidos pelas pensões é inferior a 2,6% da população idosa do país. O subsídio ao preço dos combustíveis continua elevado. E este subsídio, ao ser função da quantidade consumida, beneficia mais as famílias que possuem meios como automóveis, geradores, etc.

2. A Execução e o Controlo do Orçamento

Tão importante quanto proceder à análise da distribuição do orçamento é a análise da qualidade e da capacidade de execução do OGE verificados nos exercícios anteriores.

Em Angola, a capacidade de execução das despesas tem-se mostrado reduzida tanto em resultado dos estrangulamentos na disponibilização de algumas verbas como da baixa capacidade de execução de muitas das unidades orçamentadas.

A execução das receitas, tem sido recorrentemente condicionada pela fraca capacidade do Ministério das Finanças em prever os impostos pois estes dependem em grande medida do preço do petróleo, que tem apresentado grande volatilidade nos mercados internacionais.

Neste capítulo vamos proceder à análise do nível de execução do orçamento das receitas e das despesas usando indicadores referentes aos exercícios económicos de 2008 e 2007 publicados no Balanço da Execução do Programa geral do Governo 2007/2008.

Nível de execução do OGE

O Balanço Geral de Execução Orçamental de 2008 apresenta um montante geral de receitas cobradas de 3.217,4 mil milhões de kwanzas e de despesas realizadas de 2 653,8 mil milhões de kwanzas. Para o mesmo ano estavam programados 1.891,3 e 2.245,2 mil milhões de kwanzas de receitas e despesas, respectivamente.

Este aumento desproporcionado das receitas comparativamente às despesas, resultou do aumento significativo e imprevisto das receitas petrolíferas devido a um preço médio fiscal de exportação de petróleo de 93,9 US\$/

barril quando se tinha previsto inicialmente um preço de 55 US\$/barril.

Nos últimos anos, verificou-se um pior desempenho na execução das despesas de investimento previstas com o Programa de Investimento Público (PIP).

Em 2007 a taxa de execução foi igual a 55,8%. Em 2008 este indicador aumentou para 88,3%. Estes valores representam uma grande melhoria se tivermos em conta que em 2006 a taxa de execução do PIP foi igual a 16,6%.

Segundo o Balanço de Execução do Programa Geral do Governo 2008, a baixa taxa de execução do PIP deve-se a baixa capacidade programática e de execução das unidades orçamentais. Ter sido um ano de eleições poderá ter contribuído para ISSO.

Como está a evoluir a transparência na execução e balanço do OGE?

A falta de transparência na execução do orçamento é favorecida pela existência de fundos sem um fim claro e também pela fraca clarificação do órgão que o gere.

Por exemplo, para o exercício económico de 2010 o OGE prevê uma Reserva Orçamental de 26,4 mil milhões de kwanzas (cerca de 342 milhões de dólares). Na opinião de muitos, esta avultada reserva terá sido constituída para cobrir despesas com um eventual processo eleitoral. No Resumo das Despesas do Órgão por Programa, 33,9% das despesas aparecem afectas a um órgão abstracto “denominado” Encargos Centrais do Estado. Os restantes 72,1 % são afectos aos restantes órgãos “conhecidos” do Estado, incluindo a Secretaria-Geral da Presidência da República que levará a cabo dois programas, sendo um deles, a Expo 2010 em Shanghai-China.

A existência de diversas instituições a realizar actividades ligadas à reconstrução nacional impõe problemas de coordenação que favorecem a má gestão dos recursos públicos e a consequente falta de transparência. O caso mais flagrante é o do Gabinete de Reconstrução Nacional que leva a cabo programas que, por princípio, deveriam ser da responsabilidade dos sectores da Energia, Águas, Construção, Habitação e Transportes. Refira-se também que constitui grande curiosidade o facto de, mesmo com as baixas taxas de execução orçamental, não haver registo de despesas cabimentadas e não pagas até ao encerramento do exercício financeiro. Acontece que a LQOGE prevê que essas despesas devem ser inscritas na proposta orçamental do ano seguinte sob a rubrica Restos a Pagar.

A não elaboração da Conta Geral do Estado tem prejudicado significativamente a melhoria da transparência na gestão do OGE. Segundo a LQOGE, as contas do Estado, instrumento básico para o controlo orçamental, deve conter o Demonstrativo das Receitas Previstas e da Despesa Autorizada, do Balanço Financeiro, do Balanço Patrimonial e a Demonstração das variações Patrimoniais.

É, neste sentido, satisfatório saber que o Executivo deu passos e está a preparar outros relativos às Contas Gerais do Estado no quadro geral de alterações relativas à execução do OGE.

Mecanismos de controlo da execução do OGE.

De acordo com a LQOGE, existem dois níveis de controlo da execução orçamental. A nível interno, o controlo é exercido por órgãos especializados do Estado e institucionalizado pelo Ministério das Finanças através de decreto do Conselho de Ministros. A nível externo a fiscalização é exercida pela Assembleia Nacional com o apoio do Tribunal de Contas que emite parecer sobre as Contas do Estado.

Para que este controlo seja eficaz, o Governo deve submeter à AN uma série de documentos, dentre os quais, balancetes trimestrais de execução orçamental (até 45 dias após o termo do trimestre), o Balanço geral relativo aos resultados do exercício económico (até 30 de Abril do ano seguinte) e a Conta geral do Estado (até 31 de Dezembro do ano seguintes). Nos mesmos prazos, são submetidos, directamente, os relatórios de contas dos órgãos de soberania.

De entre as competências dos órgãos responsáveis pelo controlo interno, consta o apoio aos órgãos de controlo externo, dando-lhes conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade apurada, sob pena de responsabilidade solidária com o infractor. Em alguns países, a exemplo do Brasil, é previsto por lei um terceiro nível de controlo da execução orçamental: o Controlo Privado ou Popular. Este nível de controlo permite a qualquer cidadão denunciar irregularidades e ilegalidades na execução do orçamento perante o Tribunal de Contas.

Na prática, diversos problemas vividos pela AN têm comprometido estas atribuições. Entre os principais problemas vividos pela AN citamos os seguintes:

A Pouca autonomia relativamente à Presidência, ao Executivo e ao partido no poder; a Fraca capacidade institucional; o Fraca autonomia financeira; o Pouco apoio administrativo; o Fraca capacidade de pesquisa; o Limitações nas condições de trabalho (nomeadamente nas instalações).

Quanto às responsabilidades do Tribunal de Contas, colocam-se, actualmente restrições na medida em que o seu principal instrumento de fiscalização, as Contas Gerais do Estado, não é ainda produzido com regularidade. Por outro lado, levantam-se questões práticas como o grau de celeridade dos processos de fiscalização bem como o grau de independência dos juizes na medida em que são nomeados por um órgão, cujos serviços de apoio, constituem uma unidade orçamental.

No quadro do presente OGE, caberá ao Tribunal de Contas questionar, de entre outras coisas, porque o Tribunal Provincial do Zaire receberá apenas 6,8 milhões de kwanzas quando a média do orçamento dos tribu-

nais provinciais das restantes províncias é igual a 238,8 milhões de dólares (ver Proposta de Orçamento dos Órgãos Centrais para 2010).

4.24 Províncias e ministérios “ricos” empobrecem no OGE revisto

Expansão

De 13 de Agosto de 2010

O Orçamento Geral do Estado revisto foi votado favoravelmente na última quinta-feira, 12 de Agosto, nas comissões de especialidade da Assembleia Nacional, depois de ter sido votado na generalidade na semana anterior.

O OGE mantém a revisão feita pela equipa económica, ou seja, apresenta o valor global de 4,05 triliões Kz e uma previsão do crescimento do PIB de 6,7%, contra 8,7% estimados antes da revisão orçamental. E o petróleo continua a ser a principal fonte do seu financiamento, com uma contribuição de 2,3 triliões Kz, mais de 58% do OGE total.

Na revisão feita, o sector social continua a ser aquele a que se a loca maior fatia da despesa, mantendo os 30% do período pré-revisão. Esse valor, como se sabe, é resultado das negociações do País com o Fundo Monetário Internacional, no âmbito da concessão de 1,4 mil milhões USD a Angola.

Como seria de esperar, a estrutura central do aparelho de Estado é a que reclama “a parte de leão” do OGE, com um montante superior a 3,564 triliões Kz, acima de 87% das despesas totais do orçamento. Porém, permeando o conteúdo do OGE, notam-se algumas curiosidades na repartição da despesa entre as várias unidades orçamentadas. Em Angola, cuja imersão na economia de mercado data de 1992, talvez rigorosamente de 2002, o Estado ainda é o maior empregador. Só isso explica que o OGE abarque 2,37 triliões Kz (25,6 biliões USD) em “despesas com o pessoal”, o que inclui salários, subsídios e contribuições do seguro social. Esse montante corresponde a 58% do orçamento todo.

Repartidos, 467,822 mil milhões Kz (5,06 biliões USD, pouco mais de 11 % do OGE) são gastos em salários de militares e paramilitares, enquanto o salário dos funcionários civis corresponde a “apenas” 343,5 mil milhões Kz (3,7 mil milhões USD, ou seja, 8% do OGE).

Também, individualmente, o Ministério da Defesa é o organismo do Governo maior verba, recebendo 338 biliões Kz (3 biliões USD), correspondentes a 8,34% do OGE.

Enquanto isso, o Ministério dos Petróleos, cujos recursos que controla “abastecem” grande parte do OGE, é dos organismos do Estado menos abastados, com apenas 1 bilião Kz (mais de 100 milhões USD), o equivalente a 0,03% do orçamento total.

A repartição do OGE por regiões é também notavelmente curiosa. Como era esperar, somente Luanda consome a

maior parte do quinhão, com 88 mil milhões Kz do OGE (953,9 milhões USD). Benguela, a segunda praça económica do País, segue-se a Luanda no ranking da cabimentação dos recursos do OGE, com 44 mil milhões Kz.

Mas a província do Zaire, que grandemente contribui com receitas, através da produção do petróleo no Soyo, é a região que menos recebe: apenas 11 mil milhões Kz (019 milhões USD). Cabinda, entretanto, outro produtor de petróleo, recebe o dobro do Zaire, mas encontra-se abaixo de outras regiões como Huambo e Huíla.

4.25 Revisão pretende adequar OGE à Constituição

Jornal de Angola

De 4 de Agosto de 2010

O Presidente da República referiu, numa mensagem aos deputados, que a revisão do Orçamento Geral do Estado para 2010 pretende adequar os documentos programáticos do poder Executivo aos princípios que decorrem da Constituição da República, à evolução recente da economia nacional e internacional e a tornar mais eficaz a gestão do erário nos vários níveis da administração do Estado.

Na mensagem, lida por Carlos Feijó, ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, José Eduardo dos Santos referiu que na definição das opções estratégicas de política económica e social são mantidas as prioridades definidas no programa eleitoral do MPLA, que o Governo procurou cumprir, na essência, em 2009.

De entre essas opções estratégicas ganha maior realce, além do equilíbrio fiscal e da estabilidade monetária e cambial, a promoção da melhoria das condições de vida da população, com base no combate à pobreza e à estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional, através de acções específicas integradas nos programas municipais e provinciais. Nas acções do Poder Executivo, são observadas as seguintes linhas de força: Desenvolvimento rural, como meio de reforço do processo de repartição mais equilibrada do rendimento nacional, desenvolvimento territorial harmonioso, passando pela melhoria da gestão das administrações locais, retoma do crescimento da economia nacional este ano, o que exige o reforço dos investimentos públicos, dos incentivos aos investimentos privados, da melhoria da oferta dos serviços de saúde e educação, do aperfeiçoamento dos circuitos de produção e comercialização, da extensão do sistema financeiro.

O Chefe do Executivo sublinhou, na mensagem, o facto de a Constituição da República elevar o OGE à condição de instrumento único e consolidado de gestão do Estado, que passa a circunscrever a actividade do Governo.

O Presidente da República referiu que apesar de se tratar

da revisão do Orçamento Geral do Estado em execução, esta é a primeira vez, após a aprovação da Constituição, que se remete à Assembleia Nacional o OGE.

4.26 Sector social absorve 32,4 por cento do OGE – 2010 Revisto

Semanário Factual,

de 07 a 14 de Agosto de 2010

O Sector social continua a absorver a maior fatia do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2010, tendo aumentado em 1,9 pontos percentuais, passando de 30,5 por cento das despesas por função no OGE inicial para 32,4 por cento no OGE/2010 revisto. Enquanto isso, as despesas do sector económico cresceram 2,4 pontos percentuais, de 16,7 por cento para 19, 1 por cento. Os encargos financeiros caíram de 18,7 por cento para 13, 8 por cento, o que representa uma queda de cinco pontos percentuais.

O orçamento revisto, aprovado esta semana, na generalidade, pela Assembleia Nacional (AN) e que deverá ser analisado pelas comissões especializadas, comporta despesas e receitas estimadas em 4.053.729.901.471 (Quatro triliões, cinquenta e três biliões, setecentos e vinte e nove milhões, novecentos e um mil, quatrocentos e setenta e um Kwanzas), o que representa um incremento de cerca de 1,147,5 mil milhões de Kwanzas em comparação ao projectado inicialmente, correspondendo a um aumento de 37,1 por cento.

O aumento das receitas fiscais ocorre como reflexo da recuperação do sector petrolífero, com um aumento da produção diária de 1,900 milhões de barris/dia para 1,906 milhões de barris/dia e também da alteração da projecção do preço médio fiscal de exportação do petróleo bruto de 58 dólares para 65,32 dólares por barril.

“O impacto total do novo Quadro Macroeconómico nas Receitas Fiscais corresponde a um aumento de cerca de 788,7 mil milhões de Kwanzas (34,5 por cento), o que é influenciado pelo aumento das receitas petrolíferas em 58,73 por cento, pois as receitas não petrolíferas decresceram 15,04 por cento”, adianta o orçamento.

O ministro das Finanças, Carlos Lapes, citado pela ANGOP; destacou que a redução das receitas não petrolíferas é uma consequência da redução das receitas aduaneiras e do imposto do consumo cobrado sobre as mercadorias importadas nos pontos de entrada, como resultado da redução das importações.

A fonte salientou que o défice fiscal caiu de 2,9 por cento no orçamento inicial para 2,7 por cento no orçamento analisado pelo Parlamento.

A cobertura do défice deverá ser realizada, em parte, através de desembolsos internos na ordem dos 2,818, 9 milhões de dólares e também por desembolsos de financiamentos externos avaliados em 5,671,8 milhões de dólares.

No que toca à balança de pagamentos, “espera-se para o exercício económico/2010 por uma melhoria significativa da Conta Corrente na ordem dos 38,2 por cento apesar de se registar ainda um saldo deficitário de 4.679,2 milhões de dólares comparativamente aos 7.571,6 milhões de dólares registados em 2009”, referiu a fonte.

As receitas de exportação deverão registar um crescimento em torno de 13 por cento ao passar de 40.827,9 milhões de dólares em 2009 para 46.131,2 milhões de dólares em 2010, resultantes do crescimento tanto dos volumes como dos preços dos produtos exportados, enquanto as importações tendem a aumentar em 6, 7 por cento a orçamento revisto conta com uma reserva estratégica petrolífera para infra-estruturas de base e cuja gestão compete ao chefe do Executivo.

Por seu turno, o ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel Júnior, adiantou, na sessão legislativa destinada à apresentação e aprovação, na generalidade, do OGE/2010 revisto, que à luz da nova Constituição o Plano Nacional deixa de ser apreciado pelo Parlamento, passando o OGE a ser o instrumento único e que os aspectos estratégicos passam a constar do relatório de fundamentação do orçamento.

4.27 Subsídios a preços representam 11,31 por cento do OGE

*Semanário Factual,
de 14 a 21 de Agosto de 2010*

Estima-se que o Executivo deverá desembolsar mais de 488,6 mil milhões de Kwanzas de subsídios para as empresas públicas não financeiras, o que equivale a cerca de 12 por cento das despesas do OGE.

Salienta-se que os subsídios aos combustíveis que perduram há longa data continuam a representar um enorme fardo às contas públicas, mas o seu corte pode acarretar uma espiral inflacionista que em nada ajudaria para a estabilização da economia e da inflação, cuja expectativa para 2010 ronda 13 por cento.

Entre os produtos subsidiados, o destaque vai para a tarifa de transportes públicos, assim como de energia e outros serviços.

Segundo alguns economistas, a remoção ou o corte gradual dos subsídios a preços deverão ser feitos com alguma cautela, na medida em que implica um peso para as contas públicas, além de que existem problemas estruturais que precisam de ser corrigidos para garantir que tal processo ocorra de forma equilibrada e sem gerar um enorme impacto sobre os preços dos produtos básicos, devido ao agravamento dos custos de produção. Segundo os números do OGE, as despesas correntes correspondem a 58,61 por cento das despesas do Orçamento agora revisto e 40,90 por cento representam as despesas de capital.

As despesas com pessoal absorvem cerca de 20 por cento do bolo orçamental, o que espelha o papel da administração como principal entidade empregadora. Já as despesas com bens e serviços representam 18,67 por cento. No que toca às despesas de capital, pode-se verificar que 26,12 por cento corresponde a investimentos, dos quais 19,29 por cento se destina a obras e instalações, enquanto as despesas de capital financeiro correspondem a 14,27 por cento, sendo que 10,34 por cento se destina-se à amortização da dívida.

No que se refere às receitas, o OGE estima que estas correspondem a 80,44 por cento, alimentadas em 33,70 por cento pelas receitas tributárias.

Os impostos contribuem com mais de 731 mil milhões de Kwanzas, o equivalente a 18,03 por cento das receitas, enquanto as taxas correspondem a 1,03 por cento e as contribuições 1,99 por cento.

As receitas patrimoniais contribuem com 41,64 por cento, enquanto 40,64 por cento dos recursos vêm do rendimento do petróleo, sendo que as receitas de capital correspondem a 19,56 por cento do OGE.

O orçamento revisto comporta despesas e receitas estimadas em 1 4.053.729.901.471 (Quatro triliões, cinquenta e três biliões, setecentos e vinte e nove milhões, novecentos e um mil, quatrocentos e setenta e um Kwanzas), o que representa um incremento de cerca de 1,147,5 mil milhões de Kwanzas em comparação ao projectado inicialmente, correspondendo a um aumento de 37,1 por cento.

De notar que o sector social absorve a maior fatia do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2010, tendo aumentado em 1,9 pontos percentuais, passando de 30,5 por cento das despesas por função no OGE inicial para 32,4 por cento no OGE/2010 revisto.

Enquanto isso, as despesas do sector económico cresceram 2,4 pontos percentuais, de 16,7 por cento para 19,1 por cento, os encargos financeiros caíram de 18,7 por cento para 13,8 por cento, o que representa uma queda de cinco pontos percentuais.

4.28 “Todos Devem Declarar o Que tem”

*Semanário Agora
14 e Agosto de 2010*

A CAPITAL – Há, no âmbito na Lei da Probidade Administrativa, a obrigatoriedade de cumprimento da declaração de bens pelos gestores públicos. Está, de facto, essa obrigação a ser cumprida por todos?

LINDO BERNARDO TITO (LBT) – Na verdade, a Lei da probidade pública no seu nº 2 do artigo 15º faz uma enumeração taxativa das entidades políticas e não só consideradas agentes públicos, a quem se repercute os efeitos desta lei. A exclusão das figuras mencionadas,

para mim, é uma contradição que afecta a unicidade da lei, já que eles exercem um mandato político, tal, como refere o nº I do artigo citado, por um lado, por exercerem poderes de administração do património público, a eles conferido por inerência das funções, cuja sua melhor administração é o que esta Lei, em parte, visa proteger. Se nos termos da Constituição essas pessoas podem ter responsabilidade pelos crimes de suborno, peculato e corrupção, me parece haver cobertura constitucional bastante, para ser constituído como sujeito da Lei da probidade pública. Na Democracia civilizada há maior responsabilização política dos titulares e presidentes dos órgãos de soberania, como garantes dos princípios que asseguram a realização plena e harmoniosa dos mais legítimos interesses gerais. Tenho defendido a transparência no exercício das funções públicas, mais ainda dos titulares dos órgãos de soberania, como suporte que garante confiança aos eleitores.

A CAPITAL – Acha que as excepções estabelecidas pela Lei, podem, de certa forma, retirar credibilidade a este processo?

LBT – Esta Lei tem apenas um alcance político de pretender dar a imagem ao país, de que a era do saque já, terminou vamos construir um país de leis e não de homens. Na verdade, não é isso que está acontecer na prática. Se não haver rigor, as velhas práticas, visivelmente, vão se manifestando, algumas vezes de forma clara, outras camufladas em comportamentos cosméticos. Entendo que Angola deve fazer um compromisso com o desenvolvimento e democracia, se de facto existir alguma vontade política para a construção de um Estado para todos, abstraído das práticas egocêntricas.

A CAPITAL – Dizia-se que até ao dia 29 de Julho, data em que a promulgação da Lei da Probidade fez 30 dias, todos os titulares de cargos públicos deviam declarar os seus bens, mas no dia D apareceu outra informação, segundo a qual a declaração de bens não tem data limite. Qual é o seu comentário a esse respeito?

LBT – O nº 5 do artigo 27 da Lei em causa, estabelece que os agentes públicos visados pela lei devem apresentar as suas declarações 30 dias após a tomada de posse ao superior hierárquico que exerce sobre o agente alguma direcção, superintendência ou tutela, e este, por sua vez, remete no prazo de oito dias ao Procurador-geral da República, que foi constituído nos termos desta Lei como fiel depositário. Na verdade, se nos atermos ao entendimento deste artigo, é inaplicável aos agentes públicos precedentes à Lei. Aliás, o princípio da aplicação da lei no tempo vem de algum modo ajudar as interpretações, que são avançadas quanto a aplicação desta Lei, aos sujeitos empossados antes. Sobre esta questão devemos olhar, em primeiro lugar,

pelas relações que foram constituídas ante os agentes públicos e o Estado, não nos factos em si, que deram origem à essa relação. Entendendo que se partirmos dos pressupostos de que o Estado angolano constituiu com vários agentes públicos uma relação de servidores dos seus interesses e o que se pretende é defender esses interesses, para o bem de todos os actores do Estado, é lógico que a Lei deve ser aplicada aos servidores do Estado visados, devendo assim declarar os seus bens no prazo de 30 dias. Não podemos ficar nos factos da tomada de posse, apesar de dar eficácia ao exercício das funções públicas.

Esta questão poderia ser resolvida pelo legislador, se colocasse nas disposições finais cláusulas sobre aplicação da Lei aos sujeitos anteriores à ela. Sempre reprovei esta prática, que de nada dignifica os operadores de direito que participam nestes processos de feitura das leis. Salvo opinião mais convincente entendo, modestamente, que o prazo de 30 dias devia ser respeitado.

A CAPITAL – Qual é o período do para uma determinada entidade t actualizar a sua declaração de bens?

LBT – A declaração de bens feita nos termos da presente lei deve ser actualizada a cada dois anos, como prevê o nº 2 do artigo 27º da lei em causa, ou seja, deverão a cada dois anos reajustar a sua declaração de bens as novas situações patrimoniais vantajosas, as que ampliam os bens ou aquelas circunstâncias que venham diminuir o seu património. Deixa-me sublinhar dois factos um negativo e outro positivo. O primeiro tem haver com a cláusula que considera as informações contidas nas declarações de bens como segredo de justiça. Não e de todo correcto, que não havendo nenhuma acção em curso contra um agente publico, as suas informações patrimoniais sejam consideradas como segredo de Justiça. Não e de todo correcto de não havendo nenhuma acção em curso contra um agente publico, mas as suas informações patrimoniais sejam consideradas como segredo de justiça. O Estado não deve criar leis, que atribuem, de modo especial, a um grupo de cidadão uma protecção contrária a realização de bem comum. Para as declarações de bens, deviam ser consultadas pelos os cidadãos. O facto positivo e da punição que a lei prevê para aquele que não declarar os seus bens. Espero que esta sanção seja aplicada para o bem geral.

A CAPITAL – Isso pode ser visto como um passo credível rumo ao combate à corrupção?

LBI – Esta lei vai ser como um persuasor dos sujeitos visados, mas não vai minimizar a corrupção em Angola. Esta lei revogou muitas leis que, sobre a matéria de combate à corrupção, poderiam ter emprestado um grande contributo, mas o que vimos, com muita mágoa, é a delapidação permanente do erário público, enrique-

cendo injustificadamente os gestores públicos. A corrupção passa pela adopção de medidas concertadas. Quero me referir à combinação de esforços no plano político, económico, da ética e moral. A acção política para o combate à corrupção não deve ser cosmética. No plano económico, seria imprescindível oferecer ao angolano melhores condições de vida, que passa pela atribuição de um salário justo, oferecimento de serviços públicos essenciais, em quantidade e qualidade. No campo da ética e moral, dever-se-ia trabalhar o homem em como moldá-lo para o respeito dos bens comuns.

A Capital – Os empresários, os políticos da oposição devem também declarar os seus bens ou estão isentos de fazê-lo?

LBI – Esta Lei não visa apenas os agentes públicos da maioria política partidária. Ela é uma Lei especial, sim, aplicada a todos os agentes públicos, independentemente da coloração política e partidária. Todos os membros dos partidos da oposição enquadrados no artigo 15º da Lei têm a obrigatoriedade de cumprir os seus ditames. Os empresários estão totalmente abstraídos desta Lei, não há lógica. Esta Lei é só para administração do Estado, em todas as suas acepções.

A CAPITAL – Na sua maneira de ver, haverá, eventualmente, honestidade em se declarar os bens que cada um possui?

LBI – Espero que haja, sob pena dos faltosos incorrerem numa sanção de falsas declarações. Neste capítulo, vigora o princípio da boa fé, pois, no direito, em princípio, todos os actos dos indivíduos são realizados com a mais justa vontade. Estará aqui imanente a presunção da boa fé, pois no direito em princípio, todos os actos dos indivíduos são realizados com mais justa vontade a presunção da boa fé de todos os agentes públicos que declaram os seus bens.

4.29 UNITA diz que OGE revisto mantém vícios do passado

O País

3 de Agosto de 2010

A persistência eivada de vícios, alinhada a insuficiências e desequilíbrios foi os factores que determinaram o sentido de voto da bancada parlamentar da UNITA, que se manifestou contrária à aprovação do Orçamento Geral do Estado 04010 revisto, lê-se na declaração de voto apresentada pela líder da bancada parlamentar daquela formação partidária, a deputada Alda A líder do maior partido na oposição diz entender que o OGE como principal instrumento da administração do Estado deve antes visar o desenvolvimento do capital humano por se apresentar como o recurso determinante para o desenvolvimento de qualquer sociedade.

“Constata-se, mais vez, uma incompreensível litoralização, por parte do Executivo, na determinação das despesas e na distribuição das receitas correspondentes”, disse a líder da bancada parlamentar da UNITA que, da análise feita ao OGE, conclui que 90 por cento deste se destina a esta faixa do território nacional, facto que decorre da ausência de um estudo de campo sobre a identificação real das hierarquias e necessidades do país. No entender da UNITA, a pobreza que grassa o país precisa de uma resposta urgente e premente que transcenda a simples articulação de números, salientando que “os angolanos precisam de mitigar a fome, água potável, habitação condigna, ensino de qualidade, saúde, quando estas tiverem em perfeita conformidade com o volume de riquezas que o país detém, dignificando desta forma a pessoa humana”

“A distribuição de verbas neste orçamento e a forma pouco clara e pouco segura de gestão, utilização, bem como a ausência de prestação de contas por parte de quem exerce essa gestão, são factores que indiciaram a nociva persistência de actos de corrupção e de desvios do erário público, não obstante a aprovação de leis cujo objecto é justamente o combate a este tipo de comportamento”, disse Alda Sachiambo.

O quadro poderia ser revertido caso houvesse manifesta vontade política para tal, assinala a líder da bancada parlamentar, que entende que infelizmente tarda chegar, apontando com prova desse facto o caso concreto dos relatórios-pareceres produzidos no parlamento apresentarem sempre uma carga de constatações de erro e imprecisões nos diferentes orçamentos.

O líder da bancada do Partido de Renovador Social, Sapalo António, cujo partido optou pela abstenção, considera que o OGE não reflecte a verdadeira necessidade do povo angolano, aliada à continua partidarização dos órgãos de comunicação social públicos e o impedimento da expansão de órgãos de comunicação privada.

Mais adiante, considera que o OGE revisto contém muitas imprecisões associadas ao tempo que resta para o fim do ano, por essas e outras razões, frisou, o seu partido “absteve-se de caucionar o documento”.

O ajuste do documento programático do Executivo à evolução da economia nacional e internacional, bem como melhorar e tomar mais eficiente o processo de gestão do erário público nos vários domínios da administração do Estado, foram as causas que ditaram a revisão do Orçamento.

5 GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Verbas para os municípios

Jornal de Angola

De 3 de Agosto de 2010

As administrações municipais vão passar a receber verbas anuais inscritas no Orçamento Geral do Estado (OGE), no quadro da aplicação do Programa de Desenvolvimento Integrado e de Combate à Pobreza.

Com essas verbas, as administrações municipais passam a ter maior margem de manobra, em termos financeiros, para irem resolvendo aqueles problemas que, pela sua dimensão, podem ser superados localmente, sem a intervenção de órgãos centrais do Estado.

As administrações municipais conhecem profundamente os problemas das populações, pelo que estão em condições de conceber as melhores soluções para os ultrapassar. Os municípios e comunas representam um “poder de proximidade” que se caracteriza por uma forte ligação entre os munícipes e a administração. Ninguém melhor do que os administradores, que vivem nas comunidades e sofrem os mesmos problemas, para compreender as necessidades e anseios das populações.

Dispondo as administrações municipais de verbas do OGE, estas podem, com maior celeridade, resolver os principais problemas das comunidades, sendo necessário que os fundos sejam geridos com elevado sentido de responsabilidade, para os programas serem realmente executados e beneficiarem todas as pessoas. A atribuição de verbas do OGE exige um esforço organizativo e de controlo financeiro que muitas administrações municipais ainda não têm. Por isso, é necessário dotá-las de quadros técnicos que garantam uma boa gestão dos dinheiros públicos, mas também “técnicos de serviço social que sejam capazes de definir as prioridades e detectar as principais carências.

Bornito de Sousa, ministro da Administração do Território, disse, a propósito das verbas que vão ser destinadas aos municípios, que “a ideia é criar um mecanismo sustentado e cíclico de estabelecimento do OGE de recursos para as administrações municipais, sem prejuízo da recolha de recursos próprios a nível local, de acordo com as condições de cada uma das províncias ou municípios”.

Os recursos financeiros do Orçamento Geral do Estado mais os que podem ser arrecadados pelos municípios, nos termos da Lei das Finanças Locais, vão criar um quadro propício a estimular o desenvolvimento das diferentes regiões do país, esperando-se que daqui a alguns anos

muitos problemas com que hoje nos confrontamos estejam definitivamente superados. Este movimento deve ter como objectivo principal corrigir as assimetrias entre o litoral e o interior e sobretudo fazer uma discriminação positiva às comunidades mais vulneráveis aos problemas próprios da interioridade. A desertificação humana justifica essas medidas discriminatórias em benefício de quem vive no mais completo isolamento.

E importante prestar especial atenção à formação dos técnicos das administrações municipais para que possam gerir com rigor e competência as verbas que vão estar sob sua responsabilidade.

Entre as competências de que devem estar dotados os gestores das administrações, avulta o necessário conhecimento do quadro jurídico-legal relativo à execução das verbas que lhes vão ser atribuídas pelo aGE e de outras que possam arrecadar, nos termos da Lei das Finanças Locais. Estas fontes de receitas, através de derramas, taxas ou mesmo impostos municipais só existem onde houver uma sólida organização do Estado e estiverem repostos e em pleno funcionamento os circuitos de produção e distribuição. Sabemos por experiência que em muitos municípios, alguns muito populosos, é impossível obter receitas simplesmente porque as populações estão limitadas à economia de subsistência.

As autoridades competentes podem também pensar em criar assessorias técnicas para ajudar as administrações municipais na gestão dos recursos financeiros, onde for necessário, para a execução dos diferentes programas orientados para o combate à pobreza e à promoção do desenvolvimento. Esta é uma forma de dotar os municípios do interior de técnicos especializados que de outra forma dificilmente vão conseguir recrutar. O problema mais complicado de resolver é esse mesmo, encontrar recursos humanos qualificados que sejam capazes de garantir o sucesso da descentralização e do reforço do “poder de proximidade”

Os poucos quadros técnicos que estão ao serviço da administração pública estão concentrados nos grandes centros urbanos onde fazem tanta falta como nos pequenos municípios. Mas partindo do princípio que alguns estejam disponíveis para reforçar os quadros técnicos das administrações municipais e comunais, é preciso antes garantir que todos têm condições mínimas nas cidades, vilas e comunas, sendo o aspecto mais importante a resolver, o da habitação.

E preciso assegurar uma boa gestão dos fundos destinados aos municípios, para que haja resultados efectivos e que se traduzam na melhoria da vida das nossas populações em qualquer parte do território nacional.

5.2 Pós-graduação em governação local começa em Luanda

Jornal de Angola

De 9 de Agosto de 2010

A Universidade Agostinho Neto inaugura hoje, em Luanda, o “Curso de pós-graduação e políticas públicas e governação local”, destinado aos graduados, licenciados ou equivalente em curso universitário reconhecido e válido.

A acção de formação, promovida pelo Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local da Faculdade de Direito daquela unidade orgânica da Universidade pública, tem a duração de oito meses em regime modular e conta com 35 alunos que preencheram as vagas mediante candidatura.

Os candidatos admitidos são profissionais que pretendem aprofundar seus estudos a nível de especialização, área de concentração Políticas e Gestão Pública, nas áreas de pesquisa em “Arranjos institucionais e políticas públicas” e “Estratégia de governação e desenvolvimento local”.

Para frequentar o curso, os candidatos pagaram dois mil dólares em taxa de inscrição e propinas. O processo de eleição dos candidatos incluiu entrevista, avaliação e classificação. As aulas serão ministradas nas instalações da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, no período nocturno.

A Faculdade de Direito promove, também, a partir do dia 22 deste mês, o primeiro “Curso de especialização em Administração e Gestão Pública” para dirigentes do nível central e local, directores nacionais, assessores, chefes de departamentos e de repartições, dirigentes e técnicos da Função Pública, dirigentes e técnicos da Administração central e local do Estado, docentes, pesquisadores, administradores, gestores e público em geral.

Este curso tem como objectivo promover competências e habilidades através de acções de formação em serviço aos profissionais e técnicos da administração central e local, promover capacidades de planeamento, gestão pública e liderança, bem como de acompanhamento e avaliação dos planos e programas de investimento público e de desenvolvimento local.

Outra orientação do curso está virada para desenvolver e fortalecer a capacidade de análise e desenho de programas e projectos de forma adequada e fornecer ferramentas e instrumentos de gestão e administração local decorrentes de um conjunto de normas legais recentemente aprovadas.

As inscrições para este curso terminam no próximo dia 15. Os candidatos devem ter diploma de curso superior, mas quem tiver o curso médio pode concorrer, desde que tenha experiência comprovada na área. A taxa de inscrição é de 1.700 dólares, ou equivalente em kwanzas. O curso compreende quatro módulos, com duração de uma semana ao longo de quatro meses, num total de 360 horas (presenciais e investigação).

5.3 Funcionários do município do Seles pedem abertura de agências bancárias

Jornal de Angola

De 10 de Agosto de 2010

Funcionários públicos do município do Seles, província do Kwanza-Sul, estão preocupados com a falta de agências bancárias na região, razão pela qual solicitam aos bancos comerciais a abertura de balcões na localidade, para facilitar as transacções fiandeiras.

Em declarações ontem à Angop, alguns funcionários afirmaram que a falta de agências bancárias na localidade está a criar muitos transtornos, pois para levantarem os seus salários têm que se deslocar para outros municípios. O professor João Paulino solicitou aos gestores dos bancos maior sensibilidade, no sentido de expandirem as suas actividades para o Seles, pois ajudariam também no surgimento de investimentos empresariais para o município.

Esclareceu que os funcionários para receberem os seus salários têm que se deslocar à cidade do Sumbe, onde permanecem dois ou três dias, faltando ao serviço. Maria Octávio, funcionária da secção municipal da saúde, disse que tem gasto muito dinheiro para se deslocar à cidade do Sumbe com o objectivo de levantar o salário.

Por esta razão, apelou aos gestores e accionistas dos bancos comerciais a direccionarem os seus investimentos (abertura de novos balcões) para o município do Seles.

O município do Seles, que dista 82 quilómetros da cidade do Sumbe, conta com uma população estimada em 100 mil habitantes.

A província do Kwanza-Sul conta com representações dos Bancos de Poupança e Crédito (BPC), Comércio e Indústria (BCI), Africano de Investimento (BAI), Sol, Millennium, Keve e BIC.

5.4 Calou-se a voz da verdade

Agora

De 14 de Agosto de 2010

O frei João Domingos, um dos mais conhecidos da igreja católica em Angola, morreu esta semana em Portugal, vítima de um ataque cardíaco, no mesmo dia em que completaria 77 anos.

O malogrado encontrava-se doente desde Abril último, tendo sido submetido a duas intervenções cirúrgicas, em Junho e Julho.

No país, o frei que levava já mais de 50 anos de vida sacerdotal, notabilizou-se pela sua intensiva intervenção na vida social, por meio das suas homilias, bem como pela sua participação em diversos sectores da sociedade, com destaque para a educação.

11 As qualidades do frei são conhecidas por muita gente, pois era um indivíduo apaixonado por Deus e com uma sede de verdade e de justiça superior e extraordinária, onde procurou viver para testemunhar, mesmo quando a sua palavra podia ser mal interpretada ou não aceite”, disse o padre Mário Rui.

Em 1988 assumiu a reitoria do Instituto de Ciências Religiosas de Angola, tendo sido fundador do Instituto Superior João Paulo II e do Centro Cultural Mosaico, onde foi reitor. Ainda em Setembro do mesmo ano dirigiu durante quatro anos, a paróquia Nossa Senhora do Carmo, em Luanda. A partir de 1992 deixou de ser pároco mas continuou a trabalhar como colaborador, ausentando-se entre Setembro de 1992 a Agosto de 1993, ano sabático, para formação em Jerusalém, em Israel.

Foi professor de deontologia no curso médio Educadores Sociais e Doutrina Social da Igreja e Direitos Humanos do curso de Educação Moral e Cívica e de Teologia Pastoral, no Seminário Maior de Luanda.

O missionário foi sepultado em Portugal, conforme o seu desejo.

De nome de registo Domingos Fernandes, nasceu a 9 de Agosto de 1933 na Serra da Estrela, aldeia da Torre, em Portugal. Iniciou os seus estudos bíblicos na paróquia de Sabugal, distrito da Guarda. Descendente de uma família da classe média, agricultores e pastores, cresceu com os valores do catolicismo.

O dominicano formou-se em filosofia e teologia, pela faculdade de teologia católica de Estrasburgo, França, e mestrado em teologia dogmática tirado na faculdade de teologia e do collegium philosophiae et teologia e dominicanum, de Ottawa, Canadá.

Trabalhou no Canadá, onde estudou durante um ano, e em França, tendo regressado a Portugal, onde foi nomeado director do Instituto de Teologia São Tomás de Aquino e começou a dar aulas de teologia na Universidade Católica de Lisboa.

Em 1998 foi agraciado com a comenda Ordem Mérito do Estado Português.

5.5 Políticos lamentam a morte de Frei João Domingos

Semanário Factual

De 14 a 21 de Agosto de 2010

O porta-voz da UNITA, Alcides Sakala, afirmou lamentar a morte do frei, frisando que foi “um homem que defendia as camadas mais desfavorecidas”.

O presidente do PDPANA considerou o frei João Domingos como sendo um verdadeiro defensor dos direitos humanos.

“O meu partido lamenta esta perda irreparável”, diz Sediangany Mbimbi.

O líder político da UND, Matumona João Pedro,

manifestou-se profundamente chocado com a morte do religioso.

“Foi um homem conselheiro, que sua alma descansa em paz”, referiu.

Frei João Domingos, que completaria Segunda-feira, 09, 77 anos de vida, encontrava-se doente desde Abril, altura que saiu de Angola para Portugal, em tratamento. De acordo com o vigário provincial dos frades dominicanos, frei Mário Rui, os restos mortais do padre João Domingos vão ser enterrados no seu país, de acordo com a vontade do próprio.

“Por sua vontade, o frei João Domingos será sepultado na terra em que morreu. Assim, os irmãos de Portugal, da província a que pertencia e onde trabalhou até aos 48 anos como dominicano, estão a preparar as exéquias”, explicou o frei Mário Rui.

Em Angola, o frei João Domingos, que levava já mais de 50 anos de vida sacerdotal, era bastante conhecido pela sua intensiva intervenção na vida social do país, por meio das suas homílias, bem como pela participação em diversos sectores, com destaque para a educação.

“Creio que as qualidades do frei João Domingos são muito conhecidas por muita gente. Um homem apaixonado por Deus e com uma sede de verdade e de justiça muito grande, que procurou viver e que procurou testemunhar, mesmo quando a sua palavra podia ser mal interpretada ou não aceite”, referiu o frei Mário Rui.

Frei João Domingos nasceu na aldeia da Torre e iniciou os seus estudos bíblicos na paróquia de Sabugal, distrito da Guarda.

Em 1988 assumiu, em Angola, a reitoria do Instituto de Ciências Religiosas de Angola, tendo sido um dos principais impulsionadores da criação do Instituto Superior João Paulo II, onde até agora era reitor. Ainda em Setembro de 1988 assumiu, durante quatro anos, a paróquia do Carmo, em Luanda.

O padre dominicano era formado em filosofia e teologia, pela Faculdade de Teologia católica de Strasbourg, França, e tinha o mestrado em Teologia Dogmática, tirado na Faculdade de Teologia e do Collegium Philosophiae et Teologia et Dominicanum, de Ottawa, Canadá.

Em 1998 foi agraciado com a comenda da Ordem Mérito do Estado português.

5.6 Muteka realça dialogo com poder tradicional

Jornal de Angola,

19 de Agosto de 2010

O governador do Huambo realçou, ontem, na Calenga, município da Caála, a importância de diálogo permanente entre o governo provincial e poder tradicional. Faustino Muteka, que falava na cerimónia de abertura

do segundo encontro das autoridades tradicionais da província do Huambo, afirmou que o diálogo permanente vai permitir que se coloquem, de forma clara, as preocupações que as comunidades enfrentam nas suas áreas de jurisdição e solucioná-las.

O encontro, referiu, pretende dar soluções às preocupações apresentadas pelas autoridades tradicionais da província, em Janeiro, na Calenga, no primeiro encontro provincial e nas recentes visitas aos municípios.

O governador recordou que nos encontros e visitas às localidades as autoridades tradicionais manifestaram preocupações quanto ao estado das vias de acesso, saúde, educação, agricultura, energia e água, bem como a preservação da paz e o atraso no pagamento dos subsídios dos sobas.

Participaram no encontro cem sobas grandes, além de três provenientes de localidades da província da Huíla, que fazem fronteira com o Huambo.

5.7 As “atípicas” da A Capital

Semanário Agora

21 de Agosto de 2010

O comunicado produzido pelos novos patrões deste semanário, para justificar a não ida às bancas da edição do passado dia 7, constitui desrespeito aos leitores, arduos e aos próprios profissionais da comunicação social, porquanto o seu conteúdo nada tem a ver com o que, realmente, se passou.

Alega o documento que, “uma conjugação de problemas, agravada por complicações de carácter técnico”, impediu que a última edição do semanário A Capital chegasse às mãos do público leitor, prometendo que tal situação “atípica” não voltará, de forma alguma, a repetir-se.

Como se não bastasse, os proprietários da Medivision, que detém o título, apresentam desculpas aos leitores, colaboradores, clientes e assinantes, como se estes estivessem alheios ao que na verdade ocorreu.

A realidade nua e crua é que os 3500 exemplares impressos na Lito Tipo foram queimados, falando-se na sobrevivência de alguns que terão sido surripiados, alegadamente por funcionários da gráfica.

A decisão terá sido tomada devido a uma matéria que, alegadamente, criticava os preços das casas a serem vendidas aos cidadãos de baixa renda, anunciados recentemente pelo PR.

Segundo apurou o AGORA, na primeira investida, os proprietários do título teriam se deslocado a Lito Tipo, tendo mandado parar a impressão para que fossem feitas alterações a uma chamada de capa que criticava a subida dos preços dos combustíveis.

Não satisfeito com o trabalho da redacção, o emprega-

dor decidiu deitar fogo ao produto final de uma semana de trabalho.

A administradora da empresa, Marcela Costa, não foi capaz de se pronunciar sobre os motivos que estiveram por detrás da incineração da edição.

O semanário foi, recentemente, adquirido pela Medivision Sa, sendo os profissionais orientados a abordar apenas matérias de índole social e a resguardarem a figura do Chefe de Estado e demais membros do Executivo.

Outra orientação consiste em não publicar os textos do escritor José Agualusa, tendo o mesmo ocorrido com Rafael Marques no semanário Angolense.

5.8 Dande fica no Bengo e Quissama em Luanda

O País

27 de Agosto de 2010

A o contrário do que se ventilou, o município do Dande, na extensa faixa litoral Sul do Bengo, já não entra no desenho geográfico da capital, como estava inicialmente previsto mas, em compensação, o território da capital do país viu -se alargado para a região da Quissama, também do Bengo, como a sua nova municipalidade.

Do mesmo modo, o Cazenga, que em princípio devia pertencer ao território da Luanda Metropolitana, deverá se manter como município, a julgar pela sua vasta extensão territorial e também pela grande avalanche populacional, que lhe dá, por enquanto, o estatuto de município mais populoso de Luanda, embora não haja estatísticas fiáveis que provem o contrário.

Ainda assim, de acordo com fontes que prestaram a informação a O PAÍS, o Cazenga manterá o estatuto de município, tendo em conta aos investimentos que estão a ser realizados pelo Executivo, nomeadamente a construção do Tribunal Municipal, a exemplo do que existe em Viana, Cacuaco e Ingombota.

Com a manutenção do Cazenga como município, a parte Metropolitana de Luanda, representada pelos territórios do casco urbano, deverá ficar apenas com a Maianga, Ingombota, Rangel, Kilamba Kiaxi, Sambizanga e Samba que, à luz da nova divisão administrativa, perderão os actuais estatutos de municipalidades.

Diante desse cenário, o novo quadro administrativo de Luanda terá como suporte” cinco municípios, contra os actuais nove e alinhados como território à Norte, o Cacuaco, a Noroeste o Cazenga, a Sul a Quissama, no Centro a Cidade Metropolitana e a Sudoeste Viana.

No entanto, a justificação encontrada para a permanência do município do Dande como parte integrante do Bengo assenta na necessidade de desenvolvimento da região, principalmente agora que as autoridades preten-

dem construir um porto de águas profundas. A passagem da Quissama para o território de Luanda, encontrou respaldo pelo facto de haver a necessidade de dotar a capital de pontos de interesse turístico, o que não existe desde então.

Quissama alberga no seu território o parque nacional com o mesmo nome, uma referência obrigatória do turismo angolano, o que: para já, poderá servir de fonte de angariamento de fundos para os cofres do Estado.

Assim sendo, Icolo e Bengo que congrega os territórios de Catete e toda a margem Sul do rio Kwanza, nomeadamente a Quissama, Muxima, Cabala, Mazozo, os Quilómetros 44 e 48 e Bom-Jesus (zona do novo aeroporto internacional de Luanda, só para citar, passam a pertencer à provincial de Luanda.

Discussões acaloradas

O desenho geográfico de Luanda elaborado à luz da nova divisão administrativa começa a ter já os traços definitivos com a aprovação do novo modelo por parte do Bureau Político do MPLA, estando agora o documento à espera da sua inserção na agenda do Conselho de Ministros, o órgão de consulta do titular do Executivo angolano.

Na semana passada, quando o assunto passou pelo edifício sede do MPLA, no Largo António Jacinto, em Luanda, foi alvo de acaloradas discussões, segundo fontes deste jornal.

A nova divisão administrativa de Luanda foi aprovada, mas alguns membros do Bp, fervorosos defensores da manutenção da geografia actual das duas províncias, não ficaram nada satisfeitos com a passagem do município de Icolo e Bengo para Luanda, mas aplaudiram o regresso do Dande ao território do Bengo.

Devido a alienação da região do Icolo e Bengo à nova geografia de Luanda, a ala contrária à desanexação dos territórios do Bengo, foi mais longe, tendo mesmo proposto a retirada do actual nome da província, o que entretanto não foi aceite, por motivos históricos e culturais.

A manutenção do nome da provincial do Bengo teve como suporte o facto de correr no seu território o rio Bengo, o principal marco, a fonte de inspiração do nome da região.

Assunto arrasta-se

Todavia, o que é ponto assente é que o assunto relacionado com a nova divisão administrativa de Luanda está em discussão permanente, tendo, no início do ano, já sido analisado pelo Bureau Político do MPLA e, mais tarde, tratado a nível do Conselho de Ministros.

Naquela altura, ao que tudo indica, não houve consensos, razão pela qual a sua análise voltou para a sede do partido maioritário e aprovado, após analisados os prós e contras, do ponto de vista político. Agora, foi novamente despachado para o Palácio Presidencial da Colina de São

José para a sua aprovação final, por parte do Executivo. No entanto, no passado mês de Março, o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Carlos Feijó, havia confirmado a discussão por parte do Conselho de Ministros do assunto relacionado com a nova divisão administrativa da capital.

Na ocasião, Carlos Feijó dissera que o problema de Luanda tinha de ser equacionado numa perspectiva de uma melhor organização administrativa, o que passava necessariamente “por repensar os limites da divisão administrativa “

De acordo com as justificações avançadas pelo Executivo, os limites da divisão administrativa de Luanda são um “problema cuja solução já foi encontrada e a breve trecho será comunicada”.

Carlos Feijó deu a conhecer que uma das preocupações do Presidente da República e do Executivo em geral tem a ver como tratar do problema de Luanda.

Para aquele membro do Executivo, o problema da capital tem sido equacionado de diversas formas, nomeadamente os seus limites geográficos e os aspectos técnicos ligados ao saneamento e a drenagem das águas pluviais.

5.9 A ambição de um Povo Determinado

Semanário Factual

21 a 28 de Agosto de 2010

A atenção do empresário angolano, Domingos Sebastião André, está virada exploração de manganês nos municípios do London gonjo e do Bailurido, e Bário na Caála.

O ferro e fosfatos ainda nos municípios do Bailundo e da Caála, caulino, nos municípios do Huambo, do Elruma e do Londuimbali, estão na lista deste empresário.

Os mais de 2.386.974 habitantes do Huambo estão determinados na procura final de bens e serviços.

“Há condições para a intensificação de culturas com base em pequenos regadios, destacando-se a produção e a comercialização da batata rena e doce, do feijão e de hortícolas com destino a outros mercados fora do Huambo”, fez saber o Governador Faustino Muteka.

O Engenheiro agrónomo, Sebastião Kamati João, quer que os habitantes do Huambo atinjam a auto-suficiência no domínio da produção de milho de feijão, batata, grão-de-bico e soja.

O economista António de Jesus Coimbra pensa na instalação de Indústria com pendor agro-industrial em funcionamento pleno.

“Continuamos a lutar para que haja funcionamento da rede de comunicação rural em todas em todas as locali-

dades e valorizar e divulgar amplamente as pontecionalidades turística da nossa província “, sustenta António Coimbra.

A superfície total cultivada no Huambo e estimada em 433.726,7 hectares Faustino Muteka.

O engenheiro agrónomo, Sebastião Kamati João, quer que os habitantes do Huambo atinjam a auto-suficiência no domínio da produção de milho, de feijão, batata, grão-de-bico e soja.

O economista António de Jesus Coimbra pensa na instalação de indústrias com pendor agro-industrial em funcionamento pleno.

“Continuamos a lutar para que haja funcionamento da rede de comunicação rural em todas as localidades e valorizar e divulgar amplamente as potencialidades turísticas da nossa província”, sustenta António Coimbra.

A superfície total cultivada no Huambo é estimada em 433.726,7 hectares. Com estas terras é que os naturais injectam no mercado os diversos produtos da terra.

“O interesse para a agricultura é maior. Espero que no futuro não hajam graves conflitos”, afirmou o agricultor Sebastião Tanguelka que sempre solicitou a ajuda do neto para lhe auxiliar na compreensão da Constituição e sobre a Lei de Terra.

A grande preocupação das autoridades tem a ver com o aumento de hospitais na província. Para uma população com mais 2.386.974 pessoas apenas existem onze hospitais, 50 centros de saúde e 88 postos de saúde, segundo as estatísticas do Governo local, existem perto 30 médicos angolanos e 31 estrangeiros, 3.915 outros técnicos de saúde de nível médio e básico, insuficientes para cobertura sanitária.

“O governo está preocupado, quer aumentar mais estruturas sanitárias na nossa província”, informou ao Pactual o enfermeiro Alberto de Jesus Paulo André.

O hospital principal do Huambo tem capacidade de internamento de 700 pacientes, contando com 899 trabalhadores, entre pessoal médico e administrativo.

Tem os serviços de medicina geral, cirurgia, ortopedia, pediatria, ginecologia, oftalmologia, otorinolaringologia, estomatologia, entre outros.

A unidade presta um atendimento humanizado a todos os utentes com pessoal qualificado e habilitado “em todas as equipas profissionais, com utilização de tecnologia moderna e logística actualizada para reduzir a mortalidade na região.

No hospital laboram médicos angolanos, cubanos, russos, vietnamitas, zambianos e egípcios.

Muitos projectos elaborados pelo governo foram já executados e outros esperam por financiamento.

Entre obras programa das destaca-se a construção de hospitais municipais e de residências para técnicos de saúde.

Energia é factor de desenvolvimento.

Para se tornar um verdadeiro pólo de desenvolvimento, o Huambo precisa de ter uma grande capacidade em termos de energia eléctrica.

A província é abastecida por grupos térmicos a rede de distribuição está já a ser recuperada.

A província tem uma capacidade instalada de 38.788 Kvas, estando disponíveis cerca de 10.177 Kvas, os quais são distribuídos à população.

Segundo o relatório do governo da província, em todos os municípios estão a ser resolvidos problemas na captação de água e na rede de distribuição, estando em curso a recuperação dos sistemas do Londuimbali, do Bailundo, do Catchiungo, de Chicala Choloanga e de Alto Hama. A maior parte dos municípios beneficia de água por sistema de gravidade.

Aprender, aprender, aprender sempre...

Huambo é uma terra de gente que aposta seriamente no sector da Educação. A província possui uma Faculdade de Ciências Agrárias, que comporta os cursos de Agronomia, de Medicina Veterinárias e de Ciências Medicas.

Muito recentemente abriram O Instituto Superior de Ciências e Tecnologia, a Faculdade de Economia e Direito e a Universidade José Eduardo dos Santos.

Existe uma detonação escolar com 999.340 crianças em idade escolar e com alguns problemas de albergar todos os menores em salas de aulas.

“Esta situação mudou substancialmente. Esta em curso a construção de centenas de salas de aulas em toda província “, anunciou uma fonte da direcção da Educação no Huambo.

A estrutura populacional que sustenta o Huambo

A população estimada é de 2.386.974 habitantes, sendo que o Bailundo tem 232.621, a Caála 198.492, o Catchiungo 153.152, o Chinjenje 22.992, a Chicala Choloanga 185.069, o Ekuma 121.838, o Huambo 1.176.849, Londuimbali 86.994, Longonjo 61.550, Mungo 100.426 e Ucuma 47.281.

5.10 Dande fica no Bengo e Quissama em Luanda

O País

De 27 de Agosto de 2010

A o contrário do que se ventilou, o município do Dande, na extensa faixa litoral Sul do Bengo, já não entra no desenho geográfico da capital, como estava inicialmente previsto mas, em compensação, o território da capital do país viu -se alargado para a região da Quissama, também do Bengo, como a sua nova municipalidade.

Do mesmo modo, o Cazenga, que em princípio devia pertencer ao território da Luanda Metropolitana, deverá

se manter como município, a julgar pela sua vasta extensão territorial e também pela grande avalanche populacional, que lhe dá, por enquanto, o estatuto de município mais populoso de Luanda, embora não haja estatísticas fiáveis que provem o contrário.

Ainda assim, de acordo com fontes que prestaram a informação a O PAÍS, o Cazenga manterá o estatuto de município, tendo em conta aos investimentos que estão a ser realizados pelo Executivo, nomeadamente a construção do Tribunal Municipal, a exemplo do que existe em Viana, Cacuaco e Ingombota.

Com a manutenção do Cazenga como município, a parte Metropolitana de Luanda, representada pelos territórios do casco urbano, deverá ficar apenas com a Maianga, Ingombota, Rangel, Kilamba Kiayi, Sambizanga e Samba que, à luz da nova divisão administrativa, perderão os actuais estatutos de municipalidades. Diante desse cenário, o novo quadro administrativo de Luanda terá como suporte” cinco municípios, contra os actuais nove e alinhados como território à Norte, o Cacuaco, a Noroeste o Cazenga, a Sul a Quissama, no Centro a Cidade Metropolitana e a Sudoeste Viana.

No entanto, a justificação encontrada para a permanência do município do Dande como parte integrante do Bengo assenta na necessidade de desenvolvimento da região, principalmente agora que as autoridades pretendem construir um porto de águas profundas.

A passagem da Quissama para o território de Luanda, encontrou respaldo pelo facto de haver a necessidade de dotar a capital de pontos de interesse turístico, o que não existe desde então.

Quissama alberga no seu território o parque nacional com o mesmo nome, uma referência obrigatória do turismo angolano, o que: para já, poderá servir de fonte de angariamento de fundos para os cofres do Estado.

Assim sendo, Icolo e Bengo que congrega os territórios de Catete e toda a margem Sul do rio Kwanza, nomeadamente a Quissama, Muxima, Cabala, Mazozo, os Quilómetros 44 e 48 e Bom-Jesus (zona do novo aeroporto internacional de Luanda, só para citar, passam a pertencer à provincial de Luanda.

Discussões acaloradas

O desenho geográfico de Luanda elaborado à luz da nova divisão administrativa começa a ter já os traços definitivos com a aprovação do novo modelo por parte do Bureau Político do MPLA, estando agora o documento à espera da sua inserção na agenda do Conselho de Ministros, o órgão de consulta do titular do Executivo angolano.

Na semana passada, quando o assunto passou pelo edifício sede do MPLA, no Largo António Jacinto, em Luanda, foi alvo de acaloradas discussões, segundo fontes deste jornal.

A nova divisão administrativa de Luanda foi aprovada, mas alguns membros do Bp, fervorosos defensores da

manutenção da geografia actual das duas províncias, não ficaram nada satisfeitos com a passagem do município de Icolo e Bengo para Luanda, mas aplaudiram o regresso do Dande ao território do Bengo.

Devido a alienação da região do Icolo e Bengo à nova geografia de Luanda, a ala contrária à desanexação dos territórios do Bengo, foi mais longe, tendo mesmo proposto a retirada do actual nome da província, o que entretanto não foi aceite, por motivos históricos e culturais.

A manutenção do nome da provincial do Bengo teve como suporte o facto de correr no seu território o rio Bengo, o principal marco, a fonte de inspiração do nome da região.

Assunto arrasta-se

Todavia, o que é ponto assente é que o assunto relacionado com a nova divisão administrativa de Luanda está em discussão permanente, tendo, no início do ano, já sido analisado pelo Bureau Político do MPLA e, mais tarde, tratado a nível do Conselho de Ministros.

Naquela altura, ao que tudo indica, não houve consensos, razão pela qual a sua análise voltou para a sede do partido maioritário e aprovado, após analisados os prós e contras, do ponto de vista político. Agora, foi novamente despachado para o Palácio Presidencial da Colina de São José para a sua aprovação final, por parte do Executivo.

No entanto, no passado mês de Março, o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Carlos Feijó, havia confirmado a discussão por parte do Conselho de Ministros do assunto relacionado com a nova divisão administrativa da capital.

Na ocasião, Carlos Feijó dissera que o problema de Luanda tinha de ser equacionado numa perspectiva de uma melhor organização administrativa, o que passava necessariamente “por repensar os limites da divisão administrativa “

De acordo com as justificações avançadas pelo Executivo, os limites da divisão administrativa de Luanda são um “problema cuja solução já foi encontrada e a breve trecho será comunicada”.

Carlos Feijó deu a conhecer que uma das preocupações do Presidente da República e do Executivo em geral tem a ver como tratar do problema de Luanda.

Para aquele membro do Executivo, o problema da capital tem sido equacionado de diversas formas, nomeadamente os seus limites geográficos e os aspectos técnicos ligados ao saneamento e a drenagem das águas pluviais.

5.11 Administradores têm planos para desenvolver os municípios

Jornal de Angola
27 de Agosto de 2010

Os administradores dos municípios da província do Uíge apresentaram, terça-feira, à equipa técnica dos serviços sociais da Presidência da República, os seus planos de desenvolvimento, que visam melhorar a prestação de serviços e as condições de vida das populações.

A equipa técnica, que integra a médica nutricionista Paulina Semedo e o sociólogo Simão Helena, recebeu informações dos dezasseis: administradores municipais sobre os projectos prioritários a serem implementados ainda este ano nos municípios.

Paulina Semedo disse que o encontro com os administradores, directores provinciais e chefes de secretaria das administrações municipais, visou sobretudo ajustar os orçamentos financeiros para cada município, de acordo com os seus Projectos de Investimentos Municipais (PIM).

“Os administradores já elaboraram os seus planos municipais integrados, que vão permitir melhorar a vida nos seus municípios e nós, através destes planos, vamos procurar acertar os orçamentos para cada actividade projectada para este ano”, explicou. Segundo Paulina Semedo, os municípios vão ser classificados em classes para se poder ajustar os orçamentos de acordo com os serviços essenciais e especiais que devem ser postos ao alcance dos munícipes.

“Os municípios das províncias são classificados como do tipo A e beneficiam de um orçamento diferente dos outros municípios do tipo B, tendo em conta os serviços essenciais e especiais a serem prestados à população”, referiu. Sociólogo Simão Helena disse que os programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza foram elaborados pelo executivo angolano com vista a dar resposta àquelas situações mais solicitadas pela população.

“As acções a serem desenvolvidas estão diagnosticadas e nós viemos ao local para, em conjunto com os administradores municipais, enumerarmos as que maior impacto social representam e adequarmos os orçamentos para a sua implementação”, disse.

5.12 Associação de defesa dos Direitos Humanos ignorados

O País
de 21 de Agosto de 2010

Uma extensa lista está a circular entre os membros do Governo angolano, na qual constam centenas de associações, registadas no Ministério da Justiça desde 1990 até 2009, e, estranhamente, na mesma, a que tivemos

acesso, não constam muitas das conhecidas organizações que se batem pela promoção e defesa dos Direitos Humanos como a Associação Justiça Paz e Democracia, Mãos Livres e Omunga, só para citar estas.

A lista em causa, que já está em mãos dos ministros do executivo angolano e que deverá ser apresentada em Conselho de Ministros, inclui diversas associações, muitas das quais conhecidas por defenderem posições convergentes com as do Governo como a Associação dos Jovens Provenientes da Zâmbia, a famosa AJAPRAZ, Associação de Antigos Guerrilheiros do MPLA (MGMPA) e, como não poderia faltar, o Movimento Nacional Espontâneo.

A elaboração da lista em causa, segundo fontes que acompanham o dossier no seio do Governo, visa conduzir a ilegalização de algumas das organizações que não constam da lista, particularmente aquelas se têm batido pelo respeito dos Direitos Humanos em Angola.

Importa realçar que a ilegalização de organizações da sociedade civil em Angola não é uma prática inédita, visto que, em Cabinda foi ilegalizada a “Mpalabandá”, que se destacou por clamar pela paz no referido enclave e por denunciar os atropelos aos direitos elementares naquela província de Angola. Ao mesmo tempo, a Associação Justiça Paz e Democracia (AJPD) enfrenta, até hoje, um longo processo judicial devido a acusação de que algumas passagens do seu estatuto são inconstitucionais. A organização refuta tal ponto e tem se batido para que possa manter os seus estatutos como acordaram os seus membros fundadores.

Em Benguela, a organização Omunga, conhecida por se bater ferrenhamente pelos direitos dos desalojados em todo país, foi várias vezes incomodada pelas autoridades benguelenses, que, em alguns casos, chegaram a questionar a legalidade da organização.

Nesta altura crescem também as reclamações de activistas pelos Direitos Humanos que lamentam os constrangimentos impostos ao seu trabalho. Em Cabinda, por exemplo, estão detidos quatro defensores dos Direitos Humanos que foram condenados por, alegadamente, terem cometido crimes contra a segurança do Estado ao abrigo de uma lei que permite a condenação, inclusive, por crimes não tipificados.

Ao olhar para o documento em causa, contudo, ressaltam algumas organizações que, ao longo dos anos, se destacaram pela defesa dos interesses dos cidadãos como a Acção para a Promoção Social dos Direitos Humanos (APSDH), Comité Interclesial para a Paz em Angola (COIEPA), Angola 2000 e Conferência Episcopal de Angola. Para além da lista de organizações registadas, foi elaborada outra onde constam as associações cujo processo de legalização está em tramitação, mas, mais uma vez, não constam as conhecidas organizações de defesa dos Direitos Humanos e das causas sociais. Entretanto, ao que sabemos, tanto a AJPD, a OMUNGA e a associação

Mãos Livres estão devidamente legalizadas, pelo que causa estranheza que esteja a circular um documento distribuído aos membros do Governo, detalhando as que estão registadas no Ministério da Justiça, em que as mesmas e outras que fazem o mesmo trabalho não constem.

Pela pertinência do assunto, contamos trazer mais detalhes sobre o caso em próximas edições.

5.13 Autarquias locais

Jornal de Angola

De 31 de Julho de 2010

O Executivo está a preparar um pacote legislativo para ser apresentado aos deputados e que visa instituir o Poder Local. Tudo está a ser feito com calma e ponderação para que no momento certo o processo arranque sem convulsões e de acordo com os interesses das comunidades. As autarquias locais são instrumentos políticos fundamentais para aprofundar o jogo democrático já que representam uma efectiva descentralização política.

Os eleitos locais sabem melhor do que ninguém quais são os problemas concretos de cada comunidade, seja uma simples comuna ou um grande município. Esta política de proximidade permite soluções mais eficazes e os custos mais baixos. Isto contraria a ideia feita de que a democracia é um sistema muito caro. Aparentemente é verdade. Mas os benefícios ultrapassam largamente os custos.

E certo que as eleições custam muito dinheiro e os eleitos locais têm de ser remunerados. Só alguns têm direito a um salário, mas todos são remunerados pelo menos com senhas de presença.

Para o país, instituir as autarquias locais não é um gasto, mas um investimento importante. Investimento na qualidade de vida, na melhoria dos serviços básicos, da saúde, da educação, das redes viárias locais. Feitas as contas finais, os benefícios directos da democracia na vida dos cidadãos ultrapassam largamente os investimentos.

A instituição do Poder Local Democrático é um segundo fôlego da Reconstrução Nacional. Depois das eleições autárquicas, as comunas e municípios vão beneficiar de redes técnicas que vão prestar serviços que até agora praticamente não existem. Porque o Poder Local tem uma componente política mas os eleitos vão ter de garantir aos eleitores condições mínimas de vida. As autarquias locais vão gerir as escolas do ensino básico, as estradas municipais, os mercados, a distribuição de água e energia, a recolha e tratamento de lixo, a rede de esgotos e o seu tratamento. Os grandes municípios precisam de criar uma rede municipal de transportes públicos. Veterinários, engenheiros agrónomos, engenheiros civis, professores e outros técnicos superiores ou médios

têm de integrar os quadros da Administração Local. E é esta rede técnica que vai fazer a diferença com o que hoje se passa. Mais do que a descentralização política, o Poder Local Democrático é uma oportunidade para fornecer aos cidadãos serviços básicos com qualidade e levar ao interior do país quadros técnicos que hoje não existem.

Angola nunca teve nada parecido, até porque na era colonial o Poder Local não existia e as estruturas existentes eram meras correias de transmissão do Poder Central. Mas as então câmaras municipais estavam dotadas de serviços técnicos mínimos que desapareceram aos poucos, à medida em que a guerra alastrou a vastas áreas do país.

Depois da paz houve um esforço sério para restaurar esses serviços mas a falta de técnicos não permitiu que se fosse tão longe quanto é necessário. Por isso, independente do “pacote legislativo” sobre o Poder Local Democrático, temos de começar já a fazer um levantamento das necessidades em recursos humanos.

As autarquias só fazem sentido se forem capazes de prestar serviços técnicos às comunidades e isso é impossível sem quadros. Este é seguramente o aspecto mais sensível do processo. O modelo seguido até agora foi privilegiar a vertente política. O resultado é francamente negativo, porque sem técnicos qualificados ninguém consegue garantir água e luz em casa das pessoas, ninguém pode conservar a rede viária e muito menos oferecer ensino básico às crianças em idade escolar. Isso nós sabemos pelo que temos vivido ao longo dos anos. E nem precisamos de ir para as comunas e municípios longínquos para sentirmos no nosso quotidiano a falta de técnicos que garantam as condições básicas de vida. Luanda é um bom exemplo. O que hoje esperamos dos políticos é que aprovelem na Assembleia Nacional um novo modelo de gestão municipal baseado na descentralização de serviços e suportadas por uma Lei das Finanças Locais que defina sem ambiguidades o que cada município deve receber de transferências do Orçamento Geral do Estado e que impostos pode cobrar para poder cumprir os seus compromissos com os eleitores. A única medida válida para os orçamentos é o número de eleitores em cada autarquia. Quem tem mais população recebe mais e tem direito a eleger mais autarcas e quem tem menos habitantes recebe o que lhe corresponde e eleger menor número de autarcas.

A descentralização implícita no Poder Local vai dar mais força à democracia e proporcionar mais e melhores serviços básicos às populações, sobretudo às do interior do país.

5.14 Calou-se a voz da justiça

Angolense

De 14 à 21 de Agosto de 2010

Segundo o vigário provincial dos frades desta ordem em Angola, Frei Mário Rui, em Abril lhe foi diagnosticado uma doença grave (a nível intestinal). O malogrado recebeu o tratamento na Clínica da Sagrada Esperança. Todavia, teve de ser evacuado para Portugal, onde foi internado onde revelava sinais de uma recuperação muito positiva. Frei Mário Rui explicou que “as noticiais eram animadoras”. Contudo, contrariando as expectativas, na última sexta-feira o frei João Domingos teve um acidente cardiovascular cerebral e acabou por falecer”.

Os restos mortais do frei João Domingos foram sepultados na quarta-feira, 11, em Portugal, sua terra natal. Em vida o frei pediu para ser enterrado onde morresse. Queria poupar esforços aos irmãos da congregação.

“Com este triste acontecimento pode-se dizer que calou-se para sempre a voz daquele que era considerado como um apóstolo da justiça e da paz que, enquanto viveu em Angola, nunca se cansou em intervir com seus discursos empolgantes que, numa determinada perspectiva, surgiam como convites à conversão dos angolanos”, sublinhou o frei Mário Rui.

De seu nome próprio Domingos Fernandes, adoptou o nome João Domingos depois de ser ordenado como padre dominicano. Antes de vir para Angola foi director e professor no seminário dominicano português, professor de filosofia no Centro de Estudos de Fátima e de Teologia na Universidade Católica de Lisboa. Chegou a Angola em 1982 a convite de Dom Zacarias Kamuenho, na época bispo do Sumbe, província do Kwanza Sul, para começar um trabalho ligado aos padres dominicanos em Angola. Mais tarde, foi convidado pelos bispos da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) para ser o Reitor do Instituto da Ciências Religiosas de Angola.

Frei João Domingos nasceu na aldeia da Torre, em Portugal, e iniciou os seus estudos bíblicos na paróquia de Sabugal, distrito da Guarda. Em 1988 assumiu, em Angola, a reitoria do Instituto de Ciências Religiosas de Angola, tendo sido um dos principais impulsionadores da criação do Instituto Superior João Paulo II, onde até agora era reitor. Ainda em Setembro de 1988 assumiu, durante quatro anos, a paróquia do Carmo, em Luanda.

O Padre dominicano era formado em Filosofia e Teologia, pela Faculdade de Teologia católica de Estrasburgo, França, e tinha o Mestrado em Teologia Dogmática tirado na Faculdade de Teologia e do Collegium Philosophiae et Teologiae e Dominicanum, de Otawa, Canadá.

Foi superior dos padres dominicanos em Angola, fundador do Instituto Superior João Paulo II e do Centro Cultural Mosaico. Exerceu ainda os cargos de reitor e docente de Doutrina Social da Igreja no Seminário Maior e no Instituto de Ciências Religiosas de Angola. Em 1998, foi

agraciado com a comenda da Ordem Mérito do Estado Português.

Conhecido pelas suas homilias de grande intervenção social e afabilidade dos gestos e docilidade na fala o frei João Domingos muito cedo conquistou o coração dos angolanos. Através dos seus ensinamentos manifestou-se sempre preocupado com o amor ao próximo, a fidelidade cristã das pessoas bem como a construção de uma Angola digna e para todos. “Creio que as qualidades do frei João Domingos são muito conhecidas por muita gente. Um homem apaixonado por Deus e com uma sede de verdade e de justiça muito grande, que procurou viver e que procurou testemunhar, mesmo quando a sua palavra podia ser mal interpretada ou não aceite”, referiu o frei Mário Rui, quando reagia a morte do frade dominicano.

5.15 Continua a luta sobre a secessão na Lunda Norte

Folha 8

De 31 de Julho de 2010

Justamente, o conflito degenera-se em Outubro de 2009, tendo na ocasião provocado a fuga do Rei Kulaxingo e sua Corte Luanda em pedido de socorro ao governo central. Na ocasião o F8 lançou em estampa, denunciando as escaramuças que ali se desenrolavam. Os sobas estiveram cinco dias acantonados nas instalações do Futungo de Belas. Depois de muito vai e vem em contactos com os governantes e alaridos na imprensa que veio a suscitar a intervenção do Presidente da República, constaram-nos que a senhora Joana Lina foi forçada a auscultar a delegação contra sua vontade. Nessa reunião, tomaram parte igualmente o Secretário das Relações Exteriores, senhor Vunda, o Vice Ministro da administração do Território, Marcial Domingos e o senhor Engenheiro Farias, ligadas as autoridades tradicionais, assim como o General Filá da Casa Militar. Da Lunda Norte deslocou-se uma delegação expressa, representada pela Vice-governadora, Maria da Conceição Kazuazua (que em consequência dos factos constatados, foi exonerada em Dezembro de 2009), o senhor Muacabalo do Gabinete Jurídico da Lunda-Norte, o Vice-administrador de Capenda Camulemba, Pedro Xakwenda, o senhor José Franco Samulolo de Xamuteba e Domingos Mufungueno do Cuango. Pelos vistos, a delegação governamental indigitada a gerir o conflito minimizou pura e simplesmente o foco de tensão e as consequências que adviriam, como precisavam do espaço que a Corte do Rei ocupava, destinado na altura a albergar os trabalhos da Conferência da OMA, a senhora Joana Lina, diligenciou junto do senhor engenheiro Farias, este por sua vez arranhou um autocarro que evacuou o grupo de volta. De acordo com declarações de Silva José Nelo, secretário para as comuni-

dades de Xamuteba, dos grupos se f1mlarn e agitados pelas autoridades locais, protagonizam lutas tribais e reunidas mais regiões de Capemba Camulemba, Kamuteba. Cuango-Kasseje e Namhinga. Alguns populares aparentemente z3ircnses e que faziam-se munir de mi. órclias de feitiçaria, foram capturados quando tentavam desencadear uma acção de subversão contra o Rei Kulaxingo. O cenário coloca de um lado os Malquistos (Kaxingis) tchokwés, apoiados por zairenses, agrupados em Xingue, Kaminungo, Luvale, Lunda, Kalogi, Kamatapa, Luba, que são coordenados pelo senhor Filipe, lota Malaquito, ligado ao partido PRS – Partido de Renovação Social, que se encontra detido na Cadeia de São Paulo, desde Fevereiro, por agitar em rebelião a população do Leste, cujo pretexto é separar as lundas do resto de Angola. Do outro lado os Bangalas e Kamundongos que se concentram nas povoações do Kari, Bassuko, Kaholo. Khoji, Bondo, Songo, maioritariamente do MPLA.

Surpreendentemente, no dia 17 de Maio. o governador provincial Ernesto Muangala, baixou orientações ao administrador municipal de Xamuteba. José Franco Samulolo, para construir 20 casas, um monumento, uma biblioteca e a residência de Sua Majestade da Baixa de Kassanje no bairro tradicional do Ngola onde estão as campas em (Txibinda). Contra todas as expectativas. -i de Junho. o administrador acompanhado do delegado do SI IFO e do comandaste municipal da polícia nacional, Júlio Ngola, deslocaram-se para dar um ultimato ao Rei, alegadamente por orientação do governo devendo este abandonar aquela área porque não pertence aos camundongos, sim aos tchokwés.

Há um momento dado, as coisas pareceram serenar, ma desde a realização da 3a Reunião da Administração Municipal, do dia 10 de Junho de 2010, em que foram deliberada decisões como: Evacuar o bairro do Muxinda e Xamiquelengue (comuna do Xinge), com o álibi de se construírem estradas alternativas para camiões. Para os povos bangala, isto é apenas um subterfúgio. Os populares residentes não acreditam e realçam que o objectivo real é acabar com a Baixa de Kassanje, onde reina Sua Majestade Dianhenga Aspirante Kambamba Inginga Kulaxingo, acusado de pertencer a linhagem dos reis Ngola Kiluange e Nginga Mbandi, e por esse povo não corroborar com os desígnios do movimento cio Malaquito de dividir o Leste de Angola como uma República e despejar os bangalas para o Ndongo que comporta as regiões de (Malange. K. Norte. Bengo e Luanda. “Se as duas sedes (Dundo e Capenda) ainda não estão construída, como é que querem destruir o bairro do povo que já existe desde 1950?”. Questiona. Mais argumentam que o governo está a trabalhar muito mal a sede do município de Capenda-Camulemba nunca foi reconstruída. só apenas reabilitaram a residência do administrador. No quadro do programa

das “um milhão de casas”, a Lunda Norte foi contemplada com a autorização de construção de 20 mil casas Recorda-se no entanto que a L. Norte comporta C) municípios, mas o governo apenas privilegiou os municípios do Lucapa, Chilato, Cambulo, Cuilo, maioritariamente tchokwés. Foram penalizados os município, de Camuteba que tem apenas;” de tchokwes. Cuango. Capenda Camulemba, Cahungula e Lubalo (Bangalas e Kamundongos). Dos 54 autocarros que foram cedidos para os transportes públicos, só 3 municípios que circundam o Dundo, designadamente Cambulo. Lucapa e Chitato, €; que beneficiaram. Desconhece-se o destino dos restantes. A alegação segundo a qual as estradas que ligam outros municípios estão impraticáveis, não cola porque e a título de exemplo, a estrada que liga Xamuteba está boa. Entretanto, a estrada do Cuango à Cafunfo, desde o desvio do Capenda Camulemba, está intransitável. Os carros não circulam. O governador quando se desloca à Cafunfo, usa um helicóptero, desembarca no Loremo e dali usa viaturas pertencentes aos candongueiros que circulam na área e que são recolhidas nas operações de kuata-kuata). Nem por isso, este pormenor de somenos importância basta para justificar a medida de privar outros municípios de autocarros.

Outrossim, em alturas de efemérides, os únicos grupos que apresentam as danças só são os Sassa e Tchokwes. Os Marimba, Kissanje, etc., não são considerados. Nesta embrulhada toda, o Soba Muxinda foi colocado sob domiciliação vigiada pelo homem do SINFO e Comandante da polícia, impedido assim de se deslocar a Luanda. Uma outra informação recolhida, dá conta que o dinheiro que se destina a pagar as autoridades tradicionais está desviado. A quando da deslocação da delegação do Rei Kulaxingo à Luanda, para os agradar apenas os sobas de Xamuteba receberam o respeitante aos 10 meses de salários em atraso considerando que a cada um cabe a quantia de 16 mil/mês. Quanto aos regedores, estes auferem 23 mil Kwanzas e receberam somente 45% do que lhes é devido. ou seja: cerca de 9 mil kwanzas. Em Dezembro ele 2009. as autoridades tradicionais de toda a Província receberam o 12º mês. Contudo mais ninguém faz referência aos meses em atraso.

Dada a periclitância das ocorrências. procuramos por todos O meios contactar o Governador provincial. mesmo pelo terminal telefónico (91540...) que nos foi cedido, não fomos bem sucedidas.

5.16 Ministro Bornito de Sousa nomeia novos responsáveis

Jornal de Angola

De 31 de Agosto de 2010

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, nomeou, ontem, Rui Carlos Alberto para o cargo de director nacional da Administração Local do Estado e Felisbela Belém Alves de Ceita, para o de directora nacional da Administração Autárquica.

No mesmo despacho foram nomeados José Correia da Rocha Caetano, Agostinho Miguel Lima e Laurinda Prazeres Monteiro Cardoso para os cargos de directores nacionais da Organização do Território, das Eleições e directora do Gabinete Jurídico.

Sara Domingos João Manuel Domingos foi nomeada para directora do Gabinete do Recursos Humanos, Alberto de Oliveira dos Reis Fançony para secretário-geral e Carlos Mendes Samba para director do Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística.

Bornito de Sousa nomeou ainda Lourenço Saturnino do Nascimento director do Gabinete de Intercâmbio, António da Costa Lopes Faria, director do Gabinete de Processamento de Dados, Domingas Nel Guilherme de Sousa Borges, directora do Gabinete do ministro.

Elisa Cata foi nomeada para exercer as funções de consultora do Gabinete do Ministro, Ambrósio Jonas Ferreira Narciso, consultor do Gabinete do Ministro, Edson Kipuco Carlos Afonso, director do Gabinete do vice-ministro para da Administração do Território para os Assuntos Institucionais e Eleitorais e Miguel Adão da Silva, director do vice-ministro das Reformas da Administração Local do Estado.

O ministro nomeou Augusto José para Inspector-Geral, António Francisco Jaime, para o cargo de Inspector-geral Adjunto para os Serviços Centrais, Aida de Fátima Rodrigues Pint9, inspectora-geral adjunta para os Órgãos da Administração Local e das Instituições do Poder Tradicional.

No mesmo diploma Ismael Mateus Sebastião foi nomeado director-geral do Instituto de Formação da Administração Local, João Manuel Bartolomeu Piedade, director geral adjunto do Instituto de Formação da Administração Local, Antunes Alberto Guanje, chefe do Centro de Documentação e Informação e Carlos de Jesus Paulo Baptista chefe de Departamento de Administração, gestão do Orçamento e Património da Secretaria-Geral.

5.17 Morreu Frei João Domingos um construtor da paz

Jornal de Angola

De 10 de Agosto de 2010

Frei João Domingos morreu, ontem, em Lisboa, aos 77 anos, vítima de doença, confirmou, ontem, em Luanda, ao Jornal de Angola, o pároco da Igreja do Carmo, António Estêvão.

De nome de registo Domingos Fernandes, o frei João Domingos morreu no mesmo dia em que completou o aniversário natalício.

Padre dominicano, João Domingos, nascido em 9 de Agosto de 1933, veio para Angola em 1982 e exerceu até à data da sua morte o cargo de reitor do Instituto Superior João Paulo 11, em Luanda.

Reagindo à morte de frei João Domingos, o pároco da Igreja do Carmo, padre António Estêvão, disse ao Jornal de Angola que “é o pai dos padres dominicanos em Angola”.

O frei João Domingos, segundo padre António Estêvão, encontrava-se desde Maio em Portugal por razões de saúde, onde chegou a ler submetido a duas intervenções cirúrgicas, em Junho e Julho.

O padre da igreja do Carmo disse que “quando frei João Domingos já estava a recuperar das intervenções cirúrgicas, há dois dias, teve um acidente vascular cerebral, que o levou à morte”.

O pároco do Carmo, local em que vivia frei João Domingos, visivelmente consternado, sublinhou que “o Domingos Fernandes; ou simplesmente frei João Domingos, era amigo dos jornalistas. Ele estava sempre disponível, porque dizia que os jornalistas multiplicam as nossas acções e a nossa mensagem social e religiosa é ouvida e lida por mais gente por intermédio dos jornalistas”, lembrou o padre.

Num rasgado elogio à figura de frei João Domingos, o pároco da Igreja do Carmo disse, à guisa de exemplo, que ele deixou de celebrar uma missa para dar uma entrevista a um jornalista e, no seu lugar, foi o próprio António Estêvão quem celebrou o culto religioso.

O padre António Estêvão, que não conseguiu conter as lágrimas na conversa com a repórter do Jornal de Angola, contou que frei João Domingos chegou a Angola em 1982 a convite de D. Zacarias Kamuenho, à época bispo do Sumbe, província do Kwanza-Sul, para começar um trabalho ligado aos padres dominicanos em Angola.

Mais tarde, frei João Domingos foi convidado, pelos bispos da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) para ser o reitor do Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA).

Frei João Domingos nasceu na Serra das Estrelas, em Portugal, obteve a sua licenciatura em Teologia, em França e um mestrado na mesma área no Canadá.

Foi superior dos padres dominicanos em Angola

e o primeiro pároco da paróquia do Carmo, em Luanda. Frei João Domingos fundou o Instituto Superior João Paulo II e é fundador do Centro Cultural Mosaico. Na noite de ontem, em sua memória, fiéis católicos celebraram uma missa na Paróquia do Carmo. Segundo o pároco António Estêvão, os restos mortais do frei João Domingos, que teve 53 anos de sacerdócio, vão ser sepultados às dez horas de amanhã, em Portugal, sua terra natal.

“Frei João Domingos pediu que fosse sepultado onde morresse para não dar trabalho aos irmãos da congregação”. Domingos Fernandes adoptou o nome João Domingos depois de receber a ordem dos padres dominicanos.

Antes de vir para Angola, frei João Domingos foi director e professor no Seminário Dominicano português, professor de Filosofia no Centro de Estudos de Fátima e de Teologia na Universidade Católica de Lisboa.

Em Angola, exerceu os cargos de reitor e docente de Doutrina Social da Igreja no Seminário Maior e no Instituto de Ciências Religiosas de Angola.

Foi ainda professor de Deontologia no curso médio de Educadores Sociais e Doutrina Social da Igreja e Direitos Humanos, no Seminário Maior de Luanda, e do curso de Educação Moral e Cívica e de Teologia Pastoral, no Seminário Maior de Luanda.

Em 1998, foi agraciado com a comenda da Ordem Mérito do Estado Português.

Reacções de políticos

O secretário para a informação do MPLA, Rui Falcão, considerou, em declarações ao Jornal de Angola, que Frei João Domingos “era um sacerdote da Igreja Católica que esteve profundamente ligado aos problemas sociais e políticos do país”.

Rui Falcão acrescentou que frei João Domingos “era um homem culto, inteligente, participativo e que dedicou parte da sua vida contribuindo para a melhoria das condições do povo angolano, principalmente dos fiéis católicos”.

O deputado da UNITA Jaka Jamba, afirmou que frei João Domingos “foi uma figura destacada na defesa dos valores morais e espirituais”. Em termos de intervenção, Jaka Jamba disse que o sacerdote defendia a dimensão integral da pessoa humana.

“Frei João Domingos desempenhou um papel importante no âmbito da formação integral da juventude angolana”, afirmou o deputado da UNITA.

Justino Pinto de Andrade afirmou que “o país perdeu uma referência moral e ética por ter desaparecido um homem bom que dedicou todo o seu esforço ao serviço dos outros, sobretudo aos mais desprotegidos”.

O docente universitário referiu que frei João Domingos era um homem que, nas suas intervenções, foi sempre ouvido com muito carinho e atenção.

“Foi um homem de uma grande nobreza e um verdadeiro amante da paz”, acentuou o analista político Justino Pinto de Andrade, considerando-o “a figura mais extraordinária que o país teve”.

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Flagelados pela má gestão da coisa comunitária

Semanario Angolense

De 31 de Julho à 07 de Agosto de 2010

Aprendemos desde muito novos que existem diversos tipos de águas, desde as salobras às inquinadas, passando pela potável. O do Tanque da minha vizinha cheira bastante lixívia. Preço: 70 Kz a banheira de 40 litros e 50 Kz o bidon amarelo de 25 litros. O que é melhor para a saúde de todos consumidores habituais. Entre nós, percorrendo Luanda de lês a lês, ou seja de A à Z, a água potável é para uma minoria privilegiada (?) O “Programa água para todos” é ainda uma miragem ou pura demagogia”. Mais de 80% dos angolanos não tem acesso ao precioso líquido, em bom estado para consumo humano – diz o UNICEF, credenciada agência da ONU vocacionada à assistência social e humanitária às Crianças, as mais atingidas pela sede e a desnutrição. Os kaluandas devem estar na frente da estatística, sendo 1/3 da população total do país. As cisternas continuam a abastecer a periferia como o Capalanca em Viana, com todos os riscos atinentes para a saúde das populações.

B – Bebedeiras industriais: é que muitos dos jovens hoje consome, sem olhar para o futuro. As maratonas alcoólicas sucedem-se em catadupa, fazendo parte hoje do costume. É só verem a exibirem com garrafas de cerveja e beberem desalmadamente. As famosas “reves” e contribuições são um dos pontos principais da sua promoção, a par da irresponsável publicidade na Tv, na contra mão da anunciada proibição da sua simples compra por menores, que nada resolve à partida. Não se mandam crianças às compras diz-se em surdina, no baralho de cartas do jogo da batota que estão os com ela, que uns poucos têm tudo e os outros, a maioria silenciosa não têm nada. É “runhar”, como diriam “nuestros hermanos”, em tempo de crise no Grupo Tático no Moxico.

Capital – A cidade parece ter mudado para melhor, mas só aparentemente. Também é o título de um semanário que se reporta à cidade. Haja em vista saudar a sua quinada editorial a favor dos mais despossuídos do subúrbio.

D – O delito é o que mais abunda e cada vez mais refinado e dos diversos feitios. Os delinquentes também. Crescem como cogumelos no tempo da chuva. Produtos do sub-emprego e desemprego que grassa na cidade capital, para aonde acorrem cada vez mais os jovens migrantes, vindos de Benguela, do resto do litoral, do

centro e mesmo do interior profundo, em busca da sonhada metrópole e do fascínio da capital; Desemprego São esses Jovens que engrossam a lista numerosa do”s desempregados, apara além dos desmobilizados de guerra que carecem de reintegração social na esfera produtiva do país. Os programas gizados, a propósito, parece não terem vingado, apesar da abundante sustentação teórica, como a que era estampada na falecida revista “Magazine do Desmobilizado, que um cidadão menos visado tratou de enterrar com missa do 7º dia e respectivo kombaritokué à mistura.

E – Espaços verdes precisam-se! Os jovens casais (e mesmo velhos) têm cada vez mais dificuldades em encontrar espaços verdes para namorarem, trocaram carícias e beijinhos, ao sabor do chilreio dos pássaros, como os pardais, rabos de junco, celeste, catetes e viuvinhas que fizeram a nossa meninice; pássaros fugidos da cidade à medida que avança a urbanização sobre o areal. O verde vai sendo substituído cada vez mais pela virulência da uma autêntica selva de cimento armado e poeira irritante, à boa moda de uma pretensa megalópole qualquer; e em matéria de emprego estamos conversados. Tudo é quase ruim na função pública. O dinheiro do salário

6.2 Bengo passa a dispor de casas de função

Jornal de Angola

De 3 de Agosto de 2010

Um convénio para a gestão de 40 “Casas de função”, das quais 24 de tipologia T-3 e 16 T2, foi assinado, no final da semana passada, durante a inauguração dos Serviços Integrados de Atendimento ao Cidadão pelo ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Pitra Neto, e o governador provincial do Bengo, João Miranda.

Estas “Casas de função” destinam-se a funcionários públicos que estão a cumprir comissão de serviço, finda a qual devem abandoná-las para que sejam habitadas pelos seus sucessores.

Segundo o acordo, compete ao MAPESS a responsabilidade de zelar pela segurança e higiene das residências e ao governo provincial a gestão das mesmas.

As 40 residências estão localizadas na área do Sassa Povoação e equipadas com um posto de transformação de energia eléctrica e um gerador de 3000 K va.

Entretanto, o ministro Pitra Neto aproveitou a ocasião para proceder ao lançamento do Manuel de Serviços do SIAC, uma publicação que retrata as várias fase dos serviços inseridos no Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão.

Postos de trabalho registaram aumento

A província do Bengo conheceu um aumento de 2.426 trabalhadores em relação ao ano de 1988, quando disponha de uma força de trabalho que rondava em 25 mil trabalhadores, com a existência, na altura, das antigas fazendas de açúcar e café.

Actualmente, o sector da construção civil é aquele que absorve mais mão-de-obra, com 5.519 trabalhadores, seguido dos sectores das indústrias transformadores e extractiva, com 5.112 e 4.312 respectivamente.

E de realçar o crescimento da capacidade formativa da província, com a implementação do Programa Nacional de Artes e Ofícios que veio dar uma nova esperança de vida à juventude, que vê neles uma boa solução para ingressar no mercado de trabalho. Desde 2008 e até ao primeiro trimestre de 2010, foram formados 2.222 jovens nas mais variadas especialidades.

6.3 Famílias de baixa renda com habitação gratuita

Semanario Independente

De 7 de Agosto de 2010

O Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, apresentou esta semana uma casa com uma área mínima construída de 100 metros quadrados, numa urbanização minimalmente aceitável, que pode ser adquirida por uma família angolana ao preço de 60 mil dólares, no quadro do Programa Nacional de Habitação Social.

José Eduardo dos Santos “corrigiu” esta semana a polémica que se levantou, há poucos meses, sobre os preços exorbitantes praticados para aquisição de casas idealizadas para a juventude em todo o país, um projecto apadrinhado pelo Executivo, através do Ministério da Juventude e Desportos. As habitações custavam cerca de 170 mil dólares e a jóia de entrada era de cerca de 17 mil dólares. Os preços provocaram uma onda de protesto nos órgãos de comunicação social, por não estarem ao alcance dos jovens.

Quinta-feira última, o Chefe do Executivo anunciou algo mais abrangente – habitações sociais para famílias, mas à metade do preço do projecto “Angola Jovem”. Finalmente, famílias angolanas vão ter acesso às casas sociais que podem custar até 60 mil dólares, o equivalente em Kwanzas. As habitações começam a ser edificadas em todo o país, em breve, no quadro do Programa Nacional de Habitação Social.

Como nem todos são obrigados a viver em regime comum, com o mesmo tipo de casa e até de electrodomésticos, quem quiser uma moradia para cidadãos de média ou alta renda, deverá recorrer ao mercado imobiliário, através da concorrência, segundo o Presidente da República.

Numa intervenção curta e incisiva, quando procedia à abertura do encontro com ministros de Estado, ministros e governadores de todas as províncias para analisar

o Programa Nacional de Habitação Social, José Eduardo dos Santos disse que no domínio da habitação já não serão mais anunciados projectos, porque o momento agora é para “execução e controlo”. O Presidente da República afirmou que para isso “já temos recursos financeiros necessários, quer os de fontes próprias quer os de financiamentos externos”.

As parcerias já estão constituídas e envolvem os sectores públicos e privado. Auto-construção dirigida tem igualmente o seu plano assegurado no projecto, tendo em vista o êxito do programa, segundo garantia do Chefe do Executivo.

José Eduardo dos Santos deu a cara pelos atrasos que se registaram no plano habitacional nacional, segundo ele “por razões alheias à nossa vontade”, mas renovou o compromisso do Executivo de “criar as condições para que as famílias angolanas possam realizar o sonho de ter casa própria e habitação condigna”.

Doravante, garante o Presidente da República, a apreciação que o Executivo fizer ao Programa Nacional de Habitação já não vai para estudos, projectos preliminares ou de reservas fundiárias e intenções, mas sim para mecanismos de execução e controlo. Na reunião de quinta-feira, a comissão analisou os planos urbanísticos, os terrenos para construção e a tipologia e a qualidade das casas económicas, cuja construção vai ser feita em todas as províncias.

Carlos Feijó mais “pesado”

Aos poderes de “super” ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, de Carlos Feijó, foi acrescido mais um, e não menos problemático – o de execução e controlo da comissão para a construção das habitações sociais para famílias angolana.

O “homem do Presidente” é o sucessor imediato do PR na comissão técnica integrada igualmente pelo seu “homólogo” da Casa Militar, Hélder Vieira Dias “Kopelipa”, pelo ministro da Construção e por outras entidades.

Os governadores provinciais têm um papel relevante no acompanhamento e controlo da execução do Plano de Habitação Social, na respectiva província.

A comissão iniciou a fase de execução e controlo do plano habitacional nacional, encerrando o capítulo do estudo, discussão e aprovação.

A comissão deve agora esclarecer quando ficam prontas as casas e quais as modalidades para concorrer às mesmas, uma vez que faltam apenas dois anos para se materializar a promessa de um milhão de fogos habitacionais até ao fim do mandato do partido do Governo. Carlos Feijó tem uma pilha de “dossieres” nas mãos, em função da aprovação da Constituição da República, cuja concepção tem os seus dados bio métricos. Ele iniciou um processo normativo de conformação de leis infra constitucionais à “Lei Magna” e o caminho já vai longo até concluir o edifício legislativo.

Como se não bastasse, Carlos Feijó tem agora mais uma tarefa sobre os ombros, que constitui a maior preocupação dos nacionais deste país ter casa própria condigna. Até aonde vai este homem com tanta “sobrecarga”? Daqui a pouco, de tanto “processo” em mãos, o homem pode ter mais assessores que o Presidente da República.

6.4 Um milhão de casas condigna

Semanario Independente
De 7 de Agosto de 2010

Embora seja um direito consagrado na Constituição, o direito a “habitação condigna” foi sempre uma espécie de “tabú” para as autoridades nacionais e uma miragem para o pacato cidadão. Não foi por mero acaso que o tema acabou por ser um dos pontos fortes do programa eleitoral do MPLA nas legislativas de 2008, em que os “camaradas” lograram uma esmagadora vitória sobre os seus opositores.

Não queremos com isso dizer que os mais de 81 por cento dos votos resultaram da promessa de construir um milhão de casas até 2012. Não. O que queremos sublinhar é que se trata de um assunto a que a grande maioria dos angolanos é incapaz de ficar indiferente, e que terá sido bem escolhido pelos estrategos da campanha eleitoral dos “camaradas” em 2008.

Ao assumir o compromisso de aproximar a oferta à procura no mercado imobiliário, as autoridades angolanas mostraram-se dispostas não apenas em resolver um “problema do povo”, mas acima de tudo mostraram-se dispostas em abordar com coragem e determinação a questão da habitação. É verdade que a casa própria é um desiderato universal. É comum ver-se nos comerciais de projectos imobiliários casais felizes desfrutando da casa de sonho. Nada mais que um cliché que pouco ou nada diz à esmagadora maioria dos angolanos que, invariavelmente, por razões perfeitamente atendíveis, olha sem reparar nos conteúdos desses spots.

Mas a culpa de as mensagens dos spots sobre a realização do sonho da casa própria entrarem por um ouvido e saírem por outro não é do povo, muito menos de quem produz o anúncio publicitário. É rui o risco de sofrer uma decepção é tão forte que deixa qualquer um sem hipóteses de se rever naqueles casais perfeitos que desfrutam do bem-estar e conforto da casa própria.

Mas ao que tudo indica, o quadro tende a alterar -se. O Presidente da República reuniu, quinta-feira, a Comissão Nacional de Habitação no Palácio da Cidade Alta, e no discurso de abertura utilizou a expressão “casa condigna” em vez de “casa própria”, que, como já referimos, embora seja um desejo de todos, nada diz à maioria dos angolanos. Se atendermos à intencionalidade das palavras do chefe de Estado, podemos arriscar em afirmar que JES deu o “tiro da largada” para que o projecto de construção de

um milhão de casas saia do papel. Prova disso é a afirmação de que “há dinheiro para o programa”, e a criação da comissão de supervisão que, segundo o Presidente, não estará mais para estudos e “bla, blá, blá”, mas sim para supervisionar o Plano Nacional de Habitação em acção. Resta saber como chegar a essas casas, se os bancos continuam insensíveis aos clamores dos cidadãos e à vontade política do Executivo.

A ver vamos!

6.5 Breve Solução lança condomínio Nosso Lar

Jornal Expansão
De 13 de Agosto de 2010

A empresa Brev Soluções, ligada à imobiliária Build Brasil, investiu 200 milhões USD na construção de um projecto de 3 mil casas, na zona de Benfica, a sul de Luanda

Com lançamento previsto para próximo dia 23 do corrente, as entregas das primeiras mil casas do projecto deverão começar nos próximos 14 meses, segundo revelou ao Expansão o director da empresa, Fernando Montenegro.

Para o acto de lançamento do condomínio Nosso Lar estarão em promoção as primeiras 100 casas, mas a direcção da empresa não revelou a percentagem de desconto sobre a tabela de preços, estando reservada para o dia 23. Contudo, para o êxito da empreitada, segundo Montenegro, cerca de 2 mil técnicos vão lançar mão à massa, diariamente, e a fiscalização será efectuada por duas empresas especialistas na matéria, de modo a evitar-se atrasos. E os futuros proprietários poderão constatar o ritmo de execução dos trabalhos sempre que quiserem. “Não queremos apenas fazer publicidade do projecto e falhar na execução. Estamos, acima de tudo, preocupados com a entrega dos imóveis dentro dos prazos. E mais um grande desafio, mas temos capacidade para entregar as primeiras casas dentro de um ano”, disse.

Por outro lado, apesar de não ter avançado detalhes, Fernando Montenegro anunciou que a BB está a desenvolver um projecto que vai torná-la no maior anunciante do mercado nacional.

Características do projecto Montenegro indicou que o Nosso Lar é o primeiro projecto nacional concebido em 100% à base de alvenaria, com padrão segundo o modo de vida dos angolanos, nomeadamente salas amplas, quartos e cozinha entre 12 e 20 m². O espaço do quintal permite incremento de mfra-estruturas anexas, no caso de quartos e piscina, a contar com os 390 m² de área total da casa, com um muro de até 2 metros de altura para a divisão entre quintais.

O gestor avançou que uma empresa estará encarregada de fazer a gestão do condomínio, dando garantias de segurança, fornecimento de energia e de água, estas últi-

mas a partir da rede normal de distribuição mas com infra-estruturas internas que asseguram o seu funcionamento. Fernando Montenegro garante ainda que o projecto será um exemplo na economia de recursos, com estruturas básicas de energia e de água, já que, hoje, segundo estudo de mercado realizado pela empresa, se constata que a maior parte da população da capital recorre a geradores e a electrobombas para colmatar as necessidades em causa

6.6 A Capital em chama

Agora

De 14 de Agosto de 2010

Segundo apurou o AGORA, na primeira investida, os proprietários do título teriam se deslocado a Lito Tipo, gráfica que imprime o jornal, tendo mandado parar a impressão para que fossem feitas alterações a uma chamada de capa que criticava a subida dos preços dos combustíveis.

Não satisfeito com o trabalho da redacção o empregador decidiu deitar fogo aos três mil e 500 exemplares que deveriam ir à rua no sábado passado, deitando a baixo todo o esforço feito pelos profissionais do semanário.

Marcela Costa, administradora do jornal, disse desconhecer as razões que estariam na base da sua queima, prometendo pronunciar-se sobre o assunto, o que não passou disso mesmo.

A Capital foi, recentemente, comprado pela Medivision Sa, sendo, os profissionais orientados a abordar apenas matérias de índole social e a resguardarem a figura do Chefe de Estado e demais membros do Executivo.

Outra orientação consiste em não publicar os textos do escritor Agualusa, tendo o mesmo ocorrido com Rafael Marques no Semanário Angolense.

Os novos caminhos em que trilha o jornal estão a ditar o seu descrédito junto dos ardinas e dos leitores.

6.7 Governo do Kwanza-Norte avalia o plano habitacional

Jornal de Angola

De 15 de Agosto de 2010

O Executivo da província do Kwanza-Norte avaliou, na quarta-feira, a planificação do Orçamento Geral do Estado e a situação do programa Habitacional, numa reunião presidida pelo governador Henrique André Júnior.

No encontro, os membros analisaram os diplomas sobre urbanização e funcionamento dos órgãos da administração local do Estado e o decreto presidencial que aprova o regulamento do processo de execução e acompanha-

mento do programa de investimento público.

Os membros falaram ainda do decreto que estabelece o regime de financiamento das acções dos governos provinciais e das administrações municipais e outro documento sobre a execução do Orçamento Geral Estado.

O governador Henrique André Júnior explicou que a Lei do Orçamento Geral do Estado determina que as propostas devem ser discutidas entre o titular do órgão e o poder executivo até ao dia 15 de Setembro, para poderem entrar no orçamento do próximo ano.

Na província do Kwanza-Norte, disse o governador, as propostas preliminares elaboradas pelas unidades orçamentais e órgãos competentes ou dependentes devem estar consolidadas nos mais curto espaço de tempo.

Na reunião, os membros debateram igualmente questões ligadas às despesas correntes, necessárias para a manutenção dos serviços, os valores destinados à formação ou aquisição de activos permanentes.

Henrique Júnior disse ser da responsabilidade dos administradores municipais e directores provinciais, o cumprimento rigoroso do decreto presidencial que aprova o regulamento do processo de preparação, execução e acompanhamento do Programa de Investimento Público. Henrique Júnior acrescentou que os administradores e directores devem garantir um acompanhamento mais rigoroso dos investimentos públicos.

6.8 Projecto habitacional tem dezenas de lotes

Jornal de Angola

De 15 de Agosto de 2010

O projecto habitacional para a juventude na província do Bié tem disponíveis 200 parcelas de terreno para a auto-contrução dirigida, informou o director provincial da Juventude e Desportos, Carlos Ulombe da Silva.

No bairro decorrem os trabalhos de urbanização. O responsável pela juventude na província informou que à medida que os terrenos vão sendo loteados e urbanizados são também distribuídos aos beneficiários para procederem à construção das habitações. Os trabalhos de preparação dos terrenos são realizados pela Administração Municipal e pela direcção da Urbanização.

Carlos da Silva anunciou que em breve são retomados os trabalhos para conclusão das 30 primeiras casas do bairro social do Cuito, paralisadas há dois anos. João Milton Sapalo, um jovem que espera a atribuição do terreno, pede mais agilidade na execução dos projectos. Enquanto isso, o sector de energia na província do Bié necessita de 22 mega watts para melhorar o fornecimento de electricidade na cidade do Cuito, alertou ontem o director provincial, Abel Guerra.

O responsável disse à Angop que fornecimento de energia eléctrica ao Cuito está reduzido a metade, devido a uma

avaria em dois grupos geradores dos quatro existentes. Abel Guerra salientou que a população da província tem crescido consideravelmente nos últimos anos, o que se reflectiu no natural aumento do consumo de energia eléctrica, sendo por isso necessário apostar no investimento de novas infra-estruturas eléctricas.

Para reduzir o défice de energia, governo do Bié, através do Ministério de Energia, está a desenvolver um projecto que consiste na instalação de quatro grupos geradores em 2011.

6.9 Fórum aborda importância do planeamento territorial

Jornal de Angola

De 17 de Agosto de 2010

A importância do planeamento e gestão territorial é um dos temas do primeiro fórum urbano nacional que se realiza na quinta e sexta-feira, no Sumbe. O fórum, que decorre no anfiteatro do Instituto Nacional de Petróleos, pretende discutir modelos para cidades mais democráticas e sustentáveis.

Uma nota do gabinete técnico para a implementação do programa nacional do urbanismo e habitação no Kwanza-Sul, referida pela Angop, prevê a presença de técnicos dos mais variados ramos do saber que têm relação com a transformação urbana das cidades.

Os participantes vão abordar igualmente, a questão da gestão dos espaços urbanos (acções, desafios e perspectivas), o sistema nacional de indicadores urbanos, o Programa Nacional Urbanismo e Habitação (PNUH), e as implicações das mudanças climáticas na gestão territorial. A agenda de trabalho reserva ainda uma intervenção do governador do Kwanza-Sul, Serafim do Prado, visitas a centros de produção de inertes da Angoasfal Lda., na cidade do Porto Amboim, e à reserva fundiária dos ex-carvalhos, no município do Sumbe.

Constam ainda visitas ao centro de captação e tratamento de água do projecto de algodão, à subestação de energia eléctrica da ENE, ao estaleiro da Odebrecht e à fábrica de super gesso. O ministro do urbanismo e habitação, José Ferreira, procede ao encerramento do fórum.

A província do Kwanza-Sul tem um défice habitacional de 68 por cento e, para suprir esta necessidade, o Executivo propõe erguer mais de 3.500 fogos habitacionais. Na região estão registadas cinco reservas fundiárias: no Sumbe, Porto Amboim, no Amboim, na Kibala e na Cela.

6.10 Kwanza-Sul discute desenvolvimento urbano

Novo Jornal

De 20 de Agosto de 2010

“Melhor Cidade, Melhor Vida”, foi o lema do 1º Fórum Urbano Nacional, promovido pelo Ministério do Urbanismo e Construção, e que decorreu no Sumbe. O fórum discutiu modelos de desenvolvimento para cidades, de forma mais democrática e sustentável.

Os participantes vindos das 18 províncias visitaram alguns empreendimentos que suportam o sector do urbanismo e construção, como a empresa de inertes Angoasfal, em Porto-Amboim, a reserva fundiária número 1, no Sumbe, o Centro de Captação e Tratamento de Água do Projecto do Algodão, as obras da subestação da 00, o Estaleiro da Odebrecht e a Fábrica Super Gesso.

Quanto aos assuntos que estiveram em discussão, o destaque recaiu para a “Importância do Planeamento e Gestão Territorial”, a “Gestão dos Espaços Urbanos”, o “Sistema Nacional de Indicadores Urbanos”, o “PNUD no Quadro da Requalificação e das Novas Centralidades Urbanas” e as “Implicações das Mudanças Climáticas na Gestão Territorial”.

A directora do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente no Kwanza-Sul, Madalena Bernardo, considerou que o evento tem lugar num momento em que as urbes da província ainda sofrem uma forte pressão dos assentamentos. “Tem sido um trabalho árduo nesse sentido, uma vez que a interpretação da população ainda peca por metade sobre os projectos do Estado, mas aos poucos vamos conseguindo”, frisou.

Madalena Bernardo disse ainda que o executivo do Kwanza-Sul está a fazer reajuste dos assentamentos urbanos para o bem-estar da população. “Eles estão sendo feitos de forma cautelosa para que os desígnios do governo sejam aqueles pelos quais todos nós nos estamos a bater e em benefício das populações”.

Mas para a população a história é outra. Amélia vai já com 77 anos de idade e é natural da Gangula, Sumbe. Para ela, não restam dúvidas que o governo, por si só, “está a encontrar formas de se apoderar das terras pertencentes ao povo”, disse-nos com a face carrancuda.

O estudante universitário Décio Mateus avaliou o fórum como “positivo”, uma vez segundo disse ter servido de “Bíblia” para que as autoridades sigam à risca todos os documentos produzidos sem, contudo, desprestigiar os anseios das populações sobretudo nas comunidades. “Eu sou daqueles que espera para ver, porque o que foi produzido no fórum, deve servir como Bíblia para os governantes”.

Quanto ao Programa de Fomento Habitacional que,

ao nível do Kwanza-Sul, prevê a construção de 50 mil fogos até 2012, a directora Madalena Bernardo fez saber que, apesar de alguns constrangimentos, o programa “caminha bem”.

Prova disso, o município do Sumbe já tem cem hectares preparados para 581 lotes, dos quais 302 lotes de 400 metros quadrados cada para habitação social.

6.11 Casa para Antigos Combatentes

Semanário Factual

De 21 a 28 de Agosto de 2010

A construção de uma vila residencial para os antigos combatentes, no quilómetro 25, no município de Viana, em Luanda, surge tarde mas sempre vale a pena, porque muitos dos que lutaram pela Pátria ainda estão vivos e, com essa medida, poderão terminar os seus dias num ambiente mais condigno e civilizado.

De um total de 600 casas, estão já concluídas as primeiras cem (100), num orçamento global avaliado em 126 milhões de dólares americanos. As mesmas serão entregues já em Novembro deste ano, por ocasião do 35º aniversário da independência do país.

Para além das residências do tipo T3, com anexos, a construtora irá erguer no espaço adjacente 25 edifícios de quatro andares cada, uma esquadra policial, escolas e zonas de lazer.

Para além da construção de casas, os antigos combatentes, os que ainda têm força para trabalhar, vão igualmente beneficiar de um projecto integrado que consiste na criação de actividades agrícolas e piscatórias, entre outras ocupações profissionais.

Ao tomar contacto com esses projectos, o ministro dos Antigos Combatentes de Moçambique, Mateus Óscar Kida, manifestou-se encantado com a iniciativa, prometendo levar a experiência ao seu país.

Em Angola desde Segunda-feira, 16, Mateus Óscar Kida afirmou corroborar as iniciativas do seu homólogo angolano que tem se batido para a elaboração de políticas que visam a dignificação dos antigos combatentes e veteranos da pátria.

Na sua opinião, os projectos em curso permitem concluir que há vontade em Angola para se resolver os problemas dos antigos combatentes.

“Fiquei bastante emocionado, sobretudo por os antigos combatentes estarem unidos para ajudar o Governo na busca de soluções dos muitos problemas que os afectam”, afirmou Mateus ida.

O ministro moçambicano admitiu igualmente haver um trabalho muito avançado da sua congénere angolana nos diversos aspectos do funcionamento, como a assistência social e reinserção socioeconómica.

Na mesma ocasião, o ministro Kundy Paiahama sublinhou que, em gesto de reconhecimento aos combatentes

tombados nas diversas frentes de combate, o Executivo angolano decidiu atribuir a protecção social em regime especial aos seus familiares através da consagração de alguns direitos sociais.

Kundy Paihama fez saber que a instituição que dirige controla cerca de 170 mil assistidos, entre antigos combatentes, deficientes de guerra, órfãos e ascendentes de combatentes e as suas respectivas viúvas.

Após a sua investidura, em Março deste ano, no cargo de ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Paihama está engajado no combate aos fantasmas existentes na lista dos assistidos, bem como na melhoria das pensões e outros benefícios.

Para começar, mandou bancarizar os salários dos antigos combatentes, pelo que desta forma vai detectar a existência de milhares de nomes fantasmas e, ao mesmo tempo, accionar os mecanismos para apurar os autores deste esquema criminoso.

6.12 Gestão territorial deve chegar às comunidades mais distantes

Jornal de Angola

De 22 de Agosto de 2010

O director nacional do ordenamento do território do Ministério do Urbanismo e Construção, Manuel Zangui, manifestou-se preocupado com o défice de quadros e técnicos nas administrações municipais, o que dificulta a elaboração dos planos directores municipais. Manuel Zangui afirmou que a falta de estudos prévios de um dado espaço territorial para a execução de um determinado projecto, nos municípios, tem redundado na má aplicação de fundos públicos e até em desperdício de investimentos. Defendeu que as comunidades devem ser envolvidas na planificação territorial e execução de projectos urbanísticos, como forma de encontrar consensos sobre as fases de execução do mesmo.

O arquitecto Manuel Zangui, que dissertava sobre o tema “A importância do planeamento e gestão territorial”, durante o Fórum Nacional Urbano, realizado quinta e sexta-feira, afirmou que o Plano Nacional do Urbanismo e Habitação pretende dar resposta à procura que se faz sentir em termos habitacionais, mas sublinhou que o processo deve incluir as camadas mais desfavorecidas e não criar privilégios para os cidadãos que já possuem tecto para morar.

Acrescentou que o país está a sentir os efeitos decorrentes da falta de estudos e gestão territorial, resultando na aplicação de enormes recursos financeiros para fazer face ao realojamento dos cidadãos que vivem em locais críticos ou de interesse do Estado.

“Hoje verificamos que em muitos locais há necessidade de se removerem alguns serviços, por causa da falta de estudo prévio. A realização desse fórum vem dar resposta a muitas inquietações”, frisou.

Os participantes ao Fórum Nacional Urbano reconheceram a importância do evento na perspectiva da nova política habitacional em Angola. Maria Tati Pedro, secretária do Urbanismo, Ordenamento do Território e Ambiente da província de Cabinda considerou o evento um início da era moderna de concepção da política habitacional em Angola.

Disse que “a nova conjuntura habitacional requer um enquadramento nos padrões internacionais e o fórum incentiva a busca de sinergias entre os sectores intervenientes no Programa em curso no país”.

6.13 Planos e cidades sustentáveis

Jornal de Angola

23 de Agosto de 2010

A cidade capital, Luanda, tem hoje, segundo as mais recentes estimativas, cerca de sete milhões de habitantes. Em cerca de vinte anos, a população de Luanda aumentou consideravelmente, sem que tivesse condições infraestruturais e de outra natureza para satisfazer necessidades de um tão elevado número de pessoas.

Uma das maiores necessidades das populações era a habitação, sobretudo para aquelas famílias que, em virtude da guerra, deixavam os seus lares no campo e partiam para as cidades que ofereciam maior segurança. Na necessidade de terem no imediato um tecto, muitas famílias foram construindo ao longo dos anos em diferentes bairros da cidade capital, sem obedecerem a planos urbanísticos que assegurassem a construção ordenada de habitações, resultando daí a impossibilidade de as autoridades poderem implementar em várias zonas da capital projectos para fornecimento de bens essenciais às populações.

Mas a situação atrás descrita não se limita a Luanda, ocorrendo o mesmo noutras regiões do país, pelo que o Estado achou por bem começar a tomar as devidas medidas para se acabar com mais construções anárquicas, enveredando-se por um bom planeamento territorial.

Identificados os problemas, o Executivo gizou um Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que se destina, entre outros objectivos, a pôr ordem em matéria de construção, para que tenhamos cidades sustentáveis, na perspectiva da resolução dos problemas das comunidades, e a criar as condições para que milhares de pessoas possam construir casa própria.

Pretende-se, como referido programa, que haja “melhor cidade e melhor vida”, optando-se por políticas de um desenvolvimento urbano cuja finalidade é fornecer orientação aos poderes públicos e à iniciativa privada para a construção de espaços urbanos e rurais.

O Estado, ao conceber o referido programa, deseja pôr termo ao caos urbanístico em muitas áreas do país e proporcionar uma melhor qualidade de vida às populações. José Ferreira, ministro do Urbanismo e Construção, afirmou recentemente que os planos urbanísticos asseguram uma melhor oferta de serviços públicos essenciais e contribuem para a melhoria das condições de vida da população.

A questão da habitação e do planeamento territorial constitui assunto de primeira prioridade do Executivo, que está apostado na implementação rigorosa do referido programa, que há-de dar resposta à procura que se faz sentir em termos habitacionais.

Trata-se de um programa de grande impacto social, pelo que especialistas recomendaram, no primeiro Fórum

Urbano Nacional, realizado na semana passada, que as comunidades sejam também chamadas a participar no processo de planeamento territorial.

Esses especialistas defendem que a participação das populações no planeamento territorial contribui para o aproveitamento de conhecimentos locais, produzindo-se planos mais apropriados, que sejam resultado de consensos, para que a sua execução vá ao encontro das reais necessidades das populações.

E importante que as comunidades estejam por dentro dos planos urbanísticos que estão a ser concebidos e saibam das vantagens que esses instrumentos trarão para as suas vidas no futuro. Tem de haver uma ampla circulação de informação sobre os projectos a serem executados. As comunidades têm o direito de se inteirar das transformações que podem ocorrer no espaço territorial em que vivem e dos benefícios que delas advirão.

O Executivo quer levar a cabo uma política habitacional que proporcione casas condignas aos cidadãos, estando em vista, segundo o ministro José Ferreira, a construção de novas urbanizações e centralidades, num ambiente de integração e interacção equilibrada entre o meio, o homem e as edificações a serem erguidas.

6.14 Organização Mundial das Alfândegas promove seminário de aperfeiçoamento

Jornal de Angola
23 de Agosto de 2010

A Organização Mundial das Alfândegas (OMA) promove, em Luanda, a partir de hoje e até ao dia 27, um seminário sobre Direitos de Propriedade Intelectual, destinado a aperfeiçoar os conhecimentos de um grupo seleccionado de técnicos angolanos que trabalham no sector aduaneiro.

Os actuais participantes terão, assim, a oportunidade de tomar contacto com os mecanismos legais de combate à falsificação, assim como poderão medir a utilidade dessa irregularidade na classificação de riscos.

O estudo das mercadorias e a selecção das mesmas dentro de um ambiente operacional que permita o aprimoramento das técnicas aduaneiras de identificação de mercadorias fraudulentas, especialmente de mercadorias falsas e pirateadas, estão entre os objectivos que a OMA pretende alcançar com o actual seminário.

Para o efeito, a organização propõe-se apresentar novas amostras de produtos de contrafacção, para serem observados os mais recentes factos ocorridos no mundo. No âmbito da expansão e modernização do Serviço Nacional das Alfândegas de Angola, a instituição angolana considera necessária a actualização permanente do pessoal aduaneiro em matéria do Direito de Propriedade Intelectual, assim como pondera ser oportuna a troca de

experiências entre a alfândega nacional, o sector privado (principalmente os proprietários de marcas e de patentes) e a OMA.

Dentro dessa óptica, o seminário pode facilitar a definição de novas estratégias de coordenação entre as Alfândegas e o sector privado no controlo à contrafacção e pirataria. Esse tema anima as Alfândegas de Angola a passar, no evento, o seu quadro legal sobre Direito de Propriedade Intelectual, sobre gestão e análises de riscos, assim como sobre outras iniciativas relacionadas, essenciais ao quadro aduaneiro regional.

6.15 Antigos Combatentes com Novas Casas em Novembro

Semanário Factual
21 a 28 de Agosto de 2010

O Presidente de conselho Administração Angola garantiu esta Quarta-feira, 18, que primeiras 100 casas, das 960 que estão a ser inseridas na vila dos antigos combatentes, nos quilómetros 25, em Viana, serão entregues em Novembro próximos.

Carlos Rodrigues que lava durante a visita efectuada pelo ministro moçambicano dos antigos combatentes ao projecto Kussangulika”, adstrito I Consórcio Comandante Loy, sustentou que a tradução das novas tecnologias, aliadas ao nível técnico-profissional dos trabalhadores garante o cumprimento dos prazos estabelecidos. Para além das residências do tipo T3, com anexos, a construtora irá erguer no espaço adjacente 25 edifícios de quatro andares cada, uma esquadra policial, escolas e zonas de lazer.

A vila esta a ser erguida numa áreas de cerca de 80 hectares, estando avaliada em 126 milhões.

O titular da pasta dos Antigos Combatentes de Moçambique manifestou-se encantado com a iniciativa, prometendo levar a experiência ao, seu país. Criativas do seu homólogo angolano que se tem batido para a elaboração de políticas que visam a dignificação dos antigos combatentes e veteranos a da pátria.

“Noto que há vontade em Angola para se resolver os problemas dos antigos combatentes. Fiquei a bastante emocionado, sobretudo por os antigos combatentes estarem unidos para ajudar o Governo na busca de soluções dos muitos problemas que os afectam”, afirmou o visitante. Para o presidente do conselho de administração do Consórcio Comandante Loy, a visita de Óscar Kida, que foi acompanhada pelo vice-ministro dos Antigos Combatentes de Angola, encoraja a instituição para caminhar com os seus projectos.

Domingos Barros revelou, por outro lado, que existem outras iniciativas, como o projecto integrado que consiste na agricultura, pescas e outros para a sustentabilidade dos associados.

“Pensamos nós que todos que ainda têm força para trabalhar serão enquadrados nestes projectos”, adiantou o responsável.

Dada às vantagens das tecnologias, a Jeosat Angola, para além de Luanda, marca também presença em outras províncias de forma sustentada e paulatinamente para não quebrar o ritmo da instalação da tecnologia em Angola, tal como garantiu Carlos Rodrigues, acrescentando que a empresa foi convidada para erguer 120 casas no Brasil, nos próximos tempos.

Ainda em Luanda, autoridades entregaram à Jeosat Angola a responsabilidade para requalificar o município do Cazenga.

As tecnologias aplicadas pela empresa estão a marcar passos no Mundo inteiro, tendo sido distinguida com os prémios “Leão de Ouro” e “Palma de Ouro” em Angola e na África do Sul, respectivamente.

As mesmas (tecnologias) são de origem holandesa, australiana e italiana, estando a Jeosat patenteada no território africano.

A Jeosat emprega 130 trabalhadores aos quais se irão juntar, em breve, outros 170 que vão trabalhar por regime de turno.

Para o sucesso da sua actividade, a empresa montou três fábricas de construção de painéis, permitindo em tempo recorde dar resposta à demanda.

Cada fábrica produz diariamente três esqueletos de casas com os respectivos anexos.

6.16 Bengo passa a dispor de casas de função

Jornal de Angola

De 3 de Agosto de 2010

Um convénio para a gestão de 40 “Casas de função”, das quais 24 de tipologia T-3 e 16 T2, foi assinado, no final da semana passada, durante a inauguração dos Serviços Integrados de Atendimento ao Cidadão pelo ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Pitra Neto, e o governador provincial do Bengo, João Miranda. Estas “Casas de função” destinam-se a funcionários públicos que estão a cumprir comissão de serviço, finda a qual devem abandoná-las para que sejam habitadas pelos seus sucessores.

Segundo o acordo, compete ao MAPESS a responsabilidade de zelar pela segurança e higiene das residências e ao governo provincial a gestão das mesmas.

As 40 residências estão localizadas na área do Sassa Povoação e equipadas com um posto de transformação de energia eléctrica e um gerador de 3000 K va.

Entretanto, o ministro Pitra Neto aproveitou a ocasião para proceder ao lançamento do Manual de Serviços do SIAC, uma publicação que retrata as várias fase dos serviços inseridos no Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão.

Postos de trabalho registaram aumento A província do Bengo conheceu um aumento de 2.426 trabalhadores em relação ao ano de 1988, quando disponha de uma força de trabalho que rondava em 25 mil trabalhadores, com a existência, na altura, das antigas fazendas de açúcar e café. Actualmente, o sector da construção civil é aquele que absorve mais mão-de-obra, com 5.519 trabalhadores, seguido dos sectores das indústrias transformadores e extractiva, com 5.112 e 4.312 respectivamente.

E de realçar o crescimento da capacidade formativa da província, com a implementação do Programa Nacional de Artes e Ofícios que veio dar uma nova esperança de vida à juventude, que vê neles uma boa solução para ingressar no mercado de trabalho. Desde 2008 e até ao primeiro trimestre de 2010, foram formados 2.222 jovens nas mais variadas especialidades.

6.17 Boas perspectivas no imobiliário

Agora

De 7 de Agosto de 2010

Um estudo elaborado pela consultora Deloitte, “Research: 10 Factores de Competitividade para o Sector Imobiliário Angolano”, para a Escom Imobiliária e para a Mota-Engil Real Estate, concluiu que a oferta é ainda insuficiente para as necessidades do mercado.

Os autores da análise sublinham que os indicadores demográficos dão conta da emergência de uma classe média constituída maioritariamente por jovens. Com nível de educação superior à média, estes quadros trabalham muitas vezes para multinacionais instaladas no país, na função pública ou no sector financeiro. Todavia, beneficiam de uma estabilização dos vínculos laborais aos seus empregadores, frequentemente através de contrato de trabalho, e têm capacidade financeira para aquisição de casa própria.

A compra de habitação para arrendamento revela-se uma opção de investimento interessante, face ao crescente número de quadros expatriados a trabalhar em Angola.

O número médio de pessoas por agregado tem vindo a diminuir nos últimos anos, e cada vez mais jovens casais procuram casa própria, pelo que as tipologias mais pequenas (TI a T3) são as que têm registado maiores aumentos.

O estudo refere também que a chegada dos expatriados deu origem a um mercado de arrendamento de habitações em segunda mão, frequentemente sem as melhores condições.

O trabalho centrou-se nas cidades com maior potencial de um estudo elaborado pela consultora Deloitte, “Research: 10 Factores de Competitividade para o Sector Imobiliário Angolano”, para a Escom

Imobiliária e para a Mota-Engil Real Estate, concluiu que a oferta é ainda insuficiente para as necessidades do mercado.

Os autores da análise sublinham que os indicadores demográficos dão conta da emergência de uma classe média constituída maioritariamente por jovens. Com nível de educação superior à média, estes quadros trabalham muitas vezes para multinacionais instaladas no país, na função pública ou no sector financeiro.

Todavia, beneficiam de uma estabilização dos vínculos laborais aos seus empregadores, frequentemente através de contrato de trabalho, e têm capacidade financeira para aquisição de casa própria.

A compra de habitação para arrendamento revela-se uma opção de investimento interessante, face ao crescente número de quadros expatriados a trabalhar em Angola.

O número médio de pessoas por agregado tem vindo a diminuir nos últimos anos, e cada vez mais jovens casais procuram casa própria, pelo que as tipologias mais pequenas (T1 a T3) são as que têm registado maiores aumentos.

O estudo refere também que a chegada dos expatriados deu origem a um mercado de arrendamento de habitações em segunda mão, frequentemente sem as melhores condições.

O trabalho centrou-se nas cidades com maior potencial de desenvolvimento, designadamente Luanda, Benguela, Lobito, Huambo, Lubango e Soyo. Os dados foram recolhidos através de questionários a residentes e pesquisa junto do mercado comercial, de escritórios e industrial.

Nos maiores centros urbanos, e sobretudo em Luanda, o facto de os terrenos disponíveis para construção nas zonas “nobres” serem escassos faz disparar o preço das transacções, o que só por si orienta os promotores para a gama mais alta do mercado, que revela também ser a mais saturada.

Também onera os custos dos imóveis a fraca capacidade de produção de matérias-primas, obrigando a importação.

O actual estado de desenvolvimento do emergente mercado imobiliário é ainda considerado incipiente pela consultora.

Os produtos de financiamentos estruturados são raros, estando o crédito à habitação inibido pela ineficácia dos registos prediais.

Outra condicionante apontada é a inexistência de legislação sobre propriedade horizontal, tal como a burocracia, custos de aquisição de terrenos, aprovação de projectos e desbloqueamento de licenças.

6.18 Brev Soluções lança condomínio Nosso Lar

Expansão

13 de Agosto de 2010

A empresa Brev Soluções, ligada à imobiliária Build Brasil, investiu 200 milhões USD na construção de um projecto de 3 mil casas, na zona de Benfica, a sul de Luanda.

Com lançamento previsto para o próximo dia 23 do corrente, as entregas das primeiras mil casas do projecto deverão começar nos próximos 14 meses, segundo revelou ao *Expansão* o director da empresa, Fernando Montenegro.

Para o acto de lançamento do condomínio Nosso Lar estarão em promoção as primeiras 100 casas, mas a direcção da empresa não revelou a percentagem de desconto sobre a tabela de preços, estando reservada para o dia 23.

Contudo, para o êxito da empreitada, segundo Montenegro, cerca de 2 mil técnicos vão lançar mão à massa, diariamente, e a fiscalização será efectuada por duas empresas especialistas na matéria, de modo a evitar-se atrasos. E os futuros proprietários poderão constatar o ritmo de execução dos trabalhos sempre que quiserem. “Não queremos apenas fazer publicidade do projecto e falhar na execução. Estamos, acima de tudo, preocupados com a entrega dos imóveis dentro dos prazos. É mais um grande desafio, mas temos capacidade para entregar as primeiras casas dentro de um ano”, disse.

Por outro lado, apesar de não ter avançado detalhes, Fernando Montenegro anunciou que a BB está a desenvolver um projecto que vai torná-la no maior anunciante do mercado nacional.

Características do projecto

Montenegro indicou que o Nosso Lar é o primeiro projecto nacional concebido em 100% à base de alvenaria, com padrão segundo o modo de vida dos angolanos, nomeadamente salas amplas, quartos e cozinha entre 12 e 20 m². O espaço do quintal permite incremento de infra-estruturas anexas, no caso de quartos e piscina, a contar com os 390 m² de área total da casa, com um muro de até 2 metros de altura para a divisão entre quintais.

O gestor avançou que uma empresa estará encarregada de fazer a gestão do condomínio, dando garantias de segurança, fornecimento de energia e de água, estas últimas a partir da rede normal de distribuição mas com infra-estruturas internas que asseguram o seu funcionamento. Fernando Monte negro garante ainda que o projecto será um exemplo na economia de recursos, com estruturas básicas de energia e de água, já que, hoje, segundo estudo de mercado realizado pela empresa, se constata que a maior parte da população da capital recorre a geradores e a electrobombas para colmatar as necessidades em causa.

6.19 Calú puro e forasteiros: flagelados pela má gestão da coisa comunitária

Angolense

De 31 de Julho à 07 de Agosto de 2010

A – Água: Aprendemos desde muito novos que existem diversos tipos de águas, desde as salobras às inquinadas, passando pela potável. O do Tanque da minha vizinha cheira bastante lixívia. Preço: 70 Kz a banheira de 40 litros e 50 Kz o bidon amarelo de 25 litros. O que é melhor para a saúde de todos consumidores habituais. Entre nós, percorrendo Luanda de lês a lês, ou seja de A à Z, a água potável é para uma minoria privilegiada (?) O “Programa água para todos” é ainda uma miragem ou pura demagogia”. Mais de 80% dos angolanos não tem acesso ao precioso líquido, em bom estado para consumo humano – diz o UNICEF, credenciada agência da ONU vocacionada à assistência social e humanitária às Crianças, as mais atingidas pela sede e a desnutrição. Os kaluandas devem estar na frente da estatística, sendo 1/3 da população total do país. As cisternas continuam a abastecer a periferia como o Capalanca em Viana, com todos os riscos atinentes para a saúde das populações.

B – Bebedeiras industriais: é que muitos dos jovens hoje consome, sem olhar para o futuro. As maratonas alcoólicas sucedem-se em catadupa, fazendo parte hoje do costume. É só verem a exibirem com garrafas de cerveja e beberem desalmadamente. As famosas “reves” e contribuições são um dos pontos principais da sua promoção, a par da irresponsável publicidade na Tv, na contra mão da anunciada proibição da sua simples compra por menores, que nada resolve à partida. Não se mandam crianças às compras diz-se em surdina, no baralho de cartas do jogo da batota que estão os com ela, que uns poucos têm tudo e os outros, a maioria silenciosa não têm nada. É “runhar”, como diriam “nuestros hermanos”, em tempo de crise no Grupo Tático no Moxico.

Capital – A cidade parece ter mudado para melhor, mas só aparentemente. Também é o título de um semanário que se reporta à cidade. Haja em vista saudar a sua quinada editorial a favor dos mais despossuídos do subúrbio.

D – O delito é o que mais abunda e cada vez mais refinado e dos diversos feitiços. Os delinquentes também. Crescem como cogumelos no tempo da chuva. Produtos do sub-emprego e desemprego que grassa na cidade capital, para aonde acorrem cada vez mais os jovens migrantes, vindos de Benguela, do resto do litoral, do centro e mesmo do interior profundo, em busca da sonhada metrópole e do fascínio da capital; Desemprego São esses Jovens que engrossam a lista numerosa do “s desempregados, apara além dos desmobilizados de guerra que carecem de reintegração social na

esfera produtiva do país. Os programas gizados, a propósito, parece não terem vingado, apesar da abundante sustentação teórica, como a que era estampada na falecida revista “Magazine do Desmobilizado, que um cidadão menos visado tratou de enterrar com missa do 7º dia e respectivo kombaritokué à mistura.

E – Espaços verdes precisam-se! Os jovens casais (e mesmo velhos) têm cada vez mais dificuldades em encontrar espaços verdes para namorarem, trocarem carícias e beijinhos, ao sabor do chilreio dos pássaros, como os pardais, rabos de junco, celeste, catetes e viuvinhas que fizeram a nossa meninice; pássaros fugidos da cidade à medida que avança a urbanização sobre o areal. O verde vai sendo substituído cada vez mais pela virulência da uma autêntica selva de cimento armado e poeira irritante, à boa moda de uma pretensa megalópole qualquer; e em matéria de emprego estamos conversados. Tudo é quase ruim na função pública. O dinheiro do salário não chega para até ao meio do mês, quanto mais até ao fim do mês. As perspectivas são mais animadoras para quem conseguiu um bom emprego, ou melhor, uma boa formação e um melhor emprego, de preferência no Estado dentro do Estado, a Sonangol e suas subsidiárias ou demais concessionárias, sem prejuízo das empresas estratégicas, cuja autonomia financeira é publicamente reconhecida.

F – Figueira Na rua mais famosa quem vai para o ASA Branca existe a paragem obrigatória da Figueira (antonómia de uma árvore ressequida que deverá servir apenas para a lenha e a conseqüente produção de carvão), onde a minha amiga Aida grelha uns pinchos saborosos e vende uma “bitolas” e gasosas, para Jovens frequentadores degustarem e potenciar o seu orçamento doméstico, em tempos de aperto da crise financeira internacional mundial, que nos chegou pela porta adentro, sem poupar ricos e pobres. Até empresários de pacotilha de trazer por casa, já se estão a queixar hoje por hoje. Pelo que consta que um general queria asfaltar a rua, para dar melhor acesso à então clínica São Lucas e foi, pura e simplesmente, impedido pela administração local dizem os moradores da área. A ser verídica a alegação, é motivo para se dizer que o “dimixi” local não faz, nem deixa fazer.

G – A guerra terminada há anos, à boca grande, não atingiu directamente a capital. Verdade verdadeira e indesmentível é que as suas incidências continuam a corroer os cidadãos. Quer queiramos quer não. Quem a fugiu já quer voltar. A hemorragia populacional fala por si: 5 milhões de almas, numa cidade concebida para acolher no seu seio, um décimo dessa quantia 500 mil habitantes. Mas, alguns dias foram vividos de autêntica guerra e guerrilha urbana, tanto em 1975 como em 1992, embora que de forma esporádica, donde sobressai a famosa guerra pós-eleitoral de dois dias. Falando na

mal (dita) cuja, quando é que os carcamanos e seus herdeiros se vão retratar no Palácio de Pretória, optando pelas devidas indemnizações a Angola, pelos inúmeros estragos humanos, materiais e financeiros provocados pelos bombardeamentos dos jactos Miragens franceses e Camberras ingleses. Mas isso é outra estória da história da bestialidade de Vosrter, Botha ma e c^a da fantochada dos a Shitoles e Muzerewas de f então. Essa bufunfa dava muito bem para lançar as 9 bases de uma nova capital, ou procurar transformar a martirizada Ondjiva numa cidade comercial e/ou industrial, à semelhança das cidades suas vizinhas mais ao Sul.

H – Habitação é maka que os kaluandas “estão com eles” faz tempo. Os 4 milhões de fogos parece não terem vingado dois anos depois, já deveriam estar construídas 2 milhões de casas. O Programa Habitacional destinado a primeira moradia para os jovens idem. Os 17 mil dólares como entrada é só para alguns gatos pingados. Dir-se-ia os filhos de papá. Os enteados têm que esperar para ver. Poucos, pouquíssimos mesmo, terão acesso ao crédito habitacional, gizado pelo Ministério da Juventude e Desportos, num país onde o salário míngua cada vez mais e os preços são aos olhos da cara. Luanda não é por acaso que é das cidades mais caras do mundo, senão mesmo a mais cara.

I – Impulsos: é uma derivação dos impulsos dos telemóveis, que os jovens e adolescentes, nomeadamente na periferia, aplicam aos pacotes “The best”, wishiki vagabundo, em plástico, que consomem desalmadamente até ficarem irreconhecíveis logo pela manhã. Ai de ti se cruzar com eles nos autocarros que vão até á Viana ou vice-versa.

J – Juventude de futuro ameaçado e adiado, numa cidade sombria marcada pelos 4 vícios, como o alcoolismo, a droga, a prostituição e o crime cometido de forma recorrente, incluindo os perigosos assaltos à mão armada à calada da noite ou plena luz do dia, como acontece já em Luanda faz tempo. Ante o olhar impávido e sereno, muitas vezes, de quem deveria se ocupar de manter ordem e a tranquilidade pública em “tour horiwn”, correndo atrás das inofensivas zungueiras.

K – Kilamba Kiaxi tem sérias makas de criminalidade. O lixo abunda como noutros municípios e se confundem com as lagoas, preferencialmente na estação das chuvas. Daí à cólera e outras maleitas vai um salto de cobra, para não variar. Para apanhar o candongueiro azulinho é um Deus nos acuda. A corrida até aos congolese é 200 kwanzas. De manhã é um ver se avias. Tem que se lutar para apanhá-lo. Linhas curtas: Avó Kumbi Escola Angola e Cuba: 100 Kz; dai até aos Congolese, o habitual utente paga mais 100 kzs. Ele tem que pagar mais 200 kzs até à

zona baixa da cidade, sendo que até ao Zé Pirão paga mais cem kzs. Totalizando 800 kzs diários. Multiplicados por 22 dias úteis o cidadão paga cerca de 200 dólares mês só em transporte, com o salário mínimo situado na fasquia dos 100 dólares. Onde é que sai o diferencial? Dando assim largas ao cabritismo, ou seja, cada um come onde trabalha, mesmo com o risco de subtrair indevidamente ao patronato, que finge que paga, enquanto outrem finge que trabalha ou dá mesmo duro, como ocorre em muitos casos.

L – O lixo amontoa-se cada vez mais. As escavadoras não perdoam. Escavam cada vez mais nas antigas lixeiras, que se transformam em buracos e armadilhas para os moradores do subúrbio, com as cheias de água no tempo chuvoso, mais na periferia que no centro da cidade.

M – Macrocefalia as capitais como a nossa agigantadas pela macrocefalia e a burocracia, como diria o poeta. Esta, a macrocefalia, se faz sentir no centro, na Mutamba e cercanias até ao Baleizão. Neste perímetro surgiram as torres mais altas de todos os tempos, a contrastar com a Cidade Velha que está a ser vítima do camartelo impiedoso, esquecendo-se do património cultural (material e imaterial, se essas paredes de pedra falassem!). No centro se afunila o engarrafamento que domina hoje a cidade. As torres que deveriam ser construídas dispersas pelo resto da cidade estão concentradas no mesmo sítio quase. Cerca de meia dúzia de torres novas surgiram no epicentro da cidade, agravando a macrocefalia, na gestão da coisa pública.

N – Nova Luanda precisa-se. Eu preferia que fosse para lá da ponte do Kwanza, naquele descampado todo de quem vai a caminho de Porto Amboim. O aeroporto para a nova cidade capital poderia ser no Ebo. A ideia de uma nova cidade capital não é inédita, reconvertendo-se o quartel em tempo de paz. Mandada para as urtigas o projecto da antiga Nova Lisboa, já é tempo de descongestionar Luanda, a boa moda dos Nigerianos que trocaram Lagos por Abuja, ou os sul-africanos que descentralizaram de tal maneira os três poderes, que a capital política é Pretória, a económica é Joanesburgo, depois o Parlamento e o Judiciário estão em outras cidades, em Durban, onde se encontra um dos maiores portos da região, por exemplo, e porta de entrada marítima principal para o país de Mandela.

O – Ontem: tive um sonho: Mais ordem reclama-se para a nossa cidade capital. Nada de peões fora das passeiras, nem motos rápidas em cima dos passeios, que no outro dia ia sendo atropelado à saída do “AGORA”. Por um triz! Mas não foi desta vez que os meus inimigos e adversários tiveram esta sorte desdita, de festejarem a minha partida para o além. Oh, meu falecido amigo

Sílvio Peixoto, continua a escrever “Crónicas do além”? Os meus inimigos ainda vão ter que me aturar pelos menos mais 20 cacimbos, senão m e s m o 40... kiah. kiah.kiah.-ria-se o meu caçula, o Pedrada, no outro dia, quando lhe mandei a piada via telefónica.

P – Press Nos refeitórios de alguns órgãos de comunicação a qualidade da refeição deixa muito a desejar. Talvez seja pelo preço barato: uma sopa de gimboa e feijão mais um segundo prato, mal-encarado e pior tragado fica por 150 kzs.

Q – Q.B.-Quanto baste: os problemas sucedem-se na nossa capital que não se esgotam numa pretensiosa crónica, tendo como fio condutor as 23 letras do abecedário: desde à água, saúde, criminalidade, prostituição, alcoolismo, desemprego, falta de habitação, para “quem quer casar e quer casa”, falta de patrulhamento em muitas zonas, onde abundam os bandidos e gatunos de colarinho branco ou não, além das makas com a luz eléctrica, falta de água potável, além das lixeiras selvagens espalhadas por tudo quanto é canto no subúrbio. Lixo ao lado de barracas de comes e bebes, incluindo centros de saúde, como ocorre no mercado ASA Branca, por detrás da maternidade.

R – Robaldina a caminho da Estalagem existe um bairro novo, surgido com as migrações do interior para Luanda. Antigas hortas, como indiciam as mangueiras abundantes na zona. Não jorra água nas torneiras. Só ar. As cisternas são que comandam a vida das populações locais, quanto ao consumo do precioso líquido, para não variar, como noutros bairros da sub urbe. Os PTs é que abastecem de corrente eléctrica, quando não são os geradores domésticos, bastante procurados pelos marginais que abundam na área que não poupam sequer os chineses que vão explorando o pequeno comércio de boutiques na zona. A minha “inimiga íntima”, moradora na zona, queixa-se sempre dos transtornos provocados pelas oscilações de correntes ou mesmo os constantes cortes, que não justifica o que pagam, pelo que já pensa em se mudar para um outro bairro, nem que seja em longínquo do centro da cidade. Mas, pelo menos, desde que a energia não falhe. Cobram mensalmente 1500 kzs pela energia a conta gotas. Com esse estádio precário da electricidade, as donas de casa queixam-se dos frescos (caixas de peixe, carne, frango e coxas) que muitas vezes têm que deitar para o lixo, ou cobrara aos retalhos na praça, ficando por isso, mais caro.

S – são saudades pelos melhores dias sonhados e pelos piores dias passados para a capital, onde os marginais vão ditando das suas. Nalguns bairros suburbanos torna-se perigoso circular a partir das 19 horas. Os bandidos ditam as regras do jogo. Uma autêntica ordem marginal à Ordem

social, dando indícios da ausência do Estado e do desgoverno em que se caiu na periferia e não só.

T – Trumuno em campo pelado. Oh, tempo volta para trás! Estou, igualmente, com saudades dos campos para o trumuno de futebol, como os que existiam no 1º de Maio, onde construíram o IMEL, No Asa Branca, na Casa Verde do MC, da Escola Grande, na Casa Malange, todos largos do bairro MC.

Quase que já não se vê espaços para a prática de futebol, para potenciar a juventude para grandes voos a par do desporto escolar, nomeadamente nos ginásios das antigas escolas secundárias e liceais, como o Salvador Correia, Emídio Navarro, João Crisóstomo e Escola Comercial Vicente Ferreira, que catapultou o nosso basquetebol para a equipa imbatível do topo em África, que é hoje.

A toponímia colonial é propositada, porque tal estrutura herdada e mantida permitiu tal proeza, a par do investimento colossal no desporto no pós-independência, dando alegrias e mais alegrias às nossas então entristeci das gentes, atingidas por uma guerra prolongada, cujos custos humanos, materiais e financeiros, ainda estão por ser definitivamente calculados, como já ficou visto.

V – vêm aí as chuvas... “depois não digam que não vos avisámos” (*)

Z – zenga é”o diminutivo do dito município mais populoso da cidade capital, o Cazenga. Hoje por hoje, há quem diga que é o município mais populoso é satélite. Mas, verdade verdadeira, não se vê o impacto dos 5 milhões de dólares atribuídos pelo MAT, àquela localidade que pastorejou muitos quadros para este país, incluindo governantes e até diplomatas, sem falar de escritores, economistas, bancários, professores, juristas, jornalistas, engenheiros e médicos, muitos dos quais figuras públicas deste país. Mas nem tudo são rosas, sobram espinhos como bêbados inveterados, drogados, gatunos e bandidos. Não é por acaso que durante muito tempo andou na boca do mundo com a maior taxa de criminalidade da cidade. Actualmente, a residência parece ter mudado para melhor. Bom proveito cazengulstas e amigos do Cazenga, que aí frequentam habitualmente, para rever amigos e antigas Kilamba, negras bonitas de carapinha dura, como cantava o poeta das “Esperanças idosas”...

Da administração do Cazenga espera-se mais actos do que palavras, para reabilitar, por exemplo, as estradas, como aquela que vai da sede municipal até à Fiacó, justamente nas barbas de quem deveria fazer melhor e onde se passeia Com o seu “burra” jeep do último grito, sem ver os buracos ou finge não ver?! Ámen!

*Autêntico lugar comum, feito verso conseguido e um dos momentos não menos felizes do poeta cabo-verdianos Ovídeo Martins, celebrado autor do “... Flagelados do vento Leste”, réplica ao romance do mesmo nome, do seu patrícia Manuel Lopés.

6.20 Casa para Antigos Combatentes

Semanário Factual

21 a 28 de Agosto de 2010

A construção de uma vila residencial para os antigos combatentes, no quilómetro 25, no município de Viana, em Luanda, surge tarde mas sempre vale a pena, porque muitos dos que lutaram pela Pátria ainda estão vivos e, com essa medida, poderão terminar os seus dias num ambiente mais condigno e civilizado.

De um total de 600 casas, estão já concluídas as primeiras cem (100), num orçamento global avaliado em 126 milhões de dólares americanos. As mesmas serão entregues já em Novembro deste ano, por ocasião do 35º aniversário da independência do país.

Para além das residências do tipo T3, com anexos, a construtora irá erguer no espaço adjacente 25 edifícios de quatro andares cada, uma esquadra policial, escolas e zonas de lazer.

Para além da construção de casas, os antigos combatentes, os que ainda têm força para trabalhar, vão igualmente beneficiar de um projecto integrado que consiste na criação de actividades agrícolas e piscatórias, entre outras ocupações profissionais.

Ao tomar contacto com esses projectos, o ministro dos Antigos Combatentes de Moçambique, Mateus Óscar Kida, manifestou-se encantado com a iniciativa, prometendo levar a experiência ao seu país.

Em Angola desde Segunda-feira, 16, Mateus Óscar Kida afirmou corroborar as iniciativas do seu homólogo angolano que tem se batido para a elaboração de políticas que visam a dignificação dos antigos combatentes e veteranos da pátria.

Na sua opinião, os projectos em curso permitem concluir que há vontade em Angola para se resolver os problemas dos antigos combatentes.

“Fiquei bastante emocionado, sobretudo por os antigos combatentes estarem unidos para ajudar o Governo na busca de soluções dos muitos problemas que os afectam”, afirmou Mateus ida.

O ministro moçambicano admitiu igualmente haver um trabalho muito avançado da sua congénere angolana nos diversos aspectos do funcionamento, como a assistência social e reinserção socioeconómica.

Na mesma ocasião, o ministro Kundy Paihama sublinhou que, em gesto de reconhecimento aos combatentes tombados nas diversas frentes de combate, o Executivo angolano decidiu atribuir a protecção social em regime especial aos seus familiares através da consagração de alguns direitos sociais.

Kundy Paihama fez saber que a instituição que dirige controla cerca de 170 mil assistidos, entre antigos combatentes, deficientes de guerra, órfãos e ascendentes de combatentes e as suas respectivas viúvas.

Após a sua investidura, em Março deste ano, no cargo de ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Paihama está engajado no combate aos fantasmas existentes na lista dos assistidos, bem como na melhoria das pensões e outros benefícios.

Para começar, mandou bancarizar os salários dos antigos combatentes, pelo que desta forma vai detectar a existência de milhares de nomes fantasmas e, ao mesmo tempo, accionar os mecanismos para apurar os autores deste esquema criminoso.

6.21 Casas económicas vão custar 60 mil kwanzas

Semanário Factual,

De 07 a 14 de Agosto de 2010

O preço das casas económicas anunciadas pelo Governo angolano está avaliado ao equivalente em Kwanzas a 60 mil dólares, segundo anunciou Quinta-feira, 05, em Luanda, o Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos.

Na ocasião, esclareceu que as habitações serão edificadas em espaços com urbanização minimamente aceitável, com uma área mínima construída de 100 metros quadrados.

De igual modo, o Chefe de Estado angolano reconheceu que, apesar do atraso, o Executivo renova o compromisso de criar as condições para que as famílias angolanas possam realizar o sonho de ter casa própria e habitação condigna.

Segundo José Eduardo dos Santos, que discursava na abertura de uma reunião da Comissão Nacional de Habitação, “a crise financeira que afectou o país no ano passado levou ao adiamento da execução de alguns programas”.

Explicou que no início deste ano entrou em vigor a Constituição e o poder

Executivo dedicou grande parte do seu tempo à revisão das leis e regulamentos essenciais para poder governar.

“E assim que foi aprovado há poucos dias o Orçamento Geral do Estado Revisto, foram também ajustados os Programas Executivos e definidos novos métodos de trabalho para tornar a acção do Executivo mais eficiente, mais eficaz e mais transparente”, precisou. Sublinhou que a satisfação da procura de habitação para os segmentos de rendimentos médio e alto será feita pelo mercado imobiliário, através da concorrência.

A supervisão do Programa Nacional de Habitação, que tem a componente da habitação social e de casa para as pessoas de rendimentos médio e alto fica a cargo desta Comissão que será apoiada por uma Comissão Técnica integrada pelos Chefes da Casa Civil, pelo Chefe da Casa Militar, pelo Ministro da Construção e por outras entidades, referiu.

“Hoje vamos apreciar o Programa Nacional de Habitação

Social. Já não vamos falar de estudos, projectos preliminares ou de reservas fundiárias e intenções, precisou.

“Na nossa ordem de trabalhos estão os planos urbanísticos, os terrenos para construção, a tipologia e a qualidade das casas económicas, cuja construção vamos promover em todas as províncias”, referiu o Presidente da República de Angola.

6.22 Executivo pretende disponibilizar casas condignas a toda a população

Jornal de Angola

De 22 de Agosto de 2010

O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação pretende proporcionar habitações condignas aos cidadãos e estancar o caos que levou ao surgimento de musseques em todo o país, afirmou sexta-feira, no Sumbe, o ministro do Urbanismo e Construção, José Ferreira. No encerramento do 10 Fórum Urbano Nacional, José Ferreira afirmou que a urgência da implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação assenta na reposição da autoridade.

Esta medida, observou, vai concorrer para o estabelecimento da ordem em matéria de construção, sobretudo na área da habitação. Asseverou que, no quadro do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, já foram realizados os estudos necessários, os projectos preliminares estão prontos, as reservas fundiárias já constituídas, assim como os modelos de construção.

José Ferreira assegurou que o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, na sua fase de execução e na vertente do Plano Nacional de Habitação Social, já constituiu parcerias com o sector público e privado e estão asseguradas as condições para a auto-construção dirigida.

A política gizada pelo Ministério aposta no surgimento de cidades sustentáveis e inclusivas que, no seu ponto de vista, são modelos que preservam as gerações futuras e são capazes de envolver todos na abordagem e na redução dos problemas que cada comunidade enfrenta. O ministro José Ferreira afirmou que a abordagem do tema “Melhor cidade, melhor vida” surge na perspectiva da construção de novas urbanizações e centralidades, num ambiente de integração e interacção equilibrada entre o meio, o homem e as edificações a serem erguidas.

Considerou que os planos urbanísticos e os directores são instrumentos básicos da política de desenvolvimento urbano, cuja finalidade reside em fornecer orientação ao poder público e à iniciativa privada na construção de espaços urbanos e rurais.

Referiu que estes pressupostos asseguram uma melhor oferta dos serviços públicos essenciais e contribuem para a melhoria das condições de vida da população

nas áreas referenciadas. Pontualizou que o 10 Fórum Urbano Nacional tem lugar poucos dias depois do Presidente da República ter reafirmado, durante a reunião da Comissão Nacional da Habitação, o compromisso do Executivo em materializar o seu Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

O ministro garantiu que é enorme a expectativa gerada à volta do programa em tomo do qual estão milhões de pessoas com falta de condições para construir casa própria.

Planeamento territorial

No certame, os participantes recomendaram que o planeamento territorial deve ser realizado como critério de unidade nacional e de democraticidade nos processos de concepção e gestão por via da participação das pessoas.

Os participantes concluíram que a planificação participativa ajuda a incluir conhecimentos locais e produz planos mais apropriados. Defendem que a monitorização periódica dos indicadores do crescimento urbano, no âmbito do sistema nacional de informação territorial, é uma ferramenta para a planificação urbana e a construção de cidades sustentáveis, pois determina mudanças ao longo do tempo.

O no Fórum Urbano Nacional vai ter lugar no próximo ano, na cidade de Menongue, capital da província do Kuando-Kubango.

6.23 Famílias de baixa renda com habitação gratuita

Independente

De 7 de Agosto de 2010

O Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, apresentou esta semana uma casa com uma área mínima construída de 100 metros quadrados, numa urbanização minimalmente aceitável, que pode ser adquirida por uma família angolana ao preço de 60 mil dólares, no quadro do Programa Nacional de Habitação Social.

José Eduardo dos Santos “corrigiu” esta semana a polémica que se levantou, há poucos meses, sobre os preços exorbitantes praticados para aquisição de casas idealizadas para a juventude em todo o país, um projecto apadrinhado pelo Executivo, através do Ministério da Juventude e Desportos. As habitações custavam cerca de 170 mil dólares e a jóia de entrada era de cerca de 17 mil dólares. Os preços provocaram uma onda de protesto nos órgãos de comunicação social, por não estarem ao alcance dos jovens.

Quinta-feira última, o Chefe do Executivo anunciou algo mais abrangente – habitações sociais para famílias, mas à metade do preço do projecto “Angola Jovem”. Finalmente, famílias angolanas vão ter acesso às casas sociais que podem custar até 60 mil dólares, o equivalente

em Kwanzas. As habitações começam a ser edificadas em todo o país, em breve, no quadro do Programa Nacional de Habitação Social.

Como nem todos são obrigados a viver em regime comum, com o mesmo tipo de casa e até de electrodomésticos, quem quiser uma moradia para cidadãos de média ou alta renda, deverá recorrer ao mercado imobiliário, através da concorrência, segundo o Presidente da República.

Numa intervenção curta e incisiva, quando procedia à abertura do encontro com ministros de Estado, ministros e governadores de todas as províncias para analisar o Programa Nacional de Habitação Social, José Eduardo dos Santos disse que no domínio da habitação já não serão mais anunciados projectos, porque o momento agora é para “execução e controlo”. O Presidente da República afirmou que para isso “já temos recursos financeiros necessários, quer os de fontes próprias quer os de financiamentos externos”.

As parcerias já estão constituídas e envolvem os sectores públicos e privado. Auto-construção dirigida tem igualmente o seu plano assegurado no projecto, tendo em vista o êxito do programa, segundo garantia do Chefe do Executivo.

José Eduardo dos Santos deu a cara pelos atrasos que se registaram no plano habitacional nacional, segundo ele “por razões alheias à nossa vontade”, mas renovou o compromisso do Executivo de “criar as condições para que as famílias angolanas possam realizar o sonho de ter casa própria e habitação condigna”.

Doravante, garante o Presidente da República, a apreciação que o Executivo fizer ao Programa Nacional de Habitação já não vai para estudos, projectos preliminares ou de reservas fundiárias e intenções, mas sim para mecanismos de execução e controlo. Na reunião de quinta-feira, a comissão analisou os planos urbanísticos, os terrenos para construção e a tipologia e a qualidade das casas económicas, cuja construção vai ser feita em todas as províncias.

Carlos Feijó mais “pesado”

Aos poderes de “super” ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, de Carlos Feijó, foi acrescido mais um, e não menos problemático – o de execução e controlo da comissão para a construção das habitações sociais para famílias angolana.

O “homem do Presidente” é o sucessor imediato do PR na comissão técnica integrada igualmente pelo seu “homólogo” da Casa Militar, Hélder Vieira Dias “Kopelipa”, pelo ministro da Construção e por outras entidades.

Os governadores provinciais têm um papel relevante no acompanhamento e controlo da execução do Plano de Habitação Social, na respectiva província.

A comissão iniciou a fase de execução e controlo do plano habitacional nacional, encerrando o capítulo do estudo, discussão e aprovação.

A comissão deve agora esclarecer quando ficam prontas as casas e quais as modalidades para concorrer às mesmas, uma vez que faltam apenas dois anos para se materializar a promessa de um milhão de fogos habitacionais até ao fim do mandato do partido do Governo. Carlos Feijó tem uma pilha de “dossieres” nas mãos, em função da aprovação da Constituição da República, cuja concepção tem os seus dados bio métricos. Ele iniciou um processo normativo de conformação de leis infra constitucionais à “Lei Magna” e o caminho já vai longo até concluir o edifício legislativo.

Como se não bastasse, Carlos Feijó tem agora mais uma tarefa sobre os ombros, que constitui a maior preocupação dos nacionais deste país ter casa própria condigna. Até aonde vai este homem com tanta “sobrecarga”? Daqui a pouco, de tanto “processo” em mãos, o homem pode ter mais assessores que o Presidente da República.

6.24 Gestão territorial deve chegar às comunidades mais distantes

Jornal de Angola

De 22 de Agosto de 2010

O director nacional do ordenamento do território do Ministério do Urbanismo e Construção, Manuel Zanguí, manifestou-se preocupado com o défice de quadros e técnicos nas administrações municipais, o que dificulta a elaboração dos planos directores municipais. Manuel Zanguí afirmou que a falta de estudos prévios de um dado espaço territorial para a execução de um determinado projecto, nos municípios, tem redundado na má aplicação de fundos públicos e até em desperdício de investimentos. Defendeu que as comunidades devem ser envolvidas na planificação territorial e execução de projectos urbanísticos, como forma de encontrar consensos sobre as fases de execução do mesmo.

O arquitecto Manuel Zanguí, que dissertava sobre o tema “A importância do planeamento e gestão territorial”, durante o Fórum Nacional Urbano, realizado quinta e sexta-feira, afirmou que o Plano Nacional do Urbanismo e Habitação pretende dar resposta à procura que se faz sentir em termos habitacionais, mas sublinhou que o processo deve incluir as camadas mais desfavorecidas e não criar privilégios para os cidadãos que já possuem tecto para morar.

Acrescentou que o país está a sentir os efeitos decorrentes da falta de estudos e gestão territorial, resultando na aplicação de enormes recursos financeiros para fazer face ao realojamento dos cidadãos que vivem em locais críticos ou de interesse do Estado.

“Hoje verificamos que em muitos locais há necessidade de se removerem alguns serviços, por causa da falta de estudo prévio. A realização desse fórum vem dar res-

posta a muitas inquietações”, frisou.

Os participantes ao Fórum Nacional Urbano reconheceram a importância do evento na perspectiva da nova política habitacional em Angola. Maria Tati Pedro, secretária do Urbanismo, Ordenamento do Território e Ambiente da província de Cabinda considerou o evento um início da era moderna de concepção da política habitacional em Angola.

Disse que “a nova conjuntura habitacional requer um enquadramento nos padrões internacionais e o fórum incentiva a busca de sinergias entre os sectores intervenientes no Programa em curso no país”.

6.25 Governo “queimado” pelo fogo habitacional

Angolense

De 31 de Julho ao 07 de Agosto de 2010-08-17

Se algum aspecto chamou atenção no discurso que o governador provincial de Benguela, general Armando da Cruz Neto, proferiu na abertura do Fórum Empresarial Angola/Portugal, há uma semana, na cidade do Lobito, foi a alusão à construção, até 2012, de quatro mil e duzentas e cinquenta casas sociais, cifra muito aquém da inicialmente estabelecida no programa habitacional do executivo angolano, a principal bandeira da campanha eleitoral do MPLA nas últimas legislativas. A cifra inicial, parte do pacote que prevê 1 milhão de “fogos habitacionais” para as dezoito províncias do país, indicava 150 mil, conforme o antigo director da Habitação e Urbanismo, o jurista Miguel Maiato, quando, ainda no princípio do ano passado, falava na necessidade de recursos financeiros para infra-estruturas (acessos, água e luz) nas reservas fundiárias. Já o seu substituto, o arquitecto Zacarias Kamwenho, revelou, alguns meses depois, que a província de Benguela beneficiaria de 130 mil casas ao abrigo do programa que pretende colmatar as insuficiências em termos de habitações. Estes pronunciamentos de duas vezes autorizadas, desencontrados aos olhos da opinião pública, acabam, agora, diluídos nas palavras do governador Cruz Neto, que lançou a isca para a captura do investimento português em Benguela, uma província recheada de projectos industriais e agrícolas. Por detrás do reeditar de um discurso que mostra as potencialidades da província, com um ou outro elemento inovador, está o reconhecimento de que o MPLA terá, efectivamente, elevado a fasquia em demasia ao definir a construção de um milhão de casas em quatro anos. Aliás, já muitos especialistas questionavam a viabilidade desta iniciativa, agarrando-se, regra geral, à falta de empresas com arcabouço e à carência de material de construção no mercado angolano. Ainda que se tenha em conta a crise mundial, que deu lugar a reajustes atrás de reajustes, não deixa de

ser espantosa a forma como Benguela sai de 80 para 8. Em causa está, diga-se, a segunda província no gráfico das mais contempladas – só suplantada por Luanda –, a projectar um recuo não menos espantoso nas demais províncias. De Portugal, o Governo de Armando da Cruz quer, para lá da participação no programa habitacional, apoio para a criação de um novo pólo industrial, na comuna do Biópio (Lobito), numa área de cinco mil hectares. Com acessos garantidos, assim como energia e água, o espaço encontra ligação com o ramal ferroviário. Na presença de associações empresariais lusas e do Presidente Cavaco Silva, o general Cruz Neto colocou a requalificação das áreas rurais entre os projectos sem investimentos assegurados. “Temos terras aráveis e um mercado capaz de absorver a produção”, frisou.

6.26 Kwanza-Sul discute desenvolvimento urbano

Novo Jornal

20 de Agosto de 2010

“Melhor Cidade, Melhor Vida”, foi o lema do 1º Fórum Urbano Nacional, promovido pelo Ministério do Urbanismo e Construção, e que decorreu no Sumbe. O fórum discutiu modelos de desenvolvimento para cidades, de forma mais democrática e sustentável.

Os participantes vindos das 18 províncias visitaram alguns empreendimentos que suportam o sector do urbanismo e construção, como a empresa de inertes Angoasfal, em Porto-Amboim, a reserva fundiária número 1, no Sumbe, o Centro de Captação e Tratamento de Água do Projecto do Algodão, as obras da subestação da 00, o Estaleiro da Odebrecht e a Fábrica Super Gesso.

Quanto aos assuntos que estiveram em discussão, o destaque recaiu para a “Importância do Planeamento e Gestão Territorial”, a “Gestão dos Espaços Urbanos”, o “Sistema Nacional de Indicadores Urbanos”, o “PNUD no Quadro da Requalificação e das Novas Centralidades Urbanas” e as “Implicações das Mudanças Climáticas na Gestão Territorial”

A directora do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente no Kwanza-Sul, Madalena Bernardo, considerou que o evento tem lugar num momento em que as urbes da província ainda sofrem uma forte pressão dos assentamentos. “Tem sido um trabalho árduo nesse sentido, uma vez que a interpretação da população ainda peca por metade sobre os projectos do Estado, mas aos poucos vamos conseguindo”, frisou.

Madalena Bernardo disse ainda que o executivo do Kwanza-Sul está a fazer reajuste dos assentamentos urbanos para o bem-estar da população. “Eles estão

sendo feitos de forma cautelosa para que os desígnios do governo sejam aqueles pelos quais todos nós nos estamos a bater e em benefício das populações”.

Mas para a população a história é outra. Amélia vai já com 77 anos de idade e é natural da Gangula, Sumbe. Para ela, não restam dúvidas que o governo, por si só, “está a encontrar formas de se apoderar das terras pertencentes ao povo”, disse-nos com a face carrancuda. O estudante universitário Décio Mateus avaliou o fórum como “positivo”, uma vez segundo disse ter servido de “Bíblia” para que as autoridades sigam à risca todos os documentos produzidos sem, contudo, desprestigiar os anseios das populações sobretudo nas comunidades. “Eu sou daqueles que espera para ver, porque o que foi produzido no fórum, deve servir como Bíblia para os governantes”.

Quanto ao Programa de Fomento Habitacional que, ao nível do Kwanza-Sul, prevê a construção de 50 mil fogos até 2012, a directora Madalena Bernardo fez saber que, apesar de alguns constrangimentos, o programa “caminha bem”.

Prova disso, o município do Sumbe já tem cem hectares preparados para 581 lotes, dos quais 302 lotes de 400 metros quadrados cada para habitação social.

6.27 Mais de 70 % da população do país vive em habitações

Semanario Agora
21 de Agosto de 2010

Cerca de 78,5% da população vive na área urbana em habitações construídas com material inadequados (adobo, latas e outros), segundo o Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (Ibep), apresentado nesta quinta-feira, em Luanda.

O inquérito faz alusão a indicadores como habitação e ambiente, educação, fecundidade e mortalidade, saúde geral, trabalho infantil, despesas, desigualdade e pobreza. Em relação à população, refere que o país apresenta um número elevado de mulheres em todas as faixas etárias, alta taxa de natalidade e mortalidade e um défice de homens na faixa entre os 50 anos. A proporção da população urbana com acesso a electricidade representa 66,3%, na área rural é de 8,6.

O inquérito refere que o percentual da população com acesso à água apropriada para beber está abaixo do desejado, representando apenas 42% e destes apenas 33,3 % trata o líquido para beber.

Na zona urbana, 7,6% têm acesso a computador e Internet e na área rural a estimativa é de 0,2 %.

De acordo com o inquérito, a nível nacional 58,3% da população rural está na linha de pobreza, e 18,7% vive na área urbana.

6.28 MAPESS esclarece processo de distribuição de casas

Agora
De 7 de Agosto de 2010

A propósito do artigo publicado no Jornal Agora, intitulado: “dossiê Mapess” vai à cidade alta, na sua edição de 31 de Julho de 2010.

Exmo. senhor Director do Jornal Agora Luanda
Os nossos cumprimentos.

Senhor director fica bastante surpreendido com o conteúdo da informação publicada no vosso jornal, pelo facto de conter uma série de falsidades que atentam contra o bom-nome da nossa instituição.

A ideia da criação de condições para a minimização do problema habitacional dos quadros e trabalhadores do INSS, bem como de outros órgãos dependentes ou tutelados do MAPESS vem desde longa data e foi sancionada pela direcção do Ministério.

O primeiro exemplo concreto de distribuição racional de bens ou meios de forma equitativa pode ser comprovado no condomínio do INSS no município do Cazenga onde foram distribuídas em Abril de 2002 8 casas, sendo 4 para quadros da direcção central do MAPESS e as restantes para o INSS. E isto foi e sempre será assim porque na distribuição de um bem tão importante como é a casa todos os trabalhadores do Ministério devem ter os mesmos direitos, em função dos critérios definidos. Temos uma única tutela, apesar do INSS dispor de uma gestão relativamente autónoma.

É nesta óptica que foram revistos os critérios de distribuição das casas do condomínio objecto • desta carta. Tal como aconteceu no condomínio do Cazenga, as 50 casas deste novo condomínio foram distribuídas não só para os quadros do INSS mas também para os que laboram nos diversos organismos tutelados ou dependentes do MAPESS. Veja que o

INSS ficou com mais de 30 casas.

Discorrendo as afirmações desse artigo temos a comentar o seguinte:

A direcção do INSS tomou conhecimento de apenas uma reclamação de um quadro, dirigida ao Gabinete do Presidente da República, cujo tratamento e resposta foram dados pela Direcção do INSS, conforme decisão vinda daquele órgão. Com efeito foram dados os pertinentes esclarecimentos a reclamante pela direcção do INSS, aconselhando a mesma a esperar pelas outras habitações cujas obras já iniciaram, no mesmo local.

Não acreditamos existir um abaixo-assinado porque a questão das casas foi amplamente esclarecido a todos os trabalhadores que em princípio julgavam poder beneficiar das mesmas. As participações que foram sendo feitas para o efeito não foram devolvidas e nem perderão o seu valor porque o processo de distribuição de casas irá prosseguir tão logo se conclua a construção de

dois prédios de 20 apartamentos cada, totalizando 40 moradias.

Não há expropriação de residências por quem quer que seja, todas elas foram distribuídas aos quadros do MAPESS e suas dependências, não tendo cabido nenhuma residência quer para o senhor ministro, senhor vice ministro e secretário-geral daquele Ministério.

A visita do senhor Ministro, referenciada no artigo foi apenas uma visita de campo como tantas outras que faz a outros empreendimentos ou locais de trabalho. Em nenhum momento foi destituída a actual Comissão de Gesc tão do Fundo Social do INSS. Apenas se estabeleceram novos critérios de distribuição dos bens deste fundo de formas a tornar mais social e abrangente o leque de beneficiários do mesmo, passando da exclusividade dos quadros do INSS para a abrangência de todos os quadros do MAPESS, o que no fundo é uma decisão humanamente justa e politicamente correcta.

A cooperativa de que o artigo faz menção não funcionou como tal ao longo dos anos. O financiamento desta Cooperativa foi feito com base em fundos próprios do INSS. A módica quantia de 1% e não de 5% como diz o artigo, que os trabalhadores do INSS descontam no seu salário levaria muitos anos para se construir uma vivenda de 160 mil dólares. Fazendo as contas com base no salário médio do INSS que ronda os cerca de USD 540,00 o funcionário no fim de um ano contribuiria apenas com USD 64,80. Dividindo este montante por USD: 160.000,00, seriam necessários mais de 2 mil anos!!!!, mesmo com juros. Por isso a direcção do MAPESS ao ter analisado com profundidade esta situação, considerou justamente que os benefícios deveriam ser repartidos por todos os trabalhadores do Ministério e não apenas pelos trabalhadores do INSS. Afinal os trabalhadores do INSS são na sua essência também trabalhadores do MAPESS, portanto não é o desconto de 1 %, como atrás se demonstrou, que pode justificar a exclusividade no usufruto destas residências mas sim, ser trabalhador do MAPESS, aliás, é preciso não esquecer que existe a mobilidade interna de quadros. Todos os planos, programas e actividades são aprovadas pela direcção do MAPESS.

O montante de 160 mil dólares referenciados em nenhum momento foi oficial. É preciso ter se em consideração que os custos com as infra-estruturas básicas (redes técnicas, arruamentos asfaltados, etc. e incluindo modificações significativas das próprias moradias) foram custeados pelo Fundo Social. A isto se adiciona a instalação de geradores de energia alternativa que comporta a aquisição de 2 grupos de 600 KVA cada. Outrossim, o preço de compra da casa, onde estão incluídos todos os gastos concorrentes será financiado em 50%.

Não há nada escrito sobre a extinção do Fundo Social. Há por enquanto uma ideia de se analisar a possibili-

dade -de se transformar esse fundo social no âmbito da protecção social complementar.

Gostaríamos também de acrescentar que existem, dentro da política de rentabilização do fundo de financiamento da segurança social, visando a manutenção dos activos financeiros do INSS, vários empreendimentos imobiliários em curso e outros que terão o seu início brevemente. A título de exemplo, além da construção da nova sede do INSS e de novos serviços municipais ao nível do país, também será edificado um imóvel no terreno adjacente à sede actual do INSS. Neste momento decorrem negociações em estado bastante avançado para que o inquilino da casa existente nesse terreno possa sair, para dar lugar ao edifício projectado. De notar que como contrapartida o INSS conceder-lhe-á uma outra moradia. É portanto um investimento do INSS.

Esperamos ter contribuído para os esclarecimentos que se impõem sempre no sentido da preeminência da verdade.

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL, em Luanda, 4 de Agosto de 2010.

Pela Direcção Geral do INSS

6.29 Ministro Muandumba anuncia revisão das modalidades de pagamento das casas

Jornal de Angola

De 17 de Agosto de 2010

O ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, anunciou no sábado, no Luban90, a revisão nos próximos dias das modalidades de pagamento das casas sociais da juventude.

Gonçalves Muandumba disse à imprensa que decorrem negociações com o Banco de Poupança e Crédito (BPC) para o reajuste dos valores das prestações, no sentido de suavizar as modalidades e facilitar os jovens a adquirirem uma habitação.

“Esse tratamento está a ser feito para encontrarmos, dentro de 15 dias, uma modalidade mais suave para fazer com que os jovens paguem sem constrangimentos e concretizem o sonho de ter uma casa própria”, adiantou. A revisão vai passar pela redução do valor da primeira prestação, dos actuais oito mil dólares para, uma quantia inferior, para dar possibilidade aos jovens de honrarem o compromisso com o banco financiador.

O ministro foi informado que as 92 casas da juventude construídas na zona da Tchavola, no Lubango, já foram sorteadas em Junho, mas por força dos requisitos de pagamentos ainda não estão atribuídas aos jovens contemplados.

“Na Huíla, o concurso já foi feito. Os jovens estão satisfeitos. Mas punha-se uma questão técnica do ponto de visita de valores com o banco. Temos em consideração

que os principais beneficiários conseguiram o seu primeiro emprego e os salários são ainda muito baixos. Então há que protegê-los”, garantiu. Muandumba manifestou-se satisfeito pelo grau de execução dos projectos destinados à juventude da província da Huíla no domínio da habitação, formação profissional, educação, primeiro emprego e outros. Entretanto, alertou para os perigos que o consumo de drogas pode causar à saúde dos jovens e os seus reflexos na sociedade. “Somos poucos e este país precisa de jovens sãos, dinâmicos e participantes no processo de reconstrução e desenvolvimento de Angola”, disse o ministro, acrescentando que o consumo de álcool e outras drogas “não é a melhor alternativa para os jovens pois pode levar à morte”.

Nessa perspectiva, pediu maior envolvimento dos jovens no processo de reconstrução, participando positivamente na solução dos problemas.

Muandumba defendeu a busca de mecanismos locais para as principais preocupações da juventude, através de debates nas comunidades, onde jovens e órgãos de tutela possam reflectir sobre as soluções mais adequadas para ultrapassar as dificuldades.

“A nação é nossa e todos devemos participar. Os jovens da Chibia, Humpata, ou outra localidade, devem buscar soluções locais para os seus problemas e depois apresentá-las às entidades competentes, porque não existe uma varinha mágica para os ultrapassar”, defendeu o ministro.

6.30 Organização Mundial das Alfândegas promove seminário de aperfeiçoamento

Jornal de Angola, 23 de Agosto de 2010

A Organização Mundial das Alfândegas (OMA) promove, em Luanda, a partir de hoje e até ao dia 27, um seminário sobre Direitos de Propriedade Intelectual, destinado a aperfeiçoar os conhecimentos de um grupo seleccionado de técnicos angolanos que trabalham no sector aduaneiro.

Os actuais participantes terão, assim, a oportunidade de tomar contacto com os mecanismos legais de combate à falsificação, assim como poderão medir a utilidade dessa irregularidade na classificação de riscos.

O estudo das mercadorias e a selecção das mesmas dentro de um ambiente operacional que permita o aprimoramento das técnicas aduaneiras de identificação de mercadorias fraudulentas, especialmente de mercadorias falsas e pirateadas, estão entre os objectivos que a OMA pretende alcançar com o actual seminário.

Para o efeito, a organização propõe-se apresentar novas amostras de produtos de contrafacção, para serem observados os mais recentes factos ocorridos no mundo. No âmbito da expansão e modernização do Serviço

Nacional das Alfândegas de Angola, a instituição angolana considera necessária a actualização permanente do pessoal aduaneiro em matéria do Direito de Propriedade Intelectual, assim como pondera ser oportuna a troca de experiências entre a alfândega nacional, o sector privado (principalmente os proprietários de marcas e de patentes) e a OMA.

Dentro dessa óptica, o seminário pode facilitar a definição de novas estratégias de coordenação entre as Alfândegas e o sector privado no controlo à contrafacção e pirataria.

Esse tema anima as Alfândegas de Angola a passar, no evento, o seu quadro legal sobre Direito de Propriedade Intelectual, sobre gestão e análises de riscos, assim como sobre outras iniciativas relacionadas, essenciais ao quadro aduaneiro regional.

7 TERRA

7.1 Um inferno na terra chamado coelho

A Capital

De 31 de Julho ao 07 de Agosto de 2010

Todos os dias é assim. Com bidões à cabeça ou em carro-de-mão, alguidares, baldes, banheiras grandes e pequenas, os moradores dos Coelho e do vizinho bairro da Robaldina (de que nos ocuparemos em próximas edições), fazem a travessia de duas estradas e uma linha férrea em busca do precioso líquido, que há muito escasseia naquela zona residencial e comercial. E assim vão levando a vida. “Não temos água corrente há mais de dois anos”, disse Caroline Pedro.

A jovem, de 32 anos, que reside há mais de quatro anos no bairro do Coelho, disse que a falta de água potável expõem a vida daqueles moradores ao risco, já que têm que sair de um bairro para o outro, em busca da água com recipientes pesados.

Que fazer, sem esta ousadia da água para consumo e lida da casa, como banho, lavagem de roupa e, sobretudo, para a cozinha, com vista à confecção dos alimentos, questionou-se Caroline.

Como ela, os demais moradores da zona têm que o fazer várias vezes, para reservar a maior quantidade possível de água em casa.

Jindungo. É assim que se chama a zona onde Caroline e vizinhos acarretam a água. Tal como o nome, os moradores do Coelho e companhia até ao tutano, o rol dos ardores e das dificuldades que ultrapassam para ter a água em casa, devido à distância e outras situações a que estão sujeitos. “É perigoso, mas não temos outra saída”, alega Caroline Pedro.

Uma das principais razões para esta submissão, segundo a nossa interlocutora, é o facto de existirem casas com tanques de água na zona, mas cobram valores elevados aos moradores; pelo menos aquele que podem pagar. Por exemplo, enquanto um bidão custa 10 kwanzas, no Jindungo, no Coelho são 70 ou 80 kzs, “Arriscamo-nos, porque necessitamos”, exemplifica a moradora.

Na mesma situação, está Sabrina Eduarda, de 43 anos, reclamando do estado actual em que o bairro se encontra. Na altura em que comprou o seu terreno, conseguia-se andar pelas ruas com segurança, pois as mesmas estavam em condições de serem percorridas.

Mas, agora, tudo mudou. “As ruas estão esburacadas”, acusa, ao prosseguir que, em tão pouco tempo, nivelaram as ruas, mas está tudo mal outra vez”, salientou.

Quando chove, disse a moradora, mal se consegue estar em casa, devido à inundação. Recorrem a casa de parentes, onde ficam abrigados durante dias, até verem a situação minimizada. Por isso, mal chega o tempo chuvoso,

os populares aí residentes ficam com os “cabelos em pé”. Temem, por isso, passar por tudo novamente. O som que as gotas de água produzem, ao caírem sobre os tectos de chapas, dos seus humildes casebres, obriga-os a fazerem vigília, para controlar o rumo da chuva e não acabarem surpreendidos.

“Não consigo ficar em casa, porque tudo fica inundado. Não durmo, porque não preocupa o barulho das gotas, já sei que vai inundam, lamenta Sabrina.

A zona onde vive é mais conhecida por Paraíso, mas as dificuldades que encara transformam-na num verdadeiro inferno, porque falta de tudo. Assim como na rua da Mamboji, onde vive Caroline, no “Paraíso”, também sofresse com a falta de água. Por isso, fazem o mesmo trajecto, com destino ao Jindungo, onde os preços são mais acessíveis.

“Não podemos ficar sem água, porque é o líquido mais importante para o ser humano”, disse, ao adiantar que não faz a travessia das duas estradas e a linha férrea todos os dias, porque dias há em que tem mais dinheiro, então, aproveita acarretar uma quantidade superior de água.

“Assim também evito mais riscos”, suspira S. Eduardo.

7.2 Preocupações apresentadas ao ministro Pedro Kanga

A Capital

De 31 de Julho ao 07 de Agosto de 2010

Uma das várias preocupações que o ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Afonso Pedro Kanga, levou de Benguela, no termo de urna reunião de concertação com empresários de diversos ramos de actividade, é precisamente a ocupação de espaços para a actividade agrícola.

Antes deste encontro, já o presidente da Associação dos Agricultores, Manuel Monteiro, chamava atenção para necessidade de projectos habitacionais e industriais serem “empurrados” para zonas em expansão.

Nelito Monteiro tecia comentários, a propósito da muito badalada situação do perímetro da Catumbela, onde o verde esperança continua a ser ofuscado. Diante do ministro Pedro Kanga, o empresário voltou a tocar no assunto, na esperança, claro, de ver solucionado o problema.

Segundo Manuel Monteiro, o Estado tem mecanismos legais que ajudam a colocar ponto final na barafunda.

“É preciso que a fiscalização funcione”, defende. Na mesma linha de pensamento, Adérito Areias, afirmou que os condomínios estão a tomar de assalto as zonas destinadas à agricultura.

“Não sei se é bom ou mau, mas é a realidade que temos”, reforçou. Em conferência de imprensa, o ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas prometeu medidas tendentes ao reforço da capacidade

das administrações municipais, particularmente no domínio da actuação dos órgãos de fiscalização. “Afinal de contas, temos de manter intactas as nossas áreas produtivas”, argumentou o governante. Apesar do apelo, assiste-se hoje, quase quatro meses depois, a uma grosseira ocupação da Cabaia, uma zona que, dizem especialistas, dispensa fertilizantes para fazer desabrochar as culturas. Não é por acaso, diga-se, que centenas de famílias camponesas, sem meios para altos voos, tiveram nos referidos terrenos, uma importante fonte de rendimentos durante cerca de vinte anos.

7.3 Alguns grupos estão a passar da consciência ingénua para a consciência crítica

Srmanario Angolense

De 7 à 17 de Agosto de 2010

Participei, nos dias 29, 30 e 31 de Julho, em Benguela, na conferência nacional sobre desalojamentos, subordinada ao tema “não partam a minha casa”, promovida por organizações da sociedade civil, onde participaram cerca de 150 pessoas, incluindo individualidades afectadas, provenientes das províncias de Luanda, Benguela, Kwanza Sul, Huíla e Lunda Sul, representando uma estimativa de 13.000 famílias, o que equivale a cerca de 80.000 pessoas.

Desalojamento forçado é definido como retiro permanente ou temporário de pessoas, famílias e/ou comunidades das casas e/ou terras que ocupam, contra a sua vontade, sem fornecimento nem acesso a formas apropriadas de protecção legal ou de outro carácter.

Um dia foi dedicado à exposição, audição e reflexão sobre situações e casos de desalojamentos forçados dos seguintes tipos: i) desalojamento negociado com as comunidades, isto é, as boas práticas e o que deveria ser norma; exemplo, o alargamento da estrada da Samba, em Luanda; ii) desalojamento em que as comunidades conseguiram evitá-lo e obtiveram condições alternativas; exemplos, no bairro Wenge Maca e Chimbicato, ambos em Luanda; assim como na Feira do Lobito; em Cadiangala, no Benfica, em Luanda; iii) desalojamento em que a população recebeu algo em troca, mas que não chega é insuficiente; exemplos, Zango, em Luanda; Chavola, no Lubango, Huíla; Saurimo, na Lunda Sul; e bairro da Graça, em Benguela; iv) desalojamento em que a população não recebeu nada e ainda está em tendas e ou ao relento, exemplos, bairros Cambamba e Bagdade, em Luanda; v) ameaças de desalojamento não concretizadas; exemplos, bairros periféricos da cidade do Lubango com habitações por baixo de fios de condução de electricidade de alta tensão, habitações nas zonas ribeirinhas e casas construídas em cima de esgotos, tubagens, etc. vi) desalojamento indirecto destruição de

caminhos, desvios de rios; exemplos, nas zonas de exploração diamantífera, nas Lunada; vii) desalojamento de edifícios nas cidades, por exemplo, que foram privatizados ou em risco de desabamento, no Huambo, em Luanda e outros.

Nos depoimentos, ouviram-se situações incríveis e casos de sofrimento humano. Foram, também, aflorados casos de sucesso, lições, aprendizagem, coragem imarcescível, capacidade de articulação e de denúncia de factos com informação completa sobre o que, quem, com quem, onde, quando, porquê e daí (encaminhamentos). Foram actos de cidadania protagonizados por comunidades indefesas, na presença de homens armados e imponentes máquinas de destruição. No meio disso, vários -activistas apelavam ao não recurso à violência.

Na conferência, os participantes identificaram boas práticas, definiram princípios, estratégias e acções a todos os níveis, seja para prevenir, remediar e reagir aos desalojamentos forçados que põem em causa a dignidade humana, exigem das autoridades que parem imediatamente as demolições e desalojamentos forçados até que haja legislação adequada e condições alternativas dignas de realojamento das populações. A conferência também foi um espaço de articulação e partilha entre organizações e comunidades afectadas, incluindo organizações da sociedade civil no mundo, que actuam noutras esferas e escalas internacionais, porque, afinal de contas, o desalojamento faz parte de Um quadro mais geral da globalização.

Em relação aos problemas sociais e à cidadania, existem pessoas, grupos, organizações e comunidades que, gradualmente, estão a passar de um nível de consciência ingénua para um nível de consciência crítica em quantas pessoas têm noção e compreensão das causas dos problemas que os afectam. Ademais, a conferência foi também um passo para cultivar uma consciência organizativa que requer articulação, acção colectiva.

7.4 Conferência reprova brutalmente nos desalojamentos

Semanario Angolense

De 7 à 14 de Agosto de 2010

Realizada sob o signo de promoção do direito à habitação, entre os dias 29 e 31 de Julho, na cidade de Benguela, a Conferência “Não Partam a Minha Casa” condenou a “forma brutal” como as autoridades angolanas têm levado a cabo o desalojamento de famílias alegadamente em reservas fundiárias, realojadas, regra geral, em péssimas condições de sobrevivência. Os mais de duzentos delegados, representantes de várias organizações da sociedade civil, entre as quais as entidades promotoras, defenderam, em resposta ao quadro actual, uma estratégia nacional de integração e prevenção de desalojamentos forçados.

Os conferencistas, oriundos de Benguela, Luanda, Kwanza Sul, Lunda Sul e Huíla, as províncias mais afectadas, apelaram ao respeito e promoção do direito à habitação condigna. Concluíram ser necessária a integração das comunidades, por via da estratégia de prevenção de desalojamentos, em movimentos globais afins, na perspectiva de uma política habitacional sustentável. Desta forma, dizem os participantes, mais facilmente surgem espaços comuns de debates e trocas de experiências em relação a instrumentos nacionais, regionais e internacionais sobre a matéria. “Exigimos a solução do problema dos realojados em situação precária, lê-se no comunicado final da Conferência, que louva, por outro lado, a distribuição de parcelas de terras para a autoconstrução dirigida no bairro da Graça, arredores de Benguela. Por esta razão, membros de comunidades vítimas de demolições, académicos e organizações da sociedade civil vêm na medida do executivo do general Armando da Cruz Neto um incentivo aos demais governos provinciais.

Experiências internacionais apresentadas ao logo dos três dias de acesos debates mostraram que a resistência a desalojamentos forçados tem vindo a aumentar, variando conforme o contexto de cada país. Unânicos, convidados provenientes de países como Portugal e Brasil disseram que a resistência tem de ser acompanhadas de propostas direccionadas às autoridades. Para além das conclusões, a Conferência “Não Partam a Minha Casa” produziu um plano de acção que contempla uma maior articulação entre as comunidades e os órgãos de informação.

Apresentado pelo Engenheiro José Patrocínio, coordenador da OMUNGA, um dos promotores, o plano prevê uma regular distribuição de cartas com conteúdos que exigem o respeito pelo direito à habitação, sendo os destinatários as administrações comunais, municipais, a Assembleia Nacional e o Presidente da República. Comunidades de Luanda, de acordo ainda com José Patrocínio, têm em perspectiva uma marcha de protesto até ao Governo. Provincial, inserida numa campanha internacional que pretende alcançar soluções para os realojados de forma precária

7.5 Conferência “Não partam a minha casa” Benguela, 29 de Julho de 2010

Angolense

De 7 à 14 de Agosto de 2010

Comunicado final

Entre os dias 29 – 31 de Julho de 2010 realizou-se na província de Benguela a conferência nacional sobre desalojamentos, sob o lema “Não Partam a Minha Casa,” com a participação de cerca de uma centena de delegados em representação de comunidades afecta-

das nas províncias de Luanda, Benguela, Kwanza Sul, Huíla e Lunda Sul, organizações da sociedade civil, estudantes académicos, políticos e população em geral. A mesma teve como objectivo conceber uma estratégia nacional e de integração em movimentos globais de prevenção e combate às demolições e desalojamentos forçados, tendo durante os três dias de trabalho as discussões viradas nos seguintes eixos:

1. Experiências de redes internacionais pelo direito à habitação
2. Experiência da sociedade civil angolana, com depoimentos das comunidades e organizações envolvidas no processo.
3. Análise das experiências e identificação das lições aprendidas
4. Debates de estratégias futuras, tendo em atenção os sub-temas de advocacia, comunicação e acções de terreno.

Durante a conferência, os participantes partilharam vários testemunhos de pessoas e comunidades que viram as suas casas destruídas, sem aviso prévio e protecção legal, estando nesse momento a sobreviverem em condições difíceis. Deste modo, apela-se a uma melhor gestão urbana e implementação de planos directórios com vista a permitir que os processos de requalificação respondam às expectativas, necessidades, direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

De igual modo, os participantes reconhecem que a participação e o envolvimento das comunidades na problemática das demolições e desalojamentos, o diálogo e o entendimento entre os governos e a sociedade civil é imprescindível para a definição e construção dos processos de melhoria das condições de vida das populações e do crescimento e desenvolvimento das zonas habitacionais.

Reconhecendo que a habitação adequada é condição fundamental para a vida humana e o exercício pleno, da cidadania, os participantes à conferência, apelam ao Estado e às instituições angolanas a respeitar, proteger e promover o direito à habitação adequada.

Por outro lado, os participantes ao evento reafirmaram a sua condenação à forma brutal como as autoridades do país levam a cabo o desalojamento de pessoas, que alegadamente ocupam zonas consideradas reservas do Estado, ao mesmo tempo que saudaram as intenções do governo em atribuir título de propriedade às populações da comunidade da Graça em Benguela e encorajam que os outros governos provinciais sigam o mesmo exemplo. Igualmente, os participantes tomaram nota e expressaram os seus votos de solidariedade para com o

Coordenador do SOS Habitat, Luís Araújo, actualmente exilado na Europa por força das suas intervenções no combater às demolições e desalojamentos forçados em Angola.

Finalmente, os participantes recomendaram o seguinte:

1. A elaboração e implementação de uma estratégia nacional de prevenção das demolições e desalojamentos forçados, assim como a integração em movimentos globais afins.
2. À partilha de experiência e informação sobre acções de advocacia e lobby no domínio do planeamento e políticas de habitação sustentável.
3. A criação, reforço e consolidação de espaços comuns para debate e partilha de instrumentos nacionais, regionais e internacionais sobre o direito à habitação adequada como forma de desencorajar futuras acções de demolição e desalojamentos forçados por parte das autoridades angolanas.
 - a) Os participantes exigem das autoridades que parem imediatamente as demolições e desalojamentos forçados até que haja legislação adequada e condições alternativas dignas de realojamentos das populações.
 - b) Exigem a resolução prioritária da situação das populações que foram realojadas em situações extremamente precárias.

Neste dia 31 de Julho, os participantes à conferência felicitam todas as mulheres africanas, em geral, e as angolanas em particular e expressam a sua solidariedade a todas aquelas que vivem na situação de desalojadas e em situação vulnerável e deplorável.

Conferência Nacional sobre Desalojamentos “Não Partam a Minha Casa”, Benguela, aos 31 de Julho de 2010.

7.6 Altos & Baixos

Semanário Angolense
14 de Agosto de 2010

Embora tenham num ambiente menos severo, como até reconheceram alguns activistas cívicos, a nova onda de demolições que se abateu sobre as pobres populações dos municípios huilanos do Chinguar e Matala, continuou a ter o seu quê de sadismo, já que tem estado a ocorrer como sempre: primeiro derruba-se as casas e depois é que se buscam as condições de realojamento, que deixam muito a desejar. Desta vez, a má sorte recaiu sobre cerca de 400 famílias, que estão a viver ao relento, com crianças e tudo. E vêm aí as chuvas. Porque é que nunca se faz

ao contrário – primeiro construir alternativas e só depois demolir as casas? é a pergunta que reiteramos.

O dono das Organizações Santos Bikuku gosta de “organizar” – as aspas são propositadas – excursões de apoio às “Palancas Negras” em jogos fora do país. E assim o fez a propósito do jogo de quarta-feira última, em Lisboa, diante dos uruguaiois. Porém, desta vez, a coisa deu p’ro torto, devido à recusa do consulado de Portugal em conceder os vistos aos excursionistas. Não se sabe se ele já reembolsou os que haviam pago. Consta que a recusa dos vistos não foi só por os pedidos terem chegado a dês tempo, mas também porque os tugas já saberão que as suas excursões têm estado a facilitar a emigração ilegal de alguns “angolanos” que adoram Paris.

Uma decisão, que ainda não foi muito bem compreendida, do Chefe do Estado Maior General das FAA, Francisco Furtado, já deve ter causado estragos que chega em várias famílias angolanas, uma vez que se sabe que “em casa que não tem pão todo o mundo ralha e ninguém tem razão”. Se calhar até já houve casamentos desfeitos, porque, na maior parte dos casos, “quando o dinheiro falta, o amor foge pela janela”. Este pode ser o caso em várias das mais de 120 famílias que dependem de igual número de funcionários do 1.0 de Agosto que desde há nove meses que não vêem a cor do dinheiro, devido à tal decisão de Francisco Furtado (ver interior). Isto se faz?

7.7 Construção arbitrária perturba plano urbanístico

Jornal de Angola
De 16 de Agosto de 2010

A construção de armazéns para fins lucrativos está a aumentar no Namibe, palmo a palmo, principalmente nas zonas periféricas da cidade, onde o bairro 5 de Abril é líder em obras. Um negócio em que todos parecem ganhar, embora uns mais do que outros.

“O terreno é meu e posso vendê-lo. Não faz mal a ninguém. Com o dinheiro vou construir outra casa, comprar um meio de transporte e levar o resto à minha filha, que está doente no Lubango”. Domingos Chivwale é uma antiga vítima das cheias de 2001, razão pela qual lhe foi concedido um terreno pela administração municipal, para que construísse a sua nova casa, o que fez. Conta que agora pretende vender a parcela a homens de negócios que estão a construir os armazéns, alegando a falta de dinheiro para tratar a filha, que se encontra muito tempo doente, e com o que restar comprar um meio de transporte que lhe facilite as deslocações.

A execução dos armazéns é feita com carácter definitivo. Ao romper da manhã, estivadores ambulantes partem à procura de serviços de “carga e descarga”, em locais de fabrico de blocos e venda de cimento nos quintais das

casas, que também proliferam na cidade.

Diariamente, deparamo-nos com “operários” em constante movimento. Enquanto uns levantam andaimes e paredes, outros cavam caboucos ou cobrem tectos. Todo um exercício destinado ao homem com um único propósito: encontrar o seu ganha-pão.

Nas estradas podem ver-se camiões carregados de areia, cimento, pedras ou brita, em direcção a locais onde são erguidas as obras de construção. Conforme estes descarregam os inertes, ou outro tipo de materiais de construção, O condutor faz passar a propaganda. “Precisas de quê? De areia ou brita? Basta contactar-nos ligando para os terminais 923 45, 9346577 ou ainda 9, estamos à vossa inteira disposição.”

A nossa reportagem percorreu todos os bairros e apurou que, hoje em dia, um dos negócios mais rentáveis, e que também “dá vida” a alguns munícipes, é a confecção de blocos. Por todo o lado é visível a publicidade: “Aqui vendem-se blocos”, “Temos blocos à venda”, ou ainda. “Areia, pedra, bloco, tudo aqui ao seu dispor”. Nutras ocasiões, basta ver a ilustração nas paredes dos produtos comercializados.

Gabriel Maurício Ngueleya tem 35 anos e é pai de seis filhos. Confessou ao Jornal de Angola que a construção de um armazém para um negócio próprio foi um dos sonhos que acalentou, desde que começou a dedicar-se à revenda de produtos diversos, na praça do então bairro da Nação Tchindukutu Praia, destruído pelas cheias de 2001.

Encontrámo-lo no bairro 5 de Abril, junto das estruturas físicas do seu armazém, cujas obras estão longe de terminar. “Sempre me dediquei bastante ao negócio, embora, como é sabido, nesta actividade existam muitos riscos: ora ganhas, ora perdes o lucro. Mesmo assim, tive a coragem e o sonho de vencer um certo dia.”

Gabriel Ngueleia está ciente de que quando o armazém abrir as portas, “vou ter muita procura de outros homens de negócios para armazenarem a sua mercadoria e, com isso, fico a ganhar, mesmo sem ter o que vender,” confia. Por aquilo que pudemos constatar, este tipo de negócio, embora mais praticado por pessoas de baixos rendimentos, também envolve os “endinheirados”, para juntarem o útil ao agradável, já que “o dinheiro nunca é demais”. Mas nem todas as obras que observámos se compadecem com os critérios e normas definidos pela administração municipal.

Blocos são bons negócios

Alguns moradores, principalmente os do 5 de Abril, vendem as suas casas ou os terrenos ao seu dispor – por vezes fazem a troca a indivíduos capazes de erguer os famosos “entrepósitos”, onde toda a procura é grande, dada a localização geográfica do maior mercado informal do Namibe, localizado naquele bairro.

Outros envolvidos vendem o mesmo terreno a mais de

uma pessoa e com a bula à mistura, “acabando estes casos” remetidos à inevitável intervenção das autoridades competentes.

Nestas circunstâncias, nem todos os que vendem as suas casas têm a mesma sorte. Uns conseguem erguer as novas paredes enquanto, pela ganância de obter valores fabulosos, outros há que acabam por perder o dinheiro (gasto, nalguns casos, a suportar os vícios) ou a residência, por incumprimento das decisões.

Madalena Josefa vivia maritalmente, há 19 anos, com Luzamba Castigo Kapelele, com quem teve quatro filhos. De há algum tempo a esta parte, devido à incapacidade financeira de Luzamba Kapelele, de 61 anos, começaram os desentendimentos no seio do casal. Hoje, a separação tomou o lugar dos anteriores momentos de afecto e Madalena resolveu vender a casa com quintal, para dividirem o dinheiro e depois ir “cada um à sua sorte”. Madalena Josefa, ou simplesmente “Madó”, revelou à nossa reportagem que o terreno onde ficava a sua casa “se transformou” num grande armazém.

Os proprietários das casas de fazer blocos também estão satisfeitos com a concorrência, porque o seu produto tem mais saída, conforme faz crer Manuel Carlos, que se dedica a esse negócio de forma experimental. “Estou nesta actividade há três meses e vejo que as coisas podem dar certo. Vou trabalhar mais um tempo para ver até que ponto esta experiência é válida, já que estamos sem emprego”, admitiu o jovem empreendedor.

Falta fiscalização

O administrador municipal do Namibe, Armando Valente, disse que no âmbito do entendimento que tem do ordenamento e do próprio plano director do município, “não há nada que surja ao acaso”, acrescentando que estão bem definidas as áreas para construção de residências, para investimentos no domínio industrial e para a construção de todo o tipo de equipamentos.

“Nós escolhemos para a construção de armazéns e outros equipamentos dessa natureza a área de quem vai para a província da Huíla. Para as áreas residenciais temos também os espaços devidamente estruturados, para o fomento industrial e outros equipamentos de natureza semelhante definimos as zonas de quem vai para o Saco-mar Logo, não é uma preocupação, neste momento, definirmos áreas para construção de armazéns e outros equipamentos”.

Armando Valente reconhece que aquilo que tem acontecido se deve, por vezes, à “fragilidade que ainda temos no serviço de fiscalização”, indo alguns munícipes alterando o objecto para o qual solicitam um determinado tipo de terreno.

“Nós recebemos aqui pedidos, por exemplo, a solicitarem-nos um terreno para construção de uma residência familiar. Logicamente, nós concedemos o terreno acautelando os pormenores. Mas quando damos conta, o terreno já não

é para construção duma residência, porque o cidadão pretende erguer um armazém e/ou uma loja. Portanto, isso tem criado dificuldades, e até mesmo nas zonas que nós atribuímos para fins habitacionais, temos estado a encontrar esse tipo de situação”, sublinhou o administrador.

Armando Valente disse que a grande contrariedade reside no facto de quando se apercebem, “já a edificação está avançada. Entre o mandar demolir e ter que requalificar, também há outros aspectos que pela sua natureza devemos entender e compreender. Enfim, temos tido esse tipo de constrangimento”, declarou. No entanto, garantiu que sempre que surge um caso do género, detectado logo no início, “mandamos parar e, se possível, demolir mesmo a obra”.

A área consignada para construção de armazéns é a que vai ao longo da estrada Namibe / Lubango, reafirma. “E se observar, grande parte dos equipamentos ou empreendimentos dessa natureza estão a ser erguidos nessa direcção”.

Enquanto isso, as opiniões dos negociantes divergem. De acordo com Maria de Lurdes, que vende no maior mercado da cidade, comprar nos armazéns para depois revender é vantajoso, porque nesse caso “não há motivos de suspeita de produtos expirados,” por serem inspeccionados. Mas Fernando Samba prefere deslocar-se ao mercado informal do Tchico, no Lubango, para fazer as suas compras a um valor que corresponda ao seu bolso e, na medida do possível, “pedir um desconto, o que nos armazéns é impossível de se fazer”.

7.8 Omunga diz-se vítima de ameaças

A Capital

De 21 de Agosto de 2010

A hora do fecho desta edição, já ao cair da tarde de quinta-feira, 19, prevalecia o silêncio do Comité Provincial do MPLA, em relação a acusações sobre intromissão ameaçadora do partido na vida das associações da sociedade civil, entre as quais a OMUNGA, precisamente a entidade que faz chegar tais denúncias a vários órgãos nacionais e internacionais.

Em carta dirigida ao Presidente do MPLA, José Eduardo dos Santos, a organização de José Patrocínio escreve que estes posicionamentos ameaçadores à liberdade de associação, de pensamento e de cidadania, encontram raízes na luta contra o desalojamento forçado das famílias que residem no recinto da Feira do Lobito.

O documento, cujo título se estende à “limitação do espaço da cidadania promovido pelos órgãos de comunicação social públicos”, acrescenta que a posição da OMUNGA visa impedir a privatização daquele recinto público, onde se pretende erguer um hotel.

A propósito da construção desta infra-estrutura, a carta cita esclarecimentos do governador provincial, general

Armando da Cruz Neto, curiosamente o 10 secretário provincial do partido no poder. Nesta perspectiva, solicita ao Presidente Eduardo dos

Santos esclarecimentos sobre a veracidade e legitimidade que o seu partido possui em relação ao espaço. Organização com estatuto de Observador Africano dos Direitos dos Povos, a OMUNGA quer, pois, que sejam apresentados aos lobitangas a necessária documentação. Tal preocupação, lê-se na carta a que o A Capital teve acesso, dá lugar a recursos ao Juiz Presidente do Tribunal de Contas e à Assembleia Nacional, de que pretende uma investigação tendente a apurar a possibilidade de ter havido alienação indevida do património público, em benefício de um ente privado.

A confirmar-se, seria um propósito contrário ao seu fim social, com elevados prejuízos para a colectividade, acrescenta r o documento. Em vários pronunciamentos públicos, alguns s feitos a convite deste jornal, o C secretário para Informação do u Comité Municipal do MPLA, ti Alberto Ngongo, chegou a reiterar que o seu partido vai, efectivamente, avançar para o que bem entender na Feira do a Lobito.

“Enquanto proprietário, o nosso partido pode fazer o que quiser”, frisou Ngongo, que aventou a possibilidade de distribuição de terrenos aos cidadãos que lá se encontram. Contra os desígnios de quem convive com o espectro de desalojamento, já lá vão alguns anos, o político descartou a hipótese de cedência de material de construção. “Somente terrenos”, sublinhou.

Alguns meses depois, o tema volta a estar na ordem do dia, com a OMUNGA a aproveitar a ocasião para, na recta final da sua exposição, também enviada à Genebra (o centro das discussões sobre direitos humanos), mencionar que Angola, membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU, tem inúmeras responsabilidades.

Uma delas, indica, é a criação de um ambiente seguro e de apoio aos defensores de direitos humanos, agindo sem obstáculos e em segurança. O semanário A Capital procurou chegar à fala com Zacarias Davoka, secretário para Informação do Comité Provincial do MPLA, um dirigente normalmente aberto à imprensa, mas viu gorados os seus intentos. O seu telefone andou fora de serviço durante toda a manhã de quinta-feira, altura em que foi preparada a peça que o leitor tem em títulos

7.9 Reservas fundiárias no Sumbe está à espera de redes técnica

Jornal de Angola

De 21 de Agosto de 2010

A reserva fundiária dos ex-carvalhos, no município do Sumbe, aguarda pela instalação de redes técnicas, disse, na quinta-feira, à Angop, o responsável do projecto urbanístico.

João Teixeira – que falava à margem da apresentação do projecto ao ministro do Urbanismo e Construção, José Ferreira, e ao governador provincial, Serafim do Prado – afirmou que “esta fase, que envolve a instalação das redes de energia eléctrica, água potável e telefones, surge depois da modelagem do terreno e dos armamentos”.

O recinto, referiu, está projectado para a construção de 4.971 fogos habitacionais para pessoas de baixo, médio e alto rendimento.

João Teixeira revelou que há uma área de 900 metros quadrados para “habitações de alta renda, 600 para média renda e 400 para a autoconstrução dirigida”. Para além do projecto habitacional, na província do Kwanza-Sul estão também em curso obras de impacto social, no âmbito do programa de Governo de melhoria e aumento da oferta de bens e serviços sociais básicos à população. Hospitais, escolas e sistemas de distribuição e de fornecimento de água e de energia destacam-se entre as obras.

7.10 Penúria e sujidade dominam o Zango

A Capital

21 de Agosto de 2010

Rosa Isaac Miguel é uma dos muitos deserdados do bairro Benfica, na Ilha de Luanda. Ela faz parte do grupo de pessoas desalojadas a 19 de Abril de 2009, à luz de uma deliberação do Conselho de Ministros.

Quando os moradores do Benfica viram suas casas deitadas abaixo por homens e máquina de grande porte, tinham a promessa de que viviam em condições precárias, pelo que iriam para Zango. As promessas, na altura, foram das melhores e bem intencionadas possíveis. “Não recebemos casas”, disse Rosa Isaac Miguel.

De lá para cá, estes populares continuam a nutrir esperanças idosas por um futuro melhor, aliás, como lhes foi prometido. “Ainda estamos a viver nas tendas”, lamentou Rosa.

E como se não bastasse, outros problemas pontificam. O abastecimento de água potável que seria diário, é feito de forma intermitente. Quando na semana passada a reportagem *A Capital* passou por lá, os moradores estavam há bastante tempo sem água. “Estamos há três semanas sem abastecimento”, contou.

Perante esta situação, a solução é comprar água. Vinte e cinco litros do líquido, custam 100 kwanzas. A fonte são as casas vizinhas ou nos reservatórios do outro lado do bairro, numa distância de cerca de seis km, a pé.

“Fazemos o que podemos, porque precisamos da água para beber, lavar a roupa, dar banho às crianças e cozinhar”, disse, por sua vez, Isaura Novito.

Algumas vezes percorrem distâncias maiores, tais como do Zango-I ao bairro Calumbo, Viana, para alcançar o rio Kwanza.

O cenário é aquele: quem não vai à fonte, não bebe água. A que existe no local, é tão imprópria que nenhum ser vivo tomaria. “Sabemos que a água não está boa para beber, mas não temos outra saída”, salienta Isaura Novito.

Lixo, fezes e água

Os primeiros moradores do Zango-I, portanto, os populares retirados das zonas de risco da Boavista, queixam-se de terem perdido as lavras que lhes serviam para produzir alimentos, cujas sobras iam para vendas e alimento. Tiveram que abandoná-las assim que chegaram os da ilha de Luanda.

Devido à falta de latrinas defecam e satisfazem todas as necessidades fisiológicas ao ar livre, nas lavras. “o mau cheiro chega até dentro de casa”, disse Fátima Correia, acrescentando que “isto sem falar que perdemos tudo que tínhamos plantado”, lamenta a moradora.

A nossa reportagem deu igualmente conta que, entre as tendas e as residências antigas do Zango-I está um balneário público, sem portas nem sanitas, e logo ao lado, um reservatório de água, num verdadeiro atentado à saúde pública.

A peregrina Rosa Isaac Miguel conta como o processo decorre. Segundo ele, as necessidades fisiológicas são feitas em penicos e sacos plásticos, que são depositados nos reservatórios de lixo, aproveitando a discricção da noite.

“Não temos casa de banho”, reclama Rosa Isaac, queixando-se também da falta de recolha de lixo pela operadora.

Doença no Zango já tem nome

Recentemente a comuna do Caalumbo, em Viana, foi sacudida pela morte espontânea de oito pessoas por uma doença incomum. Após tomarem conhecimento, as autoridades constituíram uma equipa ida da repartição de Saúde de Viana, encarregue de investigar as causas daquelas mortes.

“Procedemos a colheita da água e de fezes das crianças que ainda encontramos com diarreia e vômitos”, disse Elsa Palma Mendes, chefe da repartição de Saúde de Viana.

De acordo com a responsável, o saneamento do meio, fontes de abastecimento de água, hábitos higiénicos e dietéticos da comunidade foram tomados em conta durante o levantamento, tendo em conta que a doença era caracterizada por vômitos e diarreias.

“Os resultado foi Sigiloso”, informou a médica, explicando tratar-se de uma bactéria que causa diarreia sanguinolenta às pessoas e que se contrai através da intoxicação alimentar.

Elsa Mendes adiantou que a Sigiloso não tem nada a ver com a cólera. A única semelhança, observou, são os sintomas. Ambas as doenças são de transmissão via fecal oral.

“Por exemplo, se as crianças ao brincarem com o barro, se não lavarem as mãos e pegarem logo nos alimentos, podem contrair esta doença”, indica Elsa Palma Mendes, ao esclarecer que as mortes não foram imediatas e a sintomatologia variou de pessoa para pessoa. Alguns doentes resistiram duas semanas, enquanto outros tiveram apenas dois dias.

O tratamento dos doentes ainda segue.

Com base nos resultados do laboratório foram testados vários fármacos e a patologia é sensível, apenas, a dois fármacos, masque segundo Elsa Mendes, o nome não pode ser divulgado por uma questão de sigilo profissional e segurança para a população. “Serve para evitar a auto-medicação, no seio da comunidade”, defende Elsa.

Estes mesmos fármacos já se encontram disponíveis na unidade do bairro Venceremos e outros centros de saúde, como do Zango, Calumbo e Posto Médico do Anangengue.

7.11 Governadora distribui títulos de lotes

Jornal de Angola
27 de Agosto de 2010

As valas de drenagem para as águas pluviais e residuais no município do Sambizanga estão desde o princípio do mês a beneficiar de limpeza por parte dos Serviços Comunitários.

O objectivo é prevenir enchentes durante a época chuvosa.

De acordo com o administrador municipal adjunto do Sambizanga, Agostinho Silva, os trabalhos estão a ser feitos após terem sido identificados pelos membros do programa municipal de prevenção e combate contra as calamidades naturais, os principais locais de risco, actualmente com excesso de resíduos sólidos.

Explicou que a intervenção da administração prende-se com a retirada dos detritos nas valas de drenagem do Porto Pesqueiro, desobstrução das sarjetas e substituição de contentores no bairro Operário e a reabertura de algumas valas há muito inoperantes, para permitir maior fluidez das águas.

Durante a época chuvosa passada, algumas residências construídas em zonas precárias, nas encostas da Boavista, desabaram em consequência de desmoronamentos de terras e outras ficaram inundadas, devido ao excesso de lixo nas valas de drenagem.

As ruas das encostas da Boavista, bairro Madeira, Roque Santeiro, ruam 200, zona de estrangulamento do Porto Pesqueiro até junto a Sonils, assim como a área dos deslocados da primeira localidade, no bairro Uíge e Farol das Lagostas, foram apontadas como as mais preocupantes.

7.12 Famílias transferidas para zonas mais seguras

Jornal de Angola
27 de Agosto de 2010

As famílias residentes nas tendas do bairro Zango 1, na comuna de Calumbo, no município de Viana, começaram desde ontem a ser transferidas para outro local.

A chefe da secção municipal do Ministério da Assistência e Reinserção Social (Minars), Florinda Bento, disse que são 44 famílias que estão a ser retiradas do bairro para serem realojadas no Zango 3.

Florinda Bento adiantou que este processo beneficia os sinistrados do incêndio da zona dos trapalhões, na Ilha de Luanda, que vão poder contar com um espaço e material para a auto construção dirigida.

Plano em marcha

Segundo a Angop, que avançou a informação, a administração municipal de Viana possui um plano em execução que incentiva os responsáveis das comissões de moradores a realizarem campanhas de limpeza e apontarem as áreas de risco, devido à época chuvosa que se avizinha, podendo desta forma trabalhar em conjunto.

O município tem uma superfície de mil e 343 quilómetros quadrados e possui cerca de dois milhões de habitantes. Encontra-se localizado na parte sudoeste da província de Luanda, limitado a norte pelos municípios de Cazenga e Cacuaco, fazendo fronteira a leste com a Quissama (província do Bengo) e a oeste com o oceano Atlântico dos moradores tem contribuído para a sua degradação contínua, principalmente no interior.

7.13 Construções anárquicas invadem aeroporto

Jornal de Angola
De 22 de Agosto de 2010

Os bairros dos arredores do aeroporto Albano Machado, no Huambo, estão a crescer de modo tão descontrolado que já invadiram o perímetro aeroportuário, constituindo um perigo para a aviação e moradores.

Os bairros Sass onde II e Susse, na comuna do São Luís, estão situados bem próximos da pista do aeroporto, já no terreno pertencente à ENANA. O facto é bem visível para qualquer visitante que chegue à cidade do Huambo por via aérea.

A reportagem do Jornal de Angola deslocou-se ao local e constatou que, a cada dia que passa, surgem novas casas, cujos utentes, apesar de não possuírem qualquer documentação, dizem que as construíram com conhecimento da administração municipal do Huambo.

O Sass onde II, na área de Fátima, e o Susse, no São Luís, são dos novos bairros, em fase de crescimento, que representam riscos maiores para os aparelhos que chegam ou

levantam voo do aeroporto Albano Machado.

A Direcção Provincial do Urbanismo e Habitação e a administração municipal do Huambo têm domínio da situação, disse, ao Jornal de Angola, o director provincial da Empresa Nacional de Aeroportos e Navegação Aérea (ENANA), Januário Silvestre Pena.

As autoridades locais optaram pela delimitação e vedação do perímetro aeronáutico, mas as casas já estão para lá da vedação, o que deixa Januário Pena apreensivo quanto ao futuro.

“Num passado muito recente, as estruturas que velam pelo ordenamento do território entendiam que o problema passava apenas pela vedação do espaço, mas a invasão dos terrenos pelos populares persiste e até já transpôs a vedação colocada em finais de 2008”, esclareceu.

O responsável provincial da ENANA afirmou que, por razões técnicas e de segurança, a construção de casas devia ser apenas autorizada – se é que o foram – entre um e dois quilómetros depois da vedação.

“Dentro do perímetro de um quilómetro, a zona deve estar livre de obstáculos, sejam residências ou outro tipo de construções, para evitar acidentes que possam ser causados por um eventual despiste de uma aeronave. Isso faz parte das normas de segurança”, lembrou Januário Pena garantiu que a construção de casas nas áreas proibidas do aeroporto é feita por pessoas que não possuem nenhum tipo de licença da administração do município.

Aliás, sublinhou, era estranho se tivessem licença para construir num local proibido e perigoso.

A direcção provincial da ENANA, disse, já protestou junto das autoridades, sobre violação dos terrenos do aeroporto.

“A administração municipal tem-nos ajudado bastante, mas o facto é que, a cada dia que passa, os terrenos estão a ser ocupados.

Faço um apelo para que haja maior rigor no trabalho de fiscalização, para permitir a descoberta dos cidadãos envolvidos na construção ilegal. Há que tomar medidas preventivas contra os prevaricadores. As pessoas que estão a construir aqui não o fazem de moto próprio”, acusou Januário Pena.

O tapete asfáltico da pista do aeroporto Albano Machado, de mais de dois mil metros, apresenta sinais de degradação, situação que tem sido remediada com trabalhos de tapa buracos. A pista foi concebida para um período de 20 anos e já leva cerca de 50 em funcionamento.

O director provincial da ENANA afirmou que já foi aprovado, pelo Governo, o projecto de reabilitação e ampliação da pista do aeroporto Albano Machado, mas que ainda não está definida a data do início da empreitada.

No bairro Susse onde, alguns cidadãos asseguraram à reportagem do Jornal de Angola que estão a erguer as suas

casas com conhecimento da administração. Já no bairro Susse, outra área de risco, os habitantes referiram que já foram informados pela administração do município que vão serão realojados num outro local, mais seguro.

“Tudo sob controlo”

O administrador municipal do Huambo, em exercício, Luís Marcelino, interpelado pelo Jornal de Angola, reconheceu que existe, de facto, uma invasão dos terrenos do aeroporto.

“Já fomos alertados para o facto, em várias ocasiões, pela direcção ENANA. Num futuro muito breve vão ser tomadas medidas, que passam pelo desalojamento de todos os cidadãos que estão a construir nas áreas de risco na zona do aeroporto Albano Machado”, disse.

As construções anárquicas, salientou, acontecem porque o Huambo não tem um plano de desenvolvimento urbano. Se existisse um plano director de urbanização da cidade, “as pessoas que estão a construir na zona do aeroporto tinham de solicitar e verificar o terreno junto das estruturas competentes da administração municipal.

Depois, a administração procederia de maneira correcta, analisando, primeiro, se o terreno serve para o fim pretendido. Fazia as medições e obedecia aos demais procedimentos legais”.

José Marcelino acrescentou que “à posteriori, realiza-se o processo de legalização e, no decorrer do mesmo, tem de haver licença de vedação e de arrematação, para que seja bem sucedido junto das repartições competentes”.

“Assim se procede em qualquer parte do mundo”, referiu. O administrador em exercício do Huambo esclareceu que o Governo “compreende a necessidade das pessoas terem casas, já que muitas delas deixaram a província no período de guerra e agora regressam às suas zonas de origem, praticamente, despidas de tudo”.

José Marcelino acrescentou que, ainda assim, “há procedimentos que devem ser cumpridos”. “Nenhum cidadão tem o direito de ocupar qualquer parcela de terreno sem a devida autorização das estruturas competentes do Governo ou do Estado”, acentuou.

Sobre a zona do aeroporto Albano Machado, assegurou ao Jornal de Angola que as estruturas competentes têm o controlo da situação.

“A maioria das construções estão fora do perímetro de vedação. Todos aqueles que tentarem ultrapassar ou violar esse perímetro, são severamente sancionados, por via dos mecanismos legais”, avisou.

Quanto à insegurança no momento em que os aparelhos se fazem à pista, afirmou que no Huambo há situações mais graves e prementes para a administração municipal e citou o exemplo da construção de casas nos cemitérios e em zonas florestais de difícil acesso, onde, “se ocorrerem incêndios, os habitantes dificilmente são socorridos”.

7.14 Demolições voltam a agir Matala e Quipungo

Agora

De 7 de Agosto de 2010

A operação que começou na Matala, sob coordenação de Vitória Correia, vice governadora para a área técnica, forçou os populares a retirar os seus haveres das suas casas e toda a cobertura, deixando apenas as paredes que serão destruídas pelas máquinas do governo provincial.

Os desalojamentos nestas localidades deixaram aflitos e irritados os populares visados, não só pelo facto das autoridades não terem cumprido com as promessas inicialmente feitas, sobretudo no município de Quipungo, onde até agora a zona que deveria acolher os desalojados, continua completamente fechada por arbustos, capim e morros de salalé.

Segundo apurou este semanário, teria sido esta iniciativa que levava, em Abril último, o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, a constatar os passos dados pelas autoridades, tendo verificado que a zona carecia de desmatação.

Até à data, a administração do município nunca mais deu seguimento ao processo, no que tange a limpeza e a criação de condições mínima de habitabilidade para um ser humano.

Na Matala, onde se presume ter havido algum empenho por parte das autoridades, a população está a ser transferida para as áreas de Mukete e Cahululu, onde já foram distribuídos terrenos às famílias afectadas, não obstante a falta de tendas e chapas prometidas inicialmente.

O quadro parece cada vez mais desolador no Quipungo, onde para além dos habitantes da linha-férrea, foram igualmente desalojados os que residiam a cerca de 50 metros dos postes de energia de alta tensão.

Os desalojados continuam com os seus haveres ao ar livre, devido à inacessibilidade da área indicada e à falta de tendas para se abrigarem.

Intrigante como sempre, o processo de desalojamento na Matala e em Quipungo, decorre na ausência do governador provincial que se encontra de férias.

Isaac dos Anjos delegou a competência do processo a Vitória Correia, que acompanha à distância o palco dos acontecimentos, às vezes com óculos de sombra e boné no rosto.

A celeridade com que se tem imprimido o processo de desalojamentos no perímetro ferroviário tem deixado indignada a sociedade, não só pelo facto de se estarem a violar sistematicamente os Dh mas, também, pelo facto de as obras que se alegam serem a razão urgente do processo nunca terem arrancado, por alegada falta de dinheiro.

Sabe-se, no entanto, que o acampamento chinês na zona da Arimba, que trabalha na recuperação da linha-férrea

há quase um ano se encontra despovoado, porque o seu efectivo voltou à China, devido à paralisação das obras, motivada pela ausência de financiamento.

7.15 Desalojados na Matala tratados com dignidade

Angolense

De 7 à 14 de Agosto de 2010

Numa recente visita que a Associação Construindo Comunidades efectuou ao Kahululu “novo habitat” dos desalojados, da Matala, constatou que ali as condições são melhores se comparadas com as da Huíla.

Segundo a fonte, antes das demolições, as famílias transportaram os seus haveres e materiais recuperáveis (chapas, portas e outros materiais) para Kahululu, agora chamada de “a terra prometida”, que fica a três quilómetros da sede do município e a menos de um quilómetro do mercado municipal da Matala. Por ocasião das demolições, segundo disse o responsável da ACC, a maior parte das famílias não assistiu a queda das casas, porque estava ocupada na marcação de terrenos, feitura de adobes e construção de novas residências.

Outro aspecto positivo apontado pela Associação Construindo Comunidades é o facto da água para o fabrico dos adobes serem disponibilizada pela administração municipal da Matala. No terreno existem dois camiões-cisternas, com 22 mil litros cada, a abastecerem todos os dias, incluindo aos domingos, para todos quantos estão a fabricar adobes

A população vulnerável, como idosos, viúvas e os portadores de deficiência, num total de 20 pessoas, não podendo fazer sozinhos os adobes e as casas, estão a ser ajudados por 100 voluntários das igrejas cristãs locais mais alguns activistas da JMPLA (organização de jovens filiados no partido no poder) e da OMA (Organização da Mulher Angola, braço feminino do MPLA).

Quanto ao acesso à energia e água potável, estão em pleno funcionamento três bombas eléctricas de água movidas a energia solar, sendo a primeira com capacidade de 7mil litros de água/hora, a segunda 6mil litros de água/hora e a última 5mil litros de água/hora. No entanto, ainda não existe nenhuma escola no local. Contudo, de acordo com o responsável da ACC, estão já lançados os alicerces da futura escola da comunidade que deverá ter 13 salas de aulas. Enquanto isso, as crianças em idade escolar tiveram de ficar próximo das escolas habituais para terminarem o seu ano lectivo.

Por isso, para o Padre Pio Wacussanga, o caso da Matala poderia ser comparado ao do Bairro da Graça ou doutros de Luanda onde, após o trabalho de associações de defesa dos interesses das comunidades, as

administrações está a locar terrenos para as pessoas afectadas.

Não obstante ter notado alguma melhoria, a ACC entende que a questão dos vulneráveis, apesar dos apoios, não deixa de ser preocupante. “Precisa de uma intervenção de apoio directo do Estado em bens alimentares. Apoio na construção de residências e doutros pontuais, tal como recomendam os critérios da ONU e da União Africana sobre o Direito à Habitação Adequada”, disse o responsável da Associação Construindo Comunidades, que pediu também a intervenção de outros actores sociais para se evita o derrube já anunciado de 200 residências no vizinho município de Chipungo.

7.16 Famílias transferidas para zonas mais seguras

Jornal de Angola
27 de Agosto de 2010

As famílias residentes nas tendas do bairro Zango 1, na comuna de Calumbo, no município de Viana, começaram desde ontem a ser transferidas para outro local. A chefe da secção municipal do Ministério da Assistência e Reinserção Social (Minars), Florinda Bento, disse que são 44 famílias que estão a ser retiradas do bairro para serem realojadas no Zango 3.

Florinda Bento adiantou que este processo beneficia os sinistrados do incêndio da zona dos trapalhões, na Ilha de Luanda, que vão poder contar com um espaço e material para a auto construção dirigida.

Plano em marcha

Segundo a Angop, que avançou a informação, a administração municipal de Viana possui um plano em execução que incentiva os responsáveis das comissões de moradores a realizarem campanhas de limpeza e apon-tarem as áreas de risco, devido à época chuvosa que se avizinha, podendo desta forma trabalhar em conjunto. O município tem uma superfície de mil e 343 quilómetros quadrados e possui cerca de dois milhões de habitantes. Encontra-se localizado na parte sudoeste da província de Luanda, limitado a norte pelos municípios de Cazenga e Cacuaco, fazendo fronteira a leste com a Quissama (província do Bengo) e a oeste com o oceano Atlântico.

7.17 Febre dos condomínios acaba com zona agrícola

A Capital

De 31 de Julho ao 07 de Agosto de 2010

Encetada por arquitectos e especialistas em questões ambientais, a cruzada contra a ocupação anárquica dos terrenos da Cabaia, município do Lobito, acabou diluída nos intentos do Grupo Empresarial AAA, a entidade que se propõe erguer no local um luxuoso condomínio, até bem pouco tempo preso na irreverência de camponeses que lá se encontravam em actividade de subsistência.

O designado “terreno aluvião”, propício para a agricultura, dará, assim, lugar ao recém-apresentado projecto milionário da seguradora em causa, apesar dos vários apelos feitos por segmentos da sociedade civil, preocupados com a substituição de espaços verdes por toneladas de betão e aço.

A primeira investida da AAA, que levou à Cabaia máquinas para a limpeza do espaço, foi abortada pelos inconformados camponeses, antigos trabalhadores da falida Açucareira 10 de Maio, que receberam as parcelas de terras, como recompensa ao desemprego.

A resistência, tal como noticiou o A Capital na devida altura, gerou alguma onda de violência. Coincidência ou não, estes homens do campo receberiam, poucos meses depois, uma visita de deputados do MPLA pelo círculo de Benguela, portadores de urna mensagem direccionada à calma.

Está visto, pois, que não há resistência nenhuma, ainda que acompanhada por súplicas de técnicos, que trave intentos de poderosos grupos económicos. Algumas indemnizações, segundo consta muito longe do valor dos terrenos, foram suficientes para a abertura do caminho, que se esperava acontecer muito antes.

Seja como for, até porque “antes tarde do que nunca”, está a nascer o condomínio que implicará a troca das terras próprias para a agricultura, as chamadas “terras aluvião”, formadas pelo rio Catumbela.

Fonte conhecedora da realidade confidenciou que os trabalhos preliminares prevêem o deslocamento de milhares de toneladas de areia, sendo certo que serão feitos aterros. “Será colocada terra compatível a construções”, explicou a fonte deste semanário, uma das vozes que criticam o fenómeno ocupação anárquica de espaços verdes, no perímetro agrícola da Catumbela.

A área, da Cabaia à conhecida Praia Bebé, é superior, a título de exemplo, a que se pretende urbanizar na baía do Santo António, com quase seiscentos mil hectares. Um professor universitário, também ele estupefacto face à situação, disse que o projecto da AAA atropela normas que regem as Reservas Agrícola Nacional (RAN) e Ecológica Nacional (REN).

“Hoje, o betão está a sobrepor-se aos espaços verdes, que são considerados pulmões verdes das cidades”, sintetizou.

Ainda assim, o governador de Benguela, general Armando da Cruz Neto, diz que não vê polémica nenhuma neste caso, preferindo valorizar a criação de dez mil novos postos de trabalho.

“Se criar empregos significa polémica, então, não sei o que dizem, frisou o governante, que respondia a uma pergunta colocada por um jornalista, que captou algumas das contribuições inscritas, na vã cruzada contra a ocupação anárquica de espaços verdes.

7.18 “Não partam a minha casa” Estratégia e Plano de Acção

Folha 8

De 7 de Agosto de 2010

Os participantes à Conferência Nacional sobre Desalojamentos “Não Partam a Minha Casa” reunidos em Benguela entre os dias 29 e 31 de Julho com o objectivo de conceber uma estratégia nacional e de integração em movimentos globais de prevenção e combate às demolições e desalojamentos forçados, depois de vários debates envolvendo delegados de 13 720 famílias afectadas (cerca 80 000 pessoas) de 5 províncias de Angola, organizações da sociedade civil interessadas nesta problemática, pessoas ligadas à comunicação social e parceiros internacionais, decidiram comprometer-se com a seguinte estratégia e plano de acção:

Os delegados das comunidades aqui presentes decidiram em primeiro lugar passar a informação e mensagem desta conferência à sua comunidade, na presença das autoridades tradicionais, bem como à administração municipal e outras entidades locais. Pretendem reforçar as suas comissões de moradores, mas reforçar-se igualmente umas às outras, para que nenhuma perca a vontade de lutar e consiga enfrentar as dificuldades. Acharam importante continuar a trabalhar com as Organizações da Sociedade Civil locais, especializadas no direito à habitação e na defesa dos Direitos Económicos Sociais e Culturais, chamá-las quando não encontrarem uma solução rápida para os seus problemas, e explicar aos membros da comunidade os objectivos destas organizações.

Pretendem dirigir cartas às autoridades comunais, municipais e provinciais, para exigir que implementem os seus direitos. Com o mesmo objectivo vão igualmente dirigir-se ao nível nacional, incluindo o Presidente da República e Assembleia Nacional e ao nível internacional (por ex. à Relatora Especial para o Direito à Habitação). Pretendem ainda exigir das administrações municipais a inclusão de membros de comissões de moradores nas equipas técnicas do programa de construção, habitação e urbanização.

Várias comunidades pretendem ter um advogado para defender os seus direitos. Definitivamente não preten-

dem fazer uso da violência. Finalmente, as comunidades de Luanda pretendem organizar uma marcha das comunidades até ao Governo da Província.

Em termos de comunicação, decidiram reforçar as relações com os jornais comunitários e outros órgãos de comunicação social para passar informação sobre a sua situação.

As pessoas ligadas à comunicação social decidiram disseminar da maneira mais ampla possível toda a informação sobre o assunto dos desalojados e das demolições. Acharam importante aprofundar e consolidar as relações entre órgãos de comunicação social, indivíduos, comunidades e organizações, através de mobilização social, dinâmicas de grupo, visitas e encontros. Pensam que é preciso criar capacidades e desenvolver competências a nível dos indivíduos, comunidades e organizações para “alimentar” e dar substância ao produto de comunicação social. Tem de haver trocas de experiência, partilha de informação e lições aprendidas, mas igualmente oficinas (workshops) para formação e capacitação de agentes de informação. Finalmente, as comunidades e Organizações da Sociedade Civil devem desenvolver uma estratégia de comunicação interna e externa.

Os parceiros internacionais decidiram pensar e reflectir sobre tudo o que ouviram, traduzir para Inglês o comunicado final e outros documentos importantes da conferência, para os poderem distribuir, vão fazer contactos com as instituições nacionais e internacionais, assim como os média e centros de pesquisa. Decidiram ainda incorporar dentro das suas estratégias as questões de terra e habitação, como um assunto que vai ter um peso crescente em Angola.

Acharam crucial reforçar a auto-representação das comunidades e organizações, e ajudar a divulgar e disseminar essa mesma auto-representação. Pretendem também facilitar o acesso à informação e à capacitação, para prevenir ou gerir conflitos de terra e habitação, através de manuais, intercâmbios, trocas de experiência programas de rádio, CDs, etc. Comprometem-se ainda a criar pontes entre as redes nacionais e internacionais. Finalmente, querem divulgar os outros lados de Angola, para além dos diamantes e petróleo, falar dos problemas, mas também da coragem e força das pessoas e da riqueza das suas diferenças culturais.

As Organizações da Sociedade Civil nacionais vão prestar contas às comunidades e outras organizações que trabalham a temática no nível local e provincial. Vão informar as autoridades em audiências específicas sobre a conferência. Decidiram criar uma rede de organizações interessadas nesta temática, Vão inventariar/levantar os casos, mapeados, criar um banco de dados actualizado, bem como inventariar os contactos das entidades a envolver. Pretendem ainda caracterizar

os casos inventariados, criar um sistema de monitoria com informação regular divulgada num website. Vão influenciar para a inclusão do tema demolições forçadas na próxima conferência Nacional da Sociedade Civil.

Comprometem-se a divulgar os casos de sucesso de negociações entre comunidades e diferentes actores (Governo, Privados e outros), divulgar o direito à habitação através de desdobráveis panfletos, debates, promover formações conjuntas sobre terra, habitação e advocacia social e realizar intercâmbio a nível local, provincial, nacional e internacional.

Vão realizar uma campanha nacional e internacional imediata exigindo soluções para os problemas das comunidades que foram desalojadas e ainda se encontram a viver em situações precárias. Vão ainda advogar para a paralisação das demolições forçadas, através de uma campanha Despejo Zero, até que Angola elabore a lei sobre o assunto, cuja intenção já foi anunciada. Pretendem também realizar uma marcha simultânea em várias províncias do País contra os desalojamentos forçados.

As Organizações da Sociedade Civil nacionais vão finalmente facilitar a participação das comunidades afectadas no próximo Fórum Mundial Social em Dakar e outros encontros internacionais.

7.20 O Governo e os Tiros nos Próprios Pés

A Capital

De 31 de Julho à 07 de Agosto de 2010

Se não existirem dúvidas quanto ao potencial agrícola da Cabaia, como várias vezes foi demonstrado por técnicos do sector, facilmente se percebe que o Governo provincial de Benguela entra em contradição consigo mesmo, ao dar luz verde ao projecto da seguradora AAA. Para o caso do Cavaco, até bem pouco tempo um indiscutível palco de urbanizações, agiu em defesa da actividade agrícola.

Criou, inclusivamente, uma comissão encarregue de velar pelo vale, num sinal inequívoco de que tal situação começava a ganhar contornos alarmantes. Há não mais de quinze dias, no termo da visita do Presidente português, o governador Cruz Neto reiterou a medida, argumentando que o Cavaco continuará a ser utilizado, conforme o plano

Director do município.

“Queremos desencorajar estas construções”, frisou. O próprio director provincial da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Abrantes Carlos, chegou a reconhecer que o assalto aos terrenos na Catumbela exige uma pronta intervenção das autoridades.

Por tudo isto e mais alguma coisa, custa crer que os terrenos da Cabaia venham a dar lugar a um luxuoso

condomínio, que bem pode avançar para as chamadas zonas em expansão. Custa crer, na verdade, que a agricultura seja mencionada sempre que o discurso político esteja fixado na necessidade de diversificação da economia.

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Novas casas e mais água no Chitato

Jornal de Angola

De 5 de Agosto de 2010

A população do Chitato tem, desde sábado passado, um novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável.

O empreendimento foi inaugurado pelo governador da província, Ernesto Muangala, por ocasião do 32º aniversário da criação da província da Lunda-Norte, e foi construído no prazo de um ano, tendo custado 400 mil dólares aos cofres do Estado.

O investimento vai contribuir para um aumento considerável da capacidade de oferta de água potável às populações, que antes tinham de percorrer longas distâncias para a ir busca.

O sistema tem capacidade para bombear cerca de 40 metros cúbicos por hora e vai fornecer água potável a cerca de sete mil habitantes da vila do Chitato e arredores. Dispõe ainda de uma conduta em PVC de dois quilómetros e meio, uma rede de distribuição domiciliária de seis quilómetros e um tanque de armazenamento de 50 metros cúbicos. Também foram construídos 12 fontanários com 48 torneiras. A administração municipal do Chitato, prevendo o crescimento da população na zona suburbana, vai, num futuro próximo, aumentar a capacidade de produção e distribuição, para que todos os habitantes possam ter água canalizada.

A população da vila, congratulou-se com o gesto do governo, por facilitar o acesso a este indispensável recurso natural, o que também vai contribuir para a redução das doenças transmitidas através do consumo de água não tratada.

8.2 Epal cria centros de distribuição

Agora

De 14 de Agosto de 2010

A Empresa Pública de Água de Luanda (Epal) colocará, nos próximos dias em funcionamento três novos centros de distribuição de água potável em vários pontos da periferia.

O Presidente do Conselho da administração da Epal, Lionildo Ceitas, disse que está em fase de acabamento a construção de centrais em zonas da Mulemba (Cazenga), Benfica 2 (Samba) e do Camama (Kilamba-Kiayi).

“São projectos que estão em fase final. O único problema que temos é as ligações domiciliárias. É necessário quantificá-los, estamos a fazer o levantamento e logo que terminarmos, vamos conversar com os munícipes, para que

eles também nos ajudem e façamos as ligações”, referiu. Para o efeito, serão beneficiárias diversas zonas destes três municípios, bem como os bairros Uíge e Petrangol, respectivamente, em Cacuaco e Sambizanga.

Neste momento foram já concluídos mais de 400 quilómetros de rede construídos em zonas onde a empresa não operava, como é o caso da comuna do Benfica, onde está programada a execução de um projecto de ligação domiciliária para beneficiar 35 mil consumidores.

Lionildo Ceitas manifestou-se preocupado com as ligações clandestinas, nas quais admite estarem envolvidos funcionários da Epal quem fazem cobranças ilícitas para ligações domiciliárias.

“Estamos a trabalhar para acabar com esta situação o mais rápido possível. Por isso, apelo aos munícipes a denunciarem as pessoas que aparecem para extorquir dinheiro alheio, porque não só prejudicam a empresa, mas também os cidadãos”, disse.

Algumas zonas de Luanda estão privadas do abastecimento do precioso líquido devido a roturas na rua principal da Samba, bairro Azul e Kinanga (Ingombotas), zonas da B e C, Nelito Soares (Range!), Neves Bendinha e da Cuca. A situação deve-se aos baixos níveis de caudal de água, no rio Kwanza, nesta época do ano, a empresa é forçada a fazer restrições, principalmente à tarde.

Devido ao consumo de água imprópria, recentemente morreram oito pessoas em Calumbo, no município de Viana.

De acordo com a responsável de repartição de saúde da comuna, Elsa Mendes, as vítimas apresentavam sinais de diarreia e vômitos, presumindo-se dever-se ao consumo de água não tratada.

“A falta de saneamento e a água não tratadas são as razões destas mortes. Neste momento estamos a distribuir a água potável através de cisternas”, notou.

Uma equipa médica de investigação da direcção provincial de saúde esteve no local e recolheu amostras para posteriores devidos estudos.

O Pca da Epal garantiu que a qualidade de água distribuída às populações pela empresa está acima dos padrões exigidos pela Organização Mundial da Saúde e que, em determinadas zonas, o líquido chega sem qualidade, devido às ligações clandestinas a partir das condutas.

8.3 A máfia da água em Luanda

O Independente

De 14 de Agosto de 2010

No início desta semana, o presidente do Conselho de Administração da EPAL (Empresa de Distribuição de Água de Luanda) veio a 1/ terreiro 1/ denunciar o envolvimento de trabalhadores do seu pelouro, envolvidos numa máfia da água, surripiando água potável, a partir das condutas da empresa.

Leonídio Ceitas mostrou-se bastante preocupado com as ligações clandestinas, num arduo negócio milionário o qual se admite que estarem envolvidos funcionários da EPAL, que facturam cobrando propinas ilicitamente. O PCA da EPAL admite que a “máfia do precioso líquido” já dura tanto tempo que até criou raízes. Daí que defenda uma resposta efectiva por parte da nova direcção da empresa, envolvendo “sempre que necessário as forças da ordem”, através dos comandos de divisão nos nove municípios de Luanda.

“Estamos a trabalhar para acabar com esta situação o mais rápido possível. Por isto, apelo aos munícipes a denunciarem as pessoas que aparecem para extorquir dinheiro alheio, porque não só prejudicam a EPAL, mas também os próprios cidadãos”, afirma.

De acordo com Leonídio Ceitas, e segundo dados da OMS (Organização Mundial da Saúde) e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), só em Luanda a EPAL perde anualmente cerca de 80 milhões de dólares norte americanos, no garimpo de água a camiões cisternas, principalmente na zona da Samba, bairro Mártires de Kifangondo e outras áreas da urbe.

Entretanto a EPAL anuncia para breve a entrada em funcionamento de novos centros de distribuição de água potável em vários pontos da periferia da cidade capital, com realce para as centrais em zonas da Mulemba (Cazenga), Benfica-II (Samba) e do Camama (Kilamba-Kiayi), cujas obras estão já em fase de finalização.

A entrada em funcionamento dos novos centros de distribuição, segundo a EPAL, vai beneficiar directamente os bairros Uíge, Petrangol, Cacucaco e Sambizanga. Uma ronda da nossa reportagem pela comuna do Benfica pudemos constatar que foram concluídos mais de 400 quilómetros de rede em zonas, onde a empresa não operava. Para essa zona (Benfica), apuramos que está programada a execução de um projecto de ligação domiciliária, que vai beneficiar cerca de 35 mil consumidores. Sobre essa questão, o PCA da EPAL esclarece que embora o projecto esteja em fase de finalização, coloca-se ainda um problema com as ligações domiciliárias. “A questão é que é necessário quantificá-las. Estamos a fazer o levantamento e logo que este processo termine, vamos conversar com os munícipes, para que eles também nos ajudem e façamos as ligações”, promete.

Faz saber que devido ao trabalho que está a ser efectuado e também devido a algumas roturas verificadas, nomeadamente na rua principal da Samba, Bairro Azul e Kinanga (Ingombota), zonas das “Bes” e “Cês” (Rangel), Neves Bendinha e Cuca, outras zonas de Luanda se encontram temporariamente privadas do abastecimento de água potável.

8.4 “Grandes Lagos” no Cazenga

Semanário Angolense

14 de Agosto de 2010

Os moradores da rua Porto Santo, ao bairro Hoji – ya-Henda, município do Cazenga, acordaram esta terça-feira com uma grande surpresa: a estrada se tinha convertido numa grande lagoa, devido há rupturas numa tubagem velha da Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL), constatou o *Semanário Angolense*.

Curiosamente, o que se passa é que a lagoa surgiu porque a EPAL insiste em fornecer água para uma zona em que sabe que as tubagens, de tão velhas, não aguentam a pressão, resultando daí os “Grandes Lagos” no Cazenga. A situação está insustentável para os moradores da zona, que têm de dar longas voltas para poderem circular, tanto a caminho do serviço e vice-versa, como para qualquer outra deslocação, sobretudo quando em pequenos automóveis, uma vez que só os camiões têm conseguido passar pelas águas que por lá “sentaram-se”.

Isso assim, só mesmo em Angola. Ficamos prejudicados porque, a EPAL não quero ser competente. Praticamente, estamos privados de movimentos. Até cheguei atraso ao serviço, porque o meu carro não conseguiu passar, com a agravante de se avariar por causa das águas. Agora, são mais despesas para mim, além de ter de andar a pé por uns tempos. Quem me indemniza por isso?”, lamentou um funcionário público que mora na rua Porto Santo.

Pelo que conseguimos apurar, os funcionários da EPAL têm o perfeito conhecimento da situação, uma vez que ela é recorrente. Na última semana de Julho, já havia acontecido coisa igual, mas a empresa insiste em fornecer a água a uma zona em que os seus moradores já estão habituados a encontrar alternativas. Para eles, é melhor comprar a água no mercado informal em bidões, do que terem de se sujeitar aos incómodos provocados pelas lagoas.

“Da última vez que acontecera, eles vieram aqui cortar a água, levando-nos a pensar que seria para superarem os problemas do tubo, afinal de contas, não. Agora, mesmo sabendo que não dava para fornecerem a água, eles fizeram isso de abuso, só para nos arremeterem a cabeça”, disse, furibunda, uma velha senhora do bairro.

A rua Porto Santo é uma via importante para o escoamento do trânsito, ligando a avenida Ngola Kiluanje, a Cadeia Central de Luanda e o Mercado dos Kwanzas.

Em face da sua inoperacionalidade, os moradores dos bairros que têm os seus filhos a estudar à noite temem pela sua segurança, uma vez que são obrigados a caminhar longas distâncias para chegarem à casa depois de descerem dos táxis.

Os taxistas, por seu lado, também, se queixam da situação, porque as águas da lagoa impedem-lhes de encurtar caminho pela rua do Porto Santo, ficando as suas viaturas sujeitas a um maior desgaste. “Isto é demais. Já

sofremos tanto no tempo chuvoso, lamentou um deles, à conversa com este jornal.

8.5 Valas de drenagem transformadas em lixeiras

*Semanário Factual,
De 14 a 21 de Agosto de 2010*

As valas de drenagem anexas à estrada da Samba e outras existentes no município do Cazenga estão a ser utilizadas, pela população, como depósitos de lixo.

Os casos mais flagrantes registam-se no bairro da Mabunda, na Samba, e no Nguenhá, município do Cazenga, em Luanda.

Com o aproximar da época chuvosa, as autoridades administrativas locais estão apreensivas devido aos riscos de graves doenças e de inundações, pois o caudal das águas poderá ultrapassar as valas que se encontram atoladas de lixo.

Neste momento, os moradores vivem rodeados de longas lixeiras e água suja que corre pelas valas, e os mesmos, são apontados como os principais responsáveis pelo depósito de lixo.

Os prevaricadores alegam que o lixo é depositado neste local devido à falta de contentores ou recipientes adequados.

8.6 Reforçado o abastecimento de água para a população da Vila do Ucuá

*Jornal de Angola
De 19 de Agosto de 2010*

A população da comuna do Úcuá, município do Dande, província do Bengo, está a beneficiar, desde Julho, de água potável, como resultado da inauguração de 16 fontanários públicos construídos pelo executivo local.

Em declarações feitas ontem, à Angop, o soba Augusto Banga Salandi mostrou-se satisfeito pela entrega dos fontanários, sublinhando que o acto inaugural marca uma viragem na vida da comunidade local, uma vez que antes consumia água imprópria proveniente de cacimbas e de lagoas.

O coordenador do bairro, Proldinho Domingos Mateus Bomba, disse que os chafarizes estão a diminuir as longas distâncias percorridas pelas populações em busca de água e os índices de patologias na região.

Os fontanários, cuja construção durou seis meses, foram feitos através de furos de aproveitamento de água subterrânea, com 60 metros de profundidade, visando abastecer água potável às populações do Ucuá.

8.7 Projecto “Água para todos” chega as aldeias de Kalandula

*Jornal de Angola,
23 de Agosto de 2010*

O projecto “Água para todos” já está a ser implementado no município de Calandula, 86 quilómetros a Norte da sede provincial de Malange, apurou o Jornal de Angola naquela localidade.

O administrador municipal, Manuel Campos, disse à nossa reportagem que os trabalhos decorrem a ritmo acelerado nas comunas do Kota, Kinge, Kuale e na sede municipal de Calandula, enquanto que na localidade do Kateco Kangola, 105 quilómetros da sede do município, a empresa portuguesa “AMBERGOALD” está já a proceder à colocação de torneiras em recintos públicos.

A referida empresa, ainda de acordo com o administrador, concluiu já os trabalhos de uma lavandaria no Kateco Kangola, estando em curso a construção de um reservatório de água. Segundo Manuel Campos, a população de algumas zonas consome água imprópria, retirada em cacimbas, rios e riachos.

O responsável disse que o sistema de fornecimento de água potável do município foi destruído durante o conflito armado e que o projecto “Água para todos” vai garantir o abastecimento aos munícipes.

Quanto ao fornecimento de energia eléctrica, Manuel Campos disse que a comuna possui dois grupos geradores, que abastecem a rede de iluminação pública e doméstica durante o período nocturno.

Garantiu que as localidades do Kateco Kangola e Kuale, que vivem às escuras, nos próximos dias vão beneficiar de energia eléctrica.

8.8 Fome e seca arrasam povoações no Bengo

*O País
De 27 de Agosto de 2010*

Na quarta-feira, 25 de Agosto, a única certeza que a pequena Luzia Sebastião, 10 anos, tinha é que comeria funge de milho que ela própria confeccionava à entrada da casa onde vive com os pais, enquanto o seu irmão menor, Timóteo Sebastião, 7 anos, aguardava ansiosamente pelo saboroso prato.

Para muitos, o pirão simples, sem a carne ou peixe como conduto, pode não ser tão saboroso, mas os manos Sebastião tinham uma opinião contrária em relação ao prato, porque no dia anterior haviam saboreado arroz simples, cozinhado sem óleo vegetal, também sem qualquer molho como acompanhante.

Apesar de se alimentarem somente do simples pirão, distribuído pela Comissão de Emergência criada pelo

Governo do Bengó, a vida destes manos ainda é melhor que a de outras crianças que passam o dia nas matas à procura do caroço de dendém, vulgo coconote, para comerem.

Nos últimos meses, centenas ou mesmo milhares de pessoas não têm o que comer na povoação de Banze Bundo, na comuna do Kicabo, município do Dande, na província do Bengo. Por esta razão, o Governo Provincial decretou situação de emergência por causa da seca que arrasa esta região de Kicabo, que compreende as povoações do Kapetelo 1 e 2, Tomba, Kizolandonga, Fuessi, Kibonga e Dono Menga.

O repto do Governo do Bengo, encabeçado por João Miranda, aconteceu um dia depois de o Instituto Nacional de Estatística ter lançado o resultado do Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População (IBEP), onde se revela que 37 por cento da população no país vive abaixo da linha da pobreza.

Nas áreas mais próximas, como Berila, Kipasso e Cuco, o normal é encontrar tambores à entrada das cubatas de capim, onde os aldeões esperam pacientemente que cisternas do governo local leve água para beberem.

Mas, nas partes mais longínquas, como Tomba, Kapetelo 1 e 2, Kibonga e Dongo Mena, essa hipótese é remota, porque as picadas de terra batida não permitem a circulação de viaturas até às referidas povoações. A situação nas áreas mais remotas é descrita como crítica, segundo Euclides Carlos, funcionário da Administração Comunal de Kicabo, porque as pessoas não têm água e comida.

“Aqui existe seca porque o ano passado não choveu. Esperamos que o Governo nos ajude com comida e água. São as coisas que fazem mais falta nesta área”, contou a O Pais José António Domingos, 59 anos, coordenador do bairro Kipetelo, composto por 170 famílias.

O coordenador é o exemplo fiel da tragédia que se abate na sua comunidade. Há quase uma semana que José Domingos, o líder, não tomava banho por falta de água. E o próprio acredita que a situação seja pior no seio do grupo que dirige.

Os habitantes do Kipetelo 1 passam duas ou três noites fora das suas casas quando saem à procura da água. As cacimbas mais próximas onde existe água em condições para ser consumida estão na aldeia do Maunzé mas, para lá chegarem, têm de transpor cinco povoações, entre os quais Sassa, Kipuassa e Kipetelo 2.

“Esperamos que o Governo faça alguma coisa para podermos aguentar a população. Não é só aqui, são treze bairros no Banze Bungo em seca”, explicou o coordenador do Kipetelo 1.

A seca já se abateu sobre a região em épocas passadas, numa altura em que o Programa Alimentar Mundial (PAM) ainda operava no país e acudiu a população. Mas o que vivem agora, segundo José Domingos, é

pior, porque todas as plantações de mandioca, batata-doce, milho, feijão e outros produtos secaram.

“Eu próprio não consegui tirar nada.

Agora até as laranjeiras também estão a secar. Essa seca é pior que a dos outros tempos”, lamentou o coordenador.

“A fome só nos está a castigar por enquanto. Felizmente ninguém ainda morreu por causa dela. O próprio administrador quando nos visitou pela primeira vez encontrou as pessoas a comerem ‘mabomba’, que é a múkua”, acrescentou o ancião.

Eva Lelo é uma das camponesas que viu as lavras e os produtos, como feijão, abacates, gergelim e mandioca, devastados pelo desastre natural. Para sobreviver, a senhora, assim como outros moradores da região, comeu, durante vários meses, raízes de plantas e múkua, que são retirados dos enormes imbondeiros que existem nas matas.

“Tu dia ngo múkua ni menha (comemos só múkua com água)”, começou por dizer, em kimbundu, a anciã Eva Lelo. A senhora conta que o fruto do imbondeiro, fervido ou natural, é o prato com que teve de conviver os últimos três meses deste ano. Durante a entrevista a O Pais, que aconteceu por volta das 11 horas da manhã, a camponesa explicou também que ela e os seus seis filhos ainda não tinham comida nada.

“Se não tem comida, o que é que podemos fazer? Vamos só mesmo procurar múkua para comer, é só colocar um bocadinho de água e pronto, até mesmo para os miúdos. É só mesmo para remediar”, disse a senhora, questionando, outra vez: “se a comida não está a aparecer, o que é que podemos fazer?”.

O coordenador recebeu, há duas semanas, 25 sacos de arroz e igual quantidade de fuba de milho, assim como 10 caixas de peixe, 12 de óleo e atum para distribuir às 170 famílias.

Eva Lelo e outros receberam os bens em função do número de membros que a sua família possui mas, nesta quarta – feira, 25, já não existia nem fuba de milho ou arroz.

O mesmo acontece com outros moradores.

8.9 A máfia da água em Luanda

O Independente

De 14 de Agosto de 2010

No início desta semana, o presidente do Conselho de Administração da EPAL (Empresa de Distribuição de Água de Luanda) veio a 1/ terreiro 1/ denunciar o envolvimento de trabalhadores do seu peloiro, envolvidos numa máfia da água, surripiando água potável, a partir das condutas da empresa.

Leonídio Ceitas mostrou-se bastante preocupado com as ligações clandestinas, num ardiloso negócio milionário o qual se admite que estarem envolvidos funcionários da

EPAL, que facturam cobrando propinas ilicitamente. O PCA da EPAL admite que a “máfia do precioso líquido” já dura tanto tempo que até criou raízes. Daí que defenda uma resposta efectiva por parte da nova direcção da empresa, envolvendo “sempre que necessário as forças da ordem”, através dos comandos de divisão nos nove municípios de Luanda.

“Estamos a trabalhar para acabar com esta situação o mais rápido possível. Por isto, apelo aos munícipes a denunciarem as pessoas que aparecem para extorquir dinheiro alheio, porque não só prejudicam a EPAL, mas também os próprios cidadãos”, afirma.

De acordo com Leonídio Ceitas, e segundo dados da OMS (Organização Mundial da Saúde) e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), só em Luanda a EPAL perde anualmente cerca de 80 milhões de dólares norte americanos, no garimpo de água a camiões cisternas, principalmente na zona da Samba, bairro Mártires de Kifangondo e outras áreas da urbe.

Entretanto a EPAL anuncia para breve a entrada em funcionamento de novos centros de distribuição de água potável em vários pontos da periferia da cidade capital, com realce para as centrais em zonas da Mulemba (Cazenga), Befinca-II (Samba) e do Camama (Kilamba-Kiayi), cujas obras estão já em fase de finalização.

A entrada em funcionamento dos novos centros de distribuição, segundo a EPAL, vai beneficiar directamente os bairros Uíge, Petrangol, Cacucaco e Sambizanga. Uma ronda da nossa reportagem pela comuna do Benfica pudemos constatar que foram concluídos mais de 400 quilómetros de rede em zonas, onde a empresa não operava. Para essa zona (Benfica), apuramos que está programada a execução de um projecto de ligação domiciliária, que vai beneficiar cerca de 35 mil consumidores.

Sobre essa questão, o PCA da EPAL esclarece que embora o projecto esteja em fase de finalização, coloca-se ainda um problema com as ligações domiciliárias. “A questão é que é necessário quantificá-las. Estamos a fazer o levantamento e logo que este processo termine, vamos conversar com os munícipes, para que eles também nos ajudem e façamos as ligações”, promete.

Faz saber que devido ao trabalho que está a ser efectuado e também devido a algumas roturas verificadas, nomeadamente na rua principal da Samba, Bairro Azul e Kinanga (Ingombota), zonas das “Bes” e “Cês” (Rangel), Neves Bendinha e Cuca, outras zonas de Luanda se encontram temporariamente privadas do abastecimento de água potável.

8.10 Reforçado o abastecimento de água para a população da Vila do Ucuá

Jornal de Angola

De 19 de Agosto de 2010

A população da comuna do Ucuá, município do Dande, província do Bengo, está a beneficiar, desde Julho, de água potável, como resultado da inauguração de 16 fontanários públicos construídos pelo executivo local.

Em declarações feitas ontem, à Angop, o soba Augusto Banga Salandi mostrou-se satisfeito pela entrega dos fontanários, sublinhando que o acto inaugural marca uma viragem na vida da comunidade local, uma vez que antes consumia água imprópria proveniente de cacimbas e de lagoas.

O coordenador do bairro, Proldinho Domingos Mateus Bomba, disse que os chafarizes estão a diminuir as longas distâncias percorridas pelas populações em busca de água e os índices de patologias na região. Os fontanários, cuja construção durou seis meses, foram feitos através de furos de aproveitamento de água subterrânea, com 60 metros de profundidade, visando abastecer água potável às populações do Ucuá.

8.11 Água potável só depois de um cortejo de mortos

Capital

De 21 de Agosto de 2010

A localidade identificada com o número 40, em Calumbo, no município de Viana, a realidade continua a ser de múltiplas dificuldades para os habitantes. A falta de água potável, tal como se apurou, é o principal dos problemas, já que obriga as pessoas a percorrerem, diariamente, longas distâncias para obter algo que, ao menos, se aproxime do “precioso líquido”.

São mais de seis quilómetros percorridos, todos os dias, pelas donas de casa em busca da água, ainda que imprópria, para que se possa, ao menos, matar a sede. Quem o confirma é, pois, o coordenador do bairro, Francisco Marcos, que olha para esta mesma carência como um “problema crónico”.

Remonta ao ano 2000 a altura em que os populares passaram a receber, entretanto por curto tempo, água proveniente do centro de tratamento do Kikuxi. Porém, não passava de água bruta.

Desde então, referiu, “fomos enfrentado várias dificuldades neste momento”, até que, nas últimas semanas, oito pessoas morreram por doença decorrente do consumo de água não tratada. Só a partir disso “passamos a beneficiar de água potável”, referiu, ao destacar

que tudo foi “por causa das mortes que houve”. Mesmo assim, disse, “esta água não é suficiente para as duas comunidades”.

Para a localidade de 40, subdividida em 40 A e 40 B, as autoridades construíram um total de seis tanques de água, de dimensão menor, onde, sobretudo, o abastecimento é bissemanal. São, somente, duas cisternas de água para toda a comunidade o que não é nada, tendo em que a população está perto dos quatro mil habitantes. “E olha que, às vezes, só vem mesmo uma cisterna”. “As autoridades competentes não resolvem nada”, atirou o coordenador, desabafando têm, sempre, hábito de fazer chegar as preocupações à administração comunal.

“Pelo menos nos olhem”, reclamou, queixando-se, de seguida, de uma série de problemas enfrentados. “Não temos médicos, existe simplesmente um posto médico, que atende as duas comunidades com um único enfermeiro. Este mesmo posto não tem medicamentos”.

Os problemas, porém, não se ficam por aí, havendo, ainda, carências no domínio educacional. “Dispomos de uma única escola do ensino primário, com três salas de aula para duas comunidades, água e energia eléctrica”.

Guilhermina, que reside, há mais de 20 anos, no quilómetro 40, disse que depois da morte de oito moradores, os populares ficaram, mesmo, vários dias sem água, já que “as autoridades mandaram fechar o tanque onde compram a água, por causa dos sapos”.

Nesse período, como revelou, “tínhamos de ir ao Zango 3 e 4 ou mesmo a Calumbo, para a conseguir”. Guilhermina aproveitou para lamentar, queixando-se, como já o fizera o coordenador, de várias dificuldades, referindo que a condição de vida é precária. “Veja que nem temos um mercado para as compras”.

Gabriel António, morador, disse que a água vinha directamente do canal, sem nenhum tratamento, para o tanque. “Nós consumíamos a água do fontanário, onde havia sapos e muito lixo, já consumimos desde 2002”.

“Nunca tivemos qualquer doença, salvo as comichões e sempre percorremos muitos quilómetros para conseguir água”.

Eles pedem, por isso, às entidades para resolver os seus problemas, sobretudo de abastecimento de água.

“Só temos água, agora, por causa das mortes que houve aqui, cada família tem direito a um tambor de água. O que não é suficiente para uma semana”.

“Queremos ter electricidade”, apontou, reclamando do roubo de geradores e de outro tipo de criminalidade que tende a aumentar. “A Polícia não tem feito nada, já estamos a ficar aborrecidos. Com tantos problemas de base não temos um hospital”.

8.12 Cólera ainda faz vítima no município do Samba

Semanário Angolense

De 07 de Agosto de 2010

Quatro pessoas perderam a vida na última semana de Julho vítimas de cólera, no bairro Tanque Serra uma comunidade que dista a 17 quilómetros da sede da comuna do Benfica, Município da Samba, em Luanda. As vítimas, com idades compreendidas entre os 35 e 56 anos morreram devido à falta de assistência médica, já que aquela localidade não possui sequer um posto de saúde para acudir os enfermos.

A ruptura da rede sanitária é igualmente extensiva aos bairros vizinhos de Jacaré, Tanque Serra e Tanque Kayanga Kinguelas norte e sul.

Segundo os moradores, estas mortes não foram as únicas registadas naquela localidade, uma vez que têm ocorrido com alguma frequência devido à inexistência de um posto de saúde na zona.

Dizem que as pessoas têm sido obrigadas a percorrer cerca de vinte quilómetros para poderem chegar ao centro saúde mais próximo.

Estão conscientes de que a falta de água potável nessas localidades tem originado várias mortes.

Acusam a administração comunal de pouco ou nada fazer para inverter o quadro, limitando-se esta, diante dos infortúnios, a contar o número de cadáveres e a conceder apoios aos funerais.

Acusam ainda a administração local de não ter dado manutenção aos equipamentos que, em tempos, asseguravam o aprovisionamento de água àquela localidade e que haviam sido doados pela companhia petrolífera norte-americana Chevron.

“Devido à falta de manutenção, ficamos privados de água”, acusaram alguns moradores que falaram a reportagem do SA.

Neste momento, a água usada pela comunidade é imprópria para o consumo humano, resultando daí inúmeras mortes que já assustam a população.

Este jornal apurou que as vias de acesso à referida comunidade têm sido um quebra-cabeças e a situação tem sido agravada em situações que têm a ver com a evacuação de doentes.

Dizem que já assistiram impotentes à morte de algumas pessoas, que terão sucumbido a caminho dos centros de saúde.

As poucas viaturas que prestam serviços de táxi na localidade têm estado a cobrar a quantia de Kz 400,00 por corrida, um valor muito acima dos parcos proventos financeiros dos habitantes.

Devido à falta de escolas de proximidade e às longas distâncias a percorrer, muitos jovens tiveram de abandonar a escola.

À excepção do bairro do Jacaré que dispõe de uma

escola primária, que funciona com três salas de aulas e dois professores, os restantes bairros estão mergulhados no obscurantismo.

No decurso desta reportagem, fomos informados de que um dos professores já não leccionava há três semanas, devido aos elevados custos de deslocação, algo economicamente impossível para cobrir os irrisórios salários que auferem.

Soube-se que, além dos problemas de água e luz, os habitantes sentem-se também confrontados com problemas de segurança, e que estes estariam a ser dificultados pelo responsável local da polícia, que é acusado de ter uma conduta pouco condizente com o cargo que ocupa.

Denunciam um suposto comportamento arrogante por parte do aludido oficial da polícia que, segundo eles, estará a cometer desmandos e a exorbitar as suas competências.

Consta que os moradores já manifestaram o seu descontentamento face à conduta do aludido responsável, por via de uma exposição ao comandante da polícia municipal, mas que tal iniciativa em nada resultou.

8.13 Empreiteira abandona obras para captar água no Xandel

Jornal de Angola

De 31 de Julho de 2010

A empreiteira nacional PSA Aguas de Angola, contratada pelo governo da província de Malange para reabilitar o sistema de captação, tratamento e distribuição de água na comuna de Xandel, município do Quela, abandonou, em Março deste ano, a empreitada, sem explicar os motivos.

Segundo informações avançadas ontem pela Angop, a empresa, que não tem representação em Malange, ganhou o concurso público para a reabilitação do sistema de águas em Xandel e já terá recebido 90 por cento do valor da obra.

O director provincial em exercício de Energia e Aguas, Lourenço Neto, notificou o governo da província sobre a ocorrência e encaminhou um expediente ao gabinete jurídico para um eventual processo judicial.

A obra, de acordo com o responsável, foi adjudicada em 2008, com prazo de execução de 90 dias, no valor de 14.554 mil kwanzas, mas prolongou-se até este ano por incumprimento das cláusulas contratuais por parte do empreiteiro.

“No mesmo ano, a empresa recebeu 40 por cento do valor acordado para dar início à obra e, em 2009, recebeu mais 50 por cento, perfazendo o equivalente a 12.842 mil kwanzas”, explicou. Lourenço Neto disse que o trabalho inicial se consubstanciou na construção de cinco fontanários públicos, criação da estrutura de apoio aos reservatórios de distribuição de água e aplicação da tubagem das redes de distribuição.

O administrador municipal adjunto do Quela, Fonte Boa, explicou que a população dispõe de água canalizada, mas não potável, pelo facto de a empreiteira não concluir o referido trabalho.

A comuna de Xandel, saliente-se, fica a mais de 100 quilómetros da cidade de Malange.

8.14 Falta água potável nos bairros da cidade

Jornal de Angola

De 4 de Julho de 2010

O abastecimento de água à população do Namibe ainda é deficiente embora conste entre as prioridades do Governo Provincial que trabalha para ultrapassar as restrições que surgiram ultimamente e estão a tirar o sono aos responsáveis do sector.

Na cidade do Namibe a situação é preocupante e há zonas em que os moradores andam quilómetros com os baldes à cabeça para se abastecer. Quando não encontram um ponto de abastecimento público, são obrigados a recorrer às cisternas, que substituem os fontanários e as torneiras mas deixam os bolsos vazios porque os candongueiros da água exageram nos preços, sobretudo no tempo de seca.

Julieta Chilombo tem 27 anos e é mãe de quatro filhos. Ela e a sua família viviam no bairro da Nação Tchindukutu mas as cheias de 2001 destruíram a sua casa e teve de mudar para o bairro 5 de Abril, um dos melhores bairros do país, urbanizado pela Administração Municipal. Conta que com os poucos recursos que consegue na venda de produtos alimentares, tem de alimentar a família e ainda tem de pensar nas batatas das crianças, cadernos, lápis e propinas.

E preciso fazer muita ginástica e o dinheiro nunca chega. Mas agora está pior: “não tenho água no bairro e compro-a nas cisternas porque as crianças têm que ir limpas para a escola”.

Julieta Chilombo é jovem mas a sua vida dá muito que contar: “o meu marido é deficiente físico e desmobilizado das FAPLA. Mesmo assim faz trabalho de sapaiteiro para ajudar nas despesas, porque a nossa vida está cada vez mais complicada. Pior ainda quando temos de gastar quatro mil kwanzas por 200 litros de água”.

Muitos moradores do bairro 5 de Abril e de outras zonas periféricas da cidade passam longos períodos sem água em casa nem nas torneiras dos chafarizes que foram construídos pelo Governo Provincial.

Todos os dias circulam nas ruas e ruelas da cidade do Namibe camiões cisternas e carrinhas carregadas com pipas de água. O negócio prospera porque ninguém tem água e todos precisam de beber, lavar a roupa e cozinhar. Os preços dos candongueiros da água variam de acordo com as capacidades das vasilhas. Os valores variam entre

os 2.500 e os 5.000 kwanzas o que não está ao alcance de todos os bolsos.

O director provincial de Energia e Aguas, Arlindo Tavares, disse à nossa reportagem que está a tomar medidas para minorar os problemas das populações da cidade do Namibe e sobretudo dos bairros periféricos onde os chafarizes estão secos e prospera o negócio da venda de água ambulante.

O sector das Aguas está a fazer uma avaliação das necessidades para depois tomar medidas que resolvem para sempre os problemas de escassez de água na cidade e nos bairros periféricos.

Técnicos dos serviços já fizeram uma avaliação porta a porta e em breve os serviços têm uma ideia precisa das necessidades. Arlindo Tavares disse à nossa reportagem que existe uma equipa de engenharia que já iniciou estudos nos municípios do Camucuiu e Bibala onde equipas técnicas estão a fazer furos de água. Dentro de dias esses trabalhos são feitos na periferia do Namibe e no Tômbwa.

Fontanários secos

Em relação aos chafarizes, Arlindo Tavares disse que há alguns que foram começados e nunca foram concluídos, sobretudo no bairro 5 de Abril: “têm que ser recuperados para responderem às necessidades das comunidades mas está difícil a recuperação porque não temos água suficiente para o abastecimento público.”

Arlindo Tavares diz que a captação do Kussy tem uma capacidade instalada de 150 metros cúbicos e dela depende o bairro Forte Santa Rita que é o maior da cidade. Em 200 I, dada a ocorrência das cheias, as populações do bairro Nação Praia e do bairro Tchindukuto foram levadas para o novo bairro 5 de Abril e com isso começaram as dificuldades no abastecimento de água porque a estação de captação deixou de responder às necessidades de tanta gente.

A captação do Kussy também foi projectada para um período de oito a dez anos e já ultrapassou esse tempo de vida útil. Mesmo assim, até 2004 ainda respondeu às necessidades dos consumidores. Nos últimos cinco anos é que surgiram os problemas sobretudo durante o cacimbo. Mas ainda que a estação de captação do Kussy tivesse sido reforçada, dificilmente acompanhava o crescimento populacional do bairro 5 de Abril. Começou com dezenas de milhares de habitantes e agora, segundo 9 censo do serviço provincial de Aguas, tem mais de 400 mil habitantes, o mesmo que uma grande cidade.

Novos sistemas

O serviço provincial de Águas pretende encontrar uma solução para o problema da falta de água na cidade do Namibe. A estação de captação do Kussy hoje responde apenas às necessidades de um terço da população. Há um claro défice que só pode ser anulado com a construção de sistemas alternativos, como já está a acontecer

noutros municípios da província.

O Programa Agua para Todos está a funcionar em pleno nos municípios da Bibala, Camucuiu e do Virei (comuna de Cainde).

Em estudo está igualmente a reposição de pequenos sistemas de abastecimentos de abastecimento nas comunidades rurais com furos e a colocação de bombas volantes para colmatar a falta de água. A província tem sede.

Há populações inteiras sem acesso à água mas o problema também se coloca no que diz respeito ao consumo animal.

Dentro do Programa Água para Todos estão em construção chimpacas com uma tecnologia apropriada para captar a água no período das chuvas e depois conservá-la durante os meses de cacimbo.

Mais captações

A maior captação do Namibe, no Benfica, vai ser reforçada e arrancam em breve obras nas captações do Kussy e da Boavista, devido à precariedade das condutas que estão a precisar de manutenção. Arlindo Tavares diz que os problemas de falta de água ficam resolvidos com “o reforço da capacidade das captações do Kussy, Benfica e Boavista e obras de manutenção das condutas para evitar perdas”. A estação de captação da Boavista vai ter uma intervenção mais dirigida à reposição da capacidade instalada: “há furos que estão obstruídos e uma vez feita a sua desobstrução vamos aumentar a capacidade de produção”, disse Arlindo Tavares.

O sector produz água desde 1999 com o mesmo sistema e a mesma capacidade de captação e tratamento. Os problemas surgidos reduziram essa capacidade a um terço da capacidade inicial na principal, sobretudo na captação de Benfica.

E nesse período, o número de consumidores aumentou muito, sobretudo no bairro 5 de Abril. A captação de Benfica tem um furo que abastece o Saco Mar e o bairro Kambongue.

Esta zona regista um crescimento urbanístico fora do comum e tem ainda a zona industrial e toda a comunidade piscatória: “é impossível satisfazer as necessidades de todos com a capacidade instalada que temos”.

Arlindo Tavares lembrou que existe a perspectiva de fazer na periferia captações novas no âmbito do Programa Agua para Todos”, sobretudo na localidade de Giraúl de Cima.

Também está previsto recuperar alguns pontos na via da Lucira para dar de beber ao gado. Na vila, o reforço da captação é fácil “porque aí existe um manancial importante que permite fazer esse projecto ne imediato e com bons resultados”.

A rede de distribuição no centro da cidade do Namibe é péssima. Uma parte significativa tem 74 anos, sendo de fibrocimento.

O diâmetro das condutas é muito reduzido e permite

um volume de água de 624 metros cúbicos por hora, para mais de oito mil consumidores.

Muitos moradores do bairro 5 de Abril e de outras zonas periféricas da cidade passam longos períodos sem água.

8.15 Fome e seca arrasam povoações no Bengo

O País

De 27 de Agosto de 2010

Na quarta-feira, 25 de Agosto, a única certeza que a pequena Luzia Sebastião, 10 anos, tinha é que comeria funge de milho que ela própria confeccionava à entrada da casa onde vive com os pais, enquanto o seu irmão menor, Timóteo Sebastião, 7 anos, aguardava ansiosamente pelo saboroso prato.

Para muitos, o pirão simples, sem a carne ou peixe como conduto, pode não ser tão saboroso, mas os manos Sebastião tinham uma opinião contrária em relação ao prato, porque no dia anterior haviam saboreado arroz simples, cozinhado sem óleo vegetal, também sem qualquer molho como acompanhante.

Apesar de se alimentarem somente do simples pirão, distribuído pela Comissão de Emergência criada pelo Governo do Bengo, a vida destes manos ainda é melhor que a de outras crianças que passam o dia nas matas à procura do caroço de dendém, vulgo coconote, para comerem.

Nos últimos meses, centenas ou mesmo milhares de pessoas não têm o que comer na povoação de Banze Bundo, na comuna do Kicabo, município do Dande, na província do Bengo. Por esta razão, o Governo Provincial decretou situação de emergência por causa da seca que arrasa esta região de Kicabo, que compreende as povoações do Kapetelo 1 e 2, Tomba, Kizolandonga, Fuessi, Kibonga e Dono Menga.

O repto do Governo do Bengo, encabeçado por João Miranda, aconteceu um dia depois de o Instituto Nacional de Estatística ter lançado o resultado do Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População (IBEP), onde se revela que 37 por cento da população no país vive abaixo da linha da pobreza.

Nas áreas mais próximas, como Berila, Kipasso e Cuco, o normal é encontrar tambores à entrada das cubatas de capim, onde os aldeões esperam pacientemente que cisternas do governo local leve água para beberem.

Mas, nas partes mais longínquas, como Tomba, Kapetelo 1 e 2, Kibonga e Dongo Mena, essa hipótese é remota, porque as picadas de terra batida não permitem a circulação de viaturas até às referidas povoações.

A situação nas áreas mais remotas é descrita como crítica, segundo Euclides Carlos, funcionário da Administração Comunal de Kicabo, porque as pessoas não têm água e comida.

“Aqui existe seca porque o ano passado não choveu. Esperamos que o Governo nos ajude com comida e água. São as coisas que fazem mais falta nesta área”, contou a O País José António Domingos, 59 anos, coordenador do bairro Kipetelo, composto por 170 famílias.

O coordenador é o exemplo fiel da tragédia que se abate na sua comunidade. Há quase uma semana que José Domingos, o líder, não tomava banho por falta de água. E o próprio acredita que a situação seja pior no seio do grupo que dirige.

Os habitantes do Kipetelo 1 passam duas ou três noites fora das suas casas quando saem à procura da água. As cacimbas mais próximas onde existe água em condições para ser consumida estão na aldeia do Maunzé mas, para lá chegarem, têm de transpor cinco povoações, entre os quais Sassa, Kipuassa e Kipetelo 2.

“Esperamos que o Governo faça alguma coisa para podermos aguentar a população. Não é só aqui, são treze bairros no Banze Bungo em seca”, explicou o coordenador do Kipetelo 1.

A seca já se abateu sobre a região em épocas passadas, numa altura em que o Programa Alimentar Mundial (PAM) ainda operava no país e acudiu a população. Mas o que vivem agora, segundo José Domingos, é pior, porque todas as plantações de mandioca, batata -doce, milho, feijão e outros produtos secaram.

“Eu próprio não consegui tirar nada. Agora até as laranjeiras também estão a secar. Essa seca é pior que a dos outros tempos”, lamentou o coordenador. “A fome só nos está a castigar por enquanto. Felizmente ninguém ainda morreu por causa dela. O próprio administrador quando nos visitou pela primeira vez encontrou as pessoas a comerem ‘mabomba’, que é a múkua”, acrescentou o ancião.

Eva Lelo é uma das camponesas que viu as lavras e os produtos, como feijão, abacates, gergelim e mandioca, devastados pelo desastre natural. Para sobreviver, a senhora, assim como outros moradores da região, comeu, durante vários meses, raízes de plantas e múkua, que são retirados dos enormes imbondeiros que existem nas matas.

“Tu dia ngo múkua ni menha (comemos só múkua com água)”, começou por dizer, em kimbundu, a anciã Eva LeIo. A senhora conta que o fruto do imbondeiro, fervido ou natural, é o prato com que teve de conviver os últimos três meses deste ano. Durante a entrevista a O País, que aconteceu por volta das 11 horas da manhã, a camponesa explicou também que ela e os seus seis filhos ainda não tinham comida nada.

“Se não tem comida, o que é que podemos fazer? Vamos só mesmo procurar múkua para comer, é só colocar um bocadinho de água e pronto, até mesmo para os miúdos. É só mesmo para remediar”, disse a senhora, questionando, outra vez: “se a comida não está a aparecer, o que

é que podemos fazer?”

O coordenador recebeu, há duas semanas, 25 sacos de arroz e igual quantidade de fuba de milho, assim como 10 caixas de peixe, 12 de óleo e atum para distribuir às 170 famílias.

Eva LeIo e outros receberam os bens em função do número de membros que a sua família possui mas, nesta quarta – feira, 25, já não existia nem fuba de milho ou arroz.

O mesmo acontece com outros moradores.

8.16 “Grandes Lagos” no Cazenga

*Semanário Angolense,
De 14 de Agosto de 2010*

Os moradores da rua Porto Santo, ao bairro Hoji – ya-Henda, município do Cazenga, acordaram esta terça-feira com uma grande surpresa: a estrada se tinha convertido numa grande lagoa, devido há rupturas numa tubagem velha da Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL), constatou o *Semanário Angolense*.

Curiosamente, o que se passa é que a lagoa surgiu porque a EPAL insiste em fornecer água para uma zona em que sabe que as tubagens, de tão velhas, não aguentam a pressão, resultando daí os “Grandes Lagos” no Cazenga. A situação está insustentável para os moradores da zona, que têm de dar longas voltas para poderem circular, tanto a caminho do serviço e vice-versa, como para qualquer outra deslocação, sobretudo quando em pequenos automóveis, uma vez que só os camiões têm conseguido passar pelas águas que por lá “sentaram-se”.

Isso assim, só mesmo em Angola. Ficamos prejudicados porque, a EPAL não quero ser competente. Praticamente, estamos privados de movimentos. Até cheguei atraso ao serviço, porque o meu carro não conseguiu passar, com a agravante de se avariar por causa das águas. Agora, são mais despesas para mim, além de ter de andar a pé por uns tempos. Quem me indemniza por isso?”, lamentou um funcionário público que mora na rua Porto Santo.

Pelo que conseguimos apurar, os funcionários da EPAL têm o perfeito conhecimento da situação, uma vez que ela é recorrente. Na última semana de Julho, já havia acontecido coisa igual, mas a empresa insiste em fornecer a água a uma zona em que os seus moradores já estão habituados a encontrar alternativas. Para eles, é melhor comprar a água no mercado informal em bidões, do que terem de se sujeitar aos incómodos provocados pelas lagoas.

“Da última vez que acontecera, eles vieram aqui cortar a água, levando-nos a pensar que seria para superarem os problemas do tubo, afinal de contas, não. Agora, mesmo sabendo que não dava para fornecerem a água, eles fizeram isso de abuso, só para nos arrelhiarem a cabeça”,

disse, furibunda, uma velha senhora do bairro.

A rua Porto Santo é uma via importante para o escoamento do trânsito, ligando a avenida Ngola Kiluanje, a Cadeia Central de Luanda e o Mercado dos Kwanzas.

Em face da sua inoperacionalidade, os moradores dos bairros que têm os seus filhos a estudar à noite temem pela sua segurança, uma vez que são obrigados a caminhar longas distâncias para chegarem à casa depois de descerem dos táxis.

Os taxistas, por seu lado, também, se queixam da situação, porque as águas da lagoa impedem-lhes de encurtar caminho pela rua do Porto Santo, ficando as suas viaturas sujeitas a um maior desgaste. “Isto é demais. Já sofremos tanto no tempo chuvoso, lamentou um deles, à conversa com este jornal.

9 GENRO & VIOLENCIA

9.1 CEFOJOR promove seminário sobre violência na sociedade

*Semanário Angolense
de 14 a 21 de Agosto*

O Centro de formação de jornalistas (CEFO]OR) realizou nos dias 12 e 13 de Agosto do corrente mês, um seminário regional sobre violência e papel dos media na sociedade, dirigido aos jornalistas do Kuando Kubango e Moxico, sendo que os órgãos públicos do Moxico far-se-ão também representar pelos seus directores.

De acordo com o CEFO]OR a acção formativa e informativa que conta com a participação de juristas, sociólogos e outros especialistas com o objectivo de sensibilizar, a sociedade angolana, em especial a classe jornalística das províncias de Kuando Kubango e Moxico para prevenção da violência na sociedade, apelando a mudança de práticas e comportamentos. A formação visa ainda capacitar os jornalistas em torno de melhor tratamento jornalístico sobre a problemática da violência.

O CEFO]OR vai realizar, por outro lado, acções de formação e superação técnico-profissional nas vertentes de televisão, rádio e Imprensa, de 11 a 14 do corrente mês, nos órgãos públicos do Kuando Kubango.

Estas acções formativas compreendem aspectos ligados ao aperfeiçoamento da língua portuguesa e questões técnicas sobre jornalismo e serão ministradas pelos jornalistas e professores universitários António Quina, Luísa Damião, Africano Neto, entre outros.

9.2 Aumento de roubo em estabelecimentos comerciais

*Semanário Factual
de 07 a 14 de Agosto de 2010*

O Comando Provincial da Polícia Nacional em Luanda está preocupado com os roubos em cantinas e armazéns de artigos diversos, com realce para a periferia da cidade capital.

O porta-voz do comando provincial da corporação, superintendente chefe Jorge Bengue, afirmou que a acção é praticada no período nocturno com recurso a armas de fogo.

“Os roubos em armazéns e cantinas são praticados por jovens entre os 17 e 25 anos de idade, armados e bastante violentos, que podem causar danos graves se durante a acção encontrarem alguma resistência de quem encontrarem”, fez saber.

Quanto aos roubos de viaturas, prosseguiu, também envolve jovens com a mesma faixa etária, sendo que muitas são utilizadas para suporte a outras acções delituosas.

Durante este ano, as forças da ordem apresentaram cem

supostos assaltantes de armazéns, de cantinas e de viaturas, bem como perto de 50 viaturas roubadas, algumas das quais recuperadas em Benguela, no Cuanza Sul, no Cuanza Norte, no Huambo e na Huila.

9.3 Jovens da província de Malange envolvidos em casos de violação

*Jornal de Angola
23 de Agosto de 2010*

A Direcção Provincial de Malange de Investigação Criminal registou, entre Janeiro e Julho, 30 crimes de violação praticados maioritariamente por jovens, afirmou, na sexta-feira, o director da instituição.

O superintendente chefe, Euripedes Rodrigo, disse que os indivíduos implicados nestes crimes têm menos de 35 anos.

Os crimes, revelou, são cometidos maioritariamente na via pública e no interior das casas e os seus autores operam, sobretudo, entre as 16h00 e as 23h00.

O oficial da Polícia referiu a insuficiência de estruturas sociais para a ocupação dos tempos livres da juventude como um dos factores que está na origem da delinquência juvenil.

Outro aspecto importante, salientou, tem a ver com as desavenças familiares que têm levado muitos jovens a drogarem-se, a prostituírem-se e ao alcoolismo. A falta de acompanhamento dos progenitores foi apontada, igualmente, como causa da situação. “Muitas famílias ainda não se assumem como verdadeiros transmissores das qualidades éticas e morais aos seus agregados”, concluiu o director da Investigação Criminal de Malange.

9.4 Há um crescimento em flechas de suicídios nos pais

*Jornal de Angola
23 de Agosto de 2010*

Jornal de Angola (JA) – *Como é que se explica que algumas pessoas acabem com a vida?*

Jaime Sampaio (JS) -Existem vários motivos para uma pessoa pôr fim à vida, entre eles a tentativa de se livrar de uma situação extremamente aflitiva para a qual se pensa que não existe solução. Geralmente, isso acontece quando se está com problemas. Tendo em conta a situação social, económica e financeira de cada indivíduo, os aspectos psico emocionais acabam por facilitar.

JA – *O suicídio faz parte dos transtornos mentais?*

JS – Segundo alguns estudos, o suicídio é parte dos transtornos mentais. Verificamos essa situação nos pacientes com problemas associados a transtornos psico

activos, depressivos e de ansiedade. Também há estudos que indicam que o suicídio tem relação com a bioquímica do sistema nervoso central. Ou seja, existem alguns elementos que estão na estrutura química do funcionamento do cérebro que ficam inibidas por outras acções, tendo em conta o meio ambiente do indivíduo. Todas as pessoas que apresentam um quadro depressivo relacionado com níveis baixos de serotonina (molécula que está envolvida na comunicação entre os neurónios) têm sempre algumas ideias suicidas.

JA – *Pode considerar-se que o suicídio tem também uma base hereditária?*

JS – Muitas vezes deparamo-nos com pacientes que têm na família um antecedente ou histórico de suicídio. A par disso, estudos realizados comprovaram, em alguns genes, uma determinada substância neurotransmissora muito menos desenvolvida que desencadeia quadros suicidas. Os indivíduos do Médio Oriente, os kamikazes, são influenciados pelo próprio meio social e militar para a prática do suicídio. De uma maneira geral, todas as pessoas que agem deste modo possuem sempre um componente associado na sua estrutura mental.

JA – *A nível do país, em que faixa etária se verifica a taxa mais elevada de situações relaciona:” das com o suicídio?*

JS – Os dados indicam que são, sobretudo, nos jovens. Nos serviços de urgência do Hospital Psiquiátrico de Luanda, temos tido muitos casos associados a tentativas de suicídio. No segundo trimestre deste ano, registamos 128. a Deste número, 36 eram homens, c com idades entre os 15 e os 51 anos. As mulheres são mais propensas a i) tentativas de suicídio, mas, na maioria das vezes, ficam pela intenção, enquanto os homens tentam três vezes e alguns acabam mesmo por se matar. Isto, porque as mulheres recorrem a métodos menos agressivos, havendo hipótese de as tentativas serem ineficazes, como a toma incorrecta de medicamentos ou venenos e outros elementos não muito substanciais. Já os homens optam mais pelas armas de fogo, acidentes de viação e o enforcamento. Mas, importa dizer que cada suicídio ou tentativa de suicídio provoca uma destruição emocional entre familiares e amigos, causando um impacto que pode durar anos.

JA – *Há alguma explicação específica para os homens optarem por métodos mais violentos?*

JS – Os homens estão mais relacionados com esses instrumentos. Quem está mais vezes em contacto com a arma de fogo ou trabalha na construção civil, onde existem objectos letais, são os homens e são eles que têm muito mais força para manusear esses meios. Isso não impede que algumas mulheres também façam recurso a métodos violentos, pois também temos encontrado casos em que elas, por exemplo, optam pelo enforcamento.

JA – *Vezes há que se ouvem relatos, envolvendo pessoas com tendência para o suicídio. O que motiva um indivíduo a chegar a essa situação?*

JS – Muitos de nós já tiveram algumas ideias suicidas, mas nunca consumamos sequer a tentativa. Os para-suicidas que estão muitas vezes envolvidos na chamada parapsicologia, na para-normalidade são pessoas que usam rituais, crenças tradicionais e religiosas em que, acabando consigo mesmo por uma determinada situação, estão a beneficiar ou satisfazer outros. Esses indivíduos têm sempre a ideia de acabar com a sua vida.

JA – *Atendendo às características da sociedade angolana como inverter essa tendência?*

JS – Temos estado a trabalhar no sentido de as pessoas não serem influenciadas por seitas religiosas com essas tendências porque o ser humano não deve dar cabo da própria vida. Interpretamos isso como um transtorno mental. Quando uma pessoa nos aparece com esse problema, temos um grupo de psicólogos, sociólogos e psiquiatras para lhe fazer ver que se trata de uma prática errada.

JA – *E passível definir o perfil de um suicida?*

JS – Nunca temos ideia do rosto de quem se vai suicidar porque a mente humana é uma área de difícil identificação na medida em que nunca conseguimos declarar o que seremos amanhã. Há pessoas que indiciam isso e reclamam constantemente que não estão bem com a vida. Mas isso só não basta. Temos ainda indicadores relacionados com a depressão que, no final, termina quase sempre no acto bárbaro de colocar fim à própria vida. Por outro lado, nas situações de consumo de droga e seus derivados, quando em presença de um elevado grau de exaustação na área cognitiva, a tendência recai também no suicídio ou até mesmo no homicídio. Neste âmbito, incluímos também os indivíduos alcoólatras.

JA – *Certo mesmo é que nem sempre se conseguem identificar os verdadeiros sinais.*

JS – Esses sinais nunca são muito evidentes, mas temos alguns padrões. Quando o indivíduo apresenta um linear demasiado triste, angustiado, ansioso, com medo e tendência para permanecer isolado, provavelmente é indício de um suicídio. Só que, por”incrível que pareça, já tivemos, casos em que o indivíduo está a conversar connosco, sorridente e depois ouvimos dizer que se suicidou. Portanto, não temos sinais típicos, apenas alguns padrões devido a algumas patologias desencadeadoras.

JA – *Em relação aos casos que vão parar ao Hospital Psiquiátrico de Luanda quais são os motivos?*

JS – Quase sempre os transtornos depressivos, alguns desaforos com a vida, problemas conjugais, principalmente ligados às mulheres, fuga à paternidade,

consumo de substâncias psico activas, doenças orgânicas, o HIV-SIDA, tanto na fase terminal, como inicial devido a uma informação sobre o seu estado seropositivo.

JA – *Existem no país especialistas de saúde mental devidamente preparados para lidar com pessoas com tendências suicidas?*

JS – Há no Hospital Psiquiátrico, psiquiatras, psicólogos e agora também sociólogos, que têm feito estudos pormenorizados que revelam um crescimento em flecha dos índices de suicídios no país.

JA – *Por norma, o acompanhamento que se dá a uma pessoa com tendência suicida é de curto, médio ou de longo prazo?*

JS – Todas as vezes que os familiares trazem ao Hospital Psiquiátrico uma pessoa com ideias ou tentativas de suicídio, temos em conta sempre o seu internamento. E colocado sob observação e posteriormente tem um seguimento psicoterapêutico, com o auxílio de técnicas para terapia psicológica. A seguir, passa pela incorporação social. Cada caso é um caso, mas, em princípio, todo o paciente que apresente tal quadro deve ser internado para observação.

JA – *Qual é a terapia mais adequada para lidar com situações do género?*

JS – Em saúde mental fazemos recurso a várias terapias e a cognitiva comportamental é uma opção. Trabalhamos no comportamento do paciente, na sua estrutura cognitiva. Incidimos o nosso trabalho também na terapia em grupo, onde há dinâmica, jogos e muitas outras formas que facilitam as pessoas a libertarem-se das angústias. Estas são as terapias mais comuns.

JA – *Os relatos que chegam pela comunicação social apontam a Lunda-Sul como uma província com muitos casos de suicídio? Há alguma explicação?*

JS – Tentamos estudar esse fenómeno e estamos a criar uma comissão que vai enquadrar psiquiatras, psicólogos, sociólogos e outras entidades da sociedade civil.

Os suicídios naquela região, por vezes, ocorrem em bloco. Há muitas crenças religiosas e feiticismo à sua volta. O jovem, quando encara a morte de alguém, pensa sempre que vai ser o próximo e para não criar um problema no seio da sociedade recorre ao suicídio. Há também casos em que alguém se suicida e outros imitam-no. São as chamadas transferências do acto do suicida. É necessário ter em atenção que a Luanda-Sul é demasiado crente em termos de cultura e magia africana.

Enfim, vamos agora ver com a comissão criada o que realmente se passa.

JA – *Qual é a mensagem de esperança que deixa às pessoas que pensam que o suicídio é a solução para ultrapassar os problemas da vida?*

JS – Tenho sempre dito que, quando alguém estiver a pensar em cometer um suicídio, é fundamental passar a informação para que outros possam ajudá-lo. Quem está a sentir-se mal a ponto de pensar que a morte é a sua única saída, com certeza que precisa de ajuda.

10 AMBIENTE

10.1 Exploração de inertes preocupa ambientalistas

Jornal de Angola

De 14 de Agosto de 2010

O responsável do departamento do Ambiente da direcção provincial da Agricultura da Huíla, Silvano Levi, disse, ontem, estar preocupado com a exploração de inertes nos arredores da serra do Cristo Rei, no Lubango, feita por garimpeiros tradicionais.

Em seu entender, esta situação está a ter um impacto negativo no ambiente, devido aos enormes buracos para extracção de pedra no cimo da serra, que podem ter graves consequências no futuro, ao provocarem ravinhas, desequilíbrio climático, contaminação da água usada para consumo e erosão, entre outras.

“Como técnicos, chamamos a atenção das autoridades no sentido de se tomarem medidas, que passem pela indicação de locais apropriados para exploração de pedras destinadas à construção civil”, disse.

O ambientalista explicou que uma das captações de água da cidade do Lubango está na serra do Cristo Rei e por isso é necessário que as aberturas realizadas no local não afectem os lençóis freáticos nem causem a sua contaminação.

Ao longo do rio Caculvale e zonas adjacentes estão a ser retiradas areias destinadas à construção civil sem a devida precaução, salientou, defendendo a educação ambiental nas escolas, igrejas, mercados informais e outros locais.

A directora provincial da Indústria, Geologias e Minas, Paula Joaquim, esclareceu que algumas medidas sugeridas por especialistas foram acatadas e dentro em breve vão ser aplicadas.

Adiantou ainda que o primeiro passo a dar consiste na identificação de locais apropriados para extracção da pedra e no reforço da fiscalização desta actividade.

10.2 Queimadas anárquicas preocupam autoridades

Jornal de Angola

De 22 de Agosto de 2010

O representante da Extensão de Desenvolvimento Agrário (EDA) no município do Chinguar, Francisco Fortuna, informou que o sector da agricultura no município está preocupado com as frequentes queimadas anárquicas que se verificam por quase toda a extensão do município.

De acordo com Francisco Fortuna, estas queimadas estão na base do empobrecimento dos solos e da con-

sequente fraca produção, obrigando a elevadas despesas para a aquisição de fertilizantes.

Para além do prejuízo que causam aos solos, também provocam desequilíbrio do ecossistema e do habitat de várias espécies, incluindo o próprio homem.

Na região do Chinguar as queimadas são provocadas pelos caçadores furtivos, por camponeses menos informados e por pessoas de má fé, atentatórias do ambiente. Para pôr cobro a tal situação, a direcção municipal da extensão Agrária desde o ano passado que vem realizando uma intensa campanha de sensibilização das populações sobre os efeitos das queimadas, na qual estão envolvidas as autoridades tradicionais e elementos ligados ao ambiente naquela circunscrição. O representante da Extensão de Desenvolvimento Agrário, Francisco Fortuna, acrescentou ainda que tem sido feito trabalho de vigilância sobre as queimadas provocadas pelos exploradores de carvão, junto do sector das florestas, apelando aos caçador furtivos e aos que se dedicam à exploração da lenha e carvão para que sigam as orientações do sector, no diz respeito à preservação do ambiente.

10.3 Moradores da Zonas Propensas a Inundações Preocupadas

Semanário Angolense

De 21 a 28 de Agosto de 2010

O semanário Factual efectuou um périplo por algumas áreas destes municípios onde foi possível constatar o mau estado do saneamento básico e a obstrução de algumas valas de drenagem de água pluvial e residual. O Factual constatou ainda que a maioria das valas de drenagem estão a ser usadas como local para o depósito de resíduos sólidos e sucatas, o que inviabiliza o curso normal da água.

Paulo Baptista, residente no município do Kilamba Kiaxi, falou ao Factual que “as pessoas que vivem ao longo das valas de drenagem não têm pautado pela higiene e depositam o lixo mesmo na vala. Outra situação tem a ver com os riscos que estas pessoas estão expostas, visto que, com o reinício da época chuvosa, muitas residências poderão desabar”.

No município do Cazenga, foi notável a preocupação dos moradores que residem nas proximidades da cacimba de São Pedro, onde, mesmo não estando a chover, algumas residências se encontram inundadas.

César Augusto falou ao semanário que “muitas famílias estão já preocupadas com o que poderá surgir com o reinício da chuva, uma vez que na época passada os danos foram muito avultados, acabando por se registarem perdas humanas”.

O Factual tomou conhecimento que na zona da sétima avenida, no município do Cazenga, alguns familiares tendem já a abandonar as suas residências no sentido de

procurar outros locais com mais estabilidade, visto que na época de chuva muitas residências ficam inundadas e sem telhados.

Esta situação deixou muitas famílias ao relento, não só no município do Cazenga como também em outras municipalidades. Em alguns municípios, as obras ficaram completamente dominadas pela água da chuva o que causou muitos transtornos, tanto na movimentação de pessoas como no tráfego automóvel

Por outro lado, os habitantes da Terra-Nova, no município do Rangel, não escondem o seu desagrado para com a administração local, dado o mau estado em que se encontra a maioria das ruas daquela comuna.

Para a moradora da rua do Alentejo, Adelaide Fonseca, é necessário que nas áreas consideradas críticas e inabitáveis as pessoas sejam retiradas o mais breve possível para se evitar situações constrangedoras.

Quanto ao estado do saneamento básico na sua comuna, Adelaide Fonseca falou ao Factual que “a situação só tende a piorar com a aproximação da chuva. Só para ter um exemplo, as águas da chuva da época passada apenas secaram já no fim do cacimbo”.

O morador Francisco Abreu advertiu que Luanda poderá sofrer ainda grandes cargas pluviométricas depois do fim da época chuvosa, pelo que os danos serão elevados, visto que as administrações municipais não levaram a cabo no tempo de cacimbo trabalhos para atenuar o sofrimento da população.

A fonte realçou que eis “mesmo com a limpeza parcial das valas de drenagem, nada será amenizado, pois, na maioria das zonas suburbanas o sistema de drenagem de água não funciona”.

10.4 Proliferação de focas agrava crise nas pescas

Jornal de Angola
De 10 de Agosto de 2010

Apesar de nunca ter sido publicamente assumido pelas autoridades locais, há uma série de evidências que apontam para um retrocesso considerável do sector das pescas na província do Namibe, particularmente no município do Tômbwa.

O quadro de retrocesso do sector provocou surtos migratórios significativos no Tômbwa, outrora o “el dourado” das pescas no Sul de Angola, com o regresso de milhares de pescadores à Bibala, Camucuío, Quilengues e outras paragens do Namibe e Huíla, as suas zonas de origem, e o abandono de jovens nativos, que vão tentar a sua sorte noutras localidades.

Os dados a que tivemos acesso mostram um quadro revelador da difícil situação. Há cerca de 14 anos existiam, no Tômbwa, seis mil trabalhadores efectivos no

ramo das pescas. Actualmente, trabalham pouco mais de cem. As embarcações de pesca disponíveis são em número exíguo. O estado das infra-estruturas em terra é mau, com equipamentos inadequados às exigências actuais e a precisarem de modernização.

“Não é fácil conseguir créditos, porque os juros são muito altos. É uma situação que nos causa bastante embaraço”, desabafou, à reportagem do Jornal de Angola, Fernando Gomes Solinho, um industrial do sector.

Para ele, a situação das empresas de pesca é grave em toda a província. “No fundo, tudo se resume à instalação de uma simbiose entre maior apoio aos empresários locais, com facilidades na concessão de crédito, e um rigoroso regime de controlo de preços”, disse.

Num encontro mantido, recentemente, com a classe empresarial do ramo, Vitória de Barros Neto, secretária de Estado das Pescas, foi informada que das 60 empresas pesqueiras existentes na província, apenas 11 funcionam. As restantes encontram-se abandonadas.

A frota pesqueira, constituída por 33 embarcações semi-industriais, carece de manutenção Segundo um memorando da Direcção Provincial das Pescas, a que o Jornal de Angola teve acesso, a empresa Jembas, que devia fazer a manutenção das embarcações, não corresponde às exigências técnicas das mesmas.

A proibição da pesca do carapau, medida tomada pelo Executivo angolano para preservar a espécie, e a proliferação das focas, que consomem grandes quantidades de cardumes, têm contribuído para a escassez de pescado na região.

“Visitámos as principais empresas do ramo de captura e processamento do pescado e encontrámos muitas dificuldades do ponto de vista de recursos financeiros, e com a proibição da captura do carapau agravou-se ainda mais a situação”, reconheceu Vitória de Barros Neto.

Outro constrangimento dos empresários locais, no entender da secretária de Estado das Pescas, reside na falta de manutenção e reparação da frota e nas dificuldades de comercialização do sal e do pescado, devido à inexistência de um circuito organizado.

Face ao crescente agravamento da situação, com inúmeras empresas inactivas e abandonadas, o que afecta o rendimento económico da -província e as condições sociais das populações, segundo a Direcção Provincial das Pescas, “poderão vir a ser decididas outras medidas, que passem por reaver as mesmas unidades a favor de outros empresários do ramo, com maior capacidade técnica, financeira e humana para um bom aproveitamento que se preze, para a satisfação das necessidades das populações”.

O director provincial das Pescas, Isaac Cativa, vai mais longe e sugere mesmo a revisão da legislação relativa ao redimensionamento empresarial, de modo a adequar a situação do sector à nova realidade do país.

As razões da crise

De um modo geral, segundo conseguimos apurar, as empresas do sector evoluem num ambiente conjuntural caracterizado pela existência de um mercado sem grande capacidade de resposta. Os empresários queixam-se da dificuldade em conseguir créditos bonificados.

Muitas empresas estão a braços com enormes dívidas contraídas à banca, que não foram pagas, em grande parte por incapacidade de gestão dos empresários e por outros factores conjunturais.

O programa de redimensionamento empresarial das pescas, que deu origem à privatização de algumas unidades produtivas, iniciada em 1992, na maior parte dos casos, não teve em conta a necessidade da verticalização da actividade pesqueira. Ou seja, uma empresa pesqueira de média ou grande dimensão devia ter, para além das embarcações, estruturas em terra que incluísem unidades de salga e seca, congelação ou conservação de pescado e transporte. Isso permitiria um trabalho mais contínuo, sistematizado, gradativo e sem interrupções.

Como as coisas não são assim, os empresários começaram a viver grandes dificuldades, agravadas pela gestão inadequada e incompatível com as exigências actuais. A ausência de um sistema de crédito bonificado, que permitisse a recuperação e construção progressiva das infra-estruturas de base, bem como outro tipo de investimentos, foi a “machadada” final no sector.

Redução da captura

A inusitada proliferação de focas, sobretudo na Baía dos Tigres, é outro factor que veio acrescentar-se à crise de captura de pescado na província do Namibe. “O Estado angolano perde, anualmente, cerca de 700 milhões de dólares americanos por conta desses mamíferos, que consomem uma tonelada e meia de pescado por dia”, segundo afirmação da secretária de Estado das Pescas. Vitória de Barros Neto, que considera a situação grave, sublinhou que o facto obrigou o Executivo a tomar medidas adicionais para que os cardumes, principalmente de carapau, não sejam consumidos ao desbarato pelas focas.

“Calculamos que actualmente temos 150 mil focas só na Baía dos Tigres. Multiplicando essa quantidade pelo pescado consumido todos os dias, teremos um consumo acima das 500 mil toneladas, uma quota muito acima das capturas que demos a toda a nossa frota. Portanto, temos de encontrar formas de equilibrar essa população”, advogou a secretária de Estado.

Pescadores sem peixe. Os pescadores, naturalmente, são os primeiros a queixar-se da acção predadora das focas. José Vata, presidente do conselho fiscal da Associação de Pesca Artesanal, lamentou o facto e disse que a situação no Tõmbwa é preocupante e exige “uma intervenção urgente das autoridades de direito”.

Acrescentou que, como consequência do fenómeno focas, associado à proibição da captura do carapau, muitos pescadores estão a abandonar a actividade para procurarem outras ocupações. “É que, depois de longas horas no mar labutando pela difícil sobrevivência, vogando em frágeis embarcações, os índices de captura baixaram significativamente de 500 para apenas 36 quilos/dia. Isto não possibilita honrar os compromissos assumidos com a Banca, por conta das embarcações que os pescadores receberam a crédito”.

Ainda de acordo com o presidente do conselho fiscal da Associação da Pesca Artesanal, “entre Fevereiro e Março deste ano, ficou acordado, numa reunião com as entidades do sector, que viriam arrastões para o Tõmbwa, com o objectivo de apanharem essas focas, mas tudo isso não passou de promessa”.

Para José Vata, a grande preocupação dos pescadores é que, se não forem tomadas as medidas adequadas, a situação pode prolongar-se por vários anos, com as focas a reproduzirem-se a ritmo acelerado. O Tõmbwa é uma região desértica em toda a sua extensão de 18 mil e 19 quilómetros quadrados. Limitado a Sul pelo rio Cunene e o município do Curoca, a Oeste pelo Oceano Atlântico e a Leste pelo município do Virei, o Tõmbwa tem uma população estimada em 40 mil habitantes.